

**MARCOS TAIPA RIBEIRO**

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS “NOVAS” E “VELHAS”  
DROGAS E SEUS CONSUMIDORES: NO ENCALÇO DA  
DESLOCAÇÃO/ALTERAÇÃO DOS PADRÕES DE CONSUMO**

DISSERTAÇÃO DE CANDIDATURA AO GRAU DE MESTRE EM  
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE: TOXICODEPENDÊNCIAS,  
PELA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE DO PORTO SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR  
JORGE NEGREIROS.

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO  
PORTO  
2004

MARCOS TAIPA RIBEIRO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS “NOVAS” E “VELHAS”  
DROGAS E SEUS CONSUMIDORES: NO ENCALÇO DA  
DESLOCAÇÃO/ALTERAÇÃO DOS PADRÕES DE CONSUMO**

DISSERTAÇÃO DE CANDIDATURA AO GRAU DE MESTRE EM  
PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE: TOXICODEPENDÊNCIAS,  
PELA FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA  
UNIVERSIDADE DO PORTO SOB ORIENTAÇÃO DO PROFESSOR DOUTOR  
JORGE NEGREIROS.

FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2004

## AGRADECIMENTOS

MANDA-ME O MEU EMOCIONAL QUE PARA ALÉM DA DEDICATÓRIA DESTA DISSERTAÇÃO, DEIXE AQUI OS MEUS MERECIDOS AGRADECIMENTOS A QUEM DIRECTAMENTE OU INDIRECTAMENTE CONTRIBUIU PARA ESTE TRABALHO...”

Aos meus “mui” amados pais, pelos valores e princípios com que fizeram questão de me socializar, pela consciência política que me inculcaram...a vocês devo grande parte das minhas opções profissionais e de vida...

Aos meus amados sobrinhos, irmã e avó, fonte de motivação permanente.

À minha “Professora Primária”, - D. Aldinha - e a todos os professores que ainda hoje constituem uma referência para mim.

Ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Negreiros - *permita-me o discurso directo* – ao longo destes anos, o senhor foi sempre um “Porto Seguro”, respeitando a minha forma de escrever, as minhas idiossincrasias e sobretudo a minha formação académica de base, que penso estar bem patente ao longo desta dissertação.

Nos momentos mais importantes, as suas intervenções foram “cirúrgicas”.

Ao Prof. Doutor Luís Fernandes, não sei muito bem porquê, mas provavelmente será porque um dia quis o “fado” que tivesse sido meu professor...

À Dr.<sup>a</sup> Manuela Brito e a todo o SCAT-DRN do IDT, pela confiança depositada em mim numa altura de alguma encruzilhada na minha vida profissional.

Às minhas doces e inesquecíveis amigas, Paula Carvalho, Armanda Seabra, Rita Valinho, pela amizade incondicional, pelas “injecções” de auto estima, pelas críticas acutilantes, pelo ambiente de verdadeira interdisciplineriedade proporcionado...adoro-vos...

Aos meus amigos de “trazer por casa”, fios condutores do meu self – Márcio Ribeiro, Susana Ribeiro, meu cunhado Fernando Gomes, Manuela Portela, Carla Rita, Nuno Leão, Miguel Angelo, Jaime Brito, Marco Freire, Nuno Neto, Jaime Ribeiro, Rui Almeida, Aureliano Moraes, Orlando Cherina, Fernando Correia, Zé-Robi, Victor Valente, António Magalhães, Carlos Taipa, Mário Magalhães, Merícia Valente, Dr.<sup>a</sup> Fátima Cabral, Dr. Ramalho, Jorge Leandro, Miguel Seixal, Ludgero Pereira, Pedro Pinto, André Pinto, Tó-zé Teles, Prof.<sup>a</sup> Rosalina Oliveira, Nuno Costa, Hélio Ribeiro, Graça Almeida, Milú, Sónia Costa, Sónia Moraes, Paula Guilhermina e tantos outros – que me proporcionaram um desafio intelectual permanente ao longo da minha existência, e como tal podem-se considerar co-construtores deste trabalho.

Muito obrigado a todos.



Aos meus colegas/amigos deste Mestrado, em particular ao Victor Silva, à Carla Fonte, ao Alcino Américo e à Fátima Vasconcelos e Fátima Mendes (companheiras/os de luta do conhecimento).

A muitos dos Professores do Instituto Superior de Serviço Social do Porto - em particular, Cidália Queiroz, Sidalina Almeida, Luisa Costa Pinto, Marielle Gros, - por me fazerem sentir um deles, apesar das léguas de distância que nos separam, e pela disponibilidade demonstrada aquando de mais um constrangimento emergido.

A TODOS O MEU AGRADECIMENTO...

A TI PAI, A TI MÃE, A TI AVÓ, A TI MINHA  
"DOCE" IRMÃ, A TI MÁRCIO E  
SUSANA...ELEMENTOS DE OBJECTIVAÇÃO DA  
MINHA EXISTÊNCIA...

AOS MEUS MUITO MEUS, ANDRÉ E RAFAEL,  
REPRESENTAÇÃO EM MIM DO AMOR  
INCONDICIONAL...

À AMIGA RITA EM PARTICULAR E A TODOS OS MEUS  
AMIGOS, ANCORAS DO MEU SER...

## RESUMO

Este estudo situa-se no imbricamento entre a dimensão psicológica e social e divide-se em 3 grandes partes: o enquadramento conceptual, o enquadramento teórico e o enquadramento metodológico e explanação dos resultados. Através do mesmo pretende-se contribuir para a compreensão da alteração dos padrões de consumo de drogas que se registam na actualidade. Esta investigação versa sobre a comparação de diferenças significativas nas representações sociais, sobre as “velhas e as novas drogas” e os seus consumidores, a partir de dois grupos etários (12-15 e 22-25 anos), oriundos de meios desqualificados.

Parte do pressuposto que tal modificação dos padrões de consumo, poderá encontrar as suas explicações, entre outras, no diferente conjunto de representações sociais entre faixas etárias distintas, representativas de períodos desenvolvimentais também eles divergentes (entrada na adolescência e entrada na idade adulta).

Optou-se por uma metodologia de carácter misto - qualitativa num primeiro momento e quantitativa num segundo – e pelos instrumentos de observação: entrevista (em um número de 20) e teste de atitudes e opiniões (em um total de 300), e pela correspondentes técnicas de análise de conteúdo e análise estatística de dados (análise factorial e teste t-diferenças de médias).

Como resultados de todo o percurso, conclui-se que a hipótese teórica avançada confirma-se, visto que o grupo etário dos 22-25 anos revela domínios de representações sociais de tendência mais negativa relativamente ao consumo e ao consumidor das “novas drogas” e o grupo etário dos 12-15 anos demonstra representações sociais de tendência mais negativa, relativamente ao consumo e ao consumidor das “velhas drogas”.

Daqui resultam diferentes predisposições atitudinais face aos diferentes padrões de consumo.

## **ABSTRACT**

This study conveys the relationship between the psychological and social dimension, and it is divided into three great parts: the conceptual framing, the theoretic framing and methodological framing and explanation of results. Through it we aim to contribute to the understanding of the changing of drug consume patterns registered in the present time. This investigation consists in the comparison of significant differences in the social representations, about the "old and new drugs" and their consumers, from two age groups (12-15 and 22-25), coming from disqualified environments.

A part of the presupposition of the modification of consume patterns can find its explanations, among others, in the different conjunct of social representations among the distinct age groups, representative of development periods, which are also divergent (beginning of adolescence and beginning of adult age).

We opted by a methodology of mixed character – qualitative in a first moment and quantitative in a second one – and by the observation instruments:

Interview (among 20) and attitude and opinion test (in a total of 300), and by correspondent techniques of analysis of contents and analysis of data statistic (factorial analysis and test of averages differences).

As results of all this course, we conclude that the theoretic hypothesis conveyed is confirmed, now that the age group of 22-25 years old reveals dominions of social representations of more negative tendency, regarding the consume and consumer of "new drugs", and the group age of 12-15 years old demonstrates the social representations of more negative tendency, regarding the consume and consumers of "old drugs".

From here result different attitude tendencies, concerning the different consume patterns.

## RÉSUMÉ

Ce travail résulte d'une étroite imbrication entre les dimensions psychologique et sociale du phénomène étudié et est divisée en trois parties principales: le cadre théorique d'analyse, la démarche méthodologique et l'interprétation des résultats empiriques.

Il s'agit d'une étude qui vise à contribuer à la compréhension de la transformation des modèles de consommation de drogues qui est actuellement observable. En effet, la recherche a porté sur l'identification de différences significatives au niveau des représentations sociales des «vieilles» et des «nouvelles» drogues et de leurs consommateurs respectifs, à partir de la comparaison entre jeunes, originaires de milieux socio-spatiaux disqualifiés, appartenant à deux classes d'âges distinctes (12-15 ans et 22-25 ans).

L'hypothèse qui soutend ce travail est que la modification des modèles de consommation peut être expliquée, entre autres facteurs, par l'intériorisation de systèmes de représentations sociales distincts dans les deux classes d'âges qui, pour leur part, renvoient à des phases de développement bien différentes (entrée dans l'adolescence et entrée dans l'âge adulte, respectivement).

La méthodologie adoptée est de caractère mixte, tant au niveau des méthodes - qualitative dans un premier temps et quantitative, dans un second moment - , comme à celui des techniques, qu'il s'agisse des instruments d'observation (20 interviews et 300 tests d'opinions et d'attitudes) ou des techniques d'analyse des résultats (analyse de contenu et analyse statistique à travers l'analyse factorielle et le test t-différences de moyennes).

A la fin de ce parcours de recherche, il est possible de conclure à la confirmation de l'hypothèse théorique avancée, puisque la classe d'âges des 22-25 ans révèle posséder des représentations sociales de tendance bien plus négative par rapport à la consommation et aux consommateurs de «nouvelles drogues», alors que, au sein du groupe des 12-15 ans, ce sont les représentations sociales négatives de la consommation et des consommateurs de «vieilles drogues» qui l'emportent.

Il est alors possible d'en déduire que les prédispositions et attitudes sont également différentes face à ces deux modèles de consommation.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO -----	14
------------------	----

## ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

I.1. O CONCEITO DE DESVIO E A SUA CONSUBSTÂNCIAÇÃO NA ADOLESCENCIA E NA IDADE ADULTA -----	18
I.2. OS CONTEXTOS DESQUALIFICADOS, E A SUA VERTENTE PSICOTRÓPICA, ENQUANTO PRODUTOS E PRODUTORES DE VULNERABILIDADES -----	35
I.3. CONSUMOS DE NOVAS DROGAS/VELHAS DROGAS: O REGRESSO AO FUTURO -----	47
I.4. APONTAMENTOS SOBRE ESTILOS DE VIDA E IDENTIDADES- DO JUNKIE AOS NOVOS CONSUMIDORES – PARA UMA CARACTERIZAÇÃO-----	61

## II

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

II.1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CONCEITO E AS SUAS FUNÇÕES -----	75
II.2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DIFERENTES AUTORES-----	82
II.3. A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL -----	96
II.4.O CONCEITO DE ATITUDES E A SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS -----	99



III.5.3. O INSTRUMENTO PARA OBSERVAÇÃO E RECOLHA DA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA – <u>O TESTE DE MEDIDA: DO ABSTRATO AO CONCRETO – A JUSTIFICAÇÃO DE UMA OPÇÃO...</u>	174
III.6. ANÁLISE DOS RESULTADOS.	185
III.6.1. ANÁLISE QUALITATIVA – <i>ANÁLISE DE CONTEÚDO</i> – OS DADOS QUALITATIVOS COMO PONTO DE PARTIDA DO ESTUDO: ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO	185
III.6.2. ANÁLISE QUANTITATIVA – <i>TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS</i> OS DADOS QUANTITATIVOS PARA ANÁLISE DAS HIPÓTESES TEÓRICAS: ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO	207

## IV

### CONCLUSÕES

IV.1. DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA À ANÁLISE DOS RESULTADOS	228
BIBLIOGRAFIA	238
ANEXOS	253



## **ÍNDICE DOS ANEXOS**

**ANEXO I** - GUIÃO DA ENTREVISTA -----254

**ANEXO II** - ESQUEMA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO -----255

**ANEXO III** - PRÉ - TESTE DE MEDIDA DE ATITUDES E OPINIÕES -----256

**ANEXO IV** - TESTE DE MEDIDA DE ATITUDES E OPINIÕES -----257

**ANEXO V** - ANÁLISE FACTORIAL -----258

**ANEXO VI** – TESTE T PARA DIFERENÇAS DE MÉDIAS -----259

## **ÍNDICE DOS QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS**

**GRÁFICO I** - AMOSTRA - DISTRIBUIÇÃO POR IDADES E POR SEXO DOS JOVENS (%) 209

**TABELA I** - CRUZAMENTO DO SEXO PELA IDADE E NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO  
TESTE DO QUI-QUADRADO (P) -----210

**QUADRO I** - ANÁLISE FACTORIAL – ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA 212

**QUADRO II** - FACTORES DA ESCALA  
– ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA -----212

**QUADRO III** – ANÁLISE FACTORIAL – ESCALA SOBRE O ECSTASY -----214

**QUADRO IV** – FACTORES DA ESCALA – ESCALA SOBRE O ECSTASY -----215

**QUADRO V** – ANÁLISE FACTORIAL – ESCALA SOBRE A HEROÍNA -----216

**QUADRO VI** – FACTORES DA ESCALA - ESCALA SOBRE A HEROÍNA -----217

**QUADRO VII** – ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA: DIFERENÇAS EM  
FUNÇÃO DO SEXO -----219

**QUADRO VIII** – ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA: DIFERENÇAS EM  
FUNÇÃO DA IDADE -----220

**QUADRO IX** – ESCALA SOBRE O ECSTASY: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO ---- 221

**QUADRO X** – ESCALA SOBRE O ECSTASY: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE ---- 222

**QUADRO XI** – ESCALA SOBRE A HEROÍNA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO ---- 224

**QUADRO XII** – ESCALA SOBRE A HEROÍNA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE 225

## INTRODUÇÃO

O que se espera de uma introdução, antes de tudo o mais, é que seja uma espécie de “mestre de cerimónias”, que introduza o leitor no “sentido” da investigação e que se assuma como a outra “face da moeda” da conclusão. Assim, uma boa introdução será aquela que conseguir, que o leitor seja capaz de perceber os objectivos do estudo e, ainda, que seja capaz de despertar a curiosidade do incurso, nestas páginas.

Aqui, e neste caso particular, pretende-se fugir a um exercício fastidioso e tautológico, repetindo aquilo que é o resumo desta tese, para se centrar tão somente, nos objectivos, nas hipóteses teóricas e nos intentos que o investigador pretende servir ao propor-se a realizar esta trabalho.

Um dia numa aula de Mestrado, orientada pelo Professor Juan Gamella, levantava ele mesmo aquela que foi o embrião da hipótese e do objectivo desta tese de mestrado. As suas palavras iam no sentido da possibilidade das alterações registadas nos padrões de consumo de substâncias psicoativas – alteração muito acentuada em vários países Europeus e menos notada em Portugal – estarem relacionadas com opiniões, atitudes, imagens negativas, depreciativas perante as drogas tradicionais e seus consumidores (particularmente a heroína) e no sentido inverso, imagens, opiniões e atitudes de sentido positivo, acerca das novas drogas e de quem as consome.

Que alteração é esta? É aquela que a personagem Jay retracta, é aquela que Hanif Kureishi no seu livro “Intimidade”, descreve: Jay, estava particularmente aborrecido naquela noite, resolveu enrolar um charro, cujo aroma a sua mulher Susan detestava. O charro fumado no seu jardim, onde cultivava as suas plantas de droga, era habitualmente o segundo momento após o jantar, o primeiro consistia em tomar algumas bebidas.

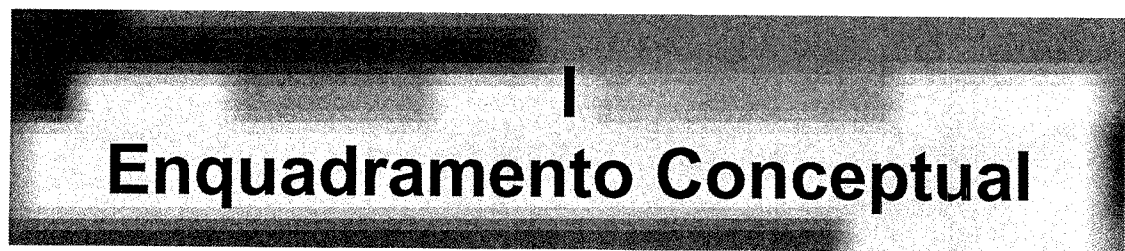
Esta substância era um elemento de algum colorido na sua existência quase insuportável. Outras drogas faziam parte do seu cardápio, tal como ecstasy,

LSD e até a velha garrafa de nitrato de amilo, guardada religiosamente no frigorífico. No entanto, os momentos especiais mereciam uma pastilha de “purple haze”, momentos estes ladeados de um saboroso secretismo, de desafio, de “risco cultivado”. Nina apontava a sua atitude, relativamente às drogas, como pertencente a uma era passada. A sua relação com as drogas passava ainda por uma convivência com um mundo mais perigoso, desafiador e literário, que compreendia o culto a De Quincey, Baudelaire, Huxley, e que Nina associava à sordidez, à prisão e a overdoses. O medo de Nina pelas agulhas falava mais alto.

Perante esta evidência, leia-se perante esta objectivação, e sendo as atitudes e opiniões as principais dimensões das representações sociais, estando-se consciente do seu poder relativamente aos comportamentos, às condutas e à construção da identidade e a todas as implicações que tal questão poderá ter ao nível da intervenção preventiva e até no âmbito do tratamento, considerou-se o tema das representações sociais embuído de um forte potencial transformador, se bem que esta tese não aspira mais do que chegar a inferências meramente teóricas, deixando as operacionais em suspenso.

Este estudo pretende portanto, por um lado conhecer as representações sociais sobre as drogas tradicionais e as novas drogas, bem como as representações sociais sobre as figuras que as consomem, junto de dois grupos etários distintos: um entre os 12 e os 15 anos e outro entre os 22 e os 25 anos, que se pretendem representativos de dois períodos distintos de desenvolvimento maturacional. Por outro lado, pretende avaliar e comparar as eventuais, ou não, diferenças entre as representações sociais registadas nos dois grupos, para desta forma solidificar as suas hipóteses teóricas ou pelo contrário para as reaquacionar, quanto mais não seja levantado outras hipóteses.

Pelo meio, enquadra-se, justifica-se, esclarece-se e conclui-se...



***“ ...Como refere Janus, o comportamento desviante tem duas faces: por um lado, pode centrar-se na existência de comportamentos desviantes que fariam dos seus autores seres diferentes das pessoas normais; por outro, pode considerar-se que esse comportamento não existe independentemente das normas e das suas condições de aplicação.”***

***Diccionario de Sociología: As noções,  
os mecanismos e os autores.  
Étienne et al.***

## 1.1. O CONCEITO DE DESVIO E A SUA CONSUBSTANCIAÇÃO NA ADOLESCÊNCIA E NA IDADE ADULTA:

O desvio não é um fenómeno unidireccional, do agressor para a vítima, mas um fenómeno emaranhado num triângulo constituído pelos indivíduos agressores, pela sociedade e pelo sistema normativo - que nos permite viver, adinhar os actos, as reacções que nos esperam, no fundo evitar o “caos” (Guiddens, in Carvalho, 2003) - e que a maioria considera fulcral não prevaricar.

No livro “Outsideers – Etudes de Sociologie de la Déviance (Becker, 1985)”, o autor no capítulo primeiro, começa por fazer uma análise ao conceito de desvio. Esta análise parte de várias concepções, começando por referir a mais “entranhada” em cada um de nós: a estatística, aquela que considera que o desvio é o comportamento, o acto, o estar, o ser que “pura e simplesmente” se destaca da média, da maioria, da regra numerária, *“La conception la plus simple de la déviance est essentiellement statistique: est déviant ce qui s'écarte par trop de la moyenne.”* (Becker, 1985, pp: 28). Todos nós temos, mais ou menos, implícito que desvio é aquilo que se afasta da norma, é todo o comportamento que não faz parte da “média estatística”, é pois *“uma diferença entendida negativamente”* (Cusson, in Sá, 2001, pp: 39).

Uma outra concepção é a psicopatológica, pressupondo que desvio é significado de doença mental, *“Une conception moins simple et beaucoup plus répandue de la déviance, reposant à l'évidence sur une analogie médicale, définit la déviance comme quelque chose d'essentiellement pathologique, qui révèle la présence d'une «mal».* (Becker, 1985, pp : 29). Em terceiro lugar, adianta uma noção de desvio, sociológica e centrada no desvio como o resultado de uma destabilização, de uma desorganização social, de uma sociedade disfuncional, *“Certains sociologues utilisent eux aussi un modele de la déviance qui repose, pour l'essentiel, sur les notions de santé et de maladie empruntées à la medecine. Ils examinent une société, ou une partie d'une société, en se demandant sil s'y déroule un processus qui tend en réduire la stabilité et à en diminuer ainsi les chances de survie. Ils qualifient de tels processus de*

*déviant*s ou les définissent comme des symptômes de désorganisations sociale » (Becker, 1985, pp: 31). Em quarto e último lugar, uma outra concepção sociológica analisa o desvio à luz de um déficit de respeito e cumprimento às normas do grupo, “...une autre conception sociologique définit la déviance par le défaut d’obéissance aux normes du groupe” (Becker, 1985, pp: 31). Qualquer uma destas definições tem as suas limitações de problematização e apreensão da realidade.

O conceito de “desvio” merece uma abordagem interdisciplinar, que como nos refere Dinitz et al. (in Carvalho, 2003) abarca três dimensões: A *normatividade* que prespasa uma sociedade, a *frequência* com que os actos desviantes são detectados e ainda as *sanções* que cada sistema comporta e que resultam da primeira dimensão.

Interessa para o caso, o desvio em termos gerais e o desvio na adolescência em particular, isto partindo dos próprios conceitos “embutidos” neste estudo, dos objectivos e hipóteses teóricas apontados. Interessa a problematização do desvio em termos latos e o consumo de drogas em termos restritos.

O que é o desvio? Uma entidade construída e relativa, parece esta definição quase um “lugar comum”, um afastamento da regra e da norma, não oferecerá esta ideia grandes resistências. Mas que barreira separa a diferença do desvio? Objectivamente, a reacção societal de cunho negativo ou uma reacção formal e penalizadora, pelo quebrar das normas legais instituídas.

O desvio, ou a sua noção, está inscrito no nosso código social, “fabricado” e “distribuído” através de um processo de socialização, é portanto, uma entidade construída visando o ordenamento social, e a pretensa securização de todos. Então o desvio não é mais do que aquilo que todos querem que seja, é aquilo que o senso comum considera como tal, ditando as regras e arrastando consigo as definições científicas para desvio.

A violação das expectativas parece ser aquela das condições mais consensuais no que respeita à caracterização do desvio, mas tão incompleta como qualquer outra. Para a completar, adicione-se a ideia de ser um comportamento reprimido, censurado e desvalorizado e estigmatizado pela sociedade e assim já estão aqui incluídos handicaps físicos, comportamentos suicidas e outros.



Seguindo-se a pretensão de alcançar uma definição o mais completa possível, considere-se o desvio como *“qualquer comportamento que envolve uma transgressão ou violação de normas e expectativas sociais ou que é considerado desviante por um grupo de indivíduos ou pela comunidade”* (Negreiros, in Paiva, 1990, pp: 219).

Dois grandes tipos de desvio podem ser considerados: os *associais* que são relativamente tolerados, onde o ostracismo é controlado, e as *condutas desviantes antisociais* provocadoras de uma intensa ostracização (Merton, 1970 in Carvalho, 2003). O primeiro é construído e idealizado como uma figura não proactivamente perigosa e ameaçadora, quando muito causadora de uma degenerescência moral, a segunda como um provocador directo de danos e ameaçador da ordem pública.

O desvio pode revelar-se enquanto acto “involuntário” e “voluntário”, o primeiro é alvo de pietismo e relativa compreensão (ex. handicaps físicos), o segundo é alvo de ostracismo e arremesso, um é visto como um fatalismo, o outro como uma escolha livre e incondicional.

O autor Lemert (1978; in Carvalho, 2003) adianta a definição de desvio a partir da distinção entre desvio primário - sem reacção societal - e desvio secundário onde já há uma visibilidade do acto e uma correspondente reacção.

O desvio sendo uma entidade construída é também uma entidade relativa por referência ao espaço físico – a homossexualidade em Sidney terá uma conotação menos negativa que em Vinhais -, e temporal – a violência doméstica é hoje no mundo Ocidental encarado como um fenómeno bem mais gravoso que no início do século XX.

O desvio “fere de morte” as expectativas difundidas numa determinada sociedade, atenta contra a ordem e a moral estabelecida, induz a anomia social.

Em forma de conclusão, recorra-se ainda a Guiddens (1997, pp: 173; in Carvalho, 2003 pp: 17), que considera o desvio como *“comportamento, ideia ou atributo que, quando posto em prática, colide ou perturba a norma estabelecida pelos elementos de um grupo, comunidade ou sociedade”*.

A sociologia encara o desvio, sobretudo através de três perspectivas, que comungam num factor: *a estrutura social como mecanismo condicionador do*

*comportamento do ser humano*: teoria do controlo social, teoria da análise estratégica e a teoria do interaccionismo simbólico (Sá, 2001).

A teoria da análise estratégica, parte do pressuposto que o ser humano é um actor social que condiciona a sua acção em função dos reforços positivos que daí advêm, em função dos benefícios que possa alcançar. Esta relação é mediada pelos constrangimentos sociais a que o indivíduo se vê votado, há aqui uma clara relação, um cruzar de uma autodeterminação com uma heterodeterminação.

Por fim, a teoria do interaccionismo simbólico direcciona-se para a relação entre os desviantes e os normativizados, o desvio é aqui explorado particularmente como uma “acção colectiva” (Velho, 2002), enfatizando-se a interacção entre desviado e restante conjunto social. Esta teoria é particularmente “virtuosa” pela relação que preconiza entre o “eu” e o “nós”, entre o psi e os contextos. O indivíduo vai-se fazendo e não se resume a “se ter feito”, o indivíduo vai agindo, transformando-se, organizando-se, desorganizando-se, reinventando-se.

O desvio é construído por grupos sociais., é o resultado de uma acção social, de um código de normas vigentes, de um processo de rotulagem que é transmitido intergeracionalmente. A socialização é entendida enquanto processo “adaptativo e um processo biunívoco” (Sá, 2003; pp: 47), que não funciona numa lógica regidificada e estática. Aprende-se valores de gerações passadas mas, aprende-se novos valores. O indivíduo não se limita a reagir mas também a agir e a reconstruir a sua acção, ou seja o indivíduo determina e é determinado.

Aqui o desvio aparece como um percurso marcado por continuidades e descontinuidades, a “outra face da moeda” da sociedade normativa, das regras e da consequente rotulagem.

A toxicodependência “perspectivada” como uma carreira que implica investimento pessoal, aperfeiçoamento e “currículo”, começando por um acto intencional ou tencional, aversivo à sociedade, ou que esta tipifica como tal.

A figura consumidora, constrói uma carreira, aperfeiçoa os métodos e atenua a sua reflexividade moral, mitiga as suas ansiedades provocadas pela obrigação moral de agir em conformismo e por outro lado pelo apelo ao desvio compensador. Depois é rotulado pelo seu acto, adquirindo novo estatuto e por

último o indivíduo incorpora no seu self a condição de desviado, conformando-se com a mesma, vendo-se isolado dos “normais” e a braços com uma identidade grupal que foi sendo construída, com objectivos comuns e cada vez mais com uma realidade do grupo que não é a realidade da sociedade.

A reacção societal pode ter dois efeitos: fazer com que o indivíduo se afaste das normas ou inversamente, do desvio.

A questão para esta teoria é o perceber porque é que alguém não desvia, não consome drogas, não rouba, não mata, quando isso pode ser tão compensador. Tal acontece porque este alguém, foi socializado e foi-se comprometendo com a sociedade de tal forma que deixa de ser encarado como um reforço positivo, simplesmente, porque há mais a perder do que a ganhar com o acto em questão.

O interaccionismo simbólico recusa a homogeneização do desvio, encara este como um contrato entre cidadãos que transgridem as normas e aqueles que reagem a essa transgressão e que rotulam os primeiros. Para esta teoria *“a desviância não é uma qualidade do acto cometido por uma pessoa, mas antes uma consequência da aplicação, pelos outros, de normas e das sanções a um “transgressor”* (Campenhoudt, 2001, pp: 81). A desviância é “certificada” como um processo de aprendizagem interactivo entre indivíduo e restante sociedade, como uma espiral de motivações desviantes e reforços positivos progressivamente mais vinculados (Campenhoudt, 2001), é um processo étapico (idem), uma aprendizagem feita por “módulos”.

O autor Becker (1985), confirma que inclusive, corroborando tal ideia, os consumidores de marijuana nas primeiras experiências, não obtêm especial prazer pois ainda não assumiram uma afinada “tecnologia” do consumo e esta só será melhorada através de uma aprendizagem feita no grupo. Há como que uma transferência de uma identidade grupal, onde um dos elementos é o consumo de drogas, para uma identidade individual. O grupo é ainda elemento “catático” das vivências e experiências com drogas, que dão significado e simbolismo à própria existência do grupo e do “self” e dessa continua aprendizagem dependerá em grande medida o continuar da carreira de consumos.

Ao controlo social e pressão da sociedade normativa, o grupo responde com uma protecção especial, uma redoma protectora e afastada da norma, uma

realidade à parte que os indivíduos não só precisam de a construir como também a podem habitar.

Esta teoria não só não anula os factores psicológicos e pessoais que estão na génese do desvio como inclusive lança a “ponte” para uma compreensão psicossocial do fenómeno.

Incidindo este Mestrado na análise do comportamento desviante e em particular no consumo de drogas, seria um lapso por demais gravoso, analisar a leitura do interaccionismo simbólico sem fazer uma incursão pela obra “Outsideers” de Becker (1985). O autor apresenta 3 diferentes etapas na construção de uma carreira de consumidor de drogas: *Fumador principiante, utilizador ocasional e utilizador regular*. Neste percurso o sujeito apura a tecnologia dos consumos, aumenta as suas motivações, ritualiza-se e ritualiza os novos membros, situa-se no grupo (idem). O indivíduo não é aqui um ser passivo, limitando-se a absorver influências externas, ele vai elaborando, (re)interpretando, actuando, “*adaptam com efeito as suas interpretações à dos outros...os agentes ou os actores em interacção interpretam colectivamente a situação na qual estão implicados e a gerem em função dessa interpretação, é a do interaccionismo simbólico*” (Campenhoudt, 2001, pp:85). A este movimento interactivo acrescenta-se o rótulo a que o indivíduo consumidor vai ser sujeito pelo facto de ter prevaricado ao quebrar a norma. Os “bons pais de família”, os “guardadores da moral e dos bons costumes”, os “fazedores da moral” como lhe chama Becker (Campenhoudt, 2001) apressam-se a “acudir” à sociedade faminta da ordem e da regulação, tentando influencia-la, aos seus políticos e à lei. Não bastará o comportamento ser socialmente reprimido como terá que ser legalmente tipificado e penalizado, se possível até criminalizado. Agora sim, o mundo acaba de dar mais um pequeno passo rumo à perfeição. A partir daqui os “focos” estão centrados sobre o indivíduo, ele está “prisioneiro” de um estigma, a sociedade está mais segura, e toda a sua acção é interpretada em função desse mesmo rótulo, o qual é tanto mais marcante quanto a mais a sua classe de pertença é desfavorecida, bem como género, a idade a etnia, etc (Campenhoudt, 2001).

Lemert (in Carvalho, 2003) alude ao mesmo referindo que, após o consumidor ser identificado como desviante, neste caso como consumidor de drogas, ele terá que reorganizar o seu papel no meio, ora reestruturando uma conduta que

foi identificada com desviante e interrompendo ou rompendo com uma trajectória “mais - ou - menos” normativa para assumir definitivamente a carreira de desviante: integra-se ou desintegra-se, implode ou explode, adentra-se ou desvia-se. O desvio pode acabar por ser interiorizado, integrado no self e passando a fazer parte da estrutura do seu self ou pura e simplesmente ser refutado.

Estabelecendo-se uma analogia com as artes plásticas, diria-se que a corrente interaccionista está para as Ciências Sociais como o movimento surrealista para a pintura: ambos os movimentos desconstróem uma realidade estabelecida/aceite para a analisar sobre determinado prisma.

O comportamento desviante na adolescência como qualquer outro fenómeno social, pode assumir diferentes leituras, ora de cariz mais desenvolvimental, à luz de uma identificação com subculturas juvenis ou ainda do controlo social, enquanto elemento diluído, enfraquecido logo potenciador do desvio.

Este capítulo será sobretudo pensado numa perspectiva de comportamento anti-social abrangendo-se assim “*uma diversidade de comportamentos anti-sociais*” (Negreiros, 2001; pp: 12)., onde se inclui o conceito de “perturbação de comportamento” (Negreiros, 2001), de “delinquência” (idem).

Centrar-se-ão as próximas linhas no modelo de controlo social e no de subcultura (Ferreira, 2000) para depois se explorar o modelo desenvolvimental (Negreiros, 2001). Sem se ter a pretensão de esgotar com estas “pequenas” incursões teóricas, as problematizações acerca do desvio na adolescência, optou-se pelas presentes, na medida em que são as mais frequentes no âmbito das análises sociológicas e psicológicas<sup>1</sup>.

Em todos estes construtos teóricos há um ponto comum, a “aprendizagem social” como elemento sempre presente nas análises psicológicas e sociais.

O modelo de controlo social (Ferreira, 2000) refere-se ao desvio como a ausência da conformidade – apesar do aparente sentido esvanecente desta frase, a mesma padece de carácter ínvio, como desde já se poderá verificar – no sentido em que entende o desvio a partir do colapso ou enfraquecimento do controlo social, dos laços de afectividade ou de simples ligação às estruturas e

---

<sup>1</sup> Esta tentativa de enquadrar a problemática não deve ser “vista” como a parte nuclear deste capítulo mas um subponto de um ponto maior: o desvio.

instituições convencionais. Entenda-se por instituições a família, a escola, o grupo religioso, o grupo desportivo, etc...Assim, facilmente se depreenderá que, ao abrigo deste construto teórico o desvio resultará de falhas destas instituições, *“A incapacidade das famílias e da escola para exercerem uma supervisão sobre os adolescentes e para lhes inculcarem o sentido do autocontrole estaria na base da eclosão das manifestações de não conformidade”* (Ferreira, 2000; pp 59). O controlo social é encarado como uma entidade positivamente importante na estruturação psicossocial do adolescente, como entidade estruturante e securizante.

O filão investigacional desta corrente deverá centrar-se nas causas da não transgressão e não no vice-versa (Ferreira, 2000 ), tentando compreender o que faz com que um jovem perante a possibilidade da obtenção de uma gratificação imediata não prevarique, razões mais altas se levantam: o adestramento interiorizado, a normatividade compensadora, a derrocada originada pela desaprovação social. O que se tem a perder não compensará os ganhos obtidos com a actividade desviante, a coerção a que se está sujeito é fortemente penalizadora. Segundo este modelo de explicação, quanto maior as ligações com os outros conformistas e o envolvimento convencional, menor a possibilidade do aparecimento do desvio, mas essas ligações promotoras de controlo são tanto mais recorrentes quanto maior o ajustamento entre aspirações e expectativas e o contrário também é naturalmente verdadeiro (idem).

O modelo centralizado no enfoque cultural e subcultural, enfatiza a adesão a normas, valores, perspectivas - por parte dos jovens - antagónicas ou divergentes das dominantes. Estes “outros” valores são apreendidos por um processo de aprendizagem social ( idem) que em nada difere do processo inerente ao inculcamento de regras e normas partilhadas pela maioria, e que vai buscar a sua principal fonte de inspiração às principais instituições de socialização. É nas atitudes oposicionais aos modelos de conformismo e à autoridade de uma forma geral que o desvio se manifesta (ibidem),

O modelo da identidade/subcultura, tem como âmago de enfoque o “grupo”, enquanto forja de “manifestações não conformistas” (Ferreira, 2000, pp: 59), enquanto instância de grande significado simbólico e como tal estruturadora do self. O grupo gerador do desvio é sobretudo o grupo “ferido” pelo princípio da

desigualdade de oportunidades, que impera em determinados meios desqualificados e estratos de população socialmente diminuída, ou seja, na parca ou mesmo ausência de benefícios sociais a longo prazo, age-se em função do reforço positivo imediato. Outra linha “da mesma peça”, é aquela que defende que o desvio emerge da relação entre autonomia e dependência e da ruptura que por vezes medeia esta mesma relação, e que se consubstancia no desvio (Ferreira, 2000). Aqui estão presentes duas posturas científicas e teóricas dentro da mesma teoria, dentro do modelo subcultural: uma é um “modelo classista” e a outro o “modelo da identidade”.

O primeiro - modelo classista - identifica o desvio como um “desígnio” das classes “oprimidas”, o desvio inscrito nos valores e tradições permissivas, no que se refere à normativização e conformismo social, dessas classes sociais. A necessidade de afirmação e identificação com os adultos, a valorização da força física, da destreza, no fundo naquilo que a sociedade e o seu processo de socialização lhes permitiu serem bons. A reprodução desses saberes e práticas pouco ou nada conformistas, dão-se no grupo, podendo ocorrer fenómenos subculturais, marcados por um afastamento progressivo da sociedade normativa.

O segundo - modelo da identidade - centra-se na “*indeterminação objectiva da identidade*” (Ferreira, 2000. pp:62), e na adolescência como período de moratória psicossocial, marcada pela insegurança e incerteza em relação ao futuro. Assim, as suas vidas são projectadas no imediato, no presente, e tal poderá originar o não-conformismo. Para quê investir no futuro se este não augura nada de bom?

Quanto aos modelos desenvolvimentais, destacam a adolescência como período fulcral e “apiedeiro” de todo um processo de socialização “a montante”, e período nuclear no “a jusante” da construção da identidade daquele ser. As condutas desviantes são encaradas como que um fenómeno em tudo relacionado com o período desenvolvimental.

A frequência e a intensidade aparecem como factores determinantes e incontornáveis na definição da sua conduta anti-social e ainda no predizer de uma futura carreira de desvio.

Estes comportamentos anti-sociais são mais frequentes nos rapazes do que nas raparigas (Graham, 1979 in Kazdin e Buela-Casal, 2001; Negreiros, 2001),

mais precoces nos primeiros (Robins, 1986 in Kazdin e Buela-Casal, 2001), os furtos e as agressões neles, o mau comportamento sexual nelas (idem).

O comportamento desviante está relacionada com a idade, e quanto mais cedo esta emergir mais “sombroso” é o prognóstico (Negreiros, 2001), registando-se uma certa estabilidade pelos 21 anos (Olweus, 1979 in Kazdin e Buela-Casal, 2001). O auge da actividade delituosa situa-se entre os 17-18 anos e o primeiro contacto com a justiça dá-se pelos 14-15 anos, sendo o furto a principal causa de delito (Negreiros, 2001).

A actividade anti-social aparece aqui como uma actividade “auto-metarmofoseante” em termos qualitativos - tipo de actos - e quantitativa - frequência e gravidade dos actos . Esta vai-se modificando ao longo da vida do indivíduo e é marcada por uma linha de continuidade – *“persistência destes comportamentos ao longo dos tempos”* (Negreiros, 2001; pp: 22), *“...estabilidade da actividade anti-social por períodos de tempo mais ou menos longos da vida do indivíduo”* (idem). Assim, conclui-se que um mesmo comportamento anti-social prespasa toda uma linha desenvolvimental do sujeito e que este conceito, esta trajectória, agrega em si uma co-ocorrência de actos desviantes.

Uma lógica de continuidade na ocorrência de comportamentos anti-sociais e *“problemas de externalização”* (Negreiros, 2001; pp: 26), comportamentos agressivos – herdados geracionalmente - a partir da infância e prolongando-se pela idade adulta (Negreiros, 2001). Autores há que defendem a predisposição genética ou a via “aprendizagem social”, ou ambas, como justificação destas condutas, outros defendem que para além destes factores há todo um quadro relacional precário que se estabelece após a manifestação de comportamentos anti-sociais (idem). No entanto, tudo aponta para que esses comportamentos, ou a sua estabilização, varie *“em função do período de desenvolvimento em que o indivíduo se encontra”* (Negreiros, 2001; pp: 30). Outros autores defendem que esta continuidade traduz-se por um conjunto concorrencial de comportamentos desviantes, que reflecte toda uma conduta - e porque não carreira - desviante (Sroufe, 1979 in Negreiros, 2001), aquilo a que Agra (1998 in Negreiros, 2001) apelida de “desviância latente”, e que seria despoletado por um qualquer factor comum. A corroborar esta interpretação, regista-se o facto de vários estudos apontarem para uma relação positiva entre o consumo de



drogas e comportamentos anti-sociais, defendendo um encadeamento e um inter-relacionamento de uma série de comportamentos desviantes.

Uma terceira concepção de continuidade defende que os comportamentos desviantes vão-se diversificando ao longo do tempo e cada vez com maior gravidade (Negreiros, 2001).

Uma relação estabelecida e “pacificamente” aceite, é a que relaciona a delinquência juvenil com a ocorrência de comportamentos desviantes na vida adulta, e a este respeito Negreiros (idem) enuncia alguns estudos como o de Loeber e Stouthamer, (Loeber, 1987; Le Blanc e Fréchette, 1989; Mc Cord de 1978; Osborn e West, 1978), o que está aqui em causa é a frequência com que ocorrem estes desvios, este sim, factor despoletador desta continuidade.

Tem sido muita a literatura e os estudos que procuram explorar os “factores de risco e protectores” relativamente ao comportamento desviante em geral e ao consumo de drogas em particular.

Os “factores de risco” referem-se a elementos possíveis de precipitar as crianças e adolescentes para comportamentos anti-sociais, *“são variáveis ou condições, que aumentam a probabilidade de ocorrência de comportamentos que comprometem a saúde, nas suas vertentes biológica, psicológica ou social* (Jessor et al., in Abrão, 1999, pp:3). Os “factores protectores” podem ser caracterizados como variáveis independentes que podem exercer influência directa no comportamento, mas que mais do que isso, podem moderar a relação entre os factores de risco e o comportamento (Jessor et al., 1995 in Abrão; ).

O temperamento das crianças, as suas “respostas emocionais” (Kazdin e Buela-Casal, 2001, pp: 26), o seu humor, posicionamento perante determinadas situações e o feedback que recebem na sequência do seu comportamento ditado em parte pelo seu temperamento, é um factor entre outros de organização da sua conduta anti-social ou normativa. (Kazdin e Buela-Casal, 2001).

Condutas incontroláveis e precoces *“predizem transtornos de condutas posteriores”* (Kazdin e Buela-Casal, 2001, pp: 27), esta dimensão assume uma importância tanto maior quando ocorre mais cedo, em elevado número e com maior intensidade.

Os insucessos escolares, o baixo nível de escolarização conseguido, o absentismo escolar e a consequente estigmatização daí resultante pela parte de colegas e professores, indiciam um factor de risco que concorre para uma conduta anti-social (Kazdin e Buela-Casal, 2001).

Muito polémicos, são a indicação de factores de risco de âmbito genético, “ancorando” na ideia de que os comportamentos delinquentes e toda uma carreira delinvente aumenta a probabilidade de ocorrer, quando os pais também manifestaram tal conduta (Cadoret, 1978; Gomá, 1987 in Kazdin e Buela-Casal, 2001), embora tais perspectivas não abdicuem de considerarem a influência dos factores ambientais e da relação entre uns e outros. A conjugação dos dois factores, a presença deste conjunto no mesmo indivíduo é geradora de uma “mistura explosiva”.

Certos traços/características de personalidade, como aquelas que são marcadas por uma incessante “procura de sensações” representam um risco acrescido na adopção de condutas anti-sociais.

Outro factor de risco, prende-se com a ocorrência de psicopatologia – destacando-se aqui a conduta delituosa e o alcoolismo - nos sujeitos, o que acarreta um risco acrescido no sentido das suas próprias condutas e da dos seus próprios descendentes (Rutter et al, 1970; Werner e Smith, 1992 in Kazdin e Buela-Casal, 2001).

A interacção entre pais e filhos, no que respeita aos estilos educacionais, podem constituir um factor protector ou de risco. Sabe-se que estilos educacionais que impõem regras e que estruturam mas que simultaneamente não são “castradores” e evitam a agressão, apoiados no diálogo e discussão das regras, constituem um factor protector, assim como o inverso também é verdadeiro. As práticas disciplinares consistentes e a congruência entre as práticas de ambos os progenitores são ainda elementos fulcrais no evitar condutas anti-sociais. A afectividade, a aceitação, o apego, o apoio emocional, uma comunicação clara e aberta são igualmente elementos protectores no domínio desta relação.

As relações matrimoniais marcadas pelo conflito, pela necessidade de adaptação permanente dos filhos, por uma infelicidade acentuada e disseminada pelos vários membros familiares, as relações familiares ténues, a ausência das figuras parentais, são claros factores de risco no que se refere às

carreiras desviantes. Mais do que a separação do casal, o que está em causa é o nível conflitual da relação entre os membros do casal.

É do domínio do senso-comum que as classes mais desfavorecidas, vulgo “mais baixas”, são as mais afectadas pela delinquência juvenil e condutas anti-sociais, pois os constrangimentos sociais a que os jovens estão e foram sujeitos, não pode deixar de ser um factor de risco de forte poder (Blau, 1977 in Carvalho, 2003). Porém, associar linear e directamente o estrato social a condutas anti-sociais, é um exercício que no mínimo merecerá uma “atenção sistémica” e mais abrangente, para assim não se isolar um factor que acarreta uma constelação de outros factores de âmbito psico-social, e que isoladamente oprimem o conhecimento.

Existem ainda outros do domínio “ecológico desenvolvimental” (Broffenbrenner, 1996) como são a organização, localização, condições espaciais e humanas das escolas, do país em que se vive, dos valores culturais de uma sociedade, e que influenciam a ocorrência de comportamentos desviantes, e que de resto acabam por ser tratados ao longo desta tese.<sup>2</sup>

Estes são alguns dos factores de risco e protectores conducentes a comportamentos desviantes em geral e ao consumo de drogas em particular, outros existem, aqui relevou-se os que se consideraram como mais importantes.

Através de uma leitura de um modelo desenvolvimental, a agressividade é considerada um dos mais importantes pontos de predição de futuros comportamentos desviantes (Trembley et al. , 1996 e Farrington, 1987;1990 in Negreiros et al, 2003). O autor Negreiros (idem) apresenta inclusive uma linha de investigação que relaciona comportamentos agressivos e consumo de álcool e drogas ( Neighors et al, 1992, Farrel et al., 1992; Levine e Singer, 1998; in Negreiros, 2003), o mesmo autor, no mesmo registo bibliográfico, demonstra através de um estudo sobre comportamentos agressivos e a sua relação com outros comportamentos desviantes em alunos do 7º ao 11º anos de escolaridade, que existe uma forte relação entre consumo de drogas, agressividade e outros comportamentos desviantes. No entanto, os actos de tipo não agressivo são melhores indicadores de abuso de álcool do que os

---

<sup>2</sup> Ver capítulo I.2.

próprios actos agressivos e a agressividade tem uma maior relação com os consumos concomitantes de vários tipos de drogas, assim conclui que “...o consumo de álcool e drogas, a delinquência e outros comportamentos anti-sociais constituíram manifestações concomitantes de envolvimento num estilo de vida desviante” (Negreiros, 2003; pp: 80).

O consumo de substâncias lícitas e ilícitas é uma realidade das sociedades Ocidentais, e substâncias como o álcool, desde há muito tempo que em determinados países como Portugal, são desvalorizados pelos adolescentes e adultos, assiste-se hoje a um fenómeno de características muito idênticas no que se refere à cannabis e à associação entre o álcool e a cannabis (Tyrode e Bourcet, 2000). Motivações como o divertimento, o apaziguamento, a metamorfose e a simples provocação (idem), são muitas das vezes apontados como “motores” para o consumo de álcool e outras substâncias psicoativas. Muitos autores consideram esta uma forma de inclusão, um ritual, no mundo adulto (ibidem). O consumo precoce de álcool e outras drogas, exercendo uma forte influência na ocorrência de consumos excessivos de substâncias psicoativas é no entanto um dado que não colhe consensos (Negreiros, 2001). O consumo de drogas tem no fenómeno grupal e na adolescência período de particular atenção, marcado por um distanciamento da família, pelos conflitos de identidade, por determinada angústia do futuro e o vazio do presente, o conflito interno entre uma vontade de individualização, de autonomia e a dependência objectiva e subjectiva da família, a necessidade de experimentação do risco, a pressão do grupo de pares.

O álcool, o tabaco e a cannabis são as substâncias apontada por todos os estudos, como aquelas mais consumidas junto dos adolescentes, sobretudo pelos rapazes e tais consumos tendem a aumentar com a idade.

Para Hirschi (1969 in Carvalho, 2003), as práticas delinquentes e a ausência de relações afectivas positivas, compensadoras, com os progenitores, consubstancia um dos principais factores de risco para o consumo. O consumo de drogas pode assim, ser uma ramificação de uma condição de desviante, que pode comprometer o futuro, e que não só rompe com o estabelecido como ainda faz emergir uma reacção societal.

## **Conclusão:**

A ideia de desvio apela assim a todo um conjunto de interacções entre os seres de uma sociedade, de um grupo, de um macrocosmos envolvente bem como a todo o sistema normativo adoptado pelos actores. Refere-se à quebra de uma ordem social estabelecida, à introdução de ruído num esquema uniforme e regular num modelo de entendimento. Não se trata unicamente do afrontar a sociedade, as normas vigentes, mas também diz respeito à reacção societal face a esse comportamento visto como “disruptivo”. Tem-se assim o objecto – o acto cometido – e o subjecto – o sujeito que reage e toda uma trajectória de vida construída numa relação permanente entre o domínio heterodeterminado e autodeterminado.

O conceito de desvio está muito para além de um mero considerar estatístico, psicopatológico ou sociológico. Terá este conceito que ser situado entre a normatividade de uma qualquer sociedade, a frequência e a qualidade dos actos desviantes e o seu sistema sancionatório formal e informal. Estes comportamentos são aqui divididos entre associais e antisociais, entre voluntários e involuntários, entre desvio primário e secundário, embuidos de uma certa relatividade espacial, cultural, social.

Através do saber sociológico e da teoria do controlo social, da teoria da análise estratégica e da teoria do interaccionismo simbólico, o desvio surge como resultado de um processo de socialização marcado pela precariedade, condicionado pelos reforços positivos e onde o sentido de autodeterminação e de heterodeterminação se cruzam.

O desvio como acção colectiva, jogando-se na relação entre desviantes e restante sociedade, a ausência de conformidade social, as falhas de controle social, a pressão do grupo de pares, a desigualdade de oportunidades, a procura dos reforços positivos imediatos e a produção de grupos marcados pela subcultura, a adolescência como um período de moratória psicossocial favorecedor do agir imediatista, são aqui dissecados como elementos originadores de comportamentos desviantes na adolescência.

Por outro lado, os modelos desenvolvimentais, enfatizam a adolescência como núcleo de explicação dos actos desviantes, destacando os processos de construção da identidade na definição de condutas comportamentais.

Como variável independente dos construtos teóricos aqui mencionados, tem-se os factores de risco e factores protectores, como variáveis entre as quais se joga as carreiras ou os comportamentos anti sociais, onde se inclui o consumo de drogas.

***“O espaço tem sido humanizado através do tempo, e do homem vem recebendo marcas indeléveis. Mas abordar o espaço social é igualmente estudar a forma como a natureza origina no homem estados de exaltação e condiciona os sistemas de interação”***

***Fernandes, 1999***

## **I.2. Os CONTEXTOS DESQUALIFICADOS E A SUA VERTENTE PSICOTRÓPICA, ENQUANTO PRODUTOS E PRODUTORES DE VULNERABILIDADES:**

A necessidade de aqui se explorar o conceito de contexto desqualificado e a forma como este pode produzir e reproduzir vulnerabilidades, sendo simultaneamente causa e consequência de constrangimentos, surge intrinsecamente da própria natureza deste estudo. Por um lado, porque uma das condições da amostra é os jovens inquiridos serem oriundos de meio desqualificado e ainda porque a figura dos consumidores sobre a qual se pretende extrair opiniões, posições e atitudes, habita, percorre e está muitas das vezes conotada com esse tipo ambientes.

Com o crescimento abrupto das cidades no final do séc. XIX, surgem muitos dos problemas de exclusão e desvio que hoje conhecemos, este fenómeno acontece em Chicago e na Europa de uma forma geral, com contornos muito semelhantes. De resto a Escola de Chicago emerge da necessidade do estudo destes mesmos fenómenos de desvio e a grande tradição do estudo dos espaços, do urbano na sua relação com a trajectória humana surge a partir desta escola com autores como Ernest Burgess e Robert Park, entre outros. Isto mesmo nos refere Fernandes (1999) *“ A industrialização, tema central de reflexão sobre a modernidade, desencadeia um processo alargado de urbanização, alterando o ecossistema tradicional da vida humana. A produção industrial leva à concentração da população à volta das fábricas. Como resultado deste processo, o tecido urbano estende-se e adensa-se”* (pp: 121).

Lisboa e o Casal Ventoso (Chaves, 2000) e o próprio Porto, de que é exemplo a zona do Vale de Campanhã, passaram todos eles pelo mesmo processo e em traços gerais, este pautou-se por um grande fluxo de trabalhadores vindos de zonas rurais para as zonas que haviam recentemente sofrido um “boom” industrial, mas que não tiveram capacidade de absorção de todos os trabalhadores nos circuitos formais de trabalho nem no mercado habitacional disponível.

No caso particular do Porto, este movimento migrante resultou também do desenvolvimento do comércio do Vinho do Porto que atraiu muita gente vinda



de Lisboa. O Porto assiste ao seu crescimento a partir da segunda metade do século XIX, devido à construção de novas vias (estradas e caminhos de ferro), ao aumento da indústria e consequente atracção de população emigrante que tentava contornar uma crise da agricultura, no entanto aqueles que conseguiam emprego muitas das vezes continuavam num ciclo de exclusão provocado pelos baixos salários (Cardoso e Pimenta, 1994)

As casas já existentes tornam-se insuficientes perante tão grande fluxo populacional ou então esta massa de gente acabava por não ter possibilidades económicas para ingressar no mercado de habitação disponível. Assim surgem os bairros de lata, as ilhas, as barracas. Refere Rodrigues na sua tese de Mestrado (2002) logo na introdução, que *“...a partir da industrialização, ao referirmos o urbano, temos quase que obrigatoriamente pensar a especialização desigual e inerente marginalização social e espacial”* (pp: 4). Para além destes condicionalismos “mais ou menos involuntários”, no que se refere a Lisboa, como de resto em outras cidades e países, houve uma intenção clara de afastar essas camadas de população excluídas do centro (idem).

A partir daqui entra-se num ciclo vicioso e de escalada que passa pela ausência de recursos económicos, sociais, simbólicos e culturais, segue-se a entrada num mundo de exclusão que “obriga” ao inventar de estratégias de saída da situação que podem passar pelo desvio, o qual encontra as condições óptimas para proliferar (processos de socialização vividos horizontalmente, feitos sobretudo na rua, habitações sem condições de acolhimento o que propencia esta vivência na rua). A cidade moderna é agora elemento agregador da desordem e do desregrado, “ninho” de processos de exclusão, das figuras outsideers, local de drogas, de medo (Fernandes, 1998). São espaços à margem, espacialmente considerando, e marginalizados, socialmente pensados e construídos como tal, distantes do centro e marginalizantes, no sentido da agregação das condições favoráveis para tal. No entanto são espaços organizados, sempre organizados, pois tal como refere Chaves (2000) , estar excluído significa estar integrado de uma forma particular.

O espaço comporta relações sociais e transforma-as. O espaço acolhe as relações sociais e é perpassado por um triângulo composto pelo lugar, pelo social e pelo cultural (Fernandes, 1999).

Segundo a psicologia ambiental, o espaço contempla uma dimensão cognitiva – limites espaciais construídos e interiorizados por cada pessoa e independentes dos limites físicos -, uma afectiva – onde se inscrevem as vinculações, os laços afectivos as identidades espaciais comuns, as representações colectivas, e por último uma dimensão avaliativa – referente ao status de um espaço, ao seu capital simbólico, ao quão é valorizado ou desvalorizado (idem).

O espaço é produzido pela acção social humana, é espaço real, objectivo e espaço cognitivamente construído, influenciador da acção colectiva e “operário” do self. Este espaço desqualificado, seja bairro, ilha ou acampamento, tem os seus muros objectivos bem como o seus muros cognitivos, estes, nem por isso menos edificados que aqueles. As fronteiras são físicas, sociais e psicológicas. O “psi” também é o resultado da interacção com o meio ambiente, relação esta para que a Psicologia ambiental vem chamar atenção, os processos psicológicos na relação como o espaço, enquanto produtos e produtores de comportamentos. O espaço nas suas dimensões social, temporal e físico e o ser humano na interacção com os vários ambientes que o rodeiam. O ser humano na relação indissociável com o ambiente físico, social, temporal e com a mudança inerente, bem como na relação com a interacção de outras pessoas (Rodrigues, 2002).

Esses espaços são desqualificados, numa relação interactiva e simbólica com os outros espaços e seus habitantes, são desqualificadas porque os seus habitantes acumulam vulnerabilidades (baixos recursos escolares, pobreza económica, precariedade laboral, desafeição ao trabalho, carreiras desviantes como mecanismo de contornamento de uma vivência desvalorizada, a valorização do imediato, socialização intimamente ligada a actividades desviantes). Os espaços desqualificados apresentam, não raras vezes, casas construídas de má qualidade, falta de recursos dos seus moradores, falta de uma organização potenciadora de uma afirmação da condição de cidadania.

As populações aqui residentes têm na sua maioria origem rural, e são “mergulhadas” num conjunto de constrangimentos e vulnerabilidades: altas

taxas de abandono escolar, índices elevados de analfabetismo e iniciação precoce da vida activa (Cardoso e Pimenta, 1994; e Gros e Queirós, 2002) devido a dificuldades económicas, casamento precoce e gravidezes prematuras. Uma população cujo sector feminino encontra sobretudo emprego em actividades ligadas aos serviços domésticos (idem), portanto profissões desvalorizadas e mal remuneradas, e os homens dedicam-se sobretudo à construção civil, situações de grande precariedade laboral e acumulando vários problemas de saúde (Cardoso e Pimenta, 1994).

Num estudo levado a cabo pelas autoras Gros e Queirós (2002) em 3 bairros de habitação social da cidade do Porto, estas concluem que as habilitações escolares dos pais têm um relacionamento directo com as taxas de insucesso escolar registadas nas gerações dos filhos embora estes sejam portadores de maior nível de escolaridade. Os pais enquadram-se na sua esmagadora maioria na classe operária e as autoras referem que estas pessoas habitam territórios marcados por uma grande taxa de insucesso escolar ou uma situação de “insucesso relativo<sup>3</sup>” (idem, pp: 42), a desafeição ao trabalho manual é ainda um factor marcante registado neste estudo, curiosamente aquele tipo de trabalho onde haveria maiores possibilidades de integração. A vida activa é iniciada muito cedo e as mulheres desempenham as suas funções essencialmente no sector terciário, mas nas actividades menos qualificadas, com vínculos laborais bastante precários - eles e elas - ou mesmo actividades clandestinas.

Estas condições têm uma grande probabilidade de redundarem numa trajectória de vida destruturada, numa “*destruturação pessoal*” (ibidem, pp: 121) podendo conduzir a uma situação de exclusão social que pode assumir uma vertente de trajectória desviante.

São desqualificados, porque estão organizados “eco-socialmente” ditando e reproduzindo constrangimentos, ou seja, os habitats são percorridos por características homogéneas - que contribuem também para toda a homogeneidade dos seus habitantes, resultante de um agregamento nos mesmos espaços de pessoas que vivenciam condições muito semelhantes de

---

<sup>3</sup> Esta expressão refere-se a um “arrastar-se” pelo sistema de ensino no limiar constante da reprovção.

existência, tais como o estatuto profissional, o capital social, simbólico, cultural e étnico - que condicionam o seu processo de socialização no mesmo sentido. Denota-se nestes contextos uma ausência ou mesmo carência de equipamentos sociais que surjam como estruturas alternativas de um processo de socialização disfuncional, surgindo deste modo consequências que são simultaneamente causas: a rotulagem negativa desses habitats e dos seus habitantes, projectos de vida quartejados por um percurso escolar também ele interrompido prematuramente e consequentes processos de exclusão impeditivos do acesso ao emprego ou fomentadores de emprego precário. Estes territórios fomentam e reproduzem assim todo um sistema de desigualdades sociais, constringindo os seus habitantes na direcção da privação cultural, relacional, social, simbólica e económica.

Estes cenários se bem que não comportam um carácter determinista e fatídico, é certo que podem comprometer um processo de socialização primária. Os seus habitantes transportam saberes desvalorizados, os territórios enfermam de sobredensidade populacional (Rodrigues, 2002), a ascensão social vê-se ameaçada, as condições de existência são vulneráveis, as condições habitacionais precárias, redes de participação social pouco diversificadas e resumidas ao seu contexto de socialização, para o que concorre o processo de estigmatização a que estão sujeitos. Estas populações caracterizam-se por uma grande homogeneidade sócio cultural e frequentemente por uma “baixa mobilidade social e espacial intergeracional” (Chaves, 2000). Um self “ferido” por assumir esta desvalorização, baixas expectativas escolares, uma escola que não os reconhece e que não é reconhecida por estes. Desenvolve-se um terreno propício à disseminação de uma cultura da pobreza, num espaço deficitário e sem alternativas capazes de gerarem uma socialização primária “funcional” e forjada pela “normatividade”.

Todos estes constrangimentos enunciados e “cruzados” com uma determinada organização espacial, optimiza as condições para a proliferação da “droga” nas suas funções de consumo e de actividade comercial e seus adjacentes.

Alguns destes territórios foram-se transformando em verdadeiros territórios psicotrópicos (Fernandes, 1998), competindo ferozmente com outros de natureza idêntica, pela conquista e fidelização da clientela. Cada “filho do

bairro” (Chaves, 2000), tem a possibilidade - maior ou menor - de fazer a sua carreira no desvio.

A conduta dos indivíduos que habitam tais territórios é heterodeterminada<sup>4</sup>, entre outros factores, por uma interacção com a sociedade normativa e com a influência de um determinado espaço topográfico (Fernandes, 1998). Aquele espaço objectivamente observado, físico, palpável vai ditar comportamentos, tem “vida própria”. Tal abordagem parece mesmo saída de um livro do 1º ciclo de meio físico e social, “*o ambiente influencia o homem e o homem é influenciado pelo ambiente*”.

Para Fernandes (1998), estes lugares são psicotrópicos<sup>5</sup> porque conseguem reunir em si 4 elementos: o elemento droga como desencadeador de um clima social de solidariedades, de representações comuns; a exclusão e a pobreza a que aquelas pessoas estão sujeitas procurando na economia informal e subterrânea e nas actividades ligadas ao comércio de droga (venda, vigia, receptação de produtos roubados, cedência de apartamentos para servir de locais de consumo ou para guardar o produto de um outro alguém, venda de seringas e pratas, capiadores<sup>6</sup>, “enfermeiros”<sup>7</sup>, e muitos outros) uma saída para a sua situação de extrema pobreza bem como uma forma de reconhecimento social naquele meio. O autor refere ainda a “potenciação ecológica”, ou seja, os bairros sociais são locais arquitectonicamente fechados sobre si mesmos e perversamente afastados da cidade normativa, da rede de transportes. Assim aquilo que aniquila os habitantes do bairro é também aquilo que lhes permite augurar uma saída para a sua situação de exclusão social, o espaço, este

---

<sup>4</sup> A utilização deste termo não indicia qualquer orientação no sentido de desvalorizar o peso da autodeterminação do comportamento humano, simplesmente o que aqui interessa é a influência do espaço desqualificados no comportamento humano

<sup>5</sup> Luís Fernandes caracteriza-os como locais de concentração de actores sociais das drogas com objectivos e estilos de vida comuns. Zonas a evitar pelo cidadão comum, marcadas por interacções comunicacionais minimalistas. Local de convívio e de controlo policial, acossado, rotulado e marcado por incursões mais ou menos violentas das forças policiais. São zonas quentes interagindo entre si em verdadeira relação de partenariado

<sup>6</sup> O termo capiador refere-se ao indivíduo que serve de intermediário entre o “dealer” e o cliente e em troca recebe uma determinada quantia de produto para alimentar a sua “viceira”.

<sup>7</sup> São os indivíduos que deambulam pelo bairro, os junkies experimentados e que injectam os outros em troca do algodão usado, retirando daí ainda alguns resquícios de substância.

constrange e protege. Por último, está-se perante contextos que permitem uma aprendizagem através da associação diferencial,<sup>8</sup>havendo uma maior exposição e probabilidade de vivenciação de comportamentos desviantes por parte dos adolescentes.

Longe da cidade normativa, longe da integração, reside a falta de recursos, a falta de um trabalho valorizado, a falta de formação escolar e profissional, e o desvio “ali tão perto”, o isolamento social, simbólico, cultural e económico.

Os espaços desqualificados caracterizam-se por actos epanáforas e quotidianamente repetidos que quando vêm juntar-se à categoria de desqualificados a categoria de psicótropicos, tal “devir” constante dos actos agudiza-se. Os actos que já o eram ritualizados sofrem agora uma “afinação” rumo à protecção colectiva, ao domínio mais completo do território, *“Ritualiza-se o espaço para o apropriar e apropria-se para o ritualizar”* (Fernandes,1999. pp: 120). O controlo social atenua-se e dá origem a uma necessidade de testar os vínculos e os laços de vizinhança como forma de vigiar e garantir os sentimentos de pertença. Representa esta, uma outra forma de controlo social, interna e microscópica que expia possíveis “outsiders” ao próprio sistema montado, neste espaço já de si fora do sistema normativo.

O espaço que entretanto se tornou comunitário, de práticas comuns e disseminadas pela colectividade, vai difundir elementos solidificadores de uma identidade social e pessoal dos seus habitantes. Há todo um conjunto de representações colectivas e sentimentos de pertença, de sentidos comuns e de vínculos interpessoais, todo um património de representações comunitárias (Chaves, 2000) que vão ditar práticas e que podem até “servir de escudos” a práticas desviantes que não deixam de ser condenáveis mas “sentidas” como justas ou como um mal menor pela comunidade

Estes espaços são isolados, com fracas acessibilidades, ausência de equipamentos e rotulados negativamente. Tal como Chaves (2000) encontrou no Bairro do Casal Ventoso, cria-se muitas das vezes nestes territórios, de

---

<sup>8</sup> Os comportamento, atitudes e valores são apreendidos nas relações sociais, nos contactos, na convivência, de uns com os outros habitantes, convivendo entre grupos socialmente homogéneos. Há como que uma transmissão cultural que vai fazendo com que os mais novos vão sendo iniciados no desvio.

psicotropismo acentuado, verdadeiras estruturas de oportunidades ilegais que fomentam o negócio e permitem a sua manutenção em relativa segurança.

Interessa para o presente estudo perceber que o bairro e outras zonas de exclusão, como as zonas históricas e as ilhas, apesar de muito conotadas no imaginário do senso comum como locais por excelência de consumo e tráfico de heroína também registam cada vez mais o incremento das novas drogas e de novos padrões de consumo.

Os territórios desqualificados e excluídos são simultaneamente estruturas protectoras e securizantes para os seus habitantes naturais. Aquele território conhecem-no e é-lhes familiar, constitui uma redoma protectora. Segundo Fernandes (1998) referindo-se ao território “bairro social”, refere que este sentimento de protecção, resulta de uma rede de sociabilidades e de um percurso familiar aí construído. O espaço é apropriado, visando determinados objectivos que já aquando da sua construção indiciava isso mesmo, bastaram pequenos ajustes. O espaço passa de público – na sua génese – a privado ou pelo menos a semi-público à medida que vai sendo ocupado, tal como nos indica Chaves e como faz transparecer a expressão “filhos do bairro” (idem). O espaço é assim lugar de intimidade e familiaridade (Fernandes, 1999), local estranho para o outro e percebido como inseguro, porto de abrigo para os “nossos”.

Passar para o “lado de lá” causa ansiedade, faz emergir medos e sensações particulares. Este espaço desqualificado e defensivo permite um controlo sobre o mesmo, “*o domínio sobre a própria existência*” (Fernandes, 1999, pp: 108) a fuga à normatividade, e o proveito de o habitar, pois da fama já não se livram.

Estes territórios são normalmente conotados com actividades marginais, delinquência e actividades desviantes de uma forma geral. Na verdade, o senso comum nem sempre está completamente desfasado da realidade constatada “cientificamente”, pois, excluindo alguns erros grosseiros de cálculo, generalizações bárbaras e obstáculos epistemológicos muitas das vezes tão bem fundamentados que mais parecem verdadeiro pensamento ordenado por uma engenhosa metodologia científica, alguns destes territórios confirmam tal (pre)conceito previamente estabelecido.

O desvio é causa de uma rotulagem depreciativa, o desvio é consequência de um espaço organizado segundo determinadas intenções, que melhores locais para proliferar o desvio que aqueles onde se agrega a falta de oportunidades sociais e a consequente exclusão social à arquitectura sombria, recôndita, adversa, labiríntica que permite dar aso a actividades longe da normatividade. Sítios marcados por uma *“monotonia da sua arquitectura”* (Rodrigues, 2002, pp: 37), alguns destes locais se tivessem sido propositadamente concebidos para o efeito que agora assumiram - locais por excelência de desvio - nem assim teriam sido melhor arquitectados, as actividades e as carreiras desviantes encontram assim território fértil.

Num estudo etnográfico desenvolvido no “ex”- Casal Ventoso, Chaves (2000) regista que há aqui todo um conjunto de representações que permitem o desvio e mais especificamente o tráfico de droga, refutando neste caso específico a presença de uma subcultura delinquente como “móvil” do tráfico de droga, *“...não se encontram quaisquer valores e crenças diferenciados que legitimassem o tráfico, nem sequer uma omissão dos valores que condenam esta actividade. Menos ainda se deparou com um «sistema de valores independente» construído em torno das actividades ilegais e generalizado à população.”* (Chaves,.2000, pp: 897).

O habitar territórios desqualificados denota desde logo uma situação de exclusão social, de precariedade e insuficiência de recursos. Vive-se ali porque não se conseguiu ter acesso a outro tipo de mercado de habitação, a outro território.

O espaço que aqui se aborda é aquele que foi sujeito a uma descontinuidade, a uma abrupta interrupção geradora de um maniqueísmo representacional, quer nos que ficaram do lado de cá/lá quer dos que ficaram do lado de lá/cá. A falha representacional e física que separa as duas cidades que são uma só é também uma “falha narcísica” impelida naqueles que ficam do lado desqualificado. Perante o estigma, indica Paugam (in Queirós e Gros, 2002) que os jovens oriundos deste tipo de contexto tendem a reagir através de três tipos de estratégias diferentes: *evitamento* (revela necessidade de protecção e consiste num afastamento de relacionamentos com quem é estigmatizado, procurando a não identificação com estes. São atitudes marcadas por um orgulho pessoal, por uma defesa pessoal), a *reconstituição das diferenças*



(marcada por uma depreciação dos comuns através da invocação das diferenças pessoais e exaltação do seu estatuto pessoal, embora aqui os outros não sejam encarados como indesejáveis mas como inferiores), o *desvio do estigma ou do descrédito* (há aqui um distanciamento em relação aos seus semelhantes, rejeita-se os outros e centra-se nos outros a culpabilização do estigma que atinge todo o território, espaço ou grupo).

É o território profano em litígio com o sagrado, a periferia lugar de pecado contra o centro habitáculo do virtuosismo, o mundo moderno e desenvolvido em oposição à ameaça do mundo retido no seu estado arcaico, o macrocosmos formal e o microcosmos informal e desorganizado, o mundo rico e opulento e o mundo pobre e submisso, a parte segregada e exclusora e a parte inclusora, o “in” e o “out”, o “up” e o “down”, “ser ou não ser” eis o espaço. A cidade normativa versus a cidade bunker, o espaço latente e aberto e o manifesto e recôndito, a cidade interna opondo-se à externa, o puro lutando hercúlianamente contra a contaminação do impuro, o mundo palco e pronto a ser visto e consumido de costas voltadas ao interdito e lugar de perdição, o espaço que vive das actividades obscuras passadas à noite e o espaço feito luz, no fundo, na velha tradição judaico-cristã, o eterno “bem contra o mal”.

A cidade, esse contínuo construído cognitivamente, para além de fisicamente, como um descontínuo, “*A produção do espaço cria, nos habitantes da cidade, uma visão dicotómica, onde a identidade de um lugar é construída nomeadamente por oposição a outros lugares*” (Rodrigues, 2002)

Na mesma cidade, no mesmo espaço ser habitante de uma ou outra parcela é ter diferentes estatutos sociais, é construir selfs distintos, identidades e estilos de vida divergentes, comunidades de representações díspares.

Estes dois mundos não emergem do acaso, surgem intencionalmente através de uma vontade económica – consubstanciada num determinado sistema económico – e surgem emanadas por uma acção política que estende o “tapete vermelho” às “*estratégias de classe*” (Fernandes, 1999, pp: 117) produzidas no seio do sistema económico capitalista.

O espaço relegado e assim organizado é um espelho das relações de poder que perpassam toda a sociedade. Embora se pretenda fugir a uma tomada de posição mais centrada numa perspectiva “consensual ou conflitual”, basta o

recorrer à Escola de Chicago – escola fundada no Império do sistema – para a análise não poder sair muito dos parâmetros aqui delineados.

Em última instância está-se perante um problema de cidadania, de castração de oportunidades e direitos.

### **Conclusão:**

Os contextos desqualificados, comportam “factores de risco” sociais que fazem deles potenciais territórios psicotrópicos e de desvio.

Desde finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, até aos dias de hoje as cidades de Chicago, Lisboa e Porto – entre muitas outras – foram percorridas por um fio condutor, pautado por uma grande compressão demográfica (veja-se o caso da litoralização ocorrida em Portugal, muito vincada nos últimos 30 anos; Salgueiro, 92), de sujeitos que acumulavam todo um conjunto de vulnerabilidades, “empurrados” para territórios relegados e relegadores.

O espaço é aqui apresentado na sua dimensão psicológica, social, económica, temporal, simbólica, cultural e física, enquanto elemento regulador de relações sociais e manuseadores da vida dos sujeitos e do seu “eu”.

O espaço desqualificado, por vezes psicotrópico, forjador do self e das relações sociais.

***“Entre outras formas possíveis o Ocidente civilizado decidiu problematizar o facto da introdução de certas substancias vindas de outras culturas nos hábitos culturais de consumo como sendo um mal individual e colectivo que importa “debelar” a todo o custo, por todos os meios, e por obra de todos. O consumo de drogas, hábito profundamente inscrito na história antropológica e, assim construído como fenómeno e de valor negativo: O flagelo da droga”. Socialmente como entidade fenomenal trágica, a “droga” entra na experiência do sentir comum como objecto, coisa em si, de natureza maligna, elemento de crise perturbador da “vida boa” das sociedades, das instituições e dos indivíduos”***

***Agra, 1995***

### **I.3. CONSUMOS DE NOVAS DROGAS/VELHAS DROGAS: O REGRESSO AO FUTURO:**

Situando-se este capítulo numa dimensão que pretende explorar os vários conceitos que serão dissecados ao longo do presente estudo, ir-se-á aqui começar por fazer uma breve introdução ao percurso histórico das duas substâncias em questão – heroína e ecstasy - para depois o enfoque incidir sobre as propriedades farmacológicas e efeitos bio-psico-sociais<sup>9</sup> de ambas as substâncias. O que significa o consumo de cada uma destas substâncias sobre as quais incide o estudo e ainda os tipos de consumo, são temas que fazem parte deste capítulo.

A palavra “droga” arrasta consigo todo um significado, toda uma carga construída socialmente e que muitas das vezes reduz o fenómeno ao mais grotesco dos obstáculos epistemológicos. Não havendo uma única e absoluta definição de droga, é no entanto possível estabelecer como que um “lençol” de características que podem contribuir para um científico aprofundar do tema. Associado à palavra droga está toda uma carga ideológica que a diaboliza<sup>10</sup>. A questão da adicção física e psicológica, a degradação social, a ideia da prisão eterna, a ilicitude destas substâncias, a degradação da saúde relacional, as alterações do humor e do estado natural da consciência, do comportamento do indivíduo sob efeito ou sob ausência das substâncias, os comportamentos desviantes associados (Neto, 1996).

A divisão e categorização das diferentes drogas em leves e duras, a ideia da escalada quantitativa acompanham o universo simbólico da palavra droga.

---

<sup>9</sup> A dimensão social será alvo de “leves pinceladas”, visto que encontra-se acentuadamente exposta no capítulo seguinte (I.4).

<sup>10</sup> Segundo Romani (1999, in Vasconcelos; 2003; pp: 14), “...as torrentes de intensa emocionalidade associadas, enquanto “palavra – fetiche”, ao termo «drogado» resultam da difusão e integração na vida social de um conjunto de atributos como os apontados por Lindesmith.”

Segundo Richard (1995), são substâncias xenobióticas, substâncias estranhas ao organismo sem valor nutritivo, com efeitos somáticos no organismo e efeitos psíquicos ao nível do espírito.

Aquilo que uma sociedade considera droga está intimamente relacionado com aquilo que uma sociedade constrói como objecto droga e toda a carga que adiciona a esse objecto.

Todas as drogas são venenosas ou tóxicas em potência, dependendo do uso que se faz das mesmas (Escohatado,1992). As anfetaminas podem ser administradas sob uma perspectiva terapêutica ou como uma droga de abuso, o café pode assumir-se como uma droga de abuso com graves consequências bio-psico-sociais. O efeito e as propriedades farmacológicas estão sempre lá, agora os efeitos e a procura destes é que assumem tonalidades bastante díspares. Substâncias como o ecstasy ou mesmo a cocaína foram em tempos usados como produtos com indicação terapêutica ou o contrário também não deixa de ser verdade, tal como refere Escohatado (1992), na Rússia beber café foi em tempos considerado crime.

A palavra droga é de origem Grega, do termo “Pharmacon” e elemento fundamental no avançar para o termo droga, depende em grande medida da dose administrada, da pureza da substância e das condições de acesso ao produto (idem).

Um critério de classificação da substância enquanto droga é o estar-se na presença de uma substância psicoativa que afecta o sistema nervoso central modificando o comportamento do indivíduo e interagindo directamente no organismo, modificando as suas funções, cujos efeitos dependem do tipo de substância e das suas propriedades, das expectativas individuais, o estado de espírito, da personalidade do consumidor, e da cultura onde se está inserido (Diaz, 1998).

Com efeito Diaz (idem), considera ainda que o fenómeno da droga e da toxicodependência tem que ser analisado à luz da relação e interrelação dos elementos droga, sujeito e contexto. A utilização exclusivista de uma destas grelhas de análise é reducionista.

Embora não havendo um postura consensual quanto à classificação exacta e claramente tipificada das várias drogas, as várias classificações existentes apontam todas no mesmo sentido quando se trata de classificar a heroína, o

que já não é tanto consensual relativamente às drogas da moda, ou novas drogas ou ainda drogas de síntese.

A heroína é unanimemente incluída na categoria das drogas depressoras (Delay e Deniker in Richard, 1995; Escohatado, 1992), e o MDMA, o vulgo ecstasy, é incluída nas drogas de poder alucinógeno, que assumem diferentes designações para o mesmo “arrumo”. São drogas cujo poder alucinógeno é mínimo e como tal a sua inclusão neste grupo não deixa de causar algum “desconforto”. Para Chaves (1998) poder-se-á incluir o MDMA- ecstasy numa nova categoria, a dos entactogéneos, um pouco à imagem do que se faz vulgarmente quando se trata de classificar a cannabis.

É com a convenção de Viena de 1971 (in Richard, 1995) que pela primeira vez são contempladas as drogas de síntese, não derivadas de produtos naturais, capazes de criar dependência e de alterar o sistema nervoso central.

Em todo este estudo, acaba-se por tomar a parte pelo todo, ou seja, assume-se o ecstasy como representante mor das novas drogas, de um novo padrão de consumos, pois sabe-se que o termo incorpora várias substâncias. Simplesmente, considera-se aqui que o ecstasy socialmente está legitimado para assumir tal papel, *“Esta nublosa em torno das “pastilhas” dificulta a diferenciação até ao nível da sua nomeação. Daqui resulta que o ecstasy seja sinónimo de pastilha, mais do que a designação de um produto químico (MDMA).”* (Henriques, 2002).

Na tentativa de explicitar por completo os conceitos que assistem ao estudo, e embora constitua um pequeno desvio ao âmago deste capítulo, pare-se um pouco na tipologia do uso de drogas, visto que um dos preceitos da amostra é serem jovens não consumidores ou consumidores não problemáticos. Não obstante as várias classificações e apesar do conceito de “consumidor não problemático” estar desde logo sustentado<sup>11</sup>, recorra-se a Diaz (1998), que delineia 3 tipos de consumo. O recreativo, aqui consome-se para se divertir e para se relaxar não havendo lugar para um quadro de dependência ou problemas adjacentes ao consumo. O problemático, caracteriza-se por provocar danos mentais e físicos e sobretudo as implicações sociais que

---

<sup>11</sup> Este conceito reproduz o proposto pelo Observatório Europeu das drogas e toxicodependências (EMCDDA, 2000, 1997).

advém do mesmo, com prejuízos ao nível familiar e do sistema judicial. Está-se perante um consumo regular. Por fim, o consumo disfuncional, aqui o uso e abuso de drogas é responsável por graves consequências sociais e psicológicas, no fundo trata-se de um consumo compulsivo<sup>12</sup>.

O termo “consumidores não problemáticos”, situa-se exactamente no primeiro nível.

A história das drogas tem sido a história da medicina e da religiosidade e mais recentemente a história das artes, do hedonismo e até a história dos grandes conflitos armados. Relatos do consumo de substâncias de poder psicoativo são mesmo anteriores à era dos descobrimentos.

O ópio entra nos registos históricos desde o séc. X a.c., percorrendo todo o Império Romano assumindo funções terapêuticas entre outras.

Já nos sécs. VIII e IX há registos do consumo de ópio na Índia e na China, estes circunscritos a fins terapêuticos, aliás grande parte do continente Asiático utilizará por toda a idade média o ópio, que cumpre agora funções militares e terapêuticas.

Com a chegada dos descobrimentos o ópio entra nas rotas comerciais assumindo muitas das vezes lugar de grande destaque nas trocas comerciais, inclusive nas Portuguesas.

Paracelso, nome incontornável no enquadramento histórico das drogas do final do séc. XIV, defendeu de forma acérrima o uso das drogas para uso terapêutico e cria a bebida de nome láudano à base de ópio. Portugal deu o seu humilde mas importante contributo para a criação desta substância, visto que para além do ópio esta continha especiarias comercializadas por Portugal. Mas é com Thomas Sydenham que o láudano se dissemina pela população, depois deste simplificar a formula inicial de nome “specific anodyn”.

Na Índia, país produtor de ópio desde larga data, esta passa a partir do séc. XVI, a ser o maior gerador de receitas fiscais para o Estado devido ao consumo generalizado desta substância com objectivos terapêuticos.

A Inglaterra a partir do séc XVIII, é porventura o maior responsável pela difusão e popularidade do ópio no continente Asiático. Primeiro encarrega-se de propagandear os benefícios dessa substância miraculosa – em terra alheia –

---

<sup>12</sup> Ver o próximo capítulo em particular a nota de rodapé 16.

pela Índia, mais tarde na China e depois do hábito de consumir ópio se ter instalado e proibido – a literatura e o mundo cinematográfico descrevem bem este período – pois as autoridades Chinesas começaram a aperceber-se do potencial aditivo, chegando a estar prevista a pena de morte para os seus consumidores. Mas, como o mercado Chinês, tal como agora também outrora, era muito apetecível devido ao grande número de consumidores, a Inglaterra tenta-o conquistar à força, no verdadeiro sentido da palavra. Assim inicia-se a primeira guerra do ópio de 1839 a 1842. A China perde esta batalha para mais tarde perder toda a guerra, isto já na segunda guerra do ópio, esta entre 1856 e 1860, provocada pela “ofensiva prepotente” – a tradição é o que era - e unilateral da Inglaterra e pela forte resistência Chinesa à insistência por parte daquela em comercializar o ópio em todo o território Chinês.

A história afinal repete-se e a Inglaterra alcança os seus intentos, só terminando este comércio já em inícios do séc XX.

Mais tarde, a substância “bate-nos à porta”, iniciando-se o comércio e o consumo de ópio na Europa e na América e é também no séc. XIX que a morfina se começa a difundir como medicamento analgésico. Em 1817 descobre-se a morfina pela mão de Frederick Seturner, e esta nomenclatura resulta de uma homenagem ao Deus do sono Morfeu, devido aos seus efeitos (Richard, 1995).

Não é possível estudar separadamente a história da morfina da heroína, pois muito provavelmente toda a tecnologia dos consumos da heroína e que permitiu esta substância ascender a um lugar de tão grande popularidade, é herdada do manejo com a morfina. Com a invenção da seringa hipodérmica (1850) foi possível um alcançar-se de resultados bem mais eficazes do que os até então conseguidos com a sua ingestão e são então conhecidos os primeiros casos de dependência (Richard, 1995).

Em 1874 a heroína é sintetizada a partir da morfina por C. Wright. Deve-se à Bayer em grande medida a proliferação desta substância por toda a Europa, que é mesmo responsável pelo grande sucesso desta empresa, a par da aspirina. Em finais do séc. XIX a Bayer lança a heroína, tal como a conhecemos hoje, como medicamento. Além da aspirina, a heroína também era a “verdadeira a da Bayer”. Após se ter apercebido do seu grau de



perigosidade, da sua grande capacidade de provocar adição e da sua grande tolerância, esta é proibida nos inícios dos anos 30.

É também em Inglaterra, não exclusivamente, entre o séc. XIX e o séc. XX que o ópio vê o seu consumo aumentar, devido às “desumanas” condições laborais a que os trabalhadores eram votados e como sedativo para as crianças dos pais que trabalhavam de “sol a sol”.

No entanto à imagem de outras drogas, também a heroína começou por ser aceite e consumida de forma controlada por indivíduos inseridos socialmente, e só quando passa a ser consumida por grupos de jovens com ligações ao mundo do crime e desintegrados socialmente é que se proíbe o seu consumo (Escohatado, 1992).

Refira-se oportunamente que a prescrição médica de heroína data de 1920 (Fernandes e Ribeiro, 2002).

Nos anos 50, dá-se uma disseminação da heroína pelo globo, e deste comércio dependia e dependem várias economias.

A necessidade ou a procura de uma alteração do estado de consciência por parte do homem é imemorável, é pois um fenómeno intemporal, intergeracional, interclassista, e intercultural. O consumo de heroína apesar de algumas oscilações, foi aumentando no mundo Ocidental a partir dos anos 70, conhecendo actualmente um retrocesso pela Europa fora<sup>13</sup>.

A alteração de monta que levou atrás de si uma determinada reacção social, a qual se pode apelidar de ostracizadora e exclusora, foi em parte as proporções e consequências que resultaram, de um fenómeno a que muitos autores apelidam de “desterritorialização”, ou seja, o deslocamento de consumos enquadrados em determinadas culturas que a partir de um certo momento passam as fronteiras e “apanham desprevenidos” consumidores que não sabem lidar com os limites e a tecnologia dos consumos.

Historicamente, o MDMA substância base do ecstasy, é descoberto em 1912 pelos laboratórios Merck de forma accidental e só mais tarde, anos 50, o seu consumo ganha grande “êxito” junto dos soldados Norte Americanos. Embora já durante a 1ª guerra mundial tenha sido usado como forma de se aumentar a

---

<sup>13</sup> Esta afirmação é sustentada pelo capítulo III.1., deste documento.

resistência física dos soldados (Schuckit 1994, in Viana, 2002), só em 1976 se iniciam estudos pela mão de Shulgin (Escohatado, 1992).

É nos princípios do séc. XX que determinadas substâncias, onde se inclui o MDMA, começam a surgir.

O ecstasy acaba por surgir no “enfiamento” das anfetaminas em geral e do LSD em particular, que foram por sua vez sintetizadas a partir da efedrina.

Inicialmente comercializada pelos laboratórios Merck – a Merck está para o ecstasy como a Bayer para a heroína – com objectivos terapêuticos, vai acompanhar todo o séc. XX e inícios do presente século.

A reacção societal a esta substancia é bastante recente, tem cerca de 20 anos. Foi difundida e defendida por um grupo conhecido como “New Age” numa altura que era largamente usada em termos terapêuticos (idem) e proibida com a anuência da OMS e num percurso “natural” e usual, passa a ser comercializada no mercado negro, com todos os problemas daí resultantes, inclusive a adulteração do produto. Esta proibição acontece nos EUA em 1985 e é inserida no grupo I (substancias que oferecem maior perigosidade) das substancias controladas (Viana, 2002).

Usada até há muito pouco tempo em contexto terapêutico, tendo em Leo Zeff – psicoterapeuta - um dos seus mais proeminentes defensores (idem).

É após a proibição de consumo de MDA (pílula do amor) que o ecstasy conhece um maior incremento junta da população já adepta daquela substância (MDA).

Começa por ser largamente difundido nos EUA passando posteriormente para a Inglaterra e Espanha, *“Espana es el país en el que se data el inicio del movimiento al volver a Inglaterra los discjokeys que habían pinchado en Ibiza en el verano de 1987”* (Falcón, e Avillés, 2002, pp: 190)

Em meados dos anos 80, num movimento que de resto em muito semelhante aos de outras drogas – instala-se o “pânico moral”<sup>14</sup>, a opinião publica reage, e o “efeito boomerang” acontece, ou seja, a substancia deixa de ficar circunscrita a meios restritos para se amplificar o seu uso, num fenómeno já muito bem conhecido de “amplificação da desviância”<sup>15</sup>. Os meios recreativos acolhem-na de bom agrado e a reacção é a esperada. Os tentáculos do paradigma proibicionista atacam mais uma vez, os “empresários da moral”<sup>16</sup> estão agora apaziguados, os científicos têm mais um motivo para investigar, a comunicação social cumpria o seu papel e angariava audiências, portanto, “ordem natural das coisas” estava reposta.

Com a sua proibição, estas drogas passam a ser sintetizadas em laboratórios clandestinos (Gamella e Roldan, 1997; Eisner, 1995 in Falcón e Avilés, 2002)

Estas drogas e todo o conjunto das apelidadas “novas drogas”, acaba por conhecer o seu “boom” através das “rave partys”, que se estenderam por todo o planeta, desde Sidney, Londres e Manchester, Ibiza, Vietname até ao Algarve. Estas tiveram a sua origem entre a comunidade “gay” nos Estados Unidos da América e de Sidney e estenderam-se por todo o mundo (Chaves,1998).

A heroína é uma droga depressora do sistema nervoso central, com efeito sedativo, um opiáceo, logo com efeito de acalmia tal como as endorfinas produzidas naturalmente pelo organismo humano (Neto, 1996).

---

<sup>14</sup> Este conceito aparece pela primeira vez com Jock Young em 1971 (Machado, 2000) e mais tarde vai ser desenvolvido por Stanley Cohen mais precisamente em 1972/1987 (idem). Refere-se à multiplicação do efeito da reacção societal sobre determinado objecto que os media, os grupos de pressão, os políticos e a opinião pública em geral desenvolvem com o intuito de controlarem socialmente os comportamentos fomentando a polarização das posições entre o “bem” e o “mal”, criando um “bode expiatório” ameaçador da ordem estabelecida. Para Cohen esta figura emerge sobretudo em períodos de crise do “eu” colectivo (Machado, 2000).

<sup>15</sup> Este outro conceito surge no seguimento do primeiro, é “fase mais acentuada do pânico moral” (Machado, 2000; PP: 143)

<sup>16</sup> Este conceito é adiantado por Becker (1963), e refere-se às figuras sociais que consideram estar imbuídos de poder e legitimidade para defenderem a consciência, os interesses colectivos, a moral e os bons costumes (Machado, 2000).

É uma droga que induz o bem estar e tem a potencialidade de funcionar como analgésico diminuindo e até suprimindo dores físicas, e reduzindo a temperatura corporal. Muito conhecida pelo seu forte poder de adicção física. Pode ser fumada, inalada e injectada. No contexto Europeu, é sobretudo fumada, através da aspiração do fumo que resulta do seu aquecimento em papel de alumínio, e ainda consumida por via intravenosa através da seringa hipodérmica, com efeito imediato e mais prolongado. Muitas vezes surge associada ao consumo de cocaína e até como forma de contrariar os efeitos desta (speedball).

Com um efeito em muito idêntico ao da morfina tem a base da sua existência na papoila “*papaver somniferum*”. Comporta um poder psicoativo bem mais poderoso que o próprio ópio, devido à sua capacidade de concentração no cérebro. Conhecida por ser uma das drogas com maior capacidade de adicção, sendo mesmo conhecidos casos esporádicos de pessoas que após um ou dois consumos revelam todas os critérios de dependência. A necessidade de procura de prazer mistura-se ao fim de algum tempo com a necessidade de evitamento de desprazer, não se percebendo muito bem onde começam os reforços positivos e onde acabam os negativos e vice-versa.

Com efeitos ao nível do comportamento sexual, responsável em muitos casos por um retardamento da ejaculação, e por este motivo são conhecidos algumas situações de uso e abuso como forma de melhorar performances sexuais.

Segundo Neto (1996) responsabiliza o consumo de heroína pelo que apelida de “luto em diferido”, isto é o adiar das emoções e a substituição das relações. Destaca ainda a possibilidade da indução, por parte da substância, de um estado de plenitude e alegria que substitui as relações humanas, do bloqueio emocional provocado pela heroína. A felicidade bioquímica é substituída pela química, o prazer dos consumos substitui o prazer relacional.

Na sua origem, a heroína é um pó branco que após o contacto com o ar e ainda devido às impurezas das substâncias que entram na sua sintetização, torna-se castanho.

Com o consumo alongado no tempo, tende a reduzir a capacidade de memorização e atenção, causa entorpecimento mental, desencadeando um efeito hipodérmico e depressivo do cerebelo (Richard, 1995). O autor relata também os efeitos ao nível físico, como pele ressequida, enfraquecimento do

indivíduo, diminuição do ritmo cardíaco, náuseas, vômitos, contrações musculares, diminuição do ritmo respiratório e do volume urinário, diminuição da sensibilidade, “enfraquecimento” do sistema imunológico.

O uso continuado e crônico da heroína pelas mulheres aumenta a probabilidade de recém nascidos com baixo peso.

Estes efeitos referenciados nem sempre são consensuais em outros autores em outra literatura, e muitas das vezes são mesmo contrariados pela prática clínica de quem a exerce.

A neuroquímica demonstrou recentemente que o próprio organismo produz naturalmente substâncias em muito idênticas aos efeitos que a morfina e os opiáceos de uma maneira geral provocam no organismo humano, e que visam a diminuição das dores e dos tremores, em situações de stress físico e psíquico (Escohatado,1992). A heroína à imagem de outros opiáceos, inibe a libertação das endomorfina para os neurónios, fazendo com que o organismo humano as deixe de produzir naturalmente e extinguindo as suas reservas (Richard,1995). Os receptores tornam-se gradualmente menos sensíveis, obrigando inclusive ao aumento dos consumos, e o mal estar instala-se na ausência de consumos ou na ausência da produção natural e endógena pelo organismo, que entretanto deixou de as produzir provocando o síndrome de abstinência. O oxigénio que o sistema nervoso central produz diminui e os neurotransmissores são inibidos (Escohatado,1992).

Em média os sintomas provocados pela abstinência ocorrem entre 6 a 24 horas após o último consumo e com a duração entre 5 a 7 dias.

O DSM IV aponta ainda outro tipo de perturbações induzidas por opiáceos, onde se inclui a heroína, tais como o delírium por intoxicação, as perturbações de humor, disfunções sexuais, perturbações de sono.

Induz tolerância e a intoxicação origina sonolência, coma, entorpecimento acentuado ao nível físico e psíquico, contração das pupilas, ansiedade, inquietação, secura da boca e nariz, obstipação, espasmos musculares, vômitos e náuseas, lacrimejação, sudção excessiva, febre e insónias podendo este estado de intoxicação evoluir para a vulgarmente designada “overdose” que diminui a capacidade respiratória do indivíduo, levando a um estado de coma e até à morte (DSM-IV).

As “novas drogas”, como são aqui apelidadas, ou “drogas da moda”; “designer drugs”<sup>17</sup>; “drogas de dança” (OEDT, 1997 in. Pais,1999), são normalmente substâncias químicas, derivadas das anfetaminas ou do MDMA (metilenodioximetanfetamina).

São psicoestimulantes, aumentando a temperatura corporal. Drogas capazes de induzirem “percepção sem objecto” ou seja alucinações, e com grande poder de intoxicação. Em muitas das situações está associado ao consumo de cannabis, da cocaína e até do álcool, o que acrescenta um grande grau de perigosidade aos efeitos oriundos da própria substância. Efeitos como a rápida desidratação, os delírios, os estados de coma, paragens cardíacas e até as tentativas de suicídio são comportamentos registados com alguma regularidade.

O ecstasy, é frequentemente enquadrado na categoria das drogas alucinógenas. Estas são conhecidas pelo seu poder de modificação da percepção, podendo incorrer o seu usuário em períodos alucinatórios, ao nível visual e auditivo bem como em estados confusionais e psicóticos (Richard, 1995). As mais tradicionais substâncias pertencentes a esta categoria, são de origem vegetal e animal. No entanto, para além do famigerado LSD, tem surgido - a um ritmo quase tão alucinante como os próprios efeitos da substância – uma “gama” imensa de substâncias químicas e de síntese, produzidas em laboratório. Segundo Richard (1995), estas substâncias são conhecidas por se poderem revelar bastante activas em baixas doses.

Os alucinógenos em geral e o ecstasy (MDMA) em particular, fixam-se nos receptores da serotonina, desencadeando a libertação desta substância e de dopamina.

O ecstasy (MDMA) pode ser consumido por via oral, e embora nada frequente, via endovenosa, nasal ou sob a forma de supositório, portanto via anal (Viana, 2002)

O MDMA, o ecstasy como droga pertencente à categoria das alucinógenas - não obstante o reparo feito anteriormente e que a coloca numa categoria à

---

<sup>17</sup> O termo “designer drugs”, porque eram utilizadas para consumo recreativo e como tal e para se tornarem mais apelativas e como estratégia comercial “é feito um desenho que varia na superfície da substância, embora hoje o termo não se cinja exclusivamente ao mdma mas a toda um leque de substâncias psicoativas da categoria das alucinógenas.

parte -, desenvolve tolerância. O MDMA é uma substância resultante do MDA que por sua vez é o resultado da mistura de óleos provenientes da noz moscada, do açafrão e da baunilha, entre outras, com amoníaco (Escohatado, 1992). Embora não provoque síndrome de abstinência, origina frequentemente crises de ansiedade após a interrupção dos consumos. O MDMA, com um efeito de duração aproximado das 6 horas, provoca ainda frequentemente insónias, fadiga e tonturas, músculos das mandíbulas duridos, perda de equilíbrio e cefaleia (DSM IV). Provoca e sublima a empatia, desencadeando uma grande abertura o que resulta da conjugação entre as moléculas mescalínicas e metanfetamínicas contidas no MDMA (Escohatado, 1992). Provoca hipertensão arterial, taquicardia, diminuição das capacidades cognitivas, onde se inclui a atenção.

Corroborando o acima referido Falcón e Avillés (2002, referem que o ecstasy induz estados emocionais positivos, maior sensibilidade e empatia e facilidade de comunicação.

Indicada e utilizada por terapeutas para casos de frigidez, impotência sexual de causa psicológica, disfuncionalidades familiares, desmotivação, problemas de auto-estima, medo, entre outras situações.

Muitos dos “prejuízos” que advêm do consumo de ecstasy, não resultam directamente da substância que se pensa estar a consumir, mas de produtos associados, como a estricnina, a fenciclidina e anfetaminas, (idem).

A ansiedade, alterações do humor, a depressão acentuada, défices de discernimento, alucinações, sinestésias, sudção, palpitações, alterações da visão, tremores, etc, são tudo sintomas que podem advir do consumo de ecstasy. Aquilo que começou por ser um agradável estado de euforia dá lugar a estados profundos de ansiedade ou depressão.

Os relatos de Flashbacks –*“recorrência transitória de perturbação de percepção reminescentes das experiências durante uma ou mais intoxicações de alucinógenos prévios”* (DSM IV, pp: 238)”- induzidos pelo consumo de alucinógenos são frequentes, dependendo do alucinógeno em questão. O delírium por intoxicação, a perturbação psicótica.

Ao MDMA podem ser atribuídos três tipos de efeitos: os de tipo anfetamínico fornecendo ao seu consumidor efeitos enérgicos, de tipo alucinógeno, que faz com que o indivíduo se torne mais sensível ao nível sensorial e altera a

percepção e por último efeitos entactógeneos que é responsável pelo facilitar da comunicação, aumento da sensibilidade e incremento da empatia (Falcón e Avillés, 2002).

### **Conclusão:**

A palavra “droga” comporta no domínio do senso-comum, uma carga simbólica muito “vincada”, toda uma representação social negativa. A definição de “droga”, mesmo em termos científicos, oferece uma maior dificuldade do que à partida se possa pensar. No entanto, pode-se a questão centrar, sobretudo, no uso que cada um faz de substâncias farmacológicas, de poder psicoativo. A questão terá que se centrar na relação entre o indivíduo que consome, a substância que ingere e o contexto onde o faz.

A heroína, droga depressora por excelência, e o ecstasy, algo entre o alucinógeno, o entactogeneo.

O percurso histórico da heroína começa no do ópio. Desta substância há registos desde o séc. X a.c.. Chegou a ser usado para fins terapêuticos , por motivos bélicos. Em 1874 a heroína surge como o resultado de um processo de sintetização, a partir da morfina. Os anos 70 representaram um marco ao nível do consumo desta substância.

O ecstasy (mdma), é descoberto em 1912 pelos laboratórios “Merck”. Foi usado para fins militares e a partir dos anos 50 granjeia grande fama entre as forças militares Norte Americanas. No decorrer dos anos 80, através das famigeradas “rave partys”, difunde-se massivamente o ecstasy.

Cada uma destas substâncias, ou o seu consumo, acarretam consequências ao nível bio-psico-social.



***“Por outro lado, neste nosso tempo de tanta manipulação do corpo, dos implantes às tatuagens e piercings, a identidade chega a ser uma ficção tão complexamente construída – social, política e cientificamente- que assume em certos casos as características de uma verdadeira prótese, uma prótese, uma próteses imposta e oportunamente naturalizada.... ”***

***In Prefácio***

***Ramalho e Ribeiro (orgs), 2001.***

#### **I.4. ESTILOS DE VIDA E IDENTIDADES SOCIAIS- DO JUNKIE DA CASTANHA AO JUNKIE PASTILHADO – PARA UMA CARACTERIZAÇÃO:**

Como se agrupam as figuras consumidoras de “carreira”, de heroína e de “pastilhas”? Que processos, que referências culturais, que representações partilham, que forma têm de estar na vida? Gostos comuns, aspirações partilhadas, que objectivos assumidos? Quem são? Que redes sociais habitam? Como se sentem enquanto grupo? Como vêm essa pertença?

São estas e outras questões que servirão de “filão” ao desenvolvimento deste capítulo. Assim, inicia-se com uma breve referência ao que se pretende aludir quando se fala em estilo de vida ou identidades, isto em termos puramente abstractos, para depois descrever-se de que forma estes conceitos absortos, se materializam nas populações analisadas.

Obviamente que não é finalidade deste trabalho, explorar exaustivamente o conceito de identidade social ou colectiva ou ainda de estilo de vida. No entanto, a necessidade de abordar tais conceitos emerge quase que espontaneamente dos objectivos deste estudo.

Por identidade colectiva ou social entenda-se todo o conjunto de aspectos que são integrados pelo indivíduo, num processo consciente e inconsciente, num diálogo continuo consigo próprio e com os outros, que vai solidificando o seu self. Implica coesão interiorizada, que maneja e dita uma acção colectiva. Implica um processo de socialização.

Esta identidade, cria-se por oposição a uma ameaça exterior, visa a diferenciação e augura a “autonomia colectiva”. Permite a integração e securiza os membros que a partilham. A construção de uma identidade é o resultado de um contexto circundante, passa por *“balizar um território onde possam reconhecer-se”* (Fernandes,1999; pp: 120). Refere-se a todas as interacções aí emergentes, num movimento constante orientado pela identificação e oposição, pressupondo um forte contributo na construção de um self (Guiddens, 1994 in Abrantes, 2003)

Neste processo são adoptados toda uma série de quadros referenciais, de modelos, significações e valores concretizados num todo que orientará a sua

acção, a definição do seu self. O indivíduo posiciona-se e é posicionado no macrocosmos e no microcosmos - pelo simples transeunte que passa por si como pelo patrão, pela administrativa do centro de saúde, pela escola que o pretende tornar cidadão, pelo poder que o remete para a localização “out” ou para a zona “in” da cidade - são-lhe aplicados classificações, rótulos, mais ou menos valorizados. Uma imagem negativa ou positiva e consequente conduta, resultam em grande medida do feedback positivo ou negativo, da valorização ou desvalorização “enviada” ao sujeito e negociada interiormente. Daqui pode resultar uma situação de inferiorização social – mesmo que sujeita a estratégias de deslocação deste rótulo – ou de valorização social. A identidade é sempre então, um processo negociado (Ramalho e Ribeiro, 2001)

A identidade passa por um sistema de pertença - fonte de segurança - de significado e sentido vivencial, por um conjunto de relações e trocas. Por vivências partilhadas e, sobretudo, quando cada uma destas unidades de análise se representa a si mesma como entidade colectiva, quando existem sentimentos de pertença e comunidades conjuntas de representações, passa por padrões de conduta comuns e sentidos de unificação de um todo partilhado.

Para a construção desta identidade social/colectiva concorrerá então toda uma dimensão endógena, aqui descrita, mas também uma dimensão exógena, que resulta do reflexo externo e de todo um conjunto de representações e atitudes acerca dessa unidade colectiva e que – como nos informa o interaccionismo simbólico – também modela a componente interna (Costa, 1999).

Não se pretende responder aqui à difícil tarefa de afirmar, com toda a segurança que se está perante um leque claro de atributos identitários, um perfil identitário, que caracteriza estas populações. Tal tarefa obrigaria a uma outra abordagem. Pretende-se isso sim, com base em vários estudos que vão de uma forma ou outra caracterizando esta população, lançar aqui um “ensaio”, para descrever características comuns que parecem fazer parte de uma identidade colectiva.

Quanto ao conceito “estilo de vida”, este é aqui abordado numa lógica aproximada do conceito de “modo de vida”. Só não se suprime aquele em prol deste, porque este último tradicionalmente é usado numa vertente cujo enfoque é posto nas questões do rendimento, da categoria sócio profissional, quando o

que se quer aqui retractar são “formas culturais emergentes e mudanças sociais que lhe estão associadas” (Rodrigues, 1992).

O autor, Costa (1999), assume este “roçar” de fronteiras referindo que *“Pode dizer-se, no entanto, que na utilização do primeiro<sup>18</sup> se dá em geral mais ênfase às dimensões materiais e no segundo às dimensões simbólicas da existência social, que com o primeiro se centra mais atenção nas formas de angariação de recursos e com o segundo nas maneiras de os gastar”* (pp: 403). Sendo o conceito de “estilo de vida”, ainda tratado na literatura com bastante ambiguidade, pretende-se operacionalizá-lo, dar conta da existência das redes sociais entre membros de agregados, padrões de conduta comuns, formas simbólicas partilhadas, trajectórias de vida semelhantes, projectos pessoais extensíveis ao grupo, espaços divididos e palco de interacções comungadas por grande parte do grupo (idem). O mesmo autor recorrendo a uma diversidade de outros autores, identifica estilos de vida com gostos comuns, preferências, modos de conduta, afinidades, círculos de convívio e padrões de consumo comuns (não exclusivamente de substâncias).

Numa sociedade que “despeja” diariamente símbolos e imagens, o lugar para o eu diferenciado é dificultado sendo procurado pelo assumir de um estilo de vida que cumpra tal função onde mais importante do que a pertença é a referência e a identificação.

Este conceito (estilo de vida) é muitas vezes causa e consequência do anterior (identidade), mas pode também aparecer na sua oposição. Do se identificar ao construir uma identidade partilhada vai uma grande diferença, da opção de um quadro como referência para a pertença a esse quadro, há um interstício significativo.

Porque o objectivo é evitar-se confusões “conceptuais”, a figura do *junkie*<sup>19</sup> é aqui eleita como a “representante oficial” da figura do consumidor de heroína.

---

<sup>18</sup> A expressão o “primeiro” refere-se ao conceito de “modo de vida” e o “segundo” ao conceito de “estilo de vida”.

<sup>19</sup> A figura aqui retractada é o consumidor problemático, ameaça para a saúde publica. Não se fique com a impressão que todo o sujeito que consome heroína é-o problemático. Pollarés (in Vasconcelos, 2003) adianta mesmo a ideia de itinerário para a classificação dos consumidores de heroína, pois segundo a sua opinião tal conceito ajuda na destrinça dos vários tipos de consumidores – ocasionais, experimentais, de fim-de-semana ou dependentes.

Figura agregadora em si, de uma identidade e de um estilo de vida. Esta começa a corporizar-se nos anos 70 e é identificada com o movimento “underground” (Xiberras, 1989).

O consumidor de heroína tradicional, figura que irrompe as cidades e até os meios rurais, antes de tudo o mais, caracteriza-se na sua vertente mais degradada, decadente, “red line”, por transportar uma “aureola” visível de desgraça humana. É o sujeito barbudo, “abandalhado”, que não come ou come assiduamente bolos de alto valor calórico, desdentado pelo produto adulterado e por todo um estilo de vida pouco sensível a hábitos de higiene, em tudo “comuns”. Figura ameaçadora e “bode expiatório” societal. Sem limites, sem controlo, uma verdadeira “vaca de fogo” a soltar “bichas” por toda cidade, vilas e aldeias.

O seu futuro é o já, o agora, e quem manda aqui como no “mundo dos outros”, é o poder económico. Para ele, o poder económico permite-lhe viver, sobreviver, comprar a substância prometida. Para os não consumidores o poder económico é o que os faz viver, sobreviver e serem valorizados.

Cada vez mais é uma figura que vai dos 8 aos 80, com uma tendência “a alargar-se em dois sentidos: a camadas mais jovens de 10, 11 anos, e a indivíduos acima dos 30 anos.” (Agra, 1997, pp:143).

Este é um fenómeno profundamente democrático onde o principio da (des)igualdade de oportunidades perpassa todas as classes e transforma esse comportamento desviante num estilo de vida, numa forma de se estar na vida muitas das vezes não se conseguindo estar de outra forma. Talvez para além da classificação nosológica de dependência biológica e psicológica, seja de toda a coerência adiantar a classificação de dependência eco-social<sup>20</sup>, enquanto ser coarctado na sua liberdade de estar de outro modo, dependente de um “projecto” de vida que, entre outras dimensões, passa pelo drogar-se e

---

<sup>20</sup> João de Pina Cabral, no prefácio do livro “Heroína – Lisboa como Território Psicotrópico nos anos Noventa” da autoria de Vasconcelos (2003), interpreta a trajectória de uma das personagens do livro da seguinte forma, passa-se a citar “*A relação que tinha com a substância psicotrópica era também uma relação com um espaço, com uma rotina, com um mundo socialmente construído - «todo um filme», dizia ele, como que para enfatizar que se tratava de um processo reflexivo.*”

arranjar droga, pelo meio tais tarefas diárias implicam uma vida atarefada, estratégica e activa, freneticamente rotineira.

O *junkie*, o “ressacado”, “o drogado” – muitas outras designações eram possíveis – vive da droga e para a droga, a droga como “*um fim em si e um fim para si próprio*” (Xiberras, 1989. pp: 107). Ela constitui o âmago da sua vida. Um casamento até que a morte os separe, onde a traição não tem lugar ou poderá ter ocasionalmente em breves incursões pela cocaína, nada de muito sério. A sua existência é arquitectada em função da substância, “*El estilo de vida que se asocia com este tipo de consumo se centra y rige en la búsqueda y abastecimiento de la sustancia para su administración, haciendo que todo su que hacer cotidiano gire en torno a ello, abandonando todo tipo de actividades personales y sociales*” (Meneses, 2001 in Meneses e Romo, 2002).

Ele droga-se para viver e vive para se drogar, sujeito e produto fundem-se num só elemento. A droga envolve-o em significações, como que um suicídio adivinhado, deliciosamente agonizante, numa vivência vestida de negro e de drama, que se quer, repudia-se, ama-se, refuta-se, sente-se obrigado a querer. Esta figura habita o sombrio e o degradante, dá-se na ruína e no degrado, consome nos ninhos da podridão – terrenos baldios recheados de seringas e restos de algodões, pavilhões e casas devolutos, carros abandonados, clínicas<sup>21</sup> particulares que mais parecem terem passado por um recente processo de nacionalização, tal é a quantidade e estatuto dos seus usuários.

Figura manipuladora, instrumentalizadora de afectos e sentimentos, quando chega ao já muito augurado estado de destruturação total, já deixou para trás – se é que alguma vez o teve – todo o seu poder simbólico, social, económico, quanto ao cultural de pouco lhe servirá nesta altura.

Esta droga que ele consome - a heroína - alimenta o imaginário da população, amplifica o medo e o sentimento de insegurança, é alvo de dispendiosas políticas de intervenção, tema de debates eleitorais e bandeira de processos eleitorais.

---

<sup>21</sup> É bastante vulgar a população consumidora “crónica” de heroína, bem como os habitantes de territórios psicotrópicos (Fernandes, 1988) apelidarem os apartamentos devolutos, ou locais que servem para consumo via - endovenoso de “clínicas”.

Ninguém o consegue “meter na linha”, e se conseguem esse alguém é a falta de dinheiro para a dose, (des)marcador dos seus limites, (des)entrave natural (Fernandes e Ribeiro, 2002). Tal reveste-se de tão grande ímpeto que até é capaz de transformar todo o ambiente prisional e todos os seus regulamentos. Móbil da passagem da prisão enquanto estrutura “sagradamente” estatal para a prisão “instituição privatizada”.

As suas relações são instrumentais e instrumentilizadoras, e fragmentariamente insípidas. O *Junkie* está assim, desmembrado em si mesmo, consegue encarnar os piores dos males sociais: a doença transmissível pecaminosa e horrenda, o crime, o prazer sem culpabilidade e o ócio permanente. Bode expiatório societal, agregador em si de toda a expiação de pecados de uma sociedade até então aproximada da perfeição.

Num verdadeiro regime de escravatura da mais bárbara, o junkie sujeita-se muitas vezes a ser “batido” pelo dealer, ávido do maior lucro possível no mais curto espaço de tempo. É também figura securizadora e garante de bom negócio para o consumidor, este muitas vezes situado a um nível menos gravoso no processo galopante da exclusão social.

Umas vezes só comprador, outras elemento último de toda uma afinada cadeia comercial, outras “enfermeiro”<sup>22</sup>, outras ainda vendedor de prata e de seringas, não raras vezes um ressacado...

Os delitos sucedem-se, o presente é o único período temporal que ele conhece, os valores morais vão-se perdendo na proporção inversa de uma maior tolerância à substância.

Para “se safar” tem que rentabilizar o seu tempo de forma pronta e eximia, têm que dominar os “interstícios temporais” (Fernandes, 1998) sob pena do sofrimento emergir em toda a sua força.

Depois dos Beatles e dos Doors, depois dos Velvet Underground e de David Bowie deparamo-nos com o DJ Vibe, Dj Jesus Del Campo e outros...

---

<sup>22</sup> Esta personagem é o consumidor experiente e “tecnologicamente evoluído” que a troco de injectar os outros consumidores, recebe droga ou “filtros” que contém resquícios da substância. O autor Vasconcelos (2003), regista uma alusão a este tema da tecnologia dos consumos, nos seus registos etnográficos “Referindo-se ao acto de fumar heroína, uma das informantes resumiria a aprendizagem e a prática necessárias dizendo que é preciso jeitinho” (pp:28).

As “novas drogas”, que afinal até são “velhas”, estavam aí, com um certo atraso por relação a outros países, é verdade, mas estavam aí. Em Portugal já nos finais dos anos 80 surge a musica “acid house”, com um estilo muito próprio de dançar. Quanto à substância que acompanhou este estilo musical nos outros países não se deu pela sua presença em Portugal, pelo menos em grande escala. Ainda a heroína haveria de despoletar em todo o seu “esplendor”, nos anos 90, quando em outros países atinge o seu auge já nos anos 80. Também as anfetaminas dos anos 50 com as suas “vespas” e o LSD dos anos 60 e 70 nunca chegaram verdadeiramente a expandir-se no nosso país.

O ecstasy é a droga dos finais dos anos 90 em Portugal e a droga que acompanha o virar do século.

Os autores Falcón e Avillés (2002), propõem classificar os consumidores de “novas drogas” em consumidores ocasionais (*usuarios ocasionales*) – aqui situa-se quem consome esporadicamente porque lhe apeteceu naquela festa e ainda quem consome para dar aso à sua curiosidade. Consumidores habituais/assíduos (*usuarios habituales*), pessoas que consomem estas drogas com alguma periodicidade, ao fim de semana nas festas. Uma espécie de consumidores recreativos, mas pontuais. Por fim, os consumidores compulsivos (*usuarios compulsivos*), este tipo de consumo já arrasta consigo complicações ao nível psicológico e social. Neste artigo, indicam que aqui se situa uma percentagem mínima de consumidores e sustentam tais afirmações num estudo desenvolvido por Gamellha y Roldán datado de 1997 que apontam uma percentagem de 3% de consumidores que se podiam aqui incluir.

Os significados que os consumidores atribuem ao seu consumo são factor de grande determinação para o mesmo, o que se relacionará por certo com a menor capacidade aditiva desta substância, e como tal, outros aspectos contarão bem mais para o continuar dos consumos (Chaves,1998). Também, aqui, se poderão estabelecer bastantes analogias com o consumo de cannabis, onde se pode encontrar representações colectivas, crenças mútuas, valores, gostos, tecnologia dos consumos partilhadas, acentuados desejos e necessidades de pertença grupais, etc...

Para Henriques (2002), as práticas continuadas e envolvidas nestes consumos caracterizam-se por um estilo de vida percorrido por um manancial de práticas



rotinizadas e opções de vivência. A autora (idem) adianta ainda a noção de “sectores de estilo de vida”, que vai buscar a Guiddens, e que pensando-se naquilo que são as práticas dos consumidores das novas drogas, e nos vários estudos e artigos aqui esplanados, parece fazer todo o sentido. Muitos indivíduos acabam como por ter uma espécie de vida dupla, em que se assume como “um” em determinados contextos recreativos e espaços temporais, e nos seus interstícios metamorfoseia-se num “eu” individual e social comum e conformista<sup>23</sup>.

Perante consumos específicos, enfeites no corpo e na indumentária, perante valores e ideias que transmitem não se pode deixar de sentir um certo gosto, um certo revanchismo, que nos transporta para os anos 60 e 70 e para todo o movimento psicadélico. Como nos refere Rodrigues (1992), os novos estilos de vida reabilitam o antigo e reinventam o património numa procura nostálgica de um tempo passado e numa legitimação dos novos estilos de vida.

Os consumos são quase sempre efectuados em contexto grupal/colectivo muitas das vezes “circunscritos” num espaço e num tempo. Muitas outras vezes há lugar para um contínuo temporal de consumos, que acompanha os indivíduos até muito tarde, participando estes em todo um estilo de vida que iniciaram aos catorze, quinze anos e prolongam até aos vinte e muitos. Chega mesmo a substituir o haxixe como droga de iniciação, ocupando um lugar central em muitas das vidas destes jovens. (Meneses e Romo, 2002).

O consumo de ecstasy acompanha a deslocação e prolongamento do período de desenvolvimento da adolescência, que se revela não pelo simples acto de continuar a consumir, mas por todo um modo de vida que se mantém inalterável ao longo de muitos anos, como refere Chaves (1998). A indumentária, os locais de diversão, o grupo de amigos como principal e exclusivo elemento de referência da sua vida, os gostos, etc...

O autor (Chaves, 1998) acentua a ideia de que os consumos colectivos, são por excelência praticados nas famigeradas “rave partys”, e é a partir dos objectivos que se pretende retirar destas que o consumo de ecstasy emerge. No entanto, também é o ecstasy que permite a existência das “rave partys”. O ecstasy é assim causa e consequência, motivo e motivador.

---

<sup>23</sup> Este conceito é eximamente demonstrado no filme “Fight Club”.

Estes movimentos são percorridos por todo um conjunto de símbolos como o cogumelo verde ou laranja fluorescente, numa alusão clara aos cogumelos alucinógenos, e por uma série de produtos que para além da vestimenta, é obrigatório adquirir para se poder aceder ao estatuto de “membro honorário” da tribo, como é o caso do telemóvel de determinada marca e modelo, cintos, pulseiras, brincos e todo um conjunto de adornos em cores fluorescentes. Fenómeno tipicamente urbano ou de contornos urbanos, ocorre em grandes espaços recreativos: discotecas, tendas, castelos, pavilhões industriais, bosques, etc...(Henriques, 2002; Meneses e Romo, 2002). A sensualidade, o erotismo, estão aqui presentes

Este artigo de Chaves (1988), de singular importância no desfazer de dúvidas e catalogar rituais e estilos de vida, faz-nos perceber que há uma grande tendência para senso comum e conhecimento científico assumirem consumo e consumidores de novas drogas como um único e absoluto corpo, que partilha as mesmas drogas, tipos de musica, habita os mesmos espaços recreativos, partilhando a mesma indumentária, comunga os mesmos valores e gostos, partilha o mesmo universo simbólico. Pelo contrário, Chaves (idem) identifica objectivos diversos e distintos no consumo de novas drogas/novos padrões de drogas, igualmente distintos rituais onde o tipo de musica cultivada diverge e assume diferentes padrões de consumo. Um é o universo simbólico centrado na *experiência alucinatória*, cujo objectivo é a obtenção de um estado desse tipo, ou de transe. Aqui as drogas de eleição são os alucinógenos como o MDMA e estimulantes como as anfetaminas ou ainda a cannabis e com uma forte associação ao Hinduismo. Outro é o universo simbólico centrado no *hedonismo* ou nas ideias de harmonia e redução da ansiedade, comportando dois claros e distintos modelos e movimentos de festas com tudo o que isso implica. O “underground” e o “vie en rose”. O primeiro habita locais de diversão completamente distintos do segundo, é composto por elementos com um estilo de vida urbano, integrado, estudantes no ensino superior ou até técnicos superiores no início da sua vida activa, onde o estético o artístico se procura como valor condutor das suas vidas. Os espaços de divertimento são pequenos e bem mais intimistas, logo propícios a maiores contactos físicos e interacções verbais, e muitas das vezes situados na cidade “in”. Na cidade do Porto podemos encontrar alguns, poucos, exemplos destes espaços na

marginal da Foz e no centro da cidade. O segundo, e outra das grandes diferenças para o movimento “vie en rose”, centra-se no tipo de música cultivada, pois é musica tecno dançável e bem mais melódica que naquele universo, onde o Drum’n Bass ocupa um espaço cada vez mais importante. As drogas consumidas, são preferencialmente os estimulantes (anfetaminas, cocaína) os alucinógenos (MDMA) e o haxixe. O álcool pouco frequentemente faz parte deste universo.

Uma outra versão, é cunhada por Chaves (ibidem) de “vie en rose”. Aqui o MDMA reina em toda a linha, são os universos simbólicos centrados no hedonismo ou nas ideias de harmonia e redução de ansiedade. Povoado na sua grande maioria por adolescentes, grande parte oriunda da cidade “out” sem um objectivo elaborado, onde tudo é acelerado: música tecno, dança, drogas estimulantes e haxixe rejeitando-se simultaneamente as depressoras, bebidas energéticas, pouca comunicação.

A droga, o ecstasy, não é visto como uma dependência mas um “adorno” entre outros, uma forma de se aguentar um grande número de horas a dançar, de se estar aumentar o bem-estar e apurar os sentidos (Pais, 1999).

Remetendo para a realidade nortenha, podemos encontrar estes espaços fora da cidade do Porto junto a zonas de Praias e um pouco por toda a região do Minho.

Há aqui uma forte convicção de que o imaginário da população actualmente se focaliza, ou começa a centrar nesta figura. A figura do pastilhado, ocioso, capaz de lançar a desordem e o pânico, outsider sem marcas que o permitam identificar a olho nu e por isso ainda mais ameaçador e dúbio. Estamos na presença de uma nova figura que se pode apelidar de “junkie das drogas de desenho”.<sup>24</sup> O processo de etiquetagem obedece à mesma lógica do consumidor de heroína no passado. A “reação societal” e na opinião de Falcón e Avillés (2002), a “reação dos técnicos” e de todo um exército de meios que haviam sido direccionados para os consumidores de heroína e que agora, com a diminuição do consumo desta e o vazio que se começa a criar,

---

<sup>24</sup> Esta designação é adiantada por Falcón e Avillés (2002), que introduz o termo “yonquis de diseño”, no artigo, “Nuevas formas de uso de drogas y exclusión social: la aparición de nuevos “yonquis”.

ficam numa situação difícil, conduzindo à necessidade de se criar uma nova figura: *O junkie das novas drogas*.

Dentro desta categoria Rebelo e Lopes (in Pais, 1999), encontram distintos tipos de *ravers*. Os *adeptos da house music* – musica mais “soft”- e os *adeptos do techno* – musica bem mais “agressiva”. Ao encontro destas conclusões vai também o estudo de Falcón e Avillés (2002, pp: 191), “*Lo que hoy ya se conoce como popularmente música de baile no es sino una amalgama de estilos que pueden ir desde el tecno más duro al dub*”.

As raves podem-se caracterizar como um ritual de “comunhão”, ao ritmo de fortes e intensas vibrações musicais acompanhadas de não menos intensos movimentos corporais. Mais não seria preciso do que a própria música para se alcançar um estado alterado da consciência. Estas festas tanto podem acontecer em discotecas já muito conhecidas pela sua organização, como em espaços abandonados, espaços recônditos na montanha.

As estrelas destas festas são os Dj’s mais ou menos conhecidos e estas são divulgadas através de engenhosos e criativos meios, que vão desde a internet, as mensagens de telemóvel, distribuição de “flyers”<sup>25</sup> (Pais, 1999, pp: 267), “passa-a-palavra”, utilização de raves presentes para enunciar raves futuras, tudo numa lógica de circuito fechado.

Festas que promovem a sensualidade, o último reduto colectivo que se opõe ao individual e psi<sup>26</sup>, o culto hedónico do self. Um self colectivo, uma liberdade ilimitada, uma verdadeira aldeia global partilhando uma comunidade de representações e vínculos, o ser diferente entre iguais (Pais, 1999), e a par disto a sempre necessária afirmação e integração como funções desenvolvimentais nucleares de uma adolescência por vezes prolongada no tempo. A procura de uma individuação de realização pessoal, o conforto e elevação espiritual, a aquisição artificial de competências de comunicação, o vencer a fadiga, o vivenciar um “risco cultivado” (Guiddens, in Henriques, 2002 pp: 79).

Os amigos, os companheiros, são-nos desde há muito tempo partilhando dos mesmos gostos, e ainda amigos recentes e “captados” no meio rave. Estes são

---

<sup>25</sup> As autoras Margarida Rebelo e Fátima Lopes descrevem-nos como “panfletos” de anuncio de festas.

<sup>26</sup> Esta expressão é adiantada por Liptovsky, no seu best-seller “A era do vazio”.

mais companheiros que amigos, amizades causais (Pais, 1999). Aliás, o consumo destas drogas tal como na heroína implica uma aprendizagem, rituais iniciáticos e uma tecnologia dos consumos que se pretende cada vez mais aperfeiçoada, o que obrigará a uma troca de experiências mais ou menos duradouras.

Os grandes problemas nestes consumidores resultam sobretudo, não do consumo directo mas das suas consequências colaterais: Condução perigosa, comprimidos contendo substâncias prejudiciais e que o consumidor desconhece, desidratação provocada pela falta de água (é sobejamente conhecido como estratégia comercial, o corte da água nas casas de banho desses espaços), a ocorrência de festas em espaços mal ventilados e sem condições de segurança, etc...

Algo fundamental aqui a reter, é que, neste domínio das novas drogas e como reflexo dos tempos - que também são novos, parece que concebidos laboratorialmente tal é a velocidade em que se processam as mudanças -, está-se perante um fenómeno em constante mudança em que a investigação tem alguma dificuldade em dar-se conta, em "tempo útil".

### **Conclusão:**

Que estamos perante um estilo de vida partilhado por um aglomerado de indivíduos, quer num como em outro caso, parece ser consensual. Que todos os traços e características de ser e estar destes duas unidades de análise, são o suficiente para se poder arriscar a falar em identidade social comum, ficam algumas dúvidas....mas, que estes jovens contemplam "traços" de uma identidade comum é algo por certo bem mais consensual e mais, que estes contextos e vivências comuns alicerçadas sobre a música, o consumo de novas drogas e outros, vai contribuindo para a solidificação e transformação de um self, também parece ser aqui demonstrado. Ingere-se a droga e o self ingere elementos que o consubstanciam.

Os autores Fernandes e Ribeiro recorrendo a Romani, Pallarés e Díaz (2001), no artigo que vem sendo citado e que data de 2002, colocam a questão relativamente aos Junkies das *velhas drogas* da seguinte forma, de uma forma

muito simples e talvez muito incômoda. Estranho será que o enfoque da dependência seja insistentemente e confortavelmente colocado na componente farmacológica, na sua quantidade, na sua pureza quando se sabe que cada vez mais estas componentes aparecem em menor grau<sup>27</sup>. Logo no consumo compulsivo e repetido, a dependência biológica, não será a principal dimensão a considerar. A dimensão psicológica e eco-social merecerão, por certo, serem bem mais enfatizadas. Perante consumidores de drogas que não provocam a chamada “dependência biológica” a questão é ainda mais pertinente.

Assim, como prospectivar a intervenção junto de uma população com estas características?

---

<sup>27</sup> Luís Fernandes e Catarina Ribeiro continuam, referindo que os consumidores “feitos” nos anos 70 apontam o período de um ano a dois anos para a instalação da dependência ao invés dos consumidores dos anos 80 que referem o período de 4 meses perante uma substância mis desqualificada. O síndrome de abstinência apresenta cada vez mais traços psicológicos e menos físicos.

## **II**

# **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## II.1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: O CONCEITO E AS SUAS FUNÇÕES:

O termo representações sociais surge pela primeira vez, “pela mão” de Moscovici em 1961, na sua dissertação de doutoramento (Castro, 2000).

As representações sociais e os modelos que as sustentam, são entendidos por Santos (s.d), como uma “epistemologia do senso-comum”, uma forma de conhecimento particular com grande poder transformador, formando condutas e realidades, e enquanto sistema de crenças dita comportamentos e acções.

Com o estudo das representações sociais, nos mais diversos níveis, pretende-se tão simplesmente perceber como se constrói o pensamento social em que é que ele se traduz. É aquilo a que Oliveira (1997) apelida de “epistemologia do senso comum”. Perceber a sua formação e mecanismos subjacentes à mesma, a forma como interferem socialmente, o seu poder criador e de mudança societal, é fundamental para se inteirar do social que habitamos, para percebermos acções humanas, pensamentos terrestres. Permitem o interpretar da realidade e a interpretação do meio envolvente dando sentido aos acontecimentos. As representações sociais contemplam a atitude e a imagem do objecto, determinando o comportamento.

Permitem a organização do “dia-a-dia” e são criadas também a partir da vivência quotidiana, comportando portanto um carácter funcional. São manifestações colectivas de opinião e “dando corpo” a uma identidade. São saberes que as comunidades constróem sobre si próprias. A acção, o pensamento e a experiência social são aspectos comuns nos sujeitos de uma comunidade (Wagner in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

As representações sociais são *“conjunto de conceitos, proposições e explicações criadas na vida quotidiana no decurso da comunicação interindividual”* (Moscovici, 1981 in Vala 1993, pp: 354). As representações sociais fazem parte do património cultural e identitário de cada comunidade, são mecanismos de protecção, de resistência ao estranho, à possível ameaça de destruição da sua identidade.



As representações sociais são comungadas por uma grande faixa da população, intergeracionalmente transmitidas e adquiridas inconscientemente (Doise e Palmanori, 1986), - segundo Freud o inconsciente revela-se através de representações que não são mais do que símbolos (Jovchelovitch in Guareschi e Jovchelovitch (orgs.), 1999) -, são herdadas mas o ser humano também tem capacidade de as recriar e criar. Fazem a ponte entre o consensual e o reificado, orientando a comunicação. O pensamento, as ideias, a explicação causal no seio do senso-comum é elaborada por um social consensual consubstanciado nas representações sociais e nas crenças sobre certos objectos, que se traduz no individual, e assume a supremacia sobre este.

Do relacionamento interpessoal, e no sentido de se mediar a relação entre o sujeito e o mundo, aparecem as representações sociais. São categorias mentais que reconstroem a realidade e a naturalizam.

As representações sociais partilhadas, as expectativas normativas, permitem o consenso, o adivinhar das reacções dos outros, permitem a troca de informação, a convivência social.

São uma entidade autónoma relativamente à consciência individual (Doise e Palmanori, 1986).

Nem campo específico da sociologia, nem campo específico da psicologia, antes instância intermédia entre a dimensão cognitiva e a estrutura social, é-lhe destinada a psicologia social como “porto de abrigo” epistemológico. São por si só um objecto de estudo próprio, captado e desenvolvido pela Psicologia Social. Para a psicologia tradicional, é um processo de mediação entre o conceito e a percepção, é um reflexo interno de uma realidade externa (Santos, s.d).

As condições sociais que um grupo e os indivíduos vivenciam, irão influenciar as representações sociais produzidas e reproduzidas, independentemente das idiossincrasias de cada um dos membros do grupo. Segundo Wagner (in Guareschi e Jovchelovitch, 1999), as representações sociais podem ser analisadas como variáveis independentes – o estudo de comportamentos resultantes de determinadas representações -, ou dependentes – o estudo das representações sociais em função de determinadas condições sociais. As representações sociais resultam da diversidade humana, da sua pluralidade e

dos aspectos comuns que as perpassam (Jovchelovitch, in Guareschi e Jovchelovitch, 1999), em que o meu “eu” desenvolve-se a partir da internalização dos outros (idem). Estudar as representações sociais é estudar o tipo de relações simbólicas entre grupos sociais e dentro dos próprios grupos. Que as representações sociais são condutoras da vida em sociedade, que criam realidades, que se reproduzem metamorfoseiam-se, parece ser um dado incontestavelmente aceite, agora a maneira como se formam, se disseminam, se transformam é que já não é tão consensual.

A teoria das representações sociais permite, no fundo, perceber de que forma o pensamento, as ideias, se formam em sociedade, se disseminam e constituem realidades, consensos e verdades construídas. A realidade é construída também pelas representações sociais moldadas e moldadoras pela e dessa realidade. Esta teoria estuda a difusão, e a sua forma, das representações sociais, introduz o pressuposto de que sujeito e objecto estão interligados.

A teoria das representações sociais possibilita a compreensão, a análise da formação do pensamento social nas nossas sociedades. Considera ainda esta teoria que as representações sociais não existem independentemente de um sistema e de um metasistema. Admite a diferença entre indivíduos como factor de diferenciação das representações emanadas.

Considera que o pensamento circula num devir constante, numa relação permanente de causa-efeito.

“Ao abrigo” da teoria das representações sociais pode-se analisar de que forma elas se alteram na sua relação com as mudanças sociais, as relações entre o senso comum e o discurso científico a sua relação e a sua oposição, explicar de que forma as explicações causais no senso comum criam representações sociais e que representações.

A teoria das representações sociais focalizam-se na relação entre as representações sociais e as pertenças sociais e grupais, bem como na análise estrutural e dinâmica dessas representações e ainda analisa a emergência do conceito de representação social enquadrando a teoria das representações sociais nos paradigmas actuais da psicologia social (Henrique, 1998).

Ao contrário do que se possa pensar, a teoria das representações sociais assume que dentro de um mesmo grupo de características homogéneas possam existir diferenças de representações entre indivíduos. Mas, mais

importante do que estas diferenças são os princípios organizadores que regulam as relações simbólicas entre sujeitos e diferentes grupos e que constituem o âmago das representações sociais. São estes princípios organizadores o alvo deste estudo, o importante são os pontos de referência, as tomadas de posição comuns. (Doise; Clemence; Lorenzo-Cioldi, 1992). A análise das representações sociais não pode ser pensada sem a ligação dos indivíduos analisados à estrutura social a que pertencem e à própria posição que ocupam na mesma. Num artigo publicado em 1991, Sousa defende que a produção de representações sociais estão intimamente relacionadas com as relações estabelecidas inter e intra grupais. Os processos cognitivos interagem com os processos grupais e intergrupais. Os sujeitos assumem as suas posições por relação às posições dos outros e por relação à sua pertença social e onde o ponto de vista próprio, individual assume grande importância, sendo inclusive partilhado em certa medida pelos sujeitos em posições análogas. (Doise; Clemence; Lorenzi-Cioldi, 1992).

A análise das representações sociais permite por um lado inteirar-se do sistema de conhecimentos de indivíduos pertencentes a determinados grupos e por outro, perceber os atributos das unidades sociais (Wagner in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

É um conhecimento partilhado e operacional sobre a realidade quotidiana.

As representações sociais são constituídas por uma estrutura e por um conteúdo. Permitem o organizar de imagens através de um enfoque selectivo da informação por parte dos sujeitos.

As representações são colhidas no social, traduzem consensos sociais, espelham posições e interesses, são pretensões e situam-se em cada um dos sujeitos.

As posições individuais, as opiniões, as respostas de cada um dos sujeitos são assumidas como tendências grupais e sociais. As representações sociais como campos socialmente estruturados (Spink in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

É um processo social que implica a construção de significados e objectos. São atributos individuais, símbolos e afectos disseminados pelo tecido social (Wagner in Guareschi e Jovchelovitch, 1999). São proposições, acções,

avaliações que circulam entre os agregados humanos, referentes a classes sociais, a estruturas culturais e grupos.

São mecanismos ordenadores de comportamentos onde, na actualidade, a comunicação social ocupa um lugar fundamental, permitindo justificar tomadas de posição. A comunicação de massa e os órgãos de comunicação social e a sua influência na emergência e na alteração de representações sociais, tem sido um dos principais enfoques da teoria das representações sociais.

A análise de representações deverá assim ser sempre por referência a determinados universos que por sua vez contemplam três dimensões: A atitude – orientação geral e avaliativa relativamente ao objecto em questão -, a informação – conhecimentos referentes a esse objecto -, campo de representações ou a imagem – conteúdo concreto e limitado das preposições (Castro, 2000). A informação consiste na organização de conhecimentos que um grupo possui relativamente a um objecto social, permitem o estabelecimento de relações sociais e a tipificação dos comportamentos, são o canal de comunicação entre o passado e o futuro (Doise e Palmanari, 1986).

Dos processos comunicativos, das práticas sociais (Jovchelovitch in Guareschi e Jovchelovitch (orgs.), 1999), do todo colectivo emergem as representações sociais. O indivíduo funde-se no colectivo e integra este, num devir permanente, securizando o indivíduo na sua relação com o mundo.

É uma instância situada entre os processos individuais, interindividuais, intergrupais, ideológicos e todo o social (Doise e Palmanori, 1986).

O social, o sistema normativo regulam as representações sociais e fornecem o conteúdo das mesmas para a dimensão cognitiva as trabalhar (Castro, 2000).

Para Luzes (in Soczka, 1998), as representações sociais são elementos securizadores da vida social que transformam o “não-normal” no “normal”, tornam a vida mais previsível, permite adivinhar as reacções dos outros, oferecendo a noção de continuidade da realidade e do self. Qualquer semelhança com a corrente interaccionista simbólica não é mera coincidência, esta corrente tal como as representações sociais, refuta liminarmente qualquer abordagem positivista. Estudar as representações sociais é desde logo situar-se no âmbito do paradigma construtivista e interaccionista (Rosa in Oliveira, 1997). Embora produto do social, as representações sociais são igualmente produto de construções mentais do indivíduo acerca da realidade, acerca de

determinados objectos. São produto e produtoras de um social e produto de uma elaboração mental do sujeito. O pensamento constroi-se assim numa interacção entre a actividade cognitiva, a construção de conhecimentos e as condições em que as interacções sociais se produzem (Cavallo e Iannacocone, 1993 in Oliveira, 1997). As representações sociais pressupõem conjuntos de elementos cognitivos organizados. Pautam-se pela integração dos atributos do colectivo nos e pelos indivíduos.

As representações sociais situam-nos no mundo, permitem o seu domínio. O estranho, o novo provoca medo, ansiedades, os sentimentos de insegurança e daí a necessidade a formação de representações sociais.

A comunicação humana pressupõe todo um conjunto de representações sociais, tornando-as específicas (Doise e Palmanori, 1986). São estímulo e resposta, são percepção e acção (Bauer in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

As representações sociais revelam-se sob a forma de palavras, sentimentos e condutas, de comportamentos, demonstram contradições, conflitos, resistências à mudança, desejos, visões macro e microcósmicas, relações de poder, demonstram posições no seio da sociedade, interesses de classes e grupos, dizem muito acerca da forma como a sociedade se apresenta e até se gostaria de apresentar, mas também escondem muito do que é latente. Assim, não devem ser tomadas como verdades insuspeitas mas como dados objectivos que estão ali e que são mensuráveis.

As novas imagens, os novos símbolos são “envolvidas” pelas já existentes mitigando a ameaça, mas nada ficará como dantes. A nova ideia porque é transformada e o sistema que a acolhe porque sofre um impacto que a modifica (Bauer, in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

São representações de partes do objecto e o seu impacto na estrutura mental do sujeito, num processo em que o indivíduo retém o que para si é mais importante, selecciona a informação, e transforma esse mesmo objecto em algo com significado para si, e que é o produto dos seus laços, das suas influências ao grupo de pertença e a todo um processo de socialização.

O interesse do estudo das representações sociais, resulta da possibilidade de as conhecer e em avaliar o seu impacto no quotidiano, em identificar figuras metafóricas sobre o objecto e a partir daí proceder-se a intervenções.

## **Conclusão:**

As representações sociais são aqui apresentadas como um conhecimento que circula no seio da sociedade e que possui a capacidade de ditar acções. São um dos elementos essenciais da identidade dos sujeitos, no processo de comunicação, que existem para além do individual, objecto da psicologia e da sociologia.

A implicação prática do estudo das representações sociais é desde logo a possibilidade da intervenção informada na prática. De certo que ninguém porá em causa a grande vantagem que é o conhecer-se as representações sociais acerca das drogas – por exemplo - como motor desencadeador de estratégias preventivas e até de reinserção social no campo das drogas.

As representações sociais são representações que circulam no tecido social, no seio dos grupos e que estão presentes nos sujeitos enquanto estruturas individuais e autodeterminadas. Situam-se entre o individual e o colectivo, pretendem dar conta do senso comum e da forma como os conhecimentos científicos circulam entre os seres humanos. É a vitória deste tipo de conhecimento, assumindo-se como elemento legítimo e válido de estudo, capaz de operar mudanças sociais e elemento objectivável da realidade.

Dos conteúdos que deambulam pela sociedade e do plano das condições sócio-históricas resultam as representações sociais.

As representações sociais fazem exactamente a ponte entre o individual e o colectivo, pois demonstram que os fenómenos psicossociais são o resultado do individual e da relação deste com o colectivo, da relação entre a dimensão cognitiva, afectiva e social, da relação entre o racional, o conhecimento e o emocional (Guareschi e Jovchelovitch, 1999)

São símbolos elaborados pelo “eu”, difundidos pelo social e integrados pelo “self”, símbolos que circulam no espaço.

## II.2. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NOS DIVERSOS AUTORES: DE DURKHEIN A ABRIC:

### Durkheim

Durkheim embora não explore o conceito de representação social, desenvolve o conceito de *representação colectiva* por referência ao pensamento individual.

O seu conceito de representação colectiva serve de base a todo o desenvolvimento posterior da teoria das representações sociais, as representações colectivas são objectivas.

No entanto, encara as representações colectivas como uma “prova, provada” de que o social se sobrepõem ao individual. O social explica-se pelo social, logo os fenómenos sociais não podem ser explicados pelos fenómenos psicológicos, o social deverá ser explicado pelo social.

### Moscovici

Em 1961 na sua mais famosa obra acerca de representações sociais “La Psychanalyse: Son image et son public”, onde Moscovici tenta perceber de que forma a teoria psicanalítica é apreendida pelos vários grupos sociais, o autor reformula o conceito de representação colectiva de Durkheim como “tubo de ensaio” para o estabelecimento do conceito de representação social. O conceito nasce aqui e está em consonância com o conceito adiantado por Durkheim, na medida em que as representações são sociais porque são partilhadas por todo um conjunto populacional, por um colectivo, no entanto para este autor as representações colectivas são algo estático. As representações colectivas individualizam-se nos sujeitos e funcionam como mecanismos coercivos sobre as pessoas e sobre o todo social, funcionando a sociedade como uma “*síntese de consciências*” (Minayo in Guareschi e Jovchelovitch, 1999; pp: 108). Moscovici, baseia-se no conceito de representação colectiva de Durkheim, mas ao contrário deste, considera o

carácter altamente dinâmico das representações sociais. Segundo ele *“Seulement voilà: si la réalité des représentations sociales est facile à saisir, le concept ne l'est pas. Il y a bien des raisons cela. Des raisons historiques en grande partie, c'est pourquoi il faut laisser aux historiens le soin de les découvrir. Les raisons non historiques se réduisent toutes à une seule : la position « mixte », au carrefour d'une série de concepts sociologiques et d'une série de concepts psychologiques. C'est à ce carrefour que nous avons à nous situer”* (Moscovici, 1976 ; pp : 39 in Doise e Palmanori, 1986).

Demonstra como o científico é apreendido pelo senso-comum, e mesmo tratando-se de pólos opostos de conhecimento, aquele não se coadunando na sua essência com consensos mas com realidades informadas por um método e por todo um sistema que também não é ele “tábua rasa” e entidade acima de qualquer suspeita.

À ciência cabe o papel de problematizar e abstrair, às representações sociais o papel inverso de “entranhar o estranho.”.

Segundo Moscovici, a estrutura da representação social é composta por uma dimensão figurativa e uma outra simbólica. A primeira refere-se à acção do sujeito enquanto produtor de um sentido relativamente à figura em questão. Para o autor, as representações sociais não são imutáveis nem se cingem a um número restrito e quanto maior o nível de informação numa sociedade maior o grau de transformação das representações sociais.

Segundo Durkheim o pensamento colectivo deve ser estudado na forma e no conteúdo (Minayo in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

As representações sociais assumem diferentes formas consoante os diferentes grupos sociais presentes numa sociedade, através da informação do objecto da representação, o campo da representação responsável pela organização e representação dos conhecimentos de cada grupo social e a atitude, farol de orientação global em relação a esse objecto de representação (Oliveira, 1997). Para Moscovici, as representações sociais são uma entidade que se situa entre o conceito e a percepção e medeia estas duas instâncias (Doise e Palmanori, 1986).

As representações sociais transformam as descrições em explicações, para este autor são um modo específico de conhecimento e de comunicação (Moscovici e Hewstone, 1984). Moscovici teoriza sobre a forma como os



indivíduos constróem teorias sobre os objectos sociais que por sua vez permitirá a harmonização de comportamentos e tornará possível a comunicação.

As representações formam-se na base da dispersão da informação que circula nos contextos, sendo esta distribuída de forma desigual de grupo para grupo. As representações sociais são afectadas pela diferente forma e enfoque, interesses e objectivos que os diferentes indivíduos e grupos assumem e por último, as representações sociais são afectadas pela necessidade que indivíduos e grupos tem de dar resposta às exigências do meio.

No entanto, existem diferenças entre este conceito de representação colectiva e o conceito de representação social. Na opinião de Sperber (1985 in Guareschi e Jovchelovitch, 1999;), o primeiro refere-se a representações de carácter mais estável e duradouro, a cultura as tradições, o segundo tem um carácter mais volátil, mais abrangente e de curta esperança de vida.

No seu mais conhecido estudo, onde analisou as representações da psicanálise em 1961, Moscovici conclui que são várias as semelhanças entre o pensamento adulto e o pensamento infantil. Estas passam pela utilização de pensamentos fragmentados, pelas conclusões de âmbito generalista a partir de observações particulares, um pensamento avaliativo e cheio de redundâncias.

Ao estudar as representações sociais da psicanálise, Moscovici estabelece fortes paralelismo entre o pensamento adulto e o infantil, acentuando a existência de informações dispersas, conclusões generalistas resultantes de observações particulares, conclusões sobre as premissas com recurso frequente a avaliações e a redundâncias. Ambos os pensamentos são afectados por dois sistemas cognitivos que conduzem às suas características comuns – o operatório e o controlador. Um produz a matéria e outro que trabalha, organiza e molda a matéria daquele. O estudo das representações sociais centra-se neste último. Refere-se a um sistema de valores, de noções e acções relativas a um dado objecto social fornecendo segurança, norteando e assegurando processos de comunicação ao mesmo tempo que os uniformiza.

Para este autor cabe às representações sociais partilhadas, a ligação entre a individualização e a socialização, entre o “eu” e o “nós”, entre o sistema e o sujeito (Moscovici in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).

Moscovici (idem). assume a abordagem ao estudo das representações sociais, numa perspectiva “construtivista”. Enquanto que para a psicologia clássica as representações sociais assumem-se como mecanismos de reprodução da realidade, para Moscovici (1976, in Santos, s.d), estamos perante um fenómeno de produção dessa mesma realidade. A representação social é assim uma apresentação do objecto numa outra perspectiva, abraçando aspectos da realidade ainda estranhos que desde logo tratará de os tornar mais familiares, através da sua introdução num espaço comum (Moscovici, 1976 in Santos, s.d). O significado vai dar lugar ao significante (idem).

Para Moscovici (ibidem), as representações sociais traduzem-se em sistemas de comportamentos e expressões simbólicas que relacionam indivíduos e o seu contexto circundante, são elementos intrínsecos à dinâmica societal e próprios, relativos a cada sociedade e como tal são o reflexo de todas as relações de poder e outras que aí ocorrem e numa mesma sociedade emergem de forma distinta consoante os grupos em questão, diferenciados pelo culto religiosos, classe social, valores, normas, género, quadros de referência etc., perante um mesmo objecto.

Considera o autor que, os indivíduos e os grupos desenvolvem interpretações sobre si mesmos, sobre os outros e sobre os contextos que o envolvem e a partir daqui vão moldando o seu comportamento as diversas situações. Assim, a representação social será algo que se situa e age simultaneamente entre o estímulo e a resposta, como uma variável independente. Para Moscovici, a representação social não se cinge às relações entre o sujeito e o objecto mas estas devem antes ser analisadas à luz da relação entre sujeitos, contextos sociais, grupos, culturas, mentalidades e ideologias, comunicações produzidas e interacções sociais. O autor (1976), defende que as modalidades de pensamento são orientadas pelo princípio da analogia e da compensação. Por analogia entenda-se um modelo de resposta ou conceito pré existente a uma nova situação ou conceito, por compensação, a necessária ligação entre elementos novos e velhos, permitindo a coerência interna do discurso.

Um objecto que irá ser alvo de uma representação social é desde logo articulado com outros objectos numa operação de verdadeira alquimia, em que o resultado final depende de outros objectos já anteriormente colocados no seio do grupo e no próprio indivíduo. Estamos perante um conhecimento que

escapa à lógica do conhecimento intelectual e sensorial. O sujeito que recebe e adopta determinada representação social vai “trabalhá-la”, dando-lhe significado.

Para Moscovici (1969 in Vala, 1993), a representação social é um reflexo interno de uma realidade externa, uma produção interna de uma produção externa. O indivíduo relaciona-se com os objectos, transforma-os, constrói-os e reconstrói-os, num processo permanente de comunicação com os outros indivíduos e numa relação simbiótica com o seu processo de socialização, com as suas vivências, com as suas pertenças sociais. O ser humano acaba por ter uma posição pró-activa no processo de recepção e transformação das representações sociais, conduzidas pela sua história de vida, pelas suas vivências. Só assim se explica a tomada de posições particulares dos sujeitos.

Para Moscovici, as representações sociais facilitam e harmonizam a comunicação, tipificam comportamentos, consubstanciam a realidade, medeiam o cognitivo e o social.

Segundo o autor, as representações sociais são constituídas pelas atitudes (posicionamento do indivíduo ou grupo perante o objecto), pela informação (conhecimento do indivíduo ou grupo sobre o objecto) e pelo campo da representação (avaliações sobre um dos aspectos do objecto).

São uma espécie de mitos das sociedades tradicionais e elementos agregadores de uma grande heterogeneidade (Oliveira, 1997).

É sempre uma forma possível de ver o objecto, condicionada pelas limitações resultantes das condições em que a comunicação se processa (Sousa, 1991).

A relação entre o social (condições sociais) e o psicológico é mediado pela ancoragem e pela objectivação. Por objectivação Moscovici entende a reabsorção de um excesso de significações acerca de um objecto e a sua materialização. Consiste na estruturação do conhecimento relativo a um objecto e a transformação do abstracto em concreto (Doise e Palmanari, 1986). Os conhecimentos em avulso vão ser transformados em princípios da realidade natural, o novo objecto representado vai agora ser “apanhado na teia” do pensamento preexistente e transformado mas também transformando o sistema onde acaba de ser objectivado. Refere-se à passagem do abstracto para o concreto, num percurso que se inicia com ideias dispersas e avulsas sobre determinado objecto que depois é moldado segundo os valores e normas

sociais, passando pela estruturação dessas informações e finalizando na passagem dos conceitos a categorias naturalizadas, objectivadas e materializadas.

Daqui resulta uma operacionalização do conhecimento permitindo às pessoas passarem para um estado de consciência prático interpretando a realidade circundante.

É exactamente a este nível que encontramos os processos de *objectivação* e a *ancoragem* do objecto alvo. Estes processos, permitem a transformação do conhecimento em representação social e por consequência transformar o próprio social e a realidade. A abstracção, a ambiguidade terá que se tornar realidade plena.

O conceito de representação social não compreende a separação entre objecto e o sujeito.

Para Moscovici, as representações sociais situam-se entre o conceito e a imagem, entre a abstracção do real e a reprodução concreta do real (Doise e Palmanori, 1986).

Na base das representações sociais temos a comunicação, que se encarrega de disseminar aquela forma de encarar o objecto ou a situação. Esta produção linguística existe em simultâneo com outras actividades cognitivas (Moscovici & Hewstone, 1984 in Sousa, 1991).

A partir daqui os elementos organizam-se num “núcleo figurativo”, o abstracto é objectivado numa “estrutura imagética” (Oliveira, 1997, pp: 49), o abstracto materializa-se numa fórmula, num esquema ordenado, numa imagem. Por fim e ainda dentro deste processo de objectivação, dá-se a naturalização que consiste na criação da realidade, de uma realidade, consubstanciando-se numa ordem natural e enraizando-se no senso comum, criando consensos.

Desta fase, fazem assim parte três etapas: A construção selectiva, a esquematização e a naturalização. A primeira etapa - a construção selectiva -, através da selecção e rejeição de determinados conteúdos visando a construção de um novo todo congruente. A esquematização - segunda etapa -, fornece coerência e estrutura as novas informações acabadas de chegar. Em último lugar, as ideias, os conceitos, as preposições vão ser naturalizadas (Castro, 2000).

Por ancoragem, como a própria palavra indica, entende-se o enraizamento social do objecto em questão. À incorporação do estranho, a adopção, o acolhimento de um corpo estranho no seio de uma construção já edificada. Um novo aspecto vai ser integrado num sistema preexistente de categorias e significações, adestrando o novo. Há aqui lugar a uma inserção do objecto novo num esquema de pensamento já instalado e há ainda uma *“instrumentalização social do objecto representado”* (Oliveira, 1997, pp: 50). Um objecto social vai ser construído a partir de uma determinada base, já disseminada no grupo.

Num primeiro momento, dá-se a apreensão do objecto ao nível cognitivo num sistema de pensamento pré existente ou seja, há uma ancoragem do objecto em referências já existentes no nosso pensamento. O ancestral vai servir de base ao novo, a fim de o tornar compreensível. O objecto passa a ser acessível a todos securizando, permitindo a compreensão e interpretação de um mundo que de outra forma seria estranho e inusitado. Para Moscovici, o processo de ancoragem consiste em tornar o não familiar em familiar, o estranho em desconhecido.

A ancoragem assenta na transformação, a consubstanciação de um objecto num esquema identitário, significa o atracar um objecto num sistema de categorias sócio-culturais existentes a montante, havendo lugar à transformação. Este novo objecto, agora ancorado, induz ruído e augura a homeostase, criando e moldando relações sociais, criando consensos e realidades.

Em jeito de conclusão, a ancoragem refere-se a integrar, a etiquetar novas informações em categorias e imagens já conhecidas. É pois um processo de securização que implica atribuir uma carga positiva ou negativa aos novos objectos, é a parte cognitiva de todo o processo, é o polo passivo. A objectivação, refere-se ao ordenamento das novas imagens, à sua classificação e nomeação, ao estabelecimento de relações entre categorias e rótulos. É o polo activo, é o sujeito de todo este processo, é a parte social.

As representações sociais emergiriam obedecendo a uma tríade lógica, que passa por um primeiro momento caracterizado pela dispersão da informação vaga e imprecisa, variando na relação do seu grupo de pertença, depois por uma focalização em determinada área de interesse, pelos indivíduos e ainda de

acordo com as suas referências ideológicas ao que acresce o capital educativo, moldador dessas representações. Por último, há uma pressão para a inferência, que se reflecte numa tomada de posição orientada por objectivos individuais e grupais mas que resultam também das representações que se vivência, consoante o grupo de pertença e ainda consoante a relação desse mesmo grupo com os outros grupos.

A cada grupo social corresponderá um conjunto de representações particulares sobre determinado objecto que contribui para a sua diferenciação.

Segundo este autor, os comportamentos e a comunicação humana são o resultado do significado do social acrescentado ao conceito de representação social. As nossas percepções e compreensões são filtradas pelas nossas representações, ou seja, aquelas são consequência destas.

As representações sociais, segundo o autor, são particularizadas por relação a grupos sociais particulares.

Uma sociedade cuja uma das principais características é a “avalanche” constante de informação não pode deixar de produzir e recriar também a um nível vertiginoso de representações, num devir constante entre o individual e o colectivo. Para Moscovici, o social cria e recria as representações sociais devido a um acumular de situações. O contexto de referência dos indivíduos, a comunicação que se processa nesse contexto, os códigos e valores inerentes, os quadros de apreensão dos indivíduos e por fim as ideologias partilhadas e resultantes das posições e pertenças sociais.

### **Herzlich**

Mudando agora de autor, focalize-se o conceito de representação social segundo Herzlich (1972, in Santos, s.d). O conceito entre 1961 com Moscovici e 1973 com Herzlich, pouco se transformou, e a partir da década de 80 sofre uma grande evolução, dando origem a um novo movimento dentro da psicologia social.

O presente autor, define-o como uma forma de conhecimento específico, resultante de um conjunto de interacções e de trocas.

As representações sociais crescem, circulam, cristalizam-se, reproduzem-se e metamorfoseiam-se nas dinâmicas sociais. A comunicação, aqui como em

Poeschl, assume uma posição basilar na formação de representações sociais e em todo o processo de conhecimento social. Para o autor, o fundamental da questão é a forma como cada um constrói a sua realidade a partir das informações geradas no microcosmos e no macrocosmos. Também Herlich considera que a ancoragem permite o funcionamento da representação e que as representações sociais mudam de acordo com as mudanças do meio social envolvente e da sociedade em geral, as primeiras ditam as segundas.

O social muda e com ele os sistemas de representações sociais que também são o reflexo de uma necessidade securizante que o ser humano reclama, atribuindo coerência ao meio social.

Para o presente autor, as representações sociais são processos simbólicos de produção de sentidos. São mecanismos de atribuição de significados às experiências pessoais e sociais.

### **Jodelet**

Para Jodelet, a passagem de um conhecimento abstracto e difuso para um conhecimento objectivo, concreto, dá-se através de um processo informado pelos valores culturais e contextos circundantes, que se inicia com uma selecção e descontextualização de informações, crenças e ideias sobre determinado objecto. Após este primeiro passo há lugar para uma organização a partir da selecção anterior.

Os grupos sociais constróem as respectivas concepções acerca de um objecto dando sentido ao real que os percorre. Em terceiro e último lugar, ocorre um processo de naturalização da imagem organizada que passa a fazer parte da realidade.

Facilitam a estruturação de modelos explicativos da realidade e fornecem coordenadas para a acção, que podem assumir direcções dispares nos sujeitos.

Para Jodelet (1976, in Sousa, 1991), as representações sociais funcionam através de um sistema cognitivo próprio, e o processo de ancoragem permite o objecto tornar-se acessível a todos.

Segundo Jodelet (1989 in Guareschi e Jovchelovitch, 1999), as representações sociais são uma forma de conhecimento elaborado no seio social e por ele

disseminada, com o objectivo de permitir e facilitar as interacções humanas, visando a criação de uma realidade comum. Tem um carácter simbólico, representa objectos, é uma imagem, é significativa e é autónomo e generativo. Capaz de induzir mudanças e enquadrado num determinado quadro histórico e social, tem um carácter explicativo. É o resultado de uma dimensão cultural, cognitiva – do sujeito – e ideológica.

As representações sociais assim pensadas, são encaradas como uma actividade cognitiva na interacção com o meio, exprimem as significações e o conhecimento acerca de experiências sociais, dizem respeito a uma determinada pertença social, emergem e disseminam-se sob a forma de discurso e são uma forma de “controle social”, ao serviço da imposição de normas institucionais, de ideologias e da posição social dos sujeitos, permitindo o relacionamento intersocietal e a reprodução social.

Segundo Jodelet, os contextos intervêm e influenciam a geração das representações sociais, ao nível da comunicação que emanam, pelos valores, códigos e ideologias difundidas.

As representações são sociais porque, emanam de um contexto específico, porque desencadeiam um determinado padrão de comunicação entre grupos e pessoas, porque há todo um quadro de apreensão, de códigos, valores e ideologias partilhado por cada grupo, inscritos nas posições sociais ou pertenças sociais específicas (Oliveira, 1997).

Considera-as o autor como estruturas cognitivas e afectivas, produto de um meio e cumprindo determinados objectivos, uma forma de conhecimento difundido e elaborado com um forte sentido pragmático e operacional, fazendo brotar um pensamento uniformizado.

A autora considera que, o aspecto referencial da representação, a referência que estas representam para alguém, são o aspecto mais importante na construção das representações sociais.

Para o autor, as representações sociais dão-nos elementos práticos para a compreensão do mundo e da comunicação e ainda permite-nos identificar os objectos socialmente valorizados. (Jodelet, 1989 in Spink in Guareschi e Jovchelovitch, 1999).



## **Poeschl**

Poeschl , considera que as representações sociais são veiculadas e criadas pelas conversas quotidianas, pelas simples trocas de ideias que adquirem significação. São um elemento de definição da identidade por oposição a outros grupos. Também Di Giacomo (1987, in Sousa, 1991), defende que os grupos e categorias sociais desenvolvem representações específicas dos objectos e realidade circundante e no mesmo texto. Elisabeth Sousa recorre a um outro registo seu e de Cuvalier (1990), para referir que os grupos tendem a desenvolver uma produção linguística própria e estereotipada, polarizando as suas posições perante a ameaça de um factor externo ao grupo.

Partilhando de uma mesma ideia de Moscovici, o autor defende que as pertenças sociais ditam as representações sociais.

Para Paez (1987, in Sousa, 1991), pode haver lugar para uma representação social no seio de um grupo ou indivíduo sem haver uma explicação sobre o mesmo.

## **Jorge Vala**

Jorge Vala, define representações sociais como teorias implícitas acerca de objectos sociais relevantes, identificando objectos e apreendendo-os, e permitem avaliar a realidade e explicá-la.

Segundo este autor, o que imprime um carácter social a uma representação é a sua dimensão quantitativa, na medida que é partilhada por um grande conjunto de indivíduos, e a sua dimensão genética pois é produzida pelo colectivo e funcional, permitindo um agir, uma operacionalização da actividade cognitiva (Oliveira, 1997)

O autor refere os “mitos” como um exemplo de um mecanismo de mediação entre o homem e o meio e organizador das representações. A este respeito, o autor aponta o facto de todos os indivíduos partilharem teorias implícitas de personalidade que lhes permite elaborar uma impressão geral acerca dos outros.

As representações sociais florescem num dado contexto social sendo produto e produtoras de relações sociais, contribuem para a organização do real dando-

lhe significados, simbolizando esse real, criando valores. Permitem a diferenciação social, ou melhor, legitimam, modelam e organizam os comportamentos e as comunicações.

Neste autor, as representações sociais são analisadas sob a perspectiva da categorizações social, como mecanismo de atribuição .

Encara as representações sociais como um reflexo do mundo exterior, construído no seio dos indivíduos e grupos. Resultam da articulação entre conceitos psicológicos (imagem, atitude, crença, estereótipo, etc...) e conceitos sociológicos (sistema de valores, ideologia, cultura).

Às representações sociais caberá o papel de organizar o real, de configurar os objectos, o papel de categorizar a linguagem no mais comum possível e ainda, às representações sociais, cabe o papel de ditar e moldar comportamentos .

Segundo Vala (1993), as representações sociais consubstanciam-se em diferentes formas no seguimento das clivagens sociais existentes em cada sociedade, resultam de diferentes inclusões individuais na estrutura sócio-económica e cultural. Diferentes poderes económicos, culturais, sociais e simbólicos “pintariam” diferentes “telas” de representações sociais. Cada grupo e cada membro constrói representações acerca da sua própria condição societal e dos seus interesses, numa lógica oposicional aos grupos já estruturados.

Num estudo de 1981 (in Santos, s.d) sobre as representações da violência em diferentes grupos sociais, conclui que à imagem do que Vala defende, o contexto, a comunicação, os códigos e os valores, as ideologias emanadas das diferentes pertenças sociais e os quadros de apreensão são responsáveis pela modificação dos sistemas de representações sociais.

Vala (1993), enuncia um estudo sobre a literatura no domínio das representações sociais e concluí que estas aparecem normalmente como instrumento de conhecimento prático e instrumental, um mecanismo de conhecimento do senso comum. As representações sociais como modalidade de conhecimento que envolvem a construção, expressão, interpretação e simbolização de interpretações de objectos e ainda as representações sociais como fenómeno de cultura, de linguagem e de comunicação resultante das estruturas sociais.

Segundo Vala (idem), as representações sociais formam-se ao nível dos processos sociocognitivos e ainda dos factores sociais. Os processos cognitivos referem-se a todos os mecanismos e processos que estão presentes na formação das representações sociais, referem-se objectivação e à ancoragem. Esta situa-se a montante e jusante da objectivação. Pressupõem uma atribuição de sentido a objectos circulantes no social, é mecanismo de reconhecimento do estranho, que se esforça por entranhar o desconhecido.

A objectivação refere-se a todo o processo de organização dos constituintes da representação e da sua consubstanciação.

Os factores sociais na construção das representações sociais, dizem respeito à representação social enquanto elemento de uma dinâmica societal emersa da estrutura social onde se desenvolveu.

O objecto social assumirá diferentes representações sociais consoante as condições socio-económicas e os “sistemas de orientação”.

### **Doise**

Doise, caracteriza as representações sociais como o resultado dos conteúdos e dos processos, refere-se à forma como as pessoas pensam e o que pensam. Segundo o autor, o pensamento humano é comandado pelos sistemas das regulações sociais simbólicas, e defende que as estratégias dos grupos moldam também elas, as representações sociais e estas criam comportamentos.

Para este autor, as representações sociais são “caracterizadas pela sua polissemia” (Doise, 1986 in Oliveira, 1997), são condicionadoras de comportamentos e de estilos de comunicação.

Para Doise existem três tipos de ancoragem: A psicológica a psicossociológica e a sociológica. A psicológica é responsável pela organização relacional entre os membros de uma sociedade e são moldadas pelas crenças e valores gerais. A psicossociológica refere-se à forma como os membros de uma sociedade *“representam as relações entre posições ou categorias sociais”* ( Doise, in Muga, 1998, pp: 49) e a sociológica refere-se à relação entre representações sociais e as posições sociais dos indivíduos.

Para Doise (1993, in Guareschi e Jovchelovitch, 1999), as representações sociais são produzidas e transformadas através de um processo de propagação e difusão.

### **Abric**

Num artigo da autoria de Frasquilho (1997), a autora recorre a Abric (1989), para definir representações sociais. Segundo este autor, por representação entenda-se o resultado de uma actividade mental conduzida pela experiência, pelo meio envolvente e pela interacção que se estabelece com este e que serve para o grupo e para o indivíduo reconstruírem o seu real. Considera-as Abric, como um conjunto de opiniões, atitudes, crenças e informações organizadas acerca de uma situação ou objecto.

Este autor, propõe uma “abordagem estrutural das representações” que deve ser estudada sobretudo ao nível da sua estrutura interna, do seu núcleo, pois este fornece significado e valor aos outros elementos da representação, organiza-a e determina a forma de relacionamento entre os vários elementos da representação.

Este autor, introduz o conceito de “zona muda das representações”, que segundo ele é aquela zona onde é impossível penetrar.

### **II.3. A TEORIA DO NÚCLEO CENTRAL:**

A teoria do núcleo central debruça-se sobre a relação das práticas sociais com a organização das representações sociais. Segundo os seus autores o núcleo central é responsável pela organização e dotação de sentido, dos elementos da representação. O núcleo central fornece identidade à representação social e justifica-a. São os elementos que estão sempre presentes na representação, ideias solidificadas que sempre existiram, representações cristalizadas. A estabilidade das representações sociais é gerada pela inatacabilidade do núcleo central.

Os elementos em seu redor são periféricos.

As mutações nas representações sociais resultam da interacção do núcleo central com os elementos periféricos, daqui se depreendendo que o âmago da teoria das representações sociais focaliza-se no núcleo central das mesmas.

As representações sociais são organizadas em função de uma ideia central e em sua órbita, na sua periferia organizam todo um outro conjunto de ideias e imagens em torno desta central, as quais são hierarquizadas.

Uma representação social emerge quando, e mesmo perante elementos periféricos divergentes, há um núcleo central comungado por um grupo, por uma unidade. O núcleo central é algo a proteger sobre todas as situações, é o “sistema imunitário” que não pode sofrer agressões. As pequenas transformações que se operam nas representações sociais acontecem ao nível dos elementos periféricos sem “beliscar” o âmago gerador e organizador das representações – o núcleo central. Os elementos periféricos, dependentes do núcleo central, medeiam a relação entre o núcleo central e a situação fonte da representação, fornecem um carácter combativo ao núcleo central e a sua adaptação ao evoluir da realidade, funcionando como “almofada amortecedora”, e ainda medeiam a relação entre o “eu vivencial”, os aspectos idiossincrásicos do sujeito e o núcleo central, integrando-os.

O lugar para mudanças profundas nas representações sociais ocorrem quando existe um hiato entre práticas e representações sociais ocorrendo mudança.

A grande maioria dos estudos que versam as representações sociais são arquitectados sob a perspectiva *“prototípica individualmente distribuída de elementos comuns”* (Wagner in Guareschi e Jovchelovitch, 1999; pp:165), esses elementos são chamados de núcleo central. O interesse vai aqui focalizar-se nas características das representações sociais, distribuídas pelos sujeitos da amostra onde o que interessa é avaliar-se o número de elementos constantes numa representação.

Numa posição diversa desta, temos a escola de Genebra que perspectivam a organização das representações sociais através da articulação do *“...estudo do saber comum com o das ancoragens das tomadas de posição individuais através das quais as representações se manifestam”* (Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, 1994; pp: 57).

Este movimento, critico relativamente ao anterior, defende sobretudo a estreita articulação entre as dinâmicas sociais e individuais. Preocupa-se em perceber de que forma os metassistemas de regulações sociais se relacionam com os sistemas cognitivos. Assim, segundo este movimento o termo representação social deve ser substituído pelo termo representação, devido à grande diversidade de organizações representativas emergentes nos diferentes grupos e até nos diferentes indivíduos percorridos por uma trajectória de vida comum.

Actualmente são três, as correntes teóricas acerca da teoria das representações sociais. A primeira que segue o produzido por Denise Jodelet e que surge no seguimento da corrente inaugurada por Moscovici, uma outra de cariz mais sociológico que enfatiza a importância e a primazia do social sobre o individual e tem em Doise o seu principal autor e por último e através de Jean Claude Abric a corrente teórica que privilegia a dimensão cognitivo-estrutural (Castro, 2000).

## **Conclusão:**

O núcleo central é tal como as palavras o indicam, o “núcleo duro” das representações, o núcleo que lhes fornece identidade e sentido de continuidade que os elementos da periferia não estão em condições de garantir. É constituído pelas ideias centrais de uma representação e que estão disseminadas por um grande agregado de elementos. No sentido oposto deste construto, a Escola de Genebra enfatiza as dinâmicas individuais e cognitivas na emergência das representações que não devem ser designadas, segundo esta escola, de sociais mas simplesmente de representações.

## **II.4. O CONCEITO DE ATITUDES E A SUA RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS:**

As atitudes, são um conceito em muito relacionado com as representações sociais. São uma orientação global em relação ao objecto das representações sociais, um dos seus principais componentes, as representações sociais ditam atitudes e estas compõem as próprias representações sociais. É um processo de componente afectiva e cognitiva direccionado a um objecto social que no entanto, pressupõem um processamento da informação.

Tal como as representações, as atitudes preenchem uma necessidade psicológica individual, tal como as representações funcionam como facilitador das interações e resultam da informação adquirida.

A atitude é uma forma de avaliação, pressupõem uma tendência psicológica para avaliar um objecto favoravelmente ou desfavoravelmente (Eagly and Chaiken, 1992 in Olson e Zamma, 1993), pressupõem afecto (Greenwald, 1989 in Olson e Zamma, 1993) relativamente ao objecto em questão, e contemplam uma predisposição comportamental (Triandis, 1991 in Olson e Zamma, 1993).

Destriçar o conceito de atitude e opinião não é uma tarefa fácil, pois aparecem constantemente embrenhados um sobre o outro. Nas palavras de Muchielli (1975; 1988 in Mayer, et al, 2000) uma opinião pode ser algo accidental ou isolado e uma atitude é uma predisposição a agir. No entanto as atitudes, resultam do conjunto de opiniões, um e outro conceito estão presentes nas representações sociais, ocupando um lugar de supremacia.

A atenção da psicologia começou por se centrar sobre as atitudes sociais para depois passar para as cognições sociais e por fim se centrar nas representações sociais.

Refere-se a um património experiencial, apreendido que pode influenciar o comportamento, são disposições internas e que pressupõe uma avaliação positiva ou negativa. As atitudes são um “veio de transmissão” entre as representações sociais e a acção.



Segundo Moscovici (1976) as atitudes são uma dimensão constitutiva das representações sociais, e referem-se à posição de um indivíduo por relação a um objecto, é uma instância mediadora entre o agir e o pensar. Há quem defenda a relação entre estas e os comportamentos e também há quem defenda o inverso.

São sustentadas por crenças e inserem-se num sistema ideológico mais global. Não havendo um conceito único sobre atitudes, pode-se caracterizar as mesmas como a um conjunto de experiências subjectivas referentes a um objecto no sentido da sua avaliação e resultantes das interações entre sujeitos, das relações sociais que todos empreendemos, e possuem carácter moldável e relativo.

Tal como as representações sociais, também as atitudes são representações mentais do simbólico.

São duas, as linhas mais importantes no que toca à investigação sobre a formação de atitudes. A *cognitivista*, que considera que a aquisição de atitudes está na relação directa com a aquisição de crenças, que adopção de atitudes depende da informação adquirida, da avaliação das crenças. A *comportamental*, que considera que a aquisição de atitudes é um processo afectivo e emocional, dependente da exposição dos sujeitos aos objectos.

Para muitos autores (Blumer in Guareschi, in Guareschi e Jovchelovitch, 1999) o conceito de atitude situa-se sobretudo ao nível individual.

O tema das atitudes nos vários autores, versam sobre a atitudes como elemento avaliativo, consideram que as atitudes estão representadas na memória, consideram que as atitudes são estruturas de conhecimento, possuem um carácter prático que visa a resolução de problemas, transportam uma dimensão afectiva, cognitiva e comportamental gerando respostas também ao nível afectivo, cognitivo e comportamental.

**Conclusão:**

As atitudes indiciam a orientação em relação ao objecto representado socialmente, não existindo independentemente da informação e pressupondo sempre uma avaliação e uma disposição para a acção.

É um conceito distinto do de opinião mas tal como este constitui um dos principais elementos das representações sociais.

Entre o agir e o pensar encontram-se as atitudes.

## **II.5. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E TOXICODEPENDÊNCIA:**

São muito poucas as investigações no âmbito das representações sociais e na sua relação com o objecto “toxicodependências” (Valentim, 1996). O estudo do pensamento sobre o cidadão normal acerca das drogas é muito reduzido (Oliveira, 1997)

O consumo de drogas acarreta toda uma dimensão construída socialmente, que atravessa senso comum e conhecimento científico. O fenómeno de “consumo de drogas ilícitas, é objecto de uma inequívoca dramaticidade social” (idem).

Já se viu até ao momento que na opinião de vários autores, quanto maior a informação circulante numa sociedade maior a velocidade na criação de representações nessa sociedade. Assim, não se pode ignorar a função e o poder produtor e reprodutor dos mass média na formação de visões colectivas do mundo. A importância destes nas nossas sociedades é brutal, moldando representações sociais, criando realidades, valores e opiniões.

O “modus” de pensar e ver as drogas, dita em grande parte a configuração da legislação sobre as mesmas. Infelizmente, o que tem ditado a política de intervenção ao nível das drogas é o senso-comum, são as representações sociais que “circulam” por “aí”. Quanto mais não fosse, aqui está um bom motivo para se aplicar o campo das representações sociais às drogas.

O estereótipo associado à palavra droga e à figura de toxicodependente condicionará as atitudes e os comportamentos perante o fenómeno e a sua fenomenologia.

O caso da figura do toxicodependente ou a forma como a sociedade a ela reage, é um bom exemplo disso mesmo. Manita e Fernandes num artigo intitulado “Imagens da desviância- droga, insegurança urbana e criminalidade na imprensa” que é o resultado de um estudo acerca da imagem da imprensa escrita sobre a toxicodependências e as suas figuras, referem-se a esta reacção embuida de uma imagem de alguém muito perigoso, “folk devils” (Cohen 1972 in Manita, e Fernandes, 1998) difundida pelos órgãos de

comunicação social, com o intuito de controlar socialmente. Muitos dos consensos, das imagens dominantes, das representações sociais são “fabricadas” e “refabricadas” pelos órgãos de comunicação social. São pois um elemento de reacção social geradores de Pânico Moral (idem). Esta reacção é sobretudo dirigida à figura do Junkie, encarado e representado socialmente como alguém errante, delinquente, assaltante de rua, arrumador de carros, “sidoso”, ostensivamente provocador, sem abrigo e desprovido de laços familiares, uma ameaça à ordem pública e à moral e bons costumes (ibidem). Num outro artigo de Melo et al. (1997), sobre a droga nos media e as mensagens veiculadas na imprensa nacional escrita, os seus autores concluíram que a maior parte das notícias relacionam a droga com o delito, definem uma imagem estereotipada do toxicodependente associada ao crime, à delinquência, à desinserção social, à violência e à marginalidade. Os aspectos psicossociais e de saúde são pouco referenciados.

Num artigo de Valentim (1996), sobre a percepção social do consumo de drogas ilícitas junto dos responsáveis de paróquias sobre o consumo de drogas na própria comunidade, a representação do toxicodependente centra-se na figura do *viciado/dependente*, na dos *utilizadores habituais* e nos *experimentadores*, sendo a primeira indicada como a principal.

No entanto, alguns escassos elementos permitem adivinhar que se assiste a uma deslocação da figura do “folk devil” do junkie da castanha para o “pastilhado” num movimento que acompanha a deslocação dos padrões de consumo da heroína para o “ecstasy” e outras novas drogas. Sobre este recaem representações sociais que circulam em redor de uma figura noctívaga e sinistra. O junkie tradicional é substituído pelo “pastilhado”, os territórios psicotrópicos (Fernandes, 1998), pelas discotecas e territórios de festas rave. Num ponto ambas as figuras são perpassadas por um aspecto comum, a insegurança, o crime, o medo, como característica visceral destes seres.

Como nos referem os autores, o cidadão comum capta dos media aquilo que vai de encontro ao seu estereótipo, ou seja “ancora” a informação circulante, ancora o objecto em referências já existentes no seu pensamento, tal como nos refere Moscovici.

No âmbito de uma dissertação de Mestrado em Psicologia Legal da responsabilidade de Fernandes (1998), intitulada “Atitudes perante a pessoa

toxicodependente de membros ou aderentes de partidos políticos”, a autora refere que a palavra droga é vulgarmente associado à substância heroína embora a palavra dependência tenha diferentes significados para diferentes pessoas.

A palavra droga é identificada como uma ameaça ao bem estar social e gera o medo colectivo, embora muito caminho se tenha percorrido desde os anos 60/70. Diabolizada pela moral vigente, desejada pelas culturas juvenis, mais do que as drogas o que estava em causa era o que elas representavam (Espinosa, 1989 in Fernandes, 1998). Quando esta geração, estes herdeiros dos anos 70 chegam à idade adulta e a cargos de influência e poder acabam por serem os responsáveis por uma mudança de atitudes relativamente às drogas, mais amenizada e menos repressiva, o que de resto é acompanhado por uma massificação dos consumos (idem). Esta retira muito do encanto e do apaixonante dos consumos, e de mecanismo de identificação, a droga, passou para mecanismo de adaptação.

Segundo Espinhosa (ibidem), dá-se uma alteração relativamente às representações sociais do toxicodependente e da droga. A opinião pública começa a descriminar as drogas pelo grau de nocividade, pela quantidade e ainda pela distinção do uso do abuso, esbate-se a diferença entre o conceito de droga legal e ilegal. O viciado é cada vez mais identificado com o delinquente e o consumo cada vez mais com uma doença.

A autora – Fernandes (idem) – referência alguns estudos versando sobre as representações sociais na toxicodependência e toxicodependentes, apontando as conclusões dos mesmos e concluí que, na maioria dos estudos sobre o “estereótipo da pessoa toxicodependente e das atitudes perante a pessoa toxicodependente” o ponto comum é a atribuição de características negativas sobre os toxicodependentes e o grande desconhecimento sobre o fenómeno.

Num estudo de 1991 da responsabilidade de Echeba e colaboradores (in Fernandes, 1998) acerca de “Representações sociais da droga e da pessoa toxicodependente”, ressalta daqui sobretudo a ideia da droga como produto químico responsável por mudanças físicas, psicológicas e/ou sensoriais, droga como causadora de consequências sociais, prisão, substância excitante e venenosa. A pessoa toxicodependente foi vista como ansiosa, agressiva,

isolada, indiferente, egoísta, doente, fraco, degradado fisicamente, inseguro, infeliz e imaturo, etc....

Em 1996, Oliveira e colaboradores (in Fernandes, 1998) com um estudo intitulado "Impacto das drogas na saúde e na sociedade", referem por parte dos sujeitos da amostra a necessidade de se proibir a venda e consumo das drogas.

Centrando-se agora sobre os resultados do estudo de Ferreira (1998), sobre "atitudes perante a pessoa toxicodependente de membros ou aderentes de partidos políticos", conclui que independentemente dos quadrantes políticos, todos apontam para a necessidade da penalização do consumo de drogas. A aposta na reabilitação é apontada por 90.6% como necessária. Os filiados em partidos de direita e/ou com atitudes sociopolíticas de direita tem de um forma geral atitudes e juízos morais mais negativas perante a pessoa toxicodependente, desvalorizam o indivíduo consumidor em favorecimento da protecção do indivíduo. Pelo contrário, pessoas filiadas em partidos da esquerda e com atitudes sociopolíticas de esquerda, demonstram uma atitude de maior abertura à despenalização do consumo de drogas, valorizando a liberdade individual de cada um. A vertente punitiva e a terapêutica emanadas por campos opostos, de um lado vítimas do outro agressores, de um lado a compreensão e aceitação do outro a punição, a vigilância e a sinalização. A direita preconizando uma intervenção do sector privado a esquerda uma intervenção prioritariamente estatal. Num aspecto parece não haver diferenças, ambos os membros alheiam-se da evolução do conhecimento científico.

Para Fernandes (1998), a figura do toxicodependente é encarada actualmente como a figura do louco lúcido no séc. XIX, indivíduo desprovido de razão, ameaçando a ordem natural das coisas, faz perigar o progresso e as gerações vindouras, induz medo, insegurança e povoa todo o nosso imaginário do pânico.

O novo, o inovador cria resistências e medos, ameaçam a ordem estabelecida criando a necessidade de se criar representações sociais sobre os novos fenómenos (Joffe in Guareschi e Jovchelovitch [orgs] 1999), independentemente do núcleo central se manter estável. A sociedade necessita de se apaziguar, de segurança e para tal vai familiarizar-se com o novo objecto através da sua ancoragem e objectivação. A ancoragem do

fenómeno começou por, e continua a sê-lo, se dar através da sua identificação como um flagelo, como uma praga para ser objectivado a partir da sua relação com determinados sectores da população e encarnado na figura do Junkie delinquente e ameaçador, o mal e a sua proveniência estava identificada securizando a população. Demonstrado como está que se assiste a uma alteração dos padrões de consumo, parece legítimo pensar-se que o mesmo tipo de processo se estenderá aos consumidores de novas drogas.

### **Conclusão:**

Os estudos sobre as representações sociais na toxicodependência são ainda um domínio pouco explorado.

O objecto droga tem vindo a ser alimentado no imaginário social, sobretudo pelo papel dos mass-média, com uma forte influência nas políticas emanadas pelo poder político. Este como refere o estudo de Ferreira (1998), as representações sociais destes são marcadas pelo medo colectivo, independentemente de perante sectores de esquerda ou direita, estas assumirem diferentes tendências avaliativas.

Os média, tal como demonstram os estudos aqui apresentados, têm-se encarregado de difundirem a imagem do consumidor de drogas como alguém que se situa entre a substância e o crime e toda uma carreira “errante”.

Espinosa (1989, in Fernandes, 1998), demonstra como o núcleo central das representações sociais sobre a toxicodependência se mantêm, ao invés dos elementos periféricos que sofrem uma evolução, e assim a doença acaba por começar por aparecer como entidade explicativa do problema.

Outros estudos apontam para a grande falta de conhecimentos sobre o tema, sobre o fenómeno, e para o centramento da população nas consequências bio-psico-sociais e ainda para a figura do toxicodependente como alguém naturalmente problemático.

**III**  
**ASPECTOS METODOLÓGICOS  
DE OBSERVAÇÃO E ANÁLISE  
DAS INFORMAÇÕES**



***“A seguir à cannabis, a droga mais consumida nos países da União Europeia é, normalmente , o ecstasy ou as anfetaminas[...] Vários indicadores sugerem que o consumo de ecstasy tem continuado a alastrar entre alguns sectores da juventude urbana na Europa”***

***Relatório Anual – A evolução do fenómeno  
da droga na União Europeia e na Noruega 2003***

### **III.1. A EVOLUÇÃO DO (EPI)FENÓMENO – DADOS ESTATÍSTICOS PARA UM CORROBORAR DAS HIPÓTESES:**

Antes de tudo o mais, torna-se pertinente começar por definir o que se entende por prevalência e incidência visto serem estes os conceitos fundamentais, sobre os quais serão alicerçados todos os valores estatísticos aqui apresentados.

A prevalência, refere-a a proporção de pessoas que é afectada, que regista determinada ocorrência, doença ou outra. Informa sobre qualquer experiência em qualquer momento da vida, ou período de vida, isto, independentemente do modo, da quantidade e da frequência. No fundo refere-se a qualquer consumo durante a vida da pessoa, a uma experiência ao longo da vida (Last, 1988)

Por incidência, entenda-se a frequência com que ocorrem novos casos, num determinado período de tempo, numa determinada população (idem).

Entrando agora, especificamente nos dados epidemiológicos, relativamente ao caso Português, centrar-se-á esta primeira parte na análise do “Relatório Nacional do Fenómeno da Droga de 1996”: a emergência do fenómeno droga, enquanto problema, surge na década de 70 e segundo o presente documento, neste período, a situação mais complicada estava associada ao consumo excessivo de medicamentos, em especial à morfina e às anfetaminas.

Com o regresso dos combatentes do Ultramar, ingressa em força o consumo de “cannabis”, trazido por aqueles. Assistimos portanto, e pela primeira vez, a uma “desterritorialização” dos consumos e a uma consequente dificuldade da “cultura adoptiva” daquelas, em lidar com uma nova realidade.

Quando o fenómeno passa a ser visto como um problema, o direito acompanha a reacção social, e em 1976 é criado o “Gabinete Coordenador do Combate à Droga” (GCCD), os “Centros de Estudos e Profilaxia da Droga” (CEPD’s) e o “Centro de Investigação e Controle da Droga” (CICD).

Nos anos 80, o tráfico de droga começa a proliferar, de forma “agressiva”, nas zonas desqualificadas (Chaves, 1999), e é neste seguimento que a influência dos contextos no consumo das drogas, e o acesso ao produto, começam agora, a entrar na explicação do tráfico e do próprio consumo.

A heroína é assim eleita, como uma das drogas de referência e em 1990 dá-se um “boom” na sua procura (idem) e o consumo de cocaína aumenta igualmente. O abuso de psicotrópicos, sedativos e estimulantes assiste a uma baixa dos seus consumo e o consumo de álcool sofre um aumento.

Num outro inquérito (administrado no território nacional continental a uma amostra estratificada), realizado pelo GPCCD, em meio escolar, entre 1989 e 1995 a alunos entre o 7º e o 9º ano, pretendeu-se “dar conta” da prevalência ao longo da vida” e nos “últimos 30 dias”, do consumo de substâncias psicoativas. Os dados referentes a 1995 apontam a prevalência ao longo da vida do consumo de drogas lícitas, com um valor superior às drogas ilícitas. Estes dados, registados no relatório nacional do fenómeno da droga – 1996, registam o álcool como a substância mais consumida (58.17%), seguida do tabaco (37,17%) e dos medicamentos (11,07%) e dentro das drogas ilícitas, o haxixe ocupa o primeiro posto (3.1%) e a cocaína (0,55%).

Este documento, apreciando os valores das “taxas de prevalência ao longo da vida”, demonstrou que comparando a taxa entre 1989 e 1995, o consumo de álcool e tabaco aumentou, ao invés do consumo de medicamentos que diminuiu e o consumo de substâncias ilícitas não se alterou.

Relativamente à taxa de “prevalência nos últimos 30 dias”, o consumo de álcool e medicamentos diminuiu e o consumo de substâncias ilícitas, não apresenta alterações de monta.

São ainda apresentados os dados de um estudo realizado em 1995 incidindo sobre os alunos do 10, 11º e 12º ano, com idades entre os 16 e os 19 anos (a amostra foi representativa do território nacional e por estratos).

Relativamente aos valores da “prevalência ao longo da vida”, Lisboa ocupa o primeiro lugar no consumo de haxixe e a região Norte do País, ocupa o último lugar, este é de 8.75% e aquele de 18.55%. A cocaína é sobretudo, consumida no Algarve (1.16%) seguido de muito perto pela zona de Lisboa (1.15%) e pela zona Centro do País (1.12%). Quanto ao consumo de heroína, o Algarve aparece destacado (2.09%), ocupando o Centro, o segundo lugar (1.74%) e Lisboa (1.20%).

O ecstasy regista um consumo na ordem dos (1.16%) no Algarve, destacando-se esta região como a zona de maior consumo desta substância.

Estes valores do consumo de cocaína e ecstasy no Algarve, parecem indiciar aquilo que muitas vezes é afirmado, ou seja que o consumo de ecstasy e cocaína andam de mãos dadas, e ainda que o Algarve foi a porta de entrada do ecstasy em Portugal.

O mesmo documento (Relatório Nacional do Fenómeno da Droga – 1996), regista a comparação entre dois estudos transversais (1990-1995), este aplicado a 4 comunidades juvenis de Lisboa, passando-se a apresentar os resultados: os solventes registaram um aumento de consumo, o álcool, os medicamentos, o haxixe e a cocaína igualmente. O consumo de substâncias ilícitas e lícitas regista um aumento e a heroína e o tabaco, registaram uma diminuição.

Estes valores marcam já uma tendência que se veio a consolidar como veremos por outros estudos.

Depois deste relatório, passe-se para outro tipo de dados – estudo em meio escolar – da iniciativa do GPCCD. Este estudo foi desenvolvido em protocolo com o PPCS – Ministério da Educação – e iniciou-se em 1986/1987, estendendo-se até 1998. É um estudo comparativo entre alunos do 3º ciclo e do secundário. Embora tal estudo faça referencia a percentagens de drogas lícitas e ilícitas, aqui serão unicamente apresentados os valores referentes às ilícitas.

Assim, relativamente à “prevalência ao longo da vida” regista-se um percentagem de 36.8% de consumo de drogas, onde se inclui o haxixe, a heroína e a cocaína. Dentro das drogas ilícitas o haxixe é consumido por 37.5%, a heroína é consumida por 19.4% dos que consomem drogas, a cocaína por 17.2%., estes valores<sup>28</sup> referem-se ao total dos dois grupos e não particulariza.

Os valores para a “prevalência ao longo dos últimos 30 dias”, situam-se nos 25.6% para o consumo de drogas, o haxixe é consumido por 24.4% dos consumidores de drogas, a heroína por 7.3% e a cocaína por 6.2%.

Conclui-se que o consumo de drogas na taxa de prevalência nos “últimos 30 dias” é menor comparativamente à prevalência ao longo da vida. Essa

---

<sup>28</sup> Isto não significa que seja exclusivamente, ou seja, que esteja contemplada uma única droga em exclusivo, pode-se estar perante situações de policonsumos.

diminuição é significativa em todas as drogas, com especial relevo para a cocaína e heroína, o que significa que houve uma grande percentagem de indivíduos que consumiram pela vida fora, que experimentaram esporadicamente, que até consumiram num determinado período mas, que entretanto deixaram de consumir ou que esses consumos foram muito contextualizados a um determinado espaço temporal.

Reportando-se ainda a este estudo, aparecem pela primeira vez em 1998, valores referentes ao consumo de ecstasy, e logo numa percentagem altíssima (11.69%), quando comparada com o consumo de substâncias já com muita tradição em Portugal, caso da heroína e cocaína.

Começa-se a perceber aqui uma clara alteração dos padrões de consumo, que a par com um aumento crescente de consumo de haxixe vai afirmando o ecstasy como substância de eleição junto dos jovens.

Depois deste estudo, fique-se agora com os valores do estudo resultante do inquérito nacional em meio escolar de 2001 – realizado ao 3º Ciclo (sob a então responsabilidade do então IPDT) e com os valores referentes ao estudo epidemiológico realizado em 1999, também aqui, retirar-se-á unicamente os valores relativamente às drogas ilícitas e medindo a “prevalência ao longo da vida” por substância. Para a recolha dos dados foram utilizados os instrumentos *ESPAD* e o *INME*, o primeiro em 1999 e o segundo em 2001.

O *ESPAD* foi utilizado junto de uma população com 16 anos e o *INME* – Inquérito Nacional em Meio Escolar, a alunos do 3º ciclo para o 7º, 8º e 9º anos, qualquer uma destas a frequentar o 3º ciclo. Assim, em 1999 a cannabis era a substância mais consumida com 9.41%, seguindo-se as anfetaminas, a heroína, e com valores muito aproximados o ecstasy – 3,2%, 2,5% e 2,5% - correspondentemente.

Os resultados obtidos em 2001 através do *INME*, apontam para valores muito idênticos no que respeita à cannabis que ocupa também aqui o primeiro lugar na preferência do consumo de drogas, com 10.2%. A grande alteração regista-se no consumo de ecstasy, que é agora a terceira droga mais consumida, mas, com valores quase idênticos à segunda mais consumida que é a cocaína. Assim, a cocaína apresenta uma percentagem de consumo de 4.2% e o ecstasy 4.1%.

Desde já estes valores parecem fazer acreditar a “tese” de que o mercado do ecstasy anda de mãos dadas com o mercado da cocaína, tal como já aqui se referenciou, os quais se demarcam claramente do de heroína.

A cannabis continua a ser a droga mais consumida dentro das ilícitas, assumindo-se como uma espécie de “desígnio nacional”, à semelhança do que nos demonstraram os outros estudos citados, e o ecstasy e a cocaína registam um aumento substancial.

No sentido de dar a perceber as deslocações dos consumos e estabelecer possíveis conjecturas com os estudos até agora relatados, o próximo passo é analisar os resultados do “Inquérito Nacional do Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa de 2001”, da responsabilidade da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Foi aplicado a uma amostra de 15.000 indivíduos, a uma população entre os 15 e os 64 anos, em 7 regiões e a um número mínimo de 600 entrevistas por região, perfazendo um total de 15.000.

Reteve-se apenas as percentagens referentes aos consumos de heroína, ecstasy e cannabis, pois são sobre essas substâncias que assenta essencialmente esta investigação e sobre as representações das mesmas e dos seus consumidores. Embora o estudo não se centre na cannabis, considerou-se como importante reter aqui os consumos desta, devido à hipótese de andar associada ao consumo de ecstasy e desta substância ser uma representante de um novo padrão de consumos e não tanto considerada como uma substância isolada, indutora de todo um estilo de vida, de modos de vida e arquitecta de entidades.

O objectivo é encontrar uma tendência, um fio condutor – caso este exista – comparando os diversos estudos, testando a sua coerência, ou falta dela.

Este estudo, que agora será alvo de análise, debruça-se sobre as experiências de consumo ao longo da vida, ao longo dos último 12 meses e nos últimos 30 dias.

O relatório agora apresentado acaba desde logo por apontar, aquilo que já se suspeitava, que o consumo de drogas ilícitas em Portugal é inferior a outros países europeus.

O consumo de substâncias ilícitas ao longo da vida regista uma taxa de prevalência de 17.4% na população portuguesa.

A percentagem de pessoas que alguma vez consumiram cannabis em Portugal é de 3.3% e que consumiram no último mês é de 2.4%., sendo esta uma das mais baixas taxas da Europa. No entanto, numa visão atenta, verifica-se que a distância que separa as taxas de consumo no último ano e no último mês com as dos outros países (Reino Unido, França, Holanda e Espanha), regista um intervalo menor. Isto poderá querer significar que o consumo de cannabis tem vindo a “galgar” terreno, tem vindo a registar uma maior incidência de consumo de cannabis por relação a outros países.

O consumo de ecstasy regista uma prevalência de 0.7% ao longo da vida e os países que registam a maior percentagem de consumo é o Reino Unido e a Espanha. Corrobora-se a ideia que afirma que, o consumo de ecstasy começou na Europa por se difundir a partir do Reino Unido, passando de seguida para o Sul de Espanha. Por outro lado, também aqui, pode-se levantar a hipótese da incidência recente do consumo de ecstasy ser bastante superior por relação ao consumo ao longo da vida, sendo a sua taxa de prevalência em Portugal ao longo da vida de 0.7% e no último ano de 0.4%. Quando se comparam estes valores com os de outros países, caso da França, que é de 0.9% ao “longo da vida” e de 0.2% no “último ano”, na Holanda que é de 2.3%, ao “longo da vida” e de 0.8% no “último ano”, percebe-se que a diferença entre a taxa de consumo ao longo da vida comparada com a taxa de consumo no último ano é mais estreita em Portugal que nos restantes países (Espanha, Holanda, Reino Unido). Isto poderá querer significar que, embora o ecstasy tenha entrado mais tarde nos hábitos dos consumidores portugueses, os valores referentes aos períodos de consumos recentes fazem prever um consumo mais elevado por relação ao consumo ao longo da vida, ou seja, tudo leva a crer que se está a assistir a um período de viragem nos padrões de consumo.

Passando agora para o consumo de heroína ao “longo da vida”, regista-se que a posição de Portugal é agora cimeira, pois na comparação com os países como Reino Unido, Espanha, Alemanha Ocidental e Holanda, Portugal ocupa o segundo lugar atrás do Reino Unido.

A grande parte das substâncias sobre as quais incide este estudo (cannabis, ecstasy, anfetaminas, cocaína, LSD), revelam uma menor taxa do seu consumo ao “longo da vida” em Portugal do que nos restantes países, com excepção da heroína. Para se perceber esta anunciada deslocação dos

padrões de consumos, é de notar que tal como enunciado no “Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoactivas na População Portuguesa – 2001”, a maior taxa de consumo recai sobre o ecstasy e sobre a heroína, isto no que se refere ao consumo no “último mês”. Mais, se formos para a taxa do último ano, esta é maior no consumo de ecstasy do que no consumo de heroína, com uma taxa de 0.4% contra 0.2%.

Basta um olhar mais atento, para se dar conta que países como o Reino Unido, revelam uma taxa de consumo de ecstasy bastante superior à de heroína e pensando-se que Portugal reage por “atraso”, pode-se supor que a tendência será seguir tais padrões.

Como dado que vem corroborar e sustentar tal hipótese de deslocação de consumos, tem-se a taxa de “continuidade dos consumos em Portugal”. Esta, medeia a relação entre os consumos ao longo da vida e os consumos ao longo do último ano, *“Se o número de declarações de consumo ao longo da vida for igual ao número de declarações de consumo no último ano, a taxa de continuidade é igual a 1 (ou 100%)”* (Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoativas na população portuguesa – 2001, p.25).

E é exactamente no ecstasy que encontramos o valor mais alto, isto é, a heroína que aparecia como a substância mais consumida em Portugal a par com o ecstasy, regista agora valores muito inferiores aos do ecstasy (ecstasy – 57.14% - heroína 28.5%). Esta taxa é mesmo a maior de todos os países aqui contemplados, quer no que se refere à faixa etária dos 15 aos 64 anos, quer na faixa etária dos 15 aos 35 anos. Como se não bastassem os dados até agora apresentados, retenha-se a taxa de consumo de heroína ao “longo da vida”, agora por faixa etária. Estes valores permitem perceber que é nas faixas etárias mais jovens, 15-24 anos, que esta taxa é menor (0.5%), curiosamente, ou não, é num grupo intermédio – o dos 25-35 anos e o dos 35-44 anos – que esta taxa é maior. Portanto, daqui sai reforçada a “legitimidade” da amostra do estudo total se centrar entre os 12 e os 15 anos e o 22-25 anos. No grupo dos 25-34 anos (1.6%) e no grupo dos 35-44 anos (1.11%), enquanto que uma faixa etária superior volta a diminuir drasticamente (45-54 anos – 0% e 55-64 anos – 0%).



No sentido perfeitamente inverso, e exactamente nos escalões etários onde se regista a taxa mais baixa do consumo de heroína – 15-24 anos – regista-se a mais alta taxa de consumo de ecstasy ao “longo da vida” (2.3%).

Parece ficar cada vez mais claro esta deslocação dos consumos de heroína em direcção ao ecstasy e “drogas de acompanhamento”.

A taxa de consumo ao longo do “último ano” e do “último mês”, incide sobretudo no consumo de cannabis e especialmente no grupo dos 15-24 anos e nos homens.

Estes números estão em consonância com todos os valores até agora apresentados e que dão a cannabis como a substância mais consumida. Surpreendente e revelador, é o facto do ecstasy emergir como segunda substância, com a taxa de prevalência mais alta e em terceiro lugar temos a cocaína.

O que é que isto poderá significar?

Por um lado, é muito evidente, que o consumo de ecstasy está a aumentar, que a cannabis, agora como outrora, é a substância ilícita mais consumida pelos portugueses e que haverá alguma relação entre o consumo de substâncias como a cannabis, o ecstasy e a cocaína. Esta hipótese carece de um maior aprofundamento, desde logo para perceber se está a falar de indivíduos que consomem simplesmente ou alternadamente estas substâncias. No sentido de confirmarmos esta deslocação dos consumos, “olhe-se” agora para as taxas de consumo ao longo do “último mês e ano”, da heroína e constata-se que esta substância encontra-se atrás do consumo de cannabis, ecstasy e até cocaína.

Para além do relatado, é na faixa dos 25-34 anos que o consumo de heroína é mais elevado, quando no ecstasy, na cannabis e na cocaína, a faixa que registava maiores consumos situava-se nos 15-24 anos. A heroína é assim e sobretudo consumida numa faixa etária mais elevada, parecendo estar a deixar de ser uma droga de preferência dos mais jovens.

O mesmo documento corrobora esta tendência, com as taxas de continuidade de<sup>29</sup> - agora não por comparação a outros países – que é sobretudo elevada no

---

<sup>29</sup> Como já foi referido, aqui está em causa a relação entre os consumidores da substância ao longo da vida e as pessoas que a consumiram no último ano.

grupo dos 15-24 anos e especificamente no ecstasy (66%). Fazendo parecer que quem experimenta vai ficando fidelizado a esta substância, o que já não acontece com a cannabis em que a taxa de continuidade é de 29%. Ou seja, há aqui uma faixa de indivíduos que experimentam mas que não continuarão. Isto poderá ser indiciador de que o consumo de ecstasy obedece a rituais e a contextos mais “particularizados”.

O consumo de heroína, apresenta uma taxa de continuidade de 40%, o que em nada surpreende devido ao seu elevado potencial de adição.

Com o intuito de “meta- sustentar” uma das premissas do estudo e de “achar” uma linha de coerência entre vários estudos bem como de cruzar dados que poderão ser reveladores de informação consistente, serão aqui visitados outros estudos.

Assim, o “senhor que segue” é o Relatório Anual de 2001 – Vol I – A situação do país em matéria de drogas e toxicodependência – da responsabilidade do IDT. Este documento começa logo nas primeiras páginas por fazer uma referência aos números das primeiras consultas, nas várias direcções regionais (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), entre 1993 e 2001. A questão que se coloca é o “porquê” da importância destes números, sabendo-se que a grande percentagem dos utentes dos CAT’s (Centros de Atendimento a Toxicodependentes) são consumidores de heroína. A taxa de primeiras consultas, quando não interpretado de forma causal e determinista, pode ser um indicador importante. Parte-se assim do princípio que há uma relação mais ou menos estreita, entre primeiras consultas e novos consumidores<sup>30</sup>.

Estes números constataam que após um crescimento de primeiras consultas, nos anos de 1993, 1994, 1995, 1996, os anos de 1997, 1998 e 1998 há um abaixamento na taxa de primeiras consultas em relação a 1996, para em 1999 e 2000 voltar a subir. O ano de 2001, traz uma diminuição clara das primeiras consultas, número este só comparável aos anos anteriores a 1996.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> Mais ou menos porque, há todo um conjunto de consultas primeiras, que se podem referir a consumidores antigos, mas que só agora se decidiram pelo tratamento, e depende da oferta de serviço, logo da abertura de novos CAT’s.

<sup>31</sup> Os valores aqui avançados, referem-se ao total dos valores das 6 regiões atrás mencionadas.

Um dado, ou o seu conjunto, que terá relevância para se perceber a procura do tipo de droga, logo as tendências preferenciais dos consumidores, é o número e o tipo de drogas apreendidas. O relatório anual de 2001, dedica todo um capítulo a esta análise. Assim, e solicitando todos os registos apontados até agora constata-se que as apreensões de heroína – embora seja a substância mais apreendida – tem vindo a diminuir. No sentido inverso as apreensões de ecstasy aumentaram exponencialmente, entre 2000 para 2001, para já não se “falar” nas quantidades.

As quantidades apreendidas, pelas autoridades competentes, registam diferenças muito significativas por relação a 2000. Embora, tal como referido no documento em análise, o ano de 2000 tivesse sido um ano atípico no elevado número de apreensões, logo a diminuição vertiginosa das apreensões em 2001, terá que ter uma leitura relativa.

Entre 2000 e 2001, o número de apreensões de heroína diminui numa percentagem de 44%, e o haxixe em 79%, o consumo de cocaína subiu em 84% e o número de apreensões e o ecstasy aumentou em 39,6%.

Mais uma vez, merece um especial reparo o facto de aumentarem paralelamente o consumo de ecstasy e cocaína, o que parece sustentar a ideia da associação de consumos das duas substâncias e necessidade de se abordar a questão sob a forma de novos padrões de consumo e não sobre a designação de novas drogas.

Números da maior importância são os que se referem ao destino das drogas, visto que esta análise incide sobretudo sobre a realidade portuguesa, sendo assim, pouco significado teriam para Portugal o número de apreensões, se o nosso país servisse como interface das várias drogas apreendidas, no entanto o número de drogas apreendidas destinavam-se, na sua maioria, ao mercado interno. O relatório anual de 2001, refere que com excepção da cocaína, o grosso da quantidade de droga apreendida, destinava-se a Portugal. (ex: só 2% da quantidade de ecstasy apreendido destinava-se ao mercado externo).

Estes números embora de toda a importância, não são mais do que aproximações e reflexões distantes de uma realidade que é impossível apreender na sua totalidade, visto que estamos a descrever comportamentos desviantes ilícitos, subterrâneos e ocultos.

Os números de 2002 (Portugal, Relatório Anual), mostram que é a cannabis a droga ilícita mais consumida em Portugal, registando o maior número de apreensões em 2002.

Por sua vez a heroína, denota um abaixamento no seu consumo continuando no entanto a ser a droga responsável por um maior número de consequências sanitárias (procura de tratamento, mortes relacionadas com o consumo, doenças associadas ao consumo). As consequências legais relacionadas com o consumo de heroína viram o seu número descer de 33% de 2001 para 24% em 2002, números estes que acompanham a tendência de anos anteriores e que não resulta directamente do novo enquadramento legal do consumo de drogas, pois estes números poderão indiciar, só por si, uma diminuição do consumo desta substância (poderão, não indicam, porque podem ser o resultado de uma menor atenção, de uma dessensibilização das forças policiais para o fenómeno de consumo).

Números bem menos subjectivos, referem-se às apreensões de heroína que diminuíram em termos de número e de quantidade, chegando mesmo a ser ultrapassados pelos da cannabis o que não sucedia desde 1990.

Quanto à outra droga aqui focalizada, o ecstasy, comece-se por analisar um aspecto referido no documento em análise – *“Entre a população reclusa, o consumo de ecstasy surgiu ainda com bastante menos relevância que as drogas tradicionais”* (pp: 145) – se tivermos em atenção a média de idades dos reclusos nas Prisões Portuguesas, poderá concluir-se que aqui como fora do meio-prisional o ecstasy é sobretudo uma droga dos mais jovens.

As consequências legais do consumo provocadas pelo ecstasy, enquanto substância isolada, é pouco significativo e embora um pouco mais expressivo quando associado à cannabis, continua a ser pouco relevante e isto poderá ser indicador da forma circunscrita a que o consumo desta substância está sujeito. Indicador importante para demonstrar o aumento da importância do ecstasy no mercado nacional, é o número de apreensões e das quantidades correspondentes, estas aumentaram 16% e as quantidades em 76%, e 30% das apreensões foram consideradas em quantidades significativas (quantidades superiores a 50 comprimidos). A grande percentagem das apreensões foram provenientes da Holanda (70%) e eram na sua totalidade destinadas ao mercado Nacional.

Tendo em consideração o “Relatório Anual de 2003: A evolução do Fenómeno da droga na União Europeia e na Noruega”, a segunda droga mais consumida neste espaço é o ecstasy, depois da cannabis. Esta regista valores muito elevados, sobretudo na “prevalência ao longo da vida”, o que é indicador de consumos tentados mas interrompidos. Em Portugal essa taxa variará entre 7% a 10%. As consequências sanitárias destes consumos continuam a ser residuais.

O número de apreensões na União Europeia aumentaram, em número e quantidade.

O consumo de heroína e segundo este relatório (2003), revela valores/tendências muito disparees no tecido Europeu. Portugal apesar da tendência claramente descendente de consumo de heroína, continua a ter alguns dos mais altos números da U.E. em termos de consumos problemáticos, para o que concorre sobretudo a heroína e o seu consumo via - endovenoso. Segundo o documento, o consumo de heroína por toda a U.E. parece ter estabilizado ou está mesmo a diminuir.

Portugal regista alguns dos mais baixos valores do consumo de ecstasy, cocaína e anfetaminas. Relativamente ao ecstasy, que é destas a substância que para aqui mais interessa, só a Grécia, a França, a Itália e a Suécia registaram valores inferiores. No entanto, o consumo de ecstasy já ultrapassa o de cocaína, uma droga com muita maior tradição em Portugal.

## **Conclusão:**

Portugal, na droga como em outros domínios, viu o fenómeno do consumo dar “à costa” bastante mais tarde que certos países do mundo Ocidental. A reacção sócio-político não se fez esperar, mas o pior estava para chegar, a proliferação do consumo de heroína, da “maldita castanha”.

Por seu turno, o consumo de haxixe, foi aquela que sempre foi ocupando o primeiro lugar do “ranking” dos consumos.

A partir de meados dos anos 90, começa-se a sentir os primeiros sinais de uma tendência que se veio a solidificar: o consumo de heroína começa a diminuir.

È exactamente na segunda metade da década de 90, que são conhecidos os valores do consumo de ecstasy, com números bastante significativos, muito próximos da heroína e por vezes em alguns estudos até superiores.

A partir destes anos, os dados estatísticos demonstram que os índices de consumo de heroína vão estagnando ou diminuindo e os de ecstasy aumentando, particularmente nas camadas mais jovens da população.

Outros indicadores, como as taxas de apreensão, corroboram isto mesmo.

***“ Qualquer generalização é uma hipótese [...] apenas deve ser sempre [...] submetida à verificação ”***

***Poincare, 1968 in Deshaies, 1992***

### III.2. O CAMPO DE ANÁLISE – O OBJECTO E OS OBJECTIVOS DO ESTUDO:

Objectivos e hipóteses teóricas confundem-se num movimento que despoleta este estudo. A fronteira que separa uns, e outros, se é que ela existe, é muito ténue. As hipóteses são assim o principio de tudo, surgem do tudo e do nada, da observação directa, da interrogação permanente, do incómodo, da simples curiosidade provocadas pelo espírito critico, pela dedução inquietante. A hipótese é uma posição à espera de ser analisada, que será rejeitada ou confirmada, (Deshaies, 1992), uma posição a observar para daí serem retiradas as devidas ilações.

A importância da hipótese, resulta do papel central que a mesma ocupa numa investigação. Os métodos, as técnicas o enquadramento teórico são “peões” neste “jogo de xadrez” conduzido pela “rainha”, hipótese. Esta será infirmada ou confirmada através de métodos rigorosos.

Esta investigação, architectada em dois estudos – um exploratório e o segundo, sem ter a pretensão de ser estatisticamente representativo, assume-se no entanto mas sustentado e esclarecedor - obedece a uma única hipótese.

O problema surge, e as possíveis respostas são equacionadas. Aqui, no presente estudo, o problema na sua génese, refere-se à deslocação dos padrões de consumo e às suas razões/causas. Estas podem ser, e são-no concerteza, de cariz multidimensional.

Dentro desta amálgama de hipóteses, há que eleger uma: *“Estando-se a assistir a uma alteração dos padrões de consumo, que compreendem a mitigação do consumo da heroína e o aumento do ecstasy, poderá esta alteração estar relacionada com diferentes representações sociais acerca das mesmas e dos seus consumidores?”*



Logo a pergunta de partida que assiste este estudo será:

***“Existem diferentes conjuntos de representações sociais relativamente a diferentes categorias de drogas – ecstsy e heroína - e à figura dos seus consumidores, em diferentes escalões etários<sup>32</sup>?”.***

Sendo-se ainda mais específico, pretende-se perceber se as representações sociais sobre o consumo de heroína e sobre quem a consome, são mais tendencialmente negativas junto das faixas etárias mais jovens por relação a faixas etárias mais “maduras” e o “vice-versa” também é verdade, perceber se as representações sociais sobre os consumos de ecstasy e seus consumidores são menos negativas junto das camadas mais jovens, relativamente às camadas de idade superior.

Esta questão é passível de ser observável, pretende ser objectiva e aspira a ser pertinente.

Recorrendo aquilo que se pode entender como dimensão social das representações sociais, o objectivo é perceber-se os julgamentos, as avaliações, as opiniões, as atitudes- dimensões das representações sociais - acerca do objecto de estudo toxicodependência, acerca das “velhas e novas drogas”, dos consumidores destas e os diferentes pontos de vista de cada grupo eleito, qual a orientação das suas atitudes subjacente ao objecto em análise, enfim que representações estão vinculadas aos dois grupos. O objectivo situa-se assim ao nível dos “significados” embora, como indicadores de “práticas”.

Desta forma, apresenta-se um primeiro estudo com uma preocupação descritiva e um segundo com uma atenção particular sobre a explicação.

O problema e a hipótese condicionarão toda a pesquisa, toda a metodologia e técnicas propostas, tentando explicar a questão central dos estudo (Desahaies, 1992).

---

<sup>32</sup> A hipótese inicial corresponde exactamente ao que aqui é relatado, no entanto após construção da matriz e primeiras operações de tratamento dos dados estatísticos, percebeu-se que “coincidentemente” havia um número muito aproximado de sujeitos de género feminino e masculino. Isto permitiu fazer uma nova análise a partir de uma outra variável independente, o sexo. Estes dados vem referenciados em capítulos seguintes.

A hipótese apresenta-se portanto, como uma espécie de “provedor” do estudo. Enfim, continue-se a trilhar o caminho delineado...

***“Muito frequentemente, a pesquisa qualitativa é vista como precursora dos métodos quantitativos. por outras palavras, é considerada útil como estudo piloto, capaz de suscitar ideias e hipóteses interessantes que depois serão “devidamente” testadas por uma investigação mais sistemática e quantitativa”***

***Moreira, 1994***

### III.3. IMPLICAÇÕES DA ESCOLHA DE UMA METODOLOGIA MISTA – QUALITATIVA E QUANTITATIVA:

Neste capítulo ir-se-á justificar a escolha da metodologia adoptada, bem como explicitar em que consiste genericamente essa metodologia e ainda as eventuais virtualidades da sua utilização. À imagem dos capítulos anteriores, relacionando com a prática levada a cabo.

O presente estudo situa-se no domínio das investigações de “processos e condições psicológicas” segundo a taxonomia avançada para os procedimentos de relato verbal (Babor, 1990 in Agra, 1993).

O objectivo é partir de um método qualitativo, através de uma entrevista aberta ou não-estruturada<sup>33</sup>, para um método quantitativo consubstanciada num teste de medida.

Torna-se assaz pertinente, definir o que se entende por metodologia. Entenda-se, caminhos que permitem chegar aos resultados, conjunto de processos que definem como se pretende investigar, proporcionando os meios e as ferramentas para empreender, orientar uma investigação.

São pressupostos que permitem posteriormente escolher o método.

Por método, entenda-se o conjunto de técnicas seriadas em função dos objectivos da investigação e a sua monitorização. O mesmo método pode ser usado numa perspectiva quantitativa ou qualitativa. O método refere-se à *“Actividade do espírito que se apoia tanto na capacidade de raciocinar, de julgar e de avaliar como nos procedimentos e práticas reconhecidas de investigação”* (Deshaies, 1992. pp: 112). O método é o farol que orienta, o radar que prospectiva.

Etimologicamente a palavra, de origem grega, significa caminho (idem).

Segundo Deshaies (ibidem), as características implícitas ao método ou que deverão orientar este, são a sua funcionalidade, a versatilidade suficiente para

---

<sup>33</sup> O cap. III.4.2. contempla um curto enquadramento do tipo de entrevistada adoptada e os princípios que assistiram à sua concepção.

ser utilizado por outros actores, deve garantir os resultados atingidos. Deve “responder a um fim preciso” (*ibidem*, pp 128). Outra característica, será a “unicidade dos procedimentos” na continuidade da aplicação do método, o procedimento está predeterminado e deve ser seguido. A terminologia sobre o objecto de estudo, os conceitos devem ser uniformizados e a sua utilização alvo de um grande cuidado, as definições “devem ser claras e inequívocas” até para aplicações posteriores e para a interpretação dos dados (*idem*).

O método poderá então ser entendido como um mecanismo de recolha e análise das informações, cumprindo os objectivos do estudo.

Por técnicas entenda-se, processos que permitem pesquisar.

Pretende-se com a metodologia eleita para este estudo – metodologia mista -, criar conceitos, dimensões pertinentes, através do método qualitativo para posteriormente utilizar estes, na concepção de um teste de medida, num método quantitativo.

Recorrendo a Lazarsfeld (1973), na sua classificação dos métodos em ciências sociais, este estudo, não obstante de se servir de mais do que um método e até mais do que uma técnica, inscreve-se nos *métodos de medida ou análise extensiva*. A diferentes níveis encontra-se a produção de diferentes tipos de saber, distintas formas de produção de dados.

No entanto, este diálogo entre métodos e técnicas quantitativos e qualitativos, “deseja-se e recomenda-se”. Longe vão os tempos em que se equacionava os dois, como mundos à parte. Assim entendeu-se neste estudo<sup>34</sup>.

Em resumo, dir-se-ia que, com a metodologia utilizada pretende-se alcançar um método quantitativo a partir do qualitativo. Este permitirá “auferir” as questões, as dimensões a que se quer que a investigação responda. De outra forma seria pedir aos grupos para se posicionarem sobre um conjunto de opiniões e atitudes pessoais e não sobre as opiniões e atitudes emanadas

---

<sup>34</sup> A condição “sine-qua-non” da amostra é, estar-se perante jovens oriundos de meios desqualificados, não consumidores- o que poderia desde logo enviesar os resultados – ou consumidores não problemáticos.

“endógenamente” do epicentro do grupo (de um grupo com as mesmas características).

Recorrendo a Comas (in Agra, 1993) e à sua “classificação” de investigações, não se trata esta de uma investigação sobre toxicómanos – quando muito consumidores não problemáticos ou ocasionais - que usa o conforto exclusivo de uma amostra circunscrita, a um contexto institucional, antes bem pelo contrário. Este estudo, e indo ao encontro de uma recomendação do antropólogo Espanhol, renuncia a utilização exclusivista da técnica de inquérito por questionário “deitando mão” da técnica de entrevista. Pretende-se – se não eliminar pelo menos mitigar – a ocorrência de complicações originadas pela *“dupla moral e ambivalência social no que respeita ao uso de drogas, com largo reflexo nas opiniões expressas”* (idem) .

Parte-se das “entrevistas” em direcção a um “instrumento fechado”, para assim se tentar perceber se existem diferenças significativas nas representações sociais entre dois grupos etários distintos. Parte-se de uma parte exploratória para depois a controlar, aprofunda-se para posteriormente verificar. Assim poder-se-á concluir acerca dos resultados, por referência à hipótese<sup>35</sup> de partida e aos objectivos do estudo.

Todo um manancial de literatura, refere-se às “virtudes” da utilização de uma metodologia mista.

Não se pretende aqui “mergulhar” a fundo na análise do quadro epistemológico que conduz à metodologia - esta depende daquela mas aquela é independente desta, (Castro, in Silva e Pinto, orgs. 1990). Antes, clarificar que se parte de um único “pressuposto epistemológico” : é possível a ciência ser analisada à luz da sua capacidade de nos inteirar das circunstâncias da produção dos fenómenos e não das causas geradoras dos mesmos (idem). Mesmo aproximando-se este estudo, no segundo momento, da dimensão quantitativa, de um paradigma que é normalmente identificado como comportando uma dimensão de cariz mais positivista, - *“partindo do senso comum, da realidade do que é apreendido*

---

<sup>35</sup> A qual sustenta que a mudança, a deslocação, dos consumos de drogas “tradicionais” como a heroína para as “novas –velhas drogas”<sup>35</sup> caso do ecstasy, poderá dever-se entre outros factores- a uma representação social depreciativa das primeiras. O âmago desta investigação, à qual a metodologia escolhida pretende dar resposta, é o estudar as transformações duma representação.

*pelos sentidos, procura estabelecer as leis causais dessa realidade...*" (Matos e Agra., 1997; pp.27)- esta metodologia quantitativa será sempre utilizada visando o princípio enunciado por Castro (idem). As explicações causalistas não têm aqui lugar<sup>36</sup>.

Mesmo a dimensão quantitativa será usada numa perspectiva processual e nunca causal. Centrando-se este estudo entre o sistema psicológico e o social, aspira a constituir-se num "humilde" mas "honesto" contributo "com experiência comprovada", rumo a um distanciamento de um modelo explicativo assente na causalidade dos fenómenos.

A própria natureza desta investigação poderá "dar conta" de uma eventual presença de diferenças significativas nos conjuntos de representações sociais, em diferentes grupos etários, mas nunca poderá assumir uma postura de tipo causalista, relacionando eventuais diferenças nas representações sociais com uma alteração dos padrões dos consumos.

O determinado (alteração dos padrões de consumo) está objectivado pelas estatísticas<sup>37</sup>, o determinante (causas da mudança dos padrões de consumo) poderá estar ou não, e caso esteja só em determinada parte (Agra, C. 1997).

O primeiro momento (estudo qualitativo) aproximar-se-á "naturalmente" do paradigma construtivista, em que o processo de construção científica é encarado como objecto informado e implicado pelo poder e "*formas de saber sociais e históricas*" (idem, pp.27). A ciência como construção histórica, política e contextualizada a um dado momento histórico. Ainda dentro deste paradigma, a aproximação continua em direcção ao "método genealógico" de Foucault (idem), desde logo porque ao se analisar as representações sociais formadas e o "como" elas se formam - aqui ao nível meramente teórico - não se está numa lógica micro-sociológica ou psicossocial que a teoria das Revoluções Científicas de Thomas Khun preconiza. Mesmo não se tratando de um "estudo sistemático de epistemologia" (ibidem) esta investigação aproxima-se mais dos dispositivos, dos "saberes" e até das "estratégias de poder" que as representações sociais podem conter, "*a análise das relações entre o saber*

---

<sup>36</sup> O objectivo deste estudo não são as causas dos comportamentos, das atitudes, das opiniões das representações sociais, mas sobretudo o identificar essas representações.

<sup>37</sup> Ver cap. III.1

*que nela se acumula e os poderes que criam condições de emergência da produção desse saber” (ibidem, pp.28).* O próprio enquadramento teórico das representações sociais, é todo ele dedicado à questão do como elas se formam.

Daqui podemos perceber que a epistemologia representará a nascente, os estudos de cariz extensivo, intensivo e experimental, segundo a classificação de Lazarfeld (1973), o início do curso do rio, os métodos qualitativos e quantitativos o curso do rio e os instrumentos de recolha dos dados a observar e as técnicas de análise de informação desses dados, serão a foz.

Não se pode separar a escolha, a opção metodológica, da epistemologia geral (Deshaies,1992). A epistemologia estará para o metodologia como a “massa para o bolo”.

O próprio método está sujeito a preceitos epistemológicos e a diferentes formas de raciocínio, assim como a metodologia.

Para Deshaies (idem) existem duas grandes formas de raciocínio: o das ciências lógico-matemáticas e o das ciências do homem. O primeiro pauta-se pela dedução, pelo abstracto, pelo quantitativo, pelo sistemático, pelo lógico, pelo concebido e geral. O segundo pela indução, pelo concreto, pelo qualitativo, pelo método, pelo intuitivo, pelo percebido e pelo particular<sup>38</sup>.

Este estudo esforça-se pela integração consensual de ambos.

A epistemologia impede a autogestão do conhecimento, enquadrando-o (Agra, 97). Segundo Quivy e Campenhoudt, *“A epistemologia, em particular, tem a*

---

<sup>38</sup> Mesmo anteriormente a esta distinção, embora supérfluo, poderíamos desde logo encetar a distinção entre subjectivismo radical e o objectivismo puro ou dito de outra forma, entre ciências humanas e ciências de laboratório ( Deshaies,1992).

Nas nossas sociedades Ocidentais a ciência e correspondente submissão desta à experimentação, é radicalmente o único meio considerado como legítimo de apreender, de conhecer a realidade. Estamos perante uma verdadeira ditadura do método científico, mais, de um determinado método científico. O método é colocado no centro de todo o processo como único e supremo elemento. No entanto sabemos que, tal como refere Deshaies no livro metodologia da investigação em Ciências Humanas de 1992, que o sujeito, o objecto, as estruturas do saber, a lógica, a visão idiossincrásica de cada um e do próprio conjunto, estão intimamente ligadas e reclamam um papel também ele preponderante no processo de conhecer.



*função de submeter todas as formas de conhecimento a um exame crítico destinado a elucidar os seus fundamentos. Sem reflexão epistemológica, o investigador não pode discernir os limites e o alcance das proposições que adianta e, perdendo assim o controlo crítico do seu próprio trabalho, ilude-se quanto à sua validade. Pelo contrário, quem sabe reflectir sobre os pressupostos teóricos e metodológicos dos seus próprios trabalhos e dos outros está infinitamente mais preparado para proceder ao seu exame crítico e, assim, para os aprofundar e ultrapassar, mas também para controlar permanentemente a validade do procedimento metodológico que aplica.*(pp: 38).

O propósito deste capítulo não se centra tanto em enunciar os princípios de cada um dos métodos - qualitativo vs quantitativo - mas, sobretudo em apontar virtudes da conjugação dos dois. Parece no entanto adequado e pertinente, começar por esplanar em que consiste cada um deles para passar à exortação da sua utilização conjunta.

Apesar de todas as reconhecidas virtudes desta junção, não parece ser possível o contornamento desta divisão, *“Não obstante, de todas as distinções metodológicas elaboradas, o contraste qualitativo/quantitativo tem-se revelado o mais persistente e é, na verdade, o que reflecte de forma mais precisa a divisão habitual da prática da investigação.”* (Moreira, 94, pp. 93). Mais, o aprofundamento das qualidades e defeitos, alcances e limites de cada um dos métodos, dependerá da continuação deste percurso autónomo e da consequente análise dos diferentes métodos. Segundo André (in Baptista, 1999), este debate levanta questões epistemológicas, que de outra forma poderiam ver-se anuladas.

Os métodos qualitativos resultam de uma determinada necessidade de leitura dos fenómenos, de um certo tipo de concepção da realidade, condicionando o tipo de instrumentos de observação da realidade, de recolha de dados e o método de análise da informação recolhida. O método qualitativo é segundo Evered e Lewis (in Moreira, 1994: 94) como um *“inquérito feito por dentro”*.

Dentro do método qualitativo inserem-se sobretudo as técnicas de observação participante, a etnografia, as biografias e as entrevistas em profundidade ou não estruturadas.

A principal e assumida preocupação deste método é alcançar conclusões generalistas e não-verificáveis mas, também é verdade que é um método bastante flexível. Se, se pensar num dos principais objectivos deste método ou num dos principais objectivos que assiste à sua utilização – um trabalho endógeno, revelador de sentidos, opiniões dos próprios locutores, um trabalho em campo aberto em que os dados são-nos oferecidos pelos interlocutores, não dispensando a sistematização e o rigor, tanto na elaboração e aplicação do instrumento de recolha de dados como na análise desses mesmos dados – é suposto que o mesmo seja generalista. Fornece dados de ordem contextual, permite ir ao encontro da inovação, permite aceder a representações, aceder a concepções do mundo por parte do interlocutor, aceder às suas trajectórias. (Ingold e Ingold, , 1990).

Pressupõem um determinado grau de interacção entre investigador e investigado, e atribuí grande importância à compreensão das acções dos participantes na base das suas experiências de vida (Burgess in Moreira, 1994). Aqui o investigador é um elemento primordial no processo de análise, nas conclusões alcançadas. Estas são uma construção do entrevistado mas também do entrevistador.

Os métodos qualitativos permitem análises intensivas que permitem a análise do fenómeno na sua totalidade, a compreensão profunda do facto social (Lima. 95), sendo mais adequados quando se quer estudar fenómenos singulares.

Este procedimento não protege o método de uma crítica bastante acutilante, e que se centra na impossibilidade de uma investigação “peregrina” deste método, poder ser replicada nas exactas condições da original . E nem sequer se refere aos estudos etnográficos, onde apesar de todo o rigor presente, obedecem a uma tonalidade mais “idiossincrásica” e estão mais permeáveis a alterações no objecto de estudo e como tal nas condições de recolha de informação. O “antivírus” possível de accionar é uma busca incessante de dados e elementos que desmontem as categorias obtidas e aqui deixar-se-ia de estar perante uma simples análise generalista. Na impossibilidade de os replicar em forma, a receita é repeti-los em objectivo (Moreira, 94).

Toda a dimensão individual do investigador, as suas preferências teóricas e consequente entendimento dos fenómenos, desagua numa grande diversidade de dados produzidos (Moreira, 94). O envolvimento, a implicação e o

comprometimento do investigador numa investigação deste tipo, situa-se a um nível bastante diferente de um estudo quantitativo. Desde logo porque, a subjectividade implícita na mesma obriga a um trabalho pessoal e impossível de delegar.

Os métodos qualitativos pressupõem que a realidade é construída socialmente - parafraseando Fernandes “*não há realidades há consensos*”, - a sua principal preocupação não é medir mas, compreender, e compreende que não há separação entre sujeito e objecto, logo é impossível alcançarmos investigação neutra. Existe aqui uma preocupação ideográfica aceitando que, das conclusões das investigações “conduzidas” por este método poderá surgir o inesperado. O objectivo é definir-se processos e significados . Aqui privilegia-se as “*dimensões vividas*” (Foddy, 96, pp:15), as interações sociais captadas – entre outras formas – por perguntas abertas (idem).

A análise dos significados, a descoberta dos sentidos, as razões dos actos, a relação entre o sujeito e o seu mundo, entre o mundo objectivo e subjectivo, são alvos da análise qualitativa. Segundo Ingold e Ingold (idem), os dados qualitativos permitem um conhecimento das condições onde se vai desenvolver um estudo quantitativo.

Mudando-se agora de “departamento”, a pesquisa quantitativa e neste caso de cariz primário<sup>39</sup>, pretende constituir-se como uma resposta à necessária leitura dos resultados sob forma de questões analíticas<sup>40</sup>. Caso contrário deambularia este estudo, exiguamente, pela simples descrição, o que se revelaria um percurso ínvio, tendo em consideração os objectivos propostos (Moreira, 94).

A metodologia quantitativa, permite fazer emergir dados gerais, as características gerais da, ou de uma população, bem como as características

---

<sup>39</sup> Carlos Moreira no livro Planeamento e Estratégias da Investigação Social de 1994, distingue investigação social em primária e secundária. A primeira refere-se à recolha e análise de dados de fontes primárias e as segundas à análise de fontes secundárias e revela como exemplo os inquéritos oficiais.

<sup>40</sup> O mesmo autor no mesmo livro refere-se a 4 tipos de questões de pesquisa, identificando a determinação dos factos com uma estatística descritiva- e não é este claramente o único objectivo deste estudo- e os testes de hipóteses, a relação entre variáveis e a elaboração de modelos com uma estatística analítica.

específicas de um grupo<sup>41</sup> (Ingold e Ingold, 1990). Esta verifica, mede, quantifica e permite a interpretação. Implicam a uniformização da informação recolhida, através de um instrumento também ele estandardizado, para a correcta comparação dos dados. (Lima, 95).

Os métodos quantitativos partem do pressuposto que a realidade existe “per-si” e como tal está pronta a ser medida através destes métodos. A sua grande preocupação é nomotética, significa isto que o âmago destes métodos consistem no objectivo de extrair leis sobre a actividade humana através da confirmação ou da infirmação. Aqui sujeito e objecto são entendidos como mundos distintos e separados. As semelhanças com os métodos das ciências naturais são por demais evidentes (Foddy, 96). Baseia-se no modelo estímulo-resposta e na crença de que todos os inquiridos entendem da mesma forma as questões.

Esta metodologia foi usada de forma suprema até à década de 70 – apoiadas no positivismo – foi-se assistindo à sua derrocada, enquanto método e sistema único (Baptista, in Martinnelli., 1999). As metodologias quantitativas, depois de um período de grande domínio que coincidiu com uma “fase narcisista” e “omnipotente” deste método, muitas das vezes considerado por muitos, como capaz de se inteirar da realidade, do fenómeno em estudo em todas as suas componentes - *“as metodologias de inquérito e os seus tratamentos quantitativos, após um longo período de domínio, tendem a não assimilar todas as dimensões dos fenómenos, designadamente a dimensão temporal ou os processos ”* (Agra e Matos, 1997. pp. 37) - vê-se obrigada a viver pacificamente com as metodologias qualitativas. Dir-se-ia que estas, no caso do estudo em questão, dão “alma” às primeiras.

A combinação com um método quantitativo permite alcançar resultados verificáveis. Como refere Moreira (1994), a inclusão de material descritivo e de cariz quantitativo consubstancia os argumentos qualitativos.

A relação entre a abordagem qualitativa e quantitativa, como já foi referido neste texto, prende-se sobretudo com a necessidade de partir de uma exploração capaz de se constituir como percursora de uma investigação de índole mais quantitativo, sistemático e medível. A ideia será a partir desta

---

<sup>41</sup> A frequência de consumos, por exemplo.

espécie de um estudo exploratório, alcançar-se ideias, indicadores, conceitos, elementos que possam ser verificáveis através de análises estatísticas. (Moreira, 94).

A complementaridade entre qualitativa e quantitativa começa a ser equacionadas, “...*ambas devem sinergeticamente convergir na complementaridade mútua, sem confinar os processos e questões metodológicas a limites que atribuem os métodos quantitativos exclusivamente ao positivismo ou os métodos qualitativos ao pensamento interpretativo, ou seja, a fenomenologia, a dialéctica, a hermenêutica.*” (Baptista, in Martinelli, 99. pp: 34).

Os autores Tashakkori e Teddlie (1998), advogam a compatibilidade entre métodos qualitativos e quantitativos, enfatizando as várias tentativas nas ciências sociais, para o alcançar de um consenso entre as duas posições, até então consideradas antagónicas. A estes defensores de uma metodologia mista, crentes numa compatibilidade entre os diferentes métodos, apelida-se de pacifistas. Estes teóricos adeptos das orientações pragmatistas, contemplam elementos de ambas os métodos.

Nomenclatura esta que resulta do clima de autêntica guerra instaurada entre os defensores de um e de outro movimento.

Estes autores, traçam uma evolução histórica no que toca à utilização dos diferentes métodos e à aproximação de ambos. O primeiro momento apelidado de *método único* ou *era purista* que se caracteriza pelo uso exclusivo de um dos métodos, ora o qualitativo ora o quantitativo. Este período estende-se desde os inícios do século XX até meados dos anos 50, do mesmo século. O 2º período, entre a década de 60 e 80, e que se caracteriza pelo aparecimento, pela emergência dos métodos mistos. Por último e terceiro período, designa a emergência do estudo dos modelos de métodos mistos, surgidos aproximadamente nos anos 90 (idem).

O cerne da questão, quanto à utilização de uma qualquer metodologia, conecta-se logicamente com o tipo e qualidade de conhecimento que cada um é capaz de fazer florescer, e prende-se também, com a adequabilidade aos objectivos da investigação. O debate sobre a utilização de uma metodologia mista não está acima de qualquer suspeita, devendo-se obrigar igualmente a tais condições.

Os diferentes métodos devem assumir-se como unidade interactiva (Brewer, 98)

O que não fará muito sentido é a lógica maniqueista no uso e defesa das metodologias qualitativas e quantitativas, como pólos opostos de conhecimento.

Embora diferentes métodos apresentem diferentes resultados, não devem por isso serem considerados incompatíveis (Masse, 2000). Se bem que as distintas formas de produção de dados corresponderá distintas formas de interpretar a realidade a conjugação de ambas não é incompatível. Este pragmatismo, aparentemente eclético, é advogado por muitos autores.

Não só os métodos qualitativos e quantitativos podem viver “em paz e harmonia” – síntese unificadora (Baptista, in Martinelli, M., 1999) - como cada um pode metamorfosear-se sob forma do outro, ou seja, partindo de uma análise qualitativa pode-se desencadear análises quantitativas e vice versa. Muitos metodólogos consideram pertinente metodologias qualitativas como indiciadoras da metodologia quantitativa e também o contrário. A complementaridade metodológica, permite abrir o campo de investigação, o aprofundar perspectivas (Ingold e Ingold, 1990),

Permite juntar à análise profunda dos dados a possibilidade de generalização dos mesmos.

Schuman e Presser (1978) citados por Foddy (96, pp. 143), refere que *“As diferenças (entre as distribuições de respostas às versões aberta e fechada de uma mesma pergunta) são minimizadas se os investigadores começarem por utilizar uma pergunta aberta em grandes amostras da população-alvo e utilizarem essas respostas para construir o leque de opções de resposta que reflectem os conteúdos e o vocabulário espontaneamente fornecidos pelos inquiridos. Isto é tão óbvio que se torna embaraçoso dizê-lo, no entanto, nas práticas concretas de inquirição, é provavelmente muito mais negligenciado do que aplicado”*.

A utilização de uma metodologia mista, pretende cumprir o propósito e o desígnio acima enunciado. Pretende-se anular a possibilidade de ocorrer dispares interpretações para a mesma questão e ainda de eliminar ou atenuar a influência de diferentes contextos sociais nas respostas alcançadas (Foddy, 96), evitando-se o condicionamento prévio das respostas (idem) ao mesmo

tempo que permite alcançar “a verdadeira opinião” e a comparação de respostas de forma válida, âmbito deste estudo.

A metodologia qualitativa embora, possibilitadora de um leque mais alargado de informação, “deixa ainda muito a desejar” no que respeita à representatividade, ao grau de influência que o entrevistador poderá exercer sobre o entrevistado, à subjectividade inerente ao processo de controle da informação seleccionada para análise, esta muito dependente da postura do entrevistador (idem). Por outro lado, a metodologia quantitativa, as perguntas e respostas padrão, o inquirir sobre aquilo que o investigador definiu como importante, numa lógica exógena, a castração que esta metodologia impõem, indicia a necessidade da conjugação dos dois métodos.

A “complementaridade dos defeitos e qualidades de cada uma das metodologias devem ser combinados e utilizados” (Lima, 95. pp:18).

Numa metodologia mista, garante-se maior fiabilidade sem desistir da livre resposta, a qual vai dar origem às questões fechadas. A este propósito refere Foddy (1996), que um conjunto de questões fechadas orienta os interlocutores para respostas que nunca seriam dadas caso fossem eles próprios a dissertar sobre as respostas. Aqui estará apresentada mais uma das vantagens da utilização de uma metodologia mista. Os inquiridos responderão ao que acham pertinente e nunca ao que o investigador considera relevante.

A relação entre a abordagem qualitativa e quantitativa, prende-se sobretudo com a necessidade de partir de uma exploração capaz de se constituir como percursora de uma investigação de índole mais quantitativa, sistemático e medível. A ideia será através desta espécie de “estudo piloto”, alcançar ideias, indicadores, conceitos, elementos que possam ser verificáveis através de análises estatísticas. (Moreira, 94).

Para Moreira (idem), a inclusão de material descritivo e de cariz quantitativo consubstancia os argumentos qualitativos.

É exactamente este percurso que se propõem percorrer o presente estudo. Os processos subjectivos vão orientar os factos de superfície que deixam de os ser na medida em que são emanados por aqueles.

Esta confluência de métodos é “fama que vem de longe”- e vem pelo menos dos inícios do séc. XX, com a Escola de Chicago<sup>42</sup>. A este respeito Agra e Matos(1997), referem-se a este “estar de costas voltadas” entre métodos como “miopia científica” ou até “debilidade epistemológica”.

A quantificação permite concerteza conhecer melhor a realidade mas, tal pode e deve associar-se à análise qualitativa, obtendo-se um conhecimento maior e mais aprofundado.

A interactividade das metodologias pode ser uma boa solução. A qualitativa como criadora e a quantitativa como forma de testar o observado no qualitativo. A curta tradição da utilização deste procedimento misto, aponta sobretudo para a utilização de uma primeira fase qualitativa e uma segunda quantitativa <sup>43</sup> ( Ghiglione e Matalon, 97), tal como planeado e executado aqui. Pretendeu-se retirar e inventariar elementos de representações, atitudes, opiniões, vocabulário sobre estas, relativamente aos objectivos do estudo.

Sendo inclusive um domínio de investigação pouco explorado, a possibilidade de se fundamentar este estudo em anteriores – buscando hipóteses e até categorias ou mesmo base teóricas que permitam predizer os resultados – estava limitada. Logo a imperatividade de uma fase qualitativa era incontornável e uma outra quantitativa, que permita inferir as hipóteses levantadas, incontornável é.

---

<sup>42</sup> Sutherland na obra “The professional Thief” de 1937 combina estas duas metodologias tal como nos indica Ana Paula Matos e Cândido da Agra in “ Estudos Interdisciplinares – droga/crime n.º 11:1997).

<sup>43</sup> No entanto a tradição já não é o que era, e são cada vez mais frequentes os estudo que fazem o caminho inverso. Após uma fase quantitativa e com o objectivo de se melhor interpretar determinados domínios que se revelaram com o estudo quantitativo, parte-se para uma fase qualitativa.



## **Conclusão:**

Demonstra este sub-capítulo que o método quantitativo ou qualitativo não só, não se bastam a si próprios como podem e devem cruzar-se, aproveitando-se as virtudes de cada um deles. Um método qualitativo pode ser uma importante base para reflexão quantitativa, o que acontece frequentemente a partir da técnica de análise de conteúdo, assim como o método quantitativo, para se tornar mais fiável, poderá recorrer ao qualitativo no sentido de construir-se ou “afinar” o instrumento de observação ou mesmo para analisar a informação recolhida por aquele.

A metodologia mista, desde o início do planeamento desta investigação que apareceu como uma condição inerente ao próprio estudo. Parte-se de uma metodologia qualitativa em direcção a uma metodologia quantitativa, parte-se de uma entrevista semi-estruturada via a um teste de medidas. O primeiro “gera” as dimensões a explorar no segundo. Desta forma, da conexão entre um e outro, dependem os objectivos do estudo.

De resto, assim afasta-se o modelo causal bem como a hipotética incompatibilidade de conjugação de métodos.

***“Quando utilizamos métodos não estandardizados, entrevista não directivas ou entrevistas estruturadas, é inútil inquirir um grande número de pessoas. A lentidão da análise torna difícil a exploração sistemática de um número importante de entrevistas. Aliás, a experiência mostra que, para temas habitualmente tratados através destes métodos, é raro vermos surgir novas informações após a vigésima ou trigésima entrevista”***

***Ghiglione e Matalon, 1997***

### III.4. A OBSERVAÇÃO E ANÁLISE QUANTITATIVA

#### III.4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO QUALITATIVO – ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

A dimensão qualitativa funcionou essencialmente como uma abordagem exploratória.

Quando se utilizam métodos qualitativos, entrevistas estruturadas ou semi estruturadas e de análise em profundidade, não faz qualquer sentido “falar” numa amostra representativa em termos de quantidade mas, sim numa amostra com as mesmas características às da população constitutiva do universo que se quer ver analisado.

A necessidade de se clarificar “claramente” o grupo a estudar, resulta da necessidade de diminuir a probabilidade de se estar a fazer emergir uma “amalgama” de representações sociais, incoerentes e não comparáveis, oriundas de estratos sociais, pertenças grupais, etc..., bastante diversas, uma espécie de “albergue espanhol de sentidos, visto que as representações sociais são influenciadas pelas condições sociais que os grupos e os sujeitos experimentam.

Para além da “complexa” tarefa que seria abranger um vasto número de indivíduos através de um instrumento de observação deste tipo, segundo os autores Ghiglione e Matalon (1997), após um número de 20 a 30 entrevistas não surgem novas informações. Os mesmos autores (idem) referem que, *“Se esperamos das entrevistas livres um recenseamento de temas, uma tipologia, ou indicações sobre o vocabulário utilizado tendo em vista a concepção de um inquérito sistemático através de um questionário, vinte entrevistas serão, em geral, mais do que suficientes; as seguintes apenas confirmarão o que tivermos obtido com a análise das primeiras”* (pp: 54), adiantar mais do que o agora referido, tornar-se-á um exercício meramente tautológico.

Foi exactamente o número de 20 entrevistas que foi executado, onde a preocupação se centrou em “arranjar” um local /locais onde se pudesse “recrutar” jovens que obedecessem fielmente às características delineadas a

início – jovens oriundos de meios desqualificados entre os 12 e os 15 anos e entre os 22 e os 25 anos, não consumidores ou consumidores não problemáticos.

Estes foram o Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto para o grupo dos 22 aos 25 anos e a Escola EB 2,3 do Cerco do Porto. Em ambas as situações as turmas a entrevistar foram designadas por responsáveis dos estabelecimentos de ensino e tendo como condição a cumprir, os supra citados critérios.

#### **III.4.1.1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CERCO DO PORTO.**

O Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto, situa-se junto ao Bairro do Cerco do Porto na rua Peso da Régua e faz parte do Instituto do Emprego e Formação Profissional, sendo apoiado pelo Fundo Social Europeu da Comunidade Europeia. É o centro mais antigo da rede de centros de formação de gestão directa.

Criado em 1968, foi sofrendo uma natural evolução rumo à adaptação às necessidades do mercado de trabalho. Na actualidade oferece formação profissional na área da construção civil e obra públicas, na metalurgia e metalomecânica, electricidade, electrónica e telecomunicações. Ainda no domínio da mecânica e manutenção automóvel, madeiras e mobiliário, agriculturas e pescas, serviços pessoais à comunidade e informática.

Embora defina como área de influência toda a região Norte no geral, e a área metropolitana do Porto em particular, está sediado no Vale de Campanhã.

As modalidades de formação oferecidas pelo centro baseiam-se na “qualificação inicial” , “aprendizagem em alternância”, “formação continua”, “formação pedagógica de formadores”.

Direccionada para a população empregada, no sentido da sua reconversão, e desempregada, visando ora a reconversão ora a formação, e ainda jovens à procura do 1º emprego. Serve assim, jovens e adultos desqualificados profissionalmente, jovens não diplomadas a partir dos 15 anos e desempregados.

Foram estas condições que fizeram com que a entrevista em profundidade – estudo qualitativo – fosse aplicada no Centro de Formação Profissional do Porto.

Renunciando-se a uma relação causal e linear, que associe “parca ou ausência de formação a exclusão social”, teve-se no entanto presente que este é um fundamental factor de vulnerabilidade, expressão de uma situação de exclusão e gerador de situações de exclusão. A privação de recursos escolares, produz e reproduz situações de precariedade laboral e pobreza e é sintoma dessa mesma condição. Esta situação é por si só, indicadora da proveniência de famílias de baixo capital cultural, económico, social e simbólico, sediadas em contextos desqualificados.

#### **III.4.1.2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA EB23 DO CERCO DO PORTO:**

Esta escola de carácter oficial, situa-se na rua Nossa Sr.<sup>a</sup> do Calvário na Freguesia de Campanhã, na zona Oriental da cidade do Porto. Os seus alunos são na sua grande maioria oriundos da Freguesia de Campanhã e uma muito substancial percentagem dos bairros do Cerco do Porto e do bairro social de Contumil.

Esta escola integra 230 alunos no 5º ano, 235 no 6º ano, 102 no 7º ano, 100 no 8º ano e de 66 de 9º ano. Além destes alunos há a registar uma turma de educação e formação do ensino profissionalizante com 20 alunos. Assim no 2º ciclo temos 457 alunos no 2º ciclo e 286 no 3º ciclo. Isto perfaz um total de 743 alunos de 39 turmas diferentes.

O 5º ano contempla 12 turmas, o 6º ano 13, 5 no 7º ano, 5 no 8º ano e 3 no 9º ano, ao que acresce uma de educação e formação.

Num estudo realizado ao longo do ano lectivo de 2002/2003 e que considerou as “pautas de alunos” desde o ano lectivo de 1989/1999 até ao 1º período de 2002/2003, resultam os seguintes dados, que não deixam de ser surpreender.

Em 1998/1999, anularam a matrícula 1 aluno, excluídos por faltas 1 único aluno, e alunos com absentismo escolar 79, num total de 690 alunos.

Em 1999/2000 não se registou uma única anulação da matrícula, 3 alunos foram excluídos por faltas e 48 alunos com absentismo escolar isto num universo de 579 alunos.

Em 2000/2001 anularam a matrícula 3 alunos, 1 foi excluído por faltas e 38 absteram-se de frequentar as aulas, num total de 546 alunos.

Em 2001/2002 10 alunos anularam a matrícula, mais 10 alunos foram excluídos por faltas e 58 alunos com absentismo escolar, por referência a 658 alunos.

Percebe-se por estes números que alunos com absentismo escolar tem vindo a decrescer, na obstante o ano lectivo de 2001/2002.

Provavelmente as “representações sociais” disseminadas, em muito pouco ou nada, se relacionariam com os números aqui apresentados, que serão bem menos preocupantes do que em qualquer escola não-periférica.

***“ Não será de mais notar que poucos metodólogos levantam qualquer objecção à recomendação de Lazarsfeld (1944) de que os investigadores devem utilizar perguntas abertas ao nível do trabalho exploratório e tomar as respostas obtidas como base para construir um sistema de opções de respostas exaustivo e pertinente”***

***Foddy(1996)***

### III.4.2. O INSTRUMENTO PARA OBSERVAÇÃO E RECOLHA DA INFORMAÇÃO QUALITATIVA – A ENTREVISTA: DO ABSTRATO AO CONCRETO – A JUSTIFICAÇÃO DE UMA OPÇÃO:

Este capítulo pretende constituir-se como uma justificação e um enquadramento do instrumento que foi concebido para cumprir a primeira parte deste estudo.

Com este instrumento de observação, pretendeu-se cumprir aquilo que é um preceito metodológico dos estudos realizados no âmbito das representações sociais.

É pois, um trabalho arquitectado sobre duas fases, para um único objectivo.

Assim, a 1ª fase, que funciona como estudo preliminar e exploratório, consubstancia-se na utilização da técnica de entrevista, como forma de absorver a espontaneidade dos entrevistados sobre o tema proposto, retirando daqui categorias, dimensões, estas “motor” da Escala de Likert, segundo momento da investigação.

Ao contrário do que alguma literatura indica, no presente estudo não se consegue dotar esta primeira fase do “epíteto” de secundária e a quantitativa de principal, pois a mesma revelou-se como central em todo o processo. Para a cumprir, foi necessário contactar via telefone a Escola EB 2,3 do Cerco do Porto, nomeadamente a presidente do Conselho Executivo, isto para o grupo I (12-15 anos). O director do Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto, para o grupo II (22-25 anos). Para este contacto, serviu um conhecimento pessoal, uma espécie de “informante privilegiado”, o qual facilitou toda a disponibilidade demonstrada na realização das entrevistas. Esta teve que ser muita, já que obrigava a uma interrupção do trabalho que estava a ser realizado, a uma pequena reunião com os alunos, já precedida de uma outra com o monitor da turma, e ainda à disponibilidade de cada formando em ceder cerca de 45 a 60 minutos na passagem da informação.

Relativamente à Escola EB 2,3 do Cerco do Porto, o processo desencadeou-se de forma menos incómoda para a instituição. Foi proposto contactar os professores a leccionar turmas que compreendessem alunos com idades entre 12 e os 15 anos, sob indicação do conselho executivo. O entrevistador



apresentava-se aos professores no início da aula e estes falavam com os alunos e, um de cada vez, ia-se retirando da sala para uma outra ao lado onde se processava a entrevista.

A maior parte dos estudos de representações sociais, iniciam-se por estudos abertos que pretendem recolher opiniões, atitudes ou juízos prévios visando delimitar o objecto de estudo (Doise, et al. 1992).

Dentro de várias técnicas possíveis para cumprir esta primeira fase, “listas de adjectivos” “questionários extensivos” (Moscovici, 61), (Maisonneuve, 79), “diferenciadores semânticos” (Vala, 79), “associação livre de palavras” (Vala, 81), “entrevistas semidirectivas” (Herzlich, 69), optou-se por esta última. Partiu-se do discurso, das verbalizações dos sujeitos como meio privilegiado de penetração no domínio representacional de cada indivíduo (Poeschl, 92).

Está-se aqui a justificar a utilização da técnica de exploração documental, entrevista aberta ou semi-aberta, qualitativa, onde o enfoque é dado à semântica. Está-se a abordar técnicas de observação sistemática, pretendida e preparada, perante uma técnica de observação directa e intensiva<sup>44</sup>, que se pretende rigorosa e organizada. Esta observação de tipo intensivo é direccionada para indivíduos, através da técnica de entrevista estruturada de questões abertas, semi - directivas. (Deshaies, 97).

Segundo a classificação de Quivy e Campenhoudt (1992) , o tipo de entrevista utilizado é semidirectiva, não podendo ser considerada aberta pois obedece a um guião específico, nem fechada porque permite ao entrevistado definir o caminho a percorrer, permitindo flexibilidade, dentro de determinados parâmetros. Nem a “autocracia castradora” nem o “laissez faire, laissez passer” destruturante, antes a “democracia normativa”.

É uma técnica pouco directiva, se bem que é em Ghiglione e Matalon (1997), que se encontra a designação que melhor retracts a modalidade de entrevista utilizada. Os autores referem-se ao “questionário aberto”, como instrumento em

---

<sup>44</sup>Aqui instala-se a dúvida pois há literatura que considera uma técnica de tipo intensivo pelo tipo de informação obtida, profunda e rica em termos individuais. Por outro lado, existe literatura que valoriza sobretudo o facto da extensão da amostra. Como esta é de 20 indivíduos, abrangendo assim um conjunto já relevante de sujeitos, fica a duvida quanto à sua classificação mas por outro lado o tipo de informação recolhida pode não ser suficiente para o considerar intensiva.

que – “a formulação e a ordem das questões são fixas, mas a pessoa pode dar uma resposta tão longa quanto desejar e pode ser incitada por insistência do entrevistador” (pp: 64). É a melhor nomenclatura, com excepção de todas as outras.

A entrevista enquanto interacção objectiva, contextualizada, implicando o entrevistado e o entrevistador, está implícita nesta definição, parte das hipóteses e rumo à generalização.

Destes autores, (1997) parte ainda, outra definição possível para o instrumento utilizado. Entre as entrevistas não-directivas, semi-directivas, entrevista directiva, a escolha recaiu na segunda. Isto porque a entrevista utilizada teve o propósito de partir de um esquema, de uma grelha. A liberdade para se responder a cada um dos tópicos lançados pelo entrevistador é total, havendo no entanto “um quadro de referência anterior” (ibidem, pp:88).

Este tipo de entrevista é particularmente indicado para aprofundamento de um determinado tema ou para se inteirar da evolução do mesmo (ibidem).

A esta técnica documental far-se-á corresponder uma técnica de análise de conteúdo, explorada a seu tempo<sup>45</sup>.

O grande desafio colocou-se no gerar questões com o virtuosismo suficiente de fazer emergir informação válida e fiável. Todo o instrumento de observação foi concebido por referência aos objectivos e hipóteses do estudo, orientada pelo “bússola” da adequação, da pertinência das perguntas, aos entrevistados.

As questões colocadas na entrevista, foram todas elas centradas sob “um ponto de vista pessoal” (Foddy, 96 pp. 91) e personalizado, diria-se até “intimista”, pois o que interessa aqui é a experiência pessoal de cada um e por outro lado, tal é “garante” de uma maior “certeza” dos inquiridos responderem todos eles alinhados pelo “diapasão” de uma mesma perspectiva.

Outra preocupação foi a de iniciar a entrevista com perguntas de carácter mais genérico<sup>46</sup> – aqui foi pedido que respondessem de uma forma generalista e sem grande preocupação de rigor - deslocando-se progressivamente para questões mais directas onde o “tópico proposto” é de carácter mais específico e

---

<sup>45</sup> Ver capítulo III.6.1

<sup>46</sup> Estas referem-se às perguntas “Quando pensas em toxicodependência o que te vem à cabeça?” e “O que é droga para ti?”

em função de “determinadas dimensões” (idem). Tal intento foi claramente verbalizado junto dos inquiridos e com a preocupação metodológica de favorecer a comunicação, e ainda de não condicionar aspectos que os entrevistados considerassem mais relevantes. De uma forma simplista, o objectivo foi o de “apanhar os inquiridos desprevenidos” fazendo-os soltar informação, que questões posteriores não estão em condições de assegurar. Neste percurso – pretendeu-se controlar a informação recolhida, apelar para situações mais próximas da realidade pessoal e social de cada um, acreditando-se assim, obter um maior manancial de informação - foram realizadas questões directas, refutando-se o “condicional” e as “perguntas hipotéticas”.

Este instrumento de recolha de informação, visou sobretudo captar sentimentos, atitudes, cognições, comportamentos e “construções mentais” que se afastam do registar factos. As verbalizações em detrimento do registar o comportamento (Foddy, 96), o sentido que os actores dão aos acontecimentos e situações, os seus valores, referências normativas, a leitura de um determinado social. (Raymond, Campenhoudt, 1992).

A capacidade das perguntas abertas em fornecerem um leque vasto de respostas diferenciadas, que muitas vezes e após tratamento percebe-se que não é assim tão variado, funciona numa metodologia mista como um virtuosismo. No entanto, a falta de clareza e o parco carácter complexivo que cada uma delas pode comportar, foi amenizado por uma maior exploração das respostas adquiridas. Questionando afirmações pouco claras, respostas que se percebia que em nada iam de encontro ao perguntado<sup>47</sup>. A interacção foi permanente, sob pena da entrevista se transformar num *“instrumento bastante falível: a liberdade de resposta dada ao inquirido conduz mais facilmente à ambiguidade do que à clareza. O sucesso deste procedimento requer precisão*

---

<sup>47</sup> A este respeito recorda-se um entrevistado que a certo momento estava a referir-se ao ecstasy/rodas/pastilhas/ como sendo medicamentos ou um outro que se referiu por breves minutos ao haxixe como uma sendo heroína e quando me apercebi tive que clarificar a confusão entre substâncias. Ou ainda o caso de um entrevistado que à pergunta “Quando pensas em droga o que é que te vem à cabeça”, começou por referir que não pensava em droga porque não era drogado. Estas questões obrigavam constantemente a uma clarificação da pergunta

*e cuidado na formulação da pergunta e uma inquirição inteligente” (Campbell, 1945. cit. in Foddy, 1996).*

Mesmo partindo de um guião de perguntas o qual só funcionava como tal, norteador da interacção que se pretendia estabelecer, as repostas desprovidas de sentido, ou do sentido pretendido, sucederam-se. Então era tempo de “abrir mão” de competências de atendimento e de comunicação. A comunicação verbal e não verbal passavam a viver num regime de “união de facto”, os facilitadores e os obstáculos à comunicação são agora “jogadores titulares”, as atitudes de comunicação, destacando-se a exploração, a orientação, a compreensão e o apoio são enfatizadas. Os encorajamentos, as paráfrases e as sumarizações passam a ser peças de um tabuleiro de xadrez, cujo o objectivo é obter respostas completas, claras e adequadas. Suficientemente astuto para se explorar, cuidadosamente cauteloso para não se manipular o pensamento do entrevistado.

A entrevista começava desde logo por um estabelecimento de um “*contrato de comunicação*” (Foddy, 96, pp.23) – explicado-se os objectivos da entrevista, de todo o estudo, o porquê de cada pergunta, o porquê da sua escolha para fazer parte da amostra - no sentido de clarificar o mais possível a situação dos inquiridos, de estes perceberem o que se quer deles captar, evitando desta forma, interpretações dúbias e radicalmente dispares pelos diversos inquiridos. Nas palavras de Foddy (1996, pp: 79), “*Quando a informação fornecida sobre os objectivos da inquirição é vaga, os inquiridos vêem-se na contingência de tentar adivinhar o que é que o investigador pretende....estas hipóteses influenciam as respostas que vão dar...*”.

Aspectos como a apresentação pessoal, a modalidade da recolha da informação, tempo médio de duração e a garantia do anonimato, foram tudo preceitos levados em conta para a iniciação do “contrato” levado a cabo.

Como pode ser verificado em anexo, optou-se por uma única entrevista para ambos os grupos, sob compromisso dos tópicos propostos apostarem nas qualidades, que vários autores advogam como imperativos de “bons tópicos”, onde se incluí a simplicidade da linguagem.

Esta e a própria escolha deste tipo de população, augura o conhecimento do tema, o que de resto se veio a confirmar logo nesta primeira fase qualitativa. Além de que, funcionando este primeiro estudo como uma “rampa de

lançamento”, para o estudo quantitativo, as questões da dimensão quantitativa, serão “culturalmente enquadradas” e emanadas de contextos culturais muito semelhantes. Acresce assim, às razões da escolha de população oriunda de contextos desqualificados<sup>48</sup>, a possibilidade de uma homogeneidade cultural, visto que “*contextos culturais de pertença afectam a forma de interpretar e responder*” (Foddy, 96. pp. 9). Uma linguagem simples e de fácil entendimento, refutando o “carácter perturbador” das palavras pouco inteligíveis, uma linguagem com a preocupação de evitar “ao máximo” a abstracção e preocupada em incutir palavras de significado consensual. Este aspecto é tanto mais importante quanto as questões formuladas são de carácter generalista (ibidem). A linguagem exige-se acessível, possibilitadora de uma resposta, motivadora, cumpridora das expectativas que o entrevistado tem sobre o entrevistador (Ghiglione e Matalon, 1997).

A motivação por parte do entrevistado é um assunto de crucial importância no resultado final da informação obtida. Este tema é, de resto, muito explorado por diversos autores. Para Ghiglione e Matalon (1997), os autores relacionam a motivação para responder com a possibilidade da sua auto-estima não ser denegrida pelas questões colocadas, e pelo reflexo da obtenção de uma imagem positiva por parte do entrevistador em relação ao entrevistado. Os autores (idem) referem ainda que neste sentido há temas que os entrevistados evitam sob pena de serem afectados na sua auto-estima. Ao longo das entrevistas tal foi-se percebendo ,quando após o início da entrevista se ter referido que a mesma não se destinava a perceber quais as suas condutas mas, as suas opiniões, ideias e sentimentos , muitos dos entrevistados após a primeira ou segunda pergunta tinham necessidade de deixar bem claro que

---

<sup>48</sup> Estas razões foram sendo nomeadas ao longo deste relatório e sinteticamente, prendem-se com a necessidade de nos certificarmos que a realidade sobre a qual se iria inquirir os jovens, era algo “familiar” a essa amostra. O autor Foddy (1996) , refere a frequência com que os entrevistados são convidados a responder acerca de questões para as quais não possuem informação. Depois parte-se da crença de que se poderia atenuar a possibilidade de obter respostas conformadas ao “socialmente correcto”, aplicando-se para o efeito as técnicas científicas de exploração a uma população oriunda de meios desqualificados e por fim a necessidade de controlarmos o mais possível a amostra através da maior homogeneidade possível.

não eram consumidores, ou consumidores problemáticos. Por outro lado, houve casos em que sem necessidade alguma, os entrevistados passavam a descrever comportamentos de consumo.

A motivação resultará ainda de factores como a aceitação do tema da entrevista por parte do entrevistador, algo que era desde logo acautelado no início, explicando-se ao grupo em que consistia a mesma.

A tentativa de motivar os interlocutores, começou através de um pequeno momento de reunião- isto no grupo dos 22 aos 25 anos- ao mesmo tempo que se tentava “desmontar” alguns possíveis “mecanismos” de defesa que, pela própria natureza das questões, é muito natural que tenham existido.

Não se confunda o possível com o desejável, acreditando no pressuposto “positivista” que poderia fazer crer na *“completa espontaneidade do entrevistado e numa total neutralidade do entrevistador”* (Raymond e Campenhoudt, 92. pp: 195), pois a influência é sempre mútua e só tendo consciência dela poder-se-á tentar contrariá-la ou padronizá-la por todos os entrevistados.

Assim como, não se tenha a veleidade de pensar que o controlo é inexistente ou diminuto (Ghiglione e Matalon, 1997), porque ele existe e nem sequer é unicamente latente. Ele está lá, e manifesta-se na interacção, é intrínseco à *“situação de entrevista”* (idem. pp: 69), e foi exercido sempre que considerada útil e oportuna

Recorrendo a Belson (in Foddy, 96), este autor aponta como principais problemas inerentes à recolha de informação 5 questões. Nomeadamente o facto dos inquiridos interpretarem erradamente as questões, a parca implicação dos inquiridos, os constrangimentos que os inquiridos sentem para assumirem *“certas atitudes ou comportamentos”* (idem, pp. 2), a falta de memória e dificuldades de compreensão devido a todo o contexto que assiste há realização de uma entrevista e que é dominada por alguma tensão, por último e quinto lugar, os erros emanados pelo entrevistador.

Nas questões colocadas, houve a preocupação destas serem suficientemente abrangentes e “abertas”, de forma a possibilitar a maior quantidade de informação e ainda de, serem o mais claras possíveis, na forma e no conteúdo, para se amenizar ao máximo a possibilidade de diferentes interpretações pelos diferentes interlocutores. O objectivo é mitigar a possibilidade dos inquiridos

interpretarem mal as perguntas (ibidem) e ainda de garantir que as cognições, os pensamentos, as atitudes sejam o mais fiéis possíveis aos significados que eles próprios atribuem (Foddy, 96). Perguntar sem castrar, “produzir para mais tarde recordar”, o mesmo significa, para depois fiabilizar num instrumento quantitativo. Fazer emergir “quadros de referência”, orientar as questões fechadas posteriormente formuladas, são os objectivos da entrevista.

Uma entrevista aberta com as correspondentes perguntas de cariz aberto, obrigam a uma resposta “minimamente informada. Numa entrevista deste tipo não é possível emitir opinião sem conhecer o assunto (Foddy, 96).

Aspectos como o ritmo “apaziguador”, e favorecedor de um clima de acalmia e de uma maior qualidade da informação recolhida, foram tidos em atenção, até porque o tema da entrevista pode “por si só” ser motivo de um crescente de ansiedade. Todos os candidatos a entrevistados foram previamente informados do tempo médio de duração da entrevista, e só depois lhes era perguntado se aceitavam passarem para a condição de entrevistados efectivos.

O próprio local onde se realizou as entrevistas, em ambas as instituições – salas à parte e com total privacidade – foi um aspecto intencional visando a obtenção da maior e melhor informação possível. A este respeito, Ghiglione e Matalon (1997) referem como situação idílica para o se proceder à entrevista, um local e um tempo afastado, do que vinha a ser cumprido pelo entrevistado. Este preceito foi cumprido na mais das completas perfeições. No Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto, foi disponibilizado um gabinete para o efeito. O formando que se havia disponibilizado para ser entrevistado era convidado a dirigir-se ao gabinete, procedimento este previamente combinado com o formador e com a direcção do Centro de Formação. Na Escola EB 2,3 do Cerco do Porto, começou-se por tentar realizar as entrevistas na cantina da escola, e rapidamente se percebeu a enorme dificuldade em levar avante tal intento. Assim, parte das entrevistas foram realizadas numa sala análoga à sala de aulas de onde os alunos foram convidados a participar, outra parte realizou-se num gabinete que integra o pavilhão gimnodesportivo da escola, aproveitando uma iniciativa que reuniu um número elevado de alunos.

O vestuário utilizado pelo entrevistador não foi um aspecto descurado, havendo uma principal preocupação de não criar distanciamentos constrangedores. Este

aspecto é considerado como relevante por muitos autores<sup>49</sup>, influenciado a motivação e predisposição dos entrevistados.

A idade, do entrevistador, é outro dos aspectos considerados relevantes, apontando os acima citados autores (idem) que é conhecida a dificuldade que os adultos encontram ao entrevistarem adolescentes. Não havendo grande diferença de idades entre um dos grupos dos entrevistados (22-25 anos) e quem entrevistou, a questão acabou por ficar resolvida. Quanto ao outro grupo (12-15 anos), foi notória um aumento da dificuldade, que obrigou a um maior trabalho de explicação e introdução à entrevista.

É muito variada a literatura que enfatiza a necessidade de se conhecer os termos a adoptar nos instrumentos de observação, embora tal questão se dirija sobretudo aos instrumentos de inquérito por questionário. Esta questão viu-se facilitada pelo contacto profissional do entrevistador, que permite *conhecer*, os termos em que os inquiridos vão interpretar as palavras fundamentais” (Foddy, 96). No entanto, tem-se a registar o facto de a meio do processo das entrevistas ser necessário alargar o conceito de “ecstasy” e “pastilhas” a rodas, e de, por vezes, ter que clarificar o de “pastilhas” sob pena de ser interpretado como medicamentos. Isto serve para ilustrar que esta fase da investigação permitiu a interacção entrevistado - entrevistador e que o “feedback” recebido foi promovido e considerado, como forma de se atingir um instrumento quantitativo, o mais completo e culturalmente aproximado possível.

A entrevista é sempre um acto personalizado, onde as qualidades e competências do entrevistador são postas à prova e destas resultará em grande parte uma boa recolha de informação.

O contacto directo é uma condição da entrevista, cabendo ao investigador o papel de facilitador (Raymond e Campenhoudt, 1992), de co-piloto da entrevista, de aprofundador da informação que vai brotando. O piloto serão as hipóteses da investigação.

A empatia, a confiança, o interesse pelo relatado, a disponibilidade para ouvir, a abertura, a recusa de um estilo directivo, o assumir de um papel de facilitador, a capacidade de resistir à tentativa de acrescentar e o ser capaz de utilizar “relançamentos” no momento oportuno, no instante adequado (Marin,

---

<sup>49</sup> É o caso de Ghiglione e Matalon (97).



1979), são tudo elementos fundamentais na persecução desta técnica, e que sempre estiveram presentes.

Sendo um dos principais problemas apontados à técnica de entrevista, a incongruência entre atitudes e comportamentos, esta questão não deixa de ser importante para auferir de que forma as representações sociais podem influenciar atitudes e comportamentos. No entanto, esta mesma questão não se coloca aqui, sob a forma de eventual e hipotética validade do instrumento, visto que o objectivo desta entrevista é unicamente dar conta - enfatizando novamente - de atitudes verbalizadas, comportamentos indiciadores, cognições, sentimentos, atitudes e opiniões.

### **Conclusão:**

A entrevista semi-dirigida é neste estudo usada como mecanismo capaz de fazer cumprir os objectivos de uma investigação sobre representações sociais. O instrumento entrevista quer-se capaz de explorar, ou seja quer-se capaz de criar dimensões para serem testadas na segunda fase deste estudo, através de um teste de medidas.

A questão está na utilização, no ser capaz de operacionalizar as regras que a literatura descreve como fundamentais no desenvolvimento de uma entrevista desta natureza

***“A exigência de representatividade é menos frequente do que se julga: não se deve confundir cientificidade e representatividade. Para conhecer melhor grupos ou sistemas de relações não é forçosamente pertinente, em termos sociológicos, estudá-los como somas de individualidades”***

***Quivy e Campenhoudt, 1992***

### III.5. A OBSERVAÇÃO E ANÁLISE QUANTITATIVA

#### III.5.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DO ESTUDO QUANTITATIVO

– ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA:

Este estudo incide a sua atenção sobre dois conjuntos sociais, sobre as representações desses conjuntos delimitados.

Na impossibilidade de se inquirir todo o universo, não se pode deixar de insistir na necessidade dos resultados obtidos serem válidos e fiáveis, assim, torna-se imprescindível recorrer à técnica de amostragem.

Sendo o fenómeno do consumo de drogas um comportamento desviante e como tal ocultado, ou relativamente ocultado, optou-se por centrar a amostra junto de uma população que de alguma forma já teria tido algum tipo de contacto com esta realidade, junto de sujeitos com informação privilegiada sobre o tema em causa<sup>50</sup>. A preocupação de seriar a amostra junto de contextos desqualificados, reduz também a probabilidade de ocultação de informação e de “respostas” conformes às expectativas da “resposta”, visto que toda a literatura descreve estes locais onde o controle social é menor. Parte-se do pressuposto que, a busca de jovens oriundos de meios desqualificados contribuirá para a diminuição da *“tendência do sujeito para escolher a resposta que seja socialmente mais desejável”* (Negreiros, in Agra, pp:136), considerando Negreiros (idem), que quando se pretende extrair dados ao nível das atitudes, como é o caso, poder-se-á dar a distorção dos dados recolhidos. Também Moscovici, para desenvolver o seu estudo sobre representações sociais da psicanálise, formou vários grupos sociais, delimitados e específicos, o mais estruturados e uniformes possíveis.

Uma amostra deve desde logo admitir, que todos os indivíduos da população de referência, tenham a mesma probabilidade de fazerem parte dessa amostra. Através de um subconjunto, retirado do universo, vulgo amostra, ir-se-á

---

<sup>50</sup> Muitas das vezes são aplicados instrumentos de observação a populações que nada sabem do assunto e que respondem como que por obrigação.

procurar traduzir as reais características do universo. A amostra deve ter a grande preocupação de se constituir sob características idênticas às da população que pretende representar, *“Em princípio, uma amostra é representativa se as unidades que a constituem forem escolhidas por um processo tal que todos os membros da população tenham a mesma possibilidade de fazer parte da amostra.”* (Ghiglione e Matalon, 1997. pp:30).

Normalmente este processo desencadeia-se segundo o método aleatório simples ou probabilista e o método por quotas ou das escolhas racionadas. O primeiro, consiste em retirar do universo total uma amostra/subconjunto que se assumirá como representante desse mesmo universo, que não pode ser na sua totalidade inquirido. Esta é a única amostra «estatisticamente pura», ou seja, que autoriza testes de representatividade estatística (Albarelllo, et al, 1995). Definida a população sobre a qual incidirá o estudo, após este passo cada indivíduo terá a mesma probabilidade de integrar a amostra. Se uma amostra aleatória o for no verdadeiro sentido do termo, a representatividade estará assegurada por si mesma.

O segundo, método por quotas, busca um modelo muito aproximado da estrutura do universo total, obrigando a um aprofundado conhecimento das principais características da “população – mãe”. Cada estrato desta deverá ser “fiel” aos estratos do universo escolhido. O importante é que na amostra estejam contempladas variáveis consideradas relevantes e presentes no universo do qual foi retirada a amostra. Estas variáveis serão seriadas em função das hipóteses do estudo. A grande virtude deste tipo de amostra é a possibilidade que oferece no que toca a evitar enviesamentos provocados pela diferente acessibilidade a determinadas categorias e por ser sempre passível de utilização, o seu custo é diminuto embora obedeça a um processo pouco controlável. A população é definida e como é evidente esta está dividida por grupos homogêneos que deverão estar representados em igual percentagem na amostra. Para determinadas investigações mais complexas exige-se amostras mais complexas. As amostra estratificadas têm a vantagem de diminuir os custos e a margem de erro, divide-se a população em subgrupos homogêneos. Após esta operação é escolhida uma amostra aleatória, dos vários sub grupos que podem ser do mesmo tamanho ou podem constituírem-se na proporção da realidade da população - mãe. A preocupação centra-se

agora em que cada sub amostra seja realmente representativa em si mesma e não por referência ao universo total. Daqui resultarão amostras mais representativas e análises profundas de cada estrato, melhor estimativa de certas grandezas, um processo mais económico e o estabelecimento de comparações entre grupos (Ghiglione e Matalon, 97).

Ainda dentro das amostras por quotas, encontra-se a amostra por cachos, também esta consiste numa selecção aleatória mas em diferentes tipo de conjuntos de indivíduos que se considera mais importante analisar como conjuntos do que como unidades isoladas, tendo em conta as hipóteses e os objectivos da amostra - aqui estão em causa unidades de análise e não indivíduos, é um conjunto de unidades escolhidas em simultâneo (ex. famílias). Muitas das vezes surge como uma possibilidade interessante, resultante do fácil acesso a uma base de sondagem.

Na amostra areolar, normalmente usada para contornar dificuldades de bases de sondagem, a população que fará parte da amostra será seriada a partir de subconjuntos através de uma área geográfica, tiradas à sorte e assim exploradas.

Outros tipos de amostragem - embora menos usada - são ainda possíveis, como a amostra progressivamente circunscrita, as amostras "random", e a amostra temporal.

Um dos dilemas mais antigos relativamente à amostra, refere-se ao número de unidades que deverão fazer parte da própria. Qual o número suficientemente "credível" que nos permitirá falar numa amostra representativa? Esta questão em nada é consensual. A este respeito os autores, Albarello et al. (97), advogam a extinção da questão da "taxa de sondagem" ideal, colocando antes a tónica na margem de erro a considerar. Quanto menor se pretende que este seja maior a amostra deverá ser, bem como o tipo de análise que se pretende efectuar.

A possibilidade de incidir o instrumento de observação sobre a totalidade da população, torna-se frequentemente impossível e muitas vezes inútil, conseguindo-se alcançar o mesmo com menos. A representatividade não se refere tanto ao número mas ao género.

A grande vantagem de fazer crescer a amostra, situa-se no facto de tal procedimento possibilitar estabelecer relações mais "finas" e de maior

dificuldade em descobrir mais, o que só por si não é um virtuosismo pois essas relações podem até serem desprovidas de interesse (idem).

Deste modo, a opção por uma amostra era inevitável, o alcançar-se uma *“imagem globalmente conforme à que seria obtida interrogando o conjunto da população”* (Quivy e Campenhoudt, 1992. pp: 160) era desejável, o incidir-se sobre um imenso numero de unidades tornava-se tarefa complexa.

O factor considerado mais importante neste estudo, não foi a representatividade da amostra mas a sua ciêntificidade. Como refere Moreira (1994), o mais importante não é tanto a validade externa (representatividade da amostra) mas sobretudo a validade interna. Logo, o compromisso estabeleceu-se no sentido de estudar uma amostra que não teria que ser obrigatoriamente representativa, nem era essa a preocupação, mas que comportasse características da população-mãe que se pretendia estudar. O importante é constituir-se uma amostra que vá de encontro aos objectivos e hipóteses teóricas da investigação (Ghiglione e Matalon, 1997)

A opção por uma “amostra aleatória simples”, surgiu naturalmente e tendo em consideração os objectivos deste estudo. Não havendo qualquer base de sondagem e sendo impossível uma aproximação, procurou-se adolescentes e jovens que preenchessem determinados requisitos.

A amostra do estudo obedece assim a alguns princípios, como forma de controle da mesma e fiabilidade dos resultados: contexto desqualificado, não consumidores ou consumidores não problemáticos<sup>51</sup>, dois grupos de faixas etárias distintas e claramente determinadas, num intervalo intencionalmente equitativo (um dos 12 aos 15 anos e outro dos 22 aos 25 anos.<sup>52</sup>). Estes intervalos etários surgem porque como facilmente se pode perceber,

---

<sup>51</sup> Segundo o Relatório anual de 2003 do OEDT, o consumo problemático de droga refere-se ao consumo de droga injectada ou o consumo prolongado/regular de opiáceos, cocaína e/ou anfetaminas”.

<sup>52</sup> Aqui acabam por estar em jogo toda uma diversidade de conceitos – contexto desqualificado, consumidor problemático, tipologia dos consumos, novas drogas e ecstasy, velhas drogas e heroína, estilos de vida e identidades, que devem ser clarificados. É exactamente para cumprir tal função que serve a primeira parte deste estudo (Enquadramento Conceptual), que para além destes aborda outros tais como o conceito de “junkie”, novos consumidores, comportamento desviante na adolescência e idade adulta.

representam a entrada na adolescência e a entrada na idade adulta. Num estudo da responsabilidade de Negreiros visando as estimativas da prevalência de consumidores problemáticas de 2001, demonstra-se que os primeiros contactos com substâncias ilícitas ocorrem na média de idades dos 15.7 anos, logo após o fim da faixa etária aqui definida e o mesmo estudo aponta que a média de idades para os consumidores problemáticos varia entre os 26 e os 35 anos, logo após a faixa etária definida para a outra parte da amostra definida. Uma amostra assim definida terá a vantagem de perceber as representações sociais dos sujeitos, no período anterior aquela idade que é considerada como mais vulnerável.

Todas estas premissas foram também pensadas, no sentido de se obter a maior homogeneidade possível na amostra, fazendo diminuir a necessidade desta ser mais extensa. (Albarello et al, 1995),

A escolha destas faixas etárias resultam da necessidade de se obter duas fases de desenvolvimento maturacional, distintas. Este não era o único critério possível mas um dos possíveis, que garantia a mitigação de ambiguidade. Foi assim necessário fixar intervalos etários rigorosos, sob pena de se mergulhar num plano de indefinições, de se enviesar a amostra, de pouco ou nada ser comparável.

Os adolescentes entre os 12 e os 15 anos foram bem mais fáceis de contactar, tendo-se recorrido unicamente a 3 instituições – Escola Secundária do Cerco do Porto, Projecto Qualificar para Incluir e Colégio Barão Nova Sintra- no entanto, a aplicação do teste obedeceu a cuidados redobrados. Decidiu-se pela “administração assistida”, ora através da presença do investigador, como no caso da Escola EB 2,3 do Cerco do Porto e do Colégio Barão Nova Sintra., ora contando com a aplicação e presença por parte dos técnicos da instituição, que estavam disponíveis para esclarecer dúvidas, este foi o caso do Projecto “Qualificar para Incluir”.

Relativamente aos jovens-adultos, foi feito um primeiro contacto com um número variadíssimo de instituições, descritas no capítulo seguinte, ao que se seguia o envio através de carta, e-mail ou fax a formalizar o pedido, e só após estas tarefas era realizada uma reunião com o investigador e um técnico da instituição, normalmente Assistente Social ou Psicólogo, explicando

verbalmente o que havia exposto por escrito e negociando as condições de aplicação do instrumento e os requisitos a que a amostra teria que obedecer. Devido às características da faixa etária mais elevada (22-25 anos), e da maior dificuldade em encontrar estes jovens institucionalizados, pois já não se encontram em idade escolar, houve necessidade de se contactar um número máximo de instituições para muitas das vezes se conseguir um número mínimo de testes e ainda de ir junto dos contextos de origem de jovens que reuniam essas condições

### **Conclusão:**

A amostra referente ao estudo quantitativo, foi pensada por relação a um conjunto de preceitos: serem os sujeitos oriundos de contextos desqualificados, evitando-se assim a falta de conhecimento sobre o tema e a mitigação das resistências às perguntas, serem sujeitos que não consumam ou que não consumam de forma problemática.

Esta amostra não pretende ser estatisticamente representativa mas cientificamente rigorosa.

Está-se perante uma amostra aleatória simples não-probabilista, recolhida junto de dois grupos etários distintos, sujeitos a uma comparação.



### III.5.1.1. OS AMBIENTES DE APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE OBSERVAÇÃO:

Aqui tem-se duas situações distintas, a recolha da amostra da faixa etária entre os 12 e os 15 anos e a recolha da amostra junto dos mais velhos, ou seja entre os 22 e os 25 anos.

Relativamente à primeira, através da seriação de instituições que dirigem a sua acção para adolescentes oriundos de meios desqualificados, a totalidade da amostra foi alcançada de uma forma relativamente “escorreita” .

A amostra dos jovens entre os 22 e os 25 anos, constitui o principal obstáculo à prossecução do presente estudo. A recolha da amostra para esta segunda faixa etária, veio-se a revelar de extrema dificuldade de alcançar, devido às suas características muito específicas. Embora tivesse havido, desde muito cedo, uma preocupação em assegurar um número considerável de sujeitos que preenchessem a totalidade da amostra delineada, foram muitos os constrangimentos entretanto ocorridos.

Muitas instituições que haviam assegurado um número muito considerável de sujeitos, acabaram, ora por não responderem ao pedido já há muito encetado, ora por dilatarem de tal forma o prazo que lhes foi solicitado, inviabilizando assim a possibilidades dos seus testes de atitudes fazerem parte da amostra final. Daí o ter-se aproveitado todos os instrumentos, mesmo que em algumas instituições o numero fosse extremamente exíguo.

As instituições contactadas foram em número superior a 25, as que responderam à solicitação, estão aqui descritas.

Este sub-capítulo não pretende descrever pormenorizadamente as instituições e territórios onde se aplicaram os instrumentos, pois tal seria desmesurado e pouco fecundo, pretende-se, isso sim, enunciá-los.

Depois de contactada a Fundação Filos, situada no Bairro São João de Deus, e a Dr<sup>a</sup> Olga Soares – Assistente Social da instituição - foi possível assegurar a realização de 10 testes a jovens a viverem no bairro.

Utilizando a mesma forma de actuação, contactou-se o Dr. Pinto, Assistente Social da Junta de freguesia de Campanhã, que para além de realizar diariamente consultas/atendimento de apoio social à população, desenvolve acções ao nível da intervenção comunitária, assegurando assim um contacto

privilegiado com a população de toda aquela zona da área de influência da Junta. Esta população é marcada por uma série de constrangimentos sociais, onde o consumo de droga assume uma face muito visível. Aqui foi possível angariar-se mais de 4 centenas de testes de atitudes junto da população dos 22 aos 25 anos.

Foi também contactado o Espaço T, que apesar do numero elevado de utentes com condições para integrar a amostra, revelou grande dificuldade em reunir sujeitos, pelo que aqui só foi possível "angariar" unicamente 2 instrumentos de observação. No entanto, este contacto acabou por despoletar um outro, pois estando uma técnica de Serviço Social – Dr<sup>a</sup> Marta Escudeiro- a exercer funções nesta instituição e vivendo perto do bairro do Falcão do bairro do Monte da Vela e ainda do bairro de S. Vicente de Paulo, e tendo contactos privilegiados nestas zonas, disponibilizou-se para aplicar o instrumento aos fins de semana, em locais de reunião (café, associações, etc) de jovens destes escalões etários. Tal só foi possível porque já havia uma relação estabelecida (professor-aluna) com esta técnica, o que permitiu o desenrolar de todo o processo. Através deste contacto conseguiu-se obter cerca de 2 dezenas de testes.

Outra instituição contactada foi o Centro de Revalidação de Competências da Profissousa, sediado em Paços de Ferreira. Depois de uma reunião com o seu coordenador, onde foram explicados os objectivos do instrumento e de toda a investigação, depois de se enfatizar as características da amostra, definiu-se que sempre que um sujeito preenchesse essas condições seria convidado a participar no estudo, recolhendo-se aqui 13 testes.

Na Companhia da Fundação da Juventude no âmbito da sua valência de formação dirigida a desempregados, através da Dr<sup>a</sup> Maria Geraldês , directora desta instituição, aplicaram-se 8 instrumentos, apesar do grande número de formandos, mas que não reuniam as condições desejadas.

Após o contacto telefónico com a Uninorte – União Cooperativa Polivalente da Região, CRL. – sediada no Porto na rua da Alegria e que funciona como Centro de Revalidação de Competências, onde foi indicado que seria um local, uma instituição que reuniria formandos com as características pretendidas, foi marcada uma reunião com o seu director, após contacto telefónico, no sentido de se explicar os objectivos do estudo e todas as questões subjacentes à

amostra. Nessa reunião ficou estabelecido que os formadores indicariam uma turma que estivesse dentro das condições pretendidas e os seus formandos seriam convidados a participarem no estudo. A partir desta instituição obteve-se um número aproximado das 2 dezenas instrumentos de observação.

Foi ainda contactada a “Caritas Diocesana”, na pessoa da Dr<sup>a</sup> Lisete, Assistente Social da instituição. Após uma reunião marcada para o efeito, ficou definido que sempre que surgisse no atendimento sujeitos que cumprissem as condições pretendidas, era-lhes sugerido que no fim do atendimento preenchessem o teste de atitudes. O resultado foram 12 instrumentos.

Contactou-se o Instituto de Soldadura e Qualidade sediado em Grijó, o qual funciona como Centro de Revalidação de Competências, administrando cursos que dão equivalência ao 9º ano e através da Psicóloga, Dr<sup>a</sup> Marisa Pais, estabeleceu-se que seria seriadas duas turmas, o mais próximas do pretendido, após análise dos processos dos alunos. Também aqui, os formadores apresentaram os instrumentos e convidaram os alunos a participarem, conseguindo-se obter 14 testes.

As duas últimas instituições contactadas foram, o Centro de Formação Profissional Têxtil, situado na zona da Boavista no Porto. O procedimento foi o mesmo que em instituições idênticas – contactou-se o centro, encaminharam a chamada para a psicóloga Dr<sup>a</sup> Daniela Nascimento, que depois de ter analisado os registos das turmas a frequentarem o Centro, resolveu que, tendo em consideração os preceitos da amostra, o instrumento de observação iria ser aplicado a turmas de desempregados a frequentarem os cursos de equivalência ao 9º ano, e conseguiu-se mais de 20 testes de atitudes.

Por fim, o Instituto de Reinserção Social de Gondomar prontificou-se a colaborar mas, apesar da atitude de grande disponibilidade, só conseguiram contribuir com 3 testes, que não deixaram de ser aproveitados.

***Mas é necessário ter bem presente o facto de que logo que começa o trabalho definitivo, no terreno, entramos numa fase irreversível. Mesmo dando conta de determinados erros, só raramente é possível corrigi-los, a não ser recomeçando tudo de novo.”***

***Ghiglione e Matalon (1997)***

### III.5.2. O PRÉ-TESTE: INSTRUMENTO ORIENTADOR DA OBSERVAÇÃO QUANTITATIVA:

Esta sendo aceite como uma das fases mais importantes de uma investigação, não deixa por isso de ser muitas das vezes descurada e encarada como um desperdício de tempo, quando se sabe que pode ser a diferença entre um estudo válido e profícuo e um estudo estéril.

Nas palavras de Lima (1995, pp: 38), esta fase é um *“ensaio do questionário em indivíduos não pertencentes à população do inquérito; ensaio feito sem ser através de entrevista (esta permite detectar melhor os defeitos de cada pergunta e as reacções do respondente); supressão das perguntas que se revelam inúteis e integração das questões esquecidas que o ensaio demonstre serem relevantes; forma e ordem das perguntas não corrigidas, apesar de eventuais erros manifestados no pré teste”*.

Em termos latos, diria-se que o objectivo desta operação é examinar a variação das respostas, reestruturar o instrumento que se havia elaborado. A pertinência dos itens propostos, a adequabilidade, redundância e ambiguidade do instrumento, tudo isto é agora testado.

Outro dos motivos que justificam esta componente, relacionam-se com o testar o significado dos próprios itens, neste caso das afirmações. Esta questão, embora esteja aqui de alguma forma protegida pelo estudo qualitativo realizado no momento anterior, respeitando os tópicos emersos, não deixa de ser nuclear, pois há toda uma construção, todo um desenho das afirmações que contempla uma dimensão idiossincrásica.

Este pré teste foi aplicado a uma amostra de 20 indivíduos, numa proporção de 10 mais 10 indivíduos por cada grupo etário. Como não podia deixar de ser, o grupo seriado para a aplicação do pré teste, obedecia às mesmas características do grupo onde se previa aplicar a versão final do instrumento. Optou-se por aplicar o instrumento no Centro de Formação Profissional do Cerco do Porto, no que se refere ao grupo dos 22-25 anos e ainda no projecto “Incluir para qualificar”,<sup>53</sup>. Os princípios, as condições subjacentes à escolha da

---

<sup>53</sup> Aqui assinala-se a turma, visto que a versão final também incidirá neste projecto, para depois aquando a aplicação do instrumento final não se repetir o instrumento nesta turma, relativamente ao grupo dos 12-15 anos

amostra final, foram exactamente os mesmos que assistiram à concretização desta tarefa.

Neste seguimento, a dificuldade da tarefa foi também aqui avaliada para possível ajustamento. A própria atractividade e motivação do instrumento em causa, foi testada. Aspectos como o tempo de preenchimento e reacção dos interlocutores foi tomada em atenção, o grau de compreensão das respostas, o vocabulário utilizado, possíveis equívocos foram postos à prova.

Para além de uma dimensão objectiva, que é observada pelos resultados expressos no instrumento, houve toda uma dimensão de observação – apelide-se de participante – e que permitiu induzir algumas alterações. Permitiu desde logo perceber que a primeira versão “pecava” por um excesso de itens, bem como a dificuldade em os inquiridos inteirarem-se de algumas das afirmações que foram sendo assinaladas. Este procedimento foi possível visto que a aplicação do pré teste beneficiou da presença do responsável pela investigação e ainda porque foi aplicado em contexto institucional, preenchido em simultâneo por todos os inquiridos, assegurando-se a confidencialidade dos dados recolhidos.

Após o preenchimento do instrumento, foi realizado uma pequena discussão incidindo sobre as principais dificuldades que o instrumento oferecia e o que na opinião dos interlocutores deveria ser modificado. Agora restava a análise dos dados recolhidos e o encetar as necessárias alterações.

Assim decidiu-se eliminar um item, sempre que este apresentava um número de respostas “não concordo nem discordo”, igual ou superior a 40%<sup>54</sup>, entendendo-se com este procedimento diminuir o numero de “flutuantes” (Foddy, 1997). Sempre que era diagnosticado um numero abundante de “ausência de respostas”, ou quando através da discussão no final com os grupos se percebia a inadequação de um item, estes também eram suprimidos. Curiosamente ou não, alguns daqueles já haviam sido identificados como contemplando mais do que uma ideia na mesma frase, dificultando a sua interpretação.

---

<sup>54</sup> Este valor resulta da consideração de Foddy (1997), que nos diz que normalmente 20% a 30% dos inquiridos dão uma resposta não substantiva se esta for uma das possibilidades do instrumento.

De um total de 98 itens, reduziu-se para 58.

O item “não concordo nem discordo”, assume aqui o papel de *“filtro” testando a relevância que o assunto proposto tem para os inquiridos, sublinhando que é perfeitamente razoável não responderem*” (Foddy, 1997; pp:114). As questões “filtro” comportam uma fundamental importância, visto que na ausência destas o inquirido acaba por ceder à tentação de responder substantivamente, mas imbuído de ambiguidade. Assume-se que quem responde nesta possibilidade, hesita, está ambivalente, não tem opinião formada, tem posição neutra (idem). O autor Smith (ibidem) aponta como grupo de risco para um alto nível de respostas “filtro”, os indivíduos de baixo nível de escolaridade e fraco empenhamento político. A esta altura o investigador deveria estar assustado....simplesmente, as características que assistiram à escolha do tipo de amostra, permitem contrariar a possível falta de informação do investigado. Ainda relacionado com esta questão, foi alterada a posição da questão “filtro”, de posição central e intermédia para posição última e periférica. Este procedimento foi sustentado por variada literatura (Holdaway 1971, Bishop 1987, in William, 1997), que indica esta, como uma das soluções para a diminuição de um tão exagerado número de respostas “filtro”. Por um lado porque o simples posicionamento ao “centro” impele para uma resposta aqui concentrada, resolvendo desde logo alguma indefinição ou conflito cognitivo, por outro, porque há primeira dificuldade a tentação é se assumir uma posição neutra.

Mas estas indicações para posterior alteração, não se limitaram a questões de “circunstância”, antes fizeram perceber a necessidade de alteração de questões de fundo no teste. Desde logo, foi retirado o pedido de indicação da morada pois, um número significativo nada respondeu, outros indicaram a freguesia mas nada respondiam acerca da rua e só um deles indicou o nome do Bairro Social onde vivia, quando se sabia à partida que a amostra dos 12-15 anos era na sua esmagadora maioria habitante de Bairros Sociais da Cidade do Porto<sup>55</sup>. Esta situação é por certo reflexo do quão estigmatizante é o se sentir pertencente a um contexto desqualificante. A corroborar esta hipótese está o facto de uma grande percentagem de “testes”, terem a indicação de

---

<sup>55</sup> Isto porque é um dos objectivos do projecto, abranger jovens de bairros sociais de Campanhã.

bairro social como local de habitação mas depois nada ser assinalado na área de residência ou ser colocado uma rua que pouco indica. Além disto, tem-se o facto de na discussão final com o grupo dos mais novos, ter ressaltado muito claramente o estigma associado ao se viver num bairro social, com os miúdos a acusarem-se mutuamente de viverem em bairros e de terem omitido tal informação. Os autores, Quivy e Campenhoudt (1992), apontam como um dos virtuosismos do pré teste, esta possibilidade de identificar-se questões às quais as pessoas demonstram grandes resistências a responder.

Da observação e da discussão, resultou ainda a evidência de que o numero de itens, e consequentemente o tempo de preenchimento do teste, era claramente exagerado. Por outro lado, houve a necessidade de se polarizar as questões. Percebeu-se que as questões sobre cocaína acabavam por introduzir ruído, até porque o conhecimento da substância pelos mais novos era muito diminuta. Logo, a decisão de se retirarem as afirmações respeitantes à cocaína não provocou angústia de maior, sabendo-se inclusivamente da associação entre esta substância e os novos padrões de consumo e também da associação desta substância aos velhos padrões de consumo.

O segundo critério, também sugerido pelo orientador do presente estudo, consistiu na necessidade de se eliminar ou se substituir itens que comportavam linguagem técnico-ciêntifica.

Como continuava a haver necessidade do instrumento diminuir, eliminou-se itens que se atropelavam tautológicamente.

Por fim, itens que corriam o perigo de redundar em “truismos”, podendo provocar pouca variação das respostas, foram também eles eliminados.

Na tentativa de se tornar o instrumento mais atraente e por oposição menos enfadonho, retiraram-se as várias subdivisões do teste, optando-se por um formato compacto e uno.

Outra das conclusões que resultou da discussão final, isto relativamente ao grupo dos 12-15 anos, foi a necessidade da aplicação do teste ser assistida por técnicos ou pelo investigador, como forma de um maior controle e eventual esclarecimento de algumas questões. O mesmo problema não se colocou junto do grupo dos 22-25 anos, o que se compreende pela própria faixa etária em questão.



Tal como nos indica Ghiglione e Matalon (1997), o pré teste não se resume única e exclusivamente à aplicação do instrumento a uma população com as mesmas características mas, também a toda uma série de operações onde se inclui uma análise exaustiva, atenta e rigorosa ao instrumento acabado de criar pelo próprio investigador e até ao feedback acerca do mesmo, por alguém exterior à investigação desenrolada, e neste caso este papel foi desempenhado pelo orientador.

### **Conclusão:**

Esta é uma fase crucial do estudo que funciona como o ensaio, visando a construção de instrumentos de observação final.

Serviu para testar os itens propostos em particular e para testar todo o instrumento em geral.

Este pré-teste consubstanciou-se na aplicação de 10 instrumentos a cada um dos grupos, num total de 20, a cada um dos grupos em questão neste estudo.

A condição fundamental destes dois grupos reunidos, era a de obedecerem às “características – base” do grupo alvo final.

A “questão-filtro” (não concordo nem discordo) foi alvo de particular atenção, pela sua capacidade informadora.

Esta fase constitui-se como um momento fundamental para o incremento de teor científico, rigoroso neste estudo.

*“ Os problemas que se põem a propósito dos testes, designadamente os problemas de fidelidade e de validade, põem-se igualmente para as escalas. Estas últimas, de resto, constituem uma técnica que, embora dotada de especificidade, se pode considerar como uma variante da técnica mais geral dos testes”*

*Almeida e Pinto, 1982*

### III.5.3. O INSTRUMENTO PARA OBSERVAÇÃO E RECOLHA DA INFORMAÇÃO QUANTITATIVA – O TESTE DE MEDIDA: DO ABSTRATO AO CONCRETO – A JUSTIFICAÇÃO DE UMA OPÇÃO:

Para um problema, uma técnica a fim de o explorar. Neste caso preciso, “para um problema duas técnicas”, para um ou mais objectivos da pesquisa a eleição da técnica.

Como forma de “corporizar” a segunda fase deste estudo – dimensão quantitativa – “deitou-se mão” de técnicas não documentais que em comum com a entrevista da primeira parte, têm o facto de também tentarem perceber formas de pensar do grupo. Está-se no domínio da dimensão estatística, dos instrumentos que pressupõe a medida.

Com esta fase, com esta técnica, pretende-se verificar hipóteses “*sob a forma da relação entre duas ou mais variáveis*” (Ghiglione, e Matalon, 1997. pp: 106), a frequência de atitudes, opiniões entre grupos etários distintos.

Já se observou, pretende-se continuar a observar de forma preparada, sistematizadamente, numa lógica intensiva (Deshaies, 1997), e indirecta<sup>56</sup>.

A matéria-prima das representações sociais é procurada na recolha de opiniões, atitudes ou juízos prévios individuais para depois se agregarem em princípios organizadores comuns de cada grupo de sujeitos (Doise; Clemence; Lorenzi-Cioldi, 1992).

O primeiro passo é obter “frases” que relatem opiniões acerca do objecto em questão, no sentido negativo e positivo. Estas podem ser “conseguidas” das mais variadas formas. No caso presente foram forjadas a partir do estudo qualitativo. Após este primeiro passo, aplicar-se-á o instrumento perante uma amostra.

As respostas serão cotadas de 1 a 5 correspondentemente, ao concordo absolutamente/muito será atribuído 5 e ao discordo absolutamente/muito o valor 1

---

<sup>56</sup> Segundo Deshaies (1997 , pp: 296) considera que este tipo de observação através de uma técnica de registo, como é o teste de medida de atitudes e opiniões, insere-se numa classificação de observação indirecta.

Embora não seja critério apriorístico, são normalmente utilizadas cinco respostas possíveis, “anexadas” ao critério de aprovação total até à desaprovação total e passando por um ponto neutro. É uma escala aditiva (Deshaies,1997), na medida em que a atitude e a opinião do inquirido é a soma global das respostas apontadas. É um método de classificação adicionado numa ordem de acordo e desacordo.

A grande crítica a este tipo de instrumento – escalas de atitudes e opiniões - resulta da sua eventual fidelidade e validade. Não sendo o presente instrumento, imune a este tipo de crítica, é por certo merecedor de alguma credibilidade, pois comporta a virtude das questões colocadas emergirem de opiniões já aquilatadas, observadas, tratadas e oriundas de uma população com as mesmas características que a actual.

Estes testes de atitudes e opiniões não escapam às regras inerentes a uma boa construção de um questionário. Necessitam sim, de ver anexados a estes, as “boas regras” na construção de uma escala de “Likert”. As questões de um teste de medidas de atitudes, são uma forma particular de questões.

Os testes/escalas de medida de atitudes e opiniões ou instrumentos das relações individuais (idem), pressupõem um número relativamente elevado de indivíduos aos quais é pedido que se expressem sobre questões fechadas com a possibilidade de um manancial de respostas graduadas.

As medidas de atitudes e opiniões pretendem quantificar opiniões, representações, atitudes referenciadas a um objecto. Neste caso, atitudes referenciadas à figura do consumidor de drogas e às próprias drogas.

Pretende extrair a intensidade de elementos, de forma gradativa, onde cada interlocutor é convidado a posicionar-se ao longo de uma escala.

O mitigar algum do subjectivismo inerente a um instrumento de observação, resulta de duas premissas: das proposições emanadas endógenamente de um grupo de características semelhantes ao agora questionado e ainda através da tomada de posição e sua consequente medição e classificação.

Existem vários instrumentos, vários métodos para medirem atitudes.

A primeira das escalas conhecidas é a de “Bogardus” – escala de distância social (Almeida e Pinto, 1982).

Recorrendo a Deshaies (1997), enumere-se a escala de “Guttman” (método de análise hierárquico ou escalograma), “análise das variáveis

latentes” (escalas de diferenciador semântico), a escala de “Guetz-Kow” (avalia o egocentrismo, classificando-os numa escala de 0 a 10), escala de “Heyns” (pretende avaliar os comportamentos dos membros de um grupo) e a escala de “Bales” (avalia o processo de resolução de problemas num grupo). Mais conhecidos, temos a escala de “Bogardus”- esta já referenciada atrás – a escala de “auto-anotação” ou de “auto-posição”, de “Thurstone” e a escala de Likert.. O estabelecimento das diferenças entre elas nem sempre é perfeitamente claro, embora se situem sempre ao nível da sua concepção e ainda na forma como se apresentam.

As de “auto-anotação” ou de “auto-posição” traduzem-se na tentativa de alcançar uma tomada de decisão firme e sistematizada por parte do indivíduo (Mayer, et al. 2000). Aqui a opinião expressa é muito clara não havendo lugar para tendências. O mesmo já não acontece com as escalas de “auto-posição”, pois aqui é pedido ao interlocutor que manifeste a sua opinião numa escala de “tendências”, num contínuo, onde em cada extremo da escala se encontram medidas “extremas” e o seu meio é preenchido por possibilidades de posições intermédias. Por exemplo, num extremo o “totalmente de acordo” com uma medida de -10, e no outro o “totalmente em desacordo” com uma medida de +10, neste intervalo temos o 0 ao centro e o -5 à esquerda do centro e o +5 à direita do centro.

A escala de “Bogardus” caracteriza-se por ser unidimensional e ordinal (idem), onde os elementos são ordenados de forma crescente e sem intervalos, acumulando respostas. Aqui também se pretende que a pessoa expresse as suas atitudes e opiniões numa ordem gradativa e crescente. Esta escala foi criada para medir a distância social, a tolerância do interlocutor com determinados grupos ou etnias. Este tipo de instrumento pode sofrer inúmeras adaptações para, por exemplo, medir-se a distância social relativamente aos consumidores de drogas, relativamente aos homossexuais, aos portadores de VIH, etc...

Pare-se agora no “apiadeiro” da escala de “Thurstone”, esta constitui-se como uma técnica de orientação na construção da escala “Bogardus”, de escalas de “atitudes” (Brimo, 1972 in Mayer, et al. 2000). É uma escala ordinal, mas alternada por uma escala de intervalos unidimensional. É classificada em nove ou onze categorias ordenadas, e o onze ou o nove é a categoria mais ou

menos favorável. Data de 1928, e serve para caracterizar a atitude do interlocutor a partir do seu posicionamento através de estímulos antecipadamente cotados.

Este tipo de escala foi usada por Mucchiell em 1975 (*idem*), para medir a atitude relativamente à guerra.

A acrescentar a estas, temos ainda as escalas de atitudes de “Diferenciadores Semânticos”, escalas de “Guttman” ou “Escalas Cumulativas”. E a outro nível, as da sociopsicofisiologia, a escala de “Distância Social”, o “Estudo das Respostas Naturais Escondidas”, teste das “Falsas Respostas Psicofisiológicas”. Por último “Testes de Medida de Atitudes Avaliando Comportamento”, muitas das vezes sem o interlocutor se aperceber.

Por último, mas a que se reveste aqui de maior interesse – pois nela recaiu a escolha deste estudo - “eis” a escala de Likert.. A sua primeira versão data de 1932. Esta é uma escala ordinal e é constituída por um número par de proposições as quais são fornecidas por um estudo prévio, e são estas que constituem a escala sobre a qual o inquirido é convidado a posicionar-se. Tudo se joga na gradação que cada um atribui ao enunciado, como expressão da sua própria opinião e atitude.

Assim, o próximo passo é destacar aquelas regras que estiveram presentes na construção da escala que serve o estudo e destacar ainda de que forma as mesmas foram interpretadas e “embutidas” na concepção das afirmações - ora de tendência negativa ora de tendência positiva, - eleitas. As questões formuladas, poderão ser apelidadas de “questões-escala” (Albarelo, et al. 1997).

As questões em causa incidem sobre as opiniões e atitudes, são questões subjectivas e psicológicas, questões fechadas com uma lista preestabelecida de respostas possíveis e ordenadas, (*idem*), à espreita de “sacarem” “a representação do conhecimento” (*idem*, pp: 125). Pede-se que os inquiridos se posicionem perante determinado tópico.

No início da sua aplicação é garantido o completo anonimato e é explicado a razão de ser do mesmo.

De aplicação directa no grupo de mais “tenra idade” e com precauções especiais – tal obrigou a uma sensibilização cuidada junto dos técnicos que os aplicaram, embora a sua grande maioria tenha sido aplicada pelo responsável

do estudo- embora fosse admitida a aplicação “não assistida” no grupo dos jovens-adultos.

Os elementos sócio demográficos foram reduzidos ao mínimo como forma de não se intimidar os inquiridos, num tema já de si mesmo tão “confrangedor”. A solicitação da morada como garante de se estar perante sujeitos oriundos de contextos desqualificados foi abandonado, porque se percebeu o quão intimidatório se tornava<sup>57</sup>. Esta solicitação foi substituída pelo assegurar-se que as instituições e técnicos que aplicavam o instrumento cumpririam rigorosamente as condições da amostra pretendida.

Inicia-se com questões de âmbito mais genérico sobre o tema da toxicodependência, para depois “mergulhar” nas questões mais específicas, relacionadas com o ecstasy e com a heroína e correspondentes consumidores. Até para “quebrar as resistências” num tema que é delicado. A partir daqui não houve uma preocupação particular no ordenamento das questões, somente o abranger as categorias atrás emanadas.

Depois desta divisão, o instrumento segue a lógica da entrevista utilizada no estudo qualitativo. Começa-se com afirmações respeitantes à heroína e ao ecstasy e seus consumos para posteriormente os itens incidirem sobre a figura de um e outro consumidor, e por fim as afirmações versarem sobre as atitudes dos interlocutores perante a presença de ambos os consumidores.

Segundo Javeau (1976), a primeira etapa de um inquérito passa pela definição do objectivo do inquérito. Esta estava salvaguardada, visto que o objectivo pretendido estava claramente definido (assomar opiniões, atitudes, representações, acerca de consumidores e consumos de diferentes drogas, de diferentes figuras de consumidores) e neste seguimento, o objecto e as hipóteses também se encontravam esclarecidas.<sup>58</sup> A população perfeitamente delimitada, como forma de saber exactamente sobre o que estava a tirar conclusões, se bem que o reverso da medalha é sempre o tipo de extrapolação ser também ela limitada a uma população com as mesmas características. A amostra prospectivada, a passagem do teste de medida, assegurada sob

---

<sup>57</sup> As razões desta opção estão melhor desenvolvidas no capítulo III.5.3.

<sup>58</sup> Estas merecerão um capítulo em exclusivo.

certas condições e com a preocupação de se constituir como garante de uma metodologia científica.

Se bem que um estudo deste tipo, obedecerá a um esforçado labor – visto que contempla “dois em um” – algumas vantagens haveria de trazer. A primeira e grande vantagem é o fornecimento dos assuntos, das afirmações que teremos que explorar, pela mão das categorias apuradas. Este tema é tanto mais importante quando determinados autores (Ghiglione e Matalon, 1997), apontam como um dos principais problemas deste tipo de instrumento a possibilidade da população inquirida formular o tema de forma bem distinta da exposta. Se as afirmações formuladas emanaram de uma população com características em tudo semelhantes, então o risco é diminuto.

Outra questão de grande vulnerabilidade à crítica neste tipo de instrumento, refere-se à situação de se pedir ao interlocutor para se pronunciar sobre um objecto que em nada lhe é familiar espera-se que o tipo de amostra pretendido- “população oriunda de contextos desqualificados”, seja “antídoto” suficiente.

Se eventualmente se está perante “questões de facto” ou “questões de opinião” (idem, pp:135), nem sequer é aqui importante. São questões daquela população alvo. A “prova dos nove” há muito que foi tirada, e deu certo. O que se procura obter esta lá..

Não se está perante as clássicas questões abertas ou fechadas ou até semiabertas ou semifechadas. Está-se perante o desafio de fazer aparecer afirmações não manipulatórias mas também refutadoras da ambiguidade pouco esclarecedora.

A escolha entre várias opiniões e atitudes permite mitigar a ambiguidade da resposta, aumentar o grau de liberdade do interlocutor. Questões curtas, de fácil entendimento, próximas da realidade dos interlocutores, que o pré teste ajudou a “adequar”. A ideia fundamental foi o de orientar as questões de forma a que fosse desnecessária qualquer explicação adicional aquando do preenchimento do mesmo, incluindo para o grupo mais jovem (12-15 anos), embora para estes se tivesse por vezes recorrido explicações circunstanciais por quem administrava o instrumento. Uma preocupação habitualmente referenciada na literatura, prende-se com a necessidade de evitar termos promotores de ambiguidade, redundando em interpretações dispares, perante “quadros de referência” (Ghiglione e Matalon, 1997) nada comuns.



As questões tiveram assim o objectivo de preencherem o requisito do minimalismo (idem). Questões afirmativas, fugindo-se à tentação das interrogações indutoras de confusão. Um número mínimo de respostas formuladas na negativa, as quais obrigam a um redobrado esforço de compreensão.

Os testes de medidas de atitudes e opiniões, se não numa medida maior pelo menos em medida igual que aos mais comuns questionários, precisam de não apresentar questões com respostas indiciadoras.

Note-se que desde logo é fundamental que as questões/afirmações sejam de fácil compreensão (sendo a população-alvo deste estudo, oriunda de meios desqualificados, a preocupação com a simplicidade da questão é ainda mais pertinente) evitando a dupla negação, não se devendo prolongar para além de 20 a 30 minutos, no que se refere ao seu tempo de preenchimento (Albarello et al, 1997). A diminuição do número de afirmações, como resultado do pré teste, esteve relacionado com o facto de quanto menor o tempo usado no preenchimento do instrumento maior a fiabilidade das respostas.

As respostas possíveis são sempre as mesmas e aqui houve a preocupação de se colocar a resposta de “tendência central” em último lugar, de forma da que perante a primeira dificuldade, a população alvo resistisse à tentação de assinalar a resposta ao centro. Esta questão da medida de tendência central, de resposta intermédia ou neutra, como se desejar, é altamente polémica nunca se chegando a perceber se o que ali está em causa é uma resposta do tipo “ausência de opinião”. Estando colocada desta forma poderá diminuir este efeito.

A evitar liminarmente, é a presença de duas ideias num mesmo item, colocando o entrevistado perante um dilema.

Embora cada categoria desse origem a dois itens – um tendencialmente negativo e outra tendencialmente positivo – a preocupação foi sempre naqueles (negativos) não se utilizar abusivamente expressões de negação, as quais dificultam a resposta. Por fim, mergulhando-se ainda nas regras que normalmente são imputadas à concepção de um instrumento deste tipo, o tema da atractibilidade das questões. Esta está garantida pelo assunto sobre o qual versa o instrumento de medida em questão e ainda porque – reiterando mais uma vez – as afirmações emergiram das categorias anunciadas por uma

população de características idênticas. O papel do autor do estudo, foi de mero condutor das categorias. O quadro de referência também é o quadro de referência daquela população. A “terracota” é fornecida pelo cliente a peça é moldada pelo lojista para posteriormente o cliente ser convidado a decorá-la.

Embora se tenha optado por não compartimentar o teste - até por uma questão de efeito psicológico, ficando este maior e menos atraente - o instrumento agora analisado está subdividido em várias dimensões, extraídas das categorias. As afirmações expostas têm um lugar que não é casual, e uma relação que obedece a uma lógica. Lógica estas que estabeleceu duas questões por cada categoria. Fez-se corresponder a cada conceito, o mesmo significa, a cada categoria dois itens na escala de “Likert”.

O encadeamento natural das questões e a preocupação de se garantir a não repetição destas, foi naturalmente garantido pelo estudo qualitativo. Este tipo de instrumento pode cair facilmente em enviesamentos, e um dos mais frequentes, centra-se exactamente na tentação de colocarmos várias questões sobre o mesmo tema ou assunto. Este está protegido contra tal possibilidade, visto que fez-se corresponder a cada categoria “eleita”, um único grupo de duas afirmações. Uma tendencialmente positiva e outra tendencialmente negativa. Segundo Ghiglione e Matalon (1997), um instrumento deste tipo implica uma validação difícil, tendo esta que advir da *“coerência das diferentes respostas obtidas sobre um mesmo tema”* (idem. pp:112).

O efeito de “halo” é também atenuado desta forma (idem), obrigando o entrevistado a reflectir constantemente sobre o que acaba de ler, aumentando-se desta forma a validade do instrumento. O objectivo é a introdução constante de “ruídos” que obrigam à reflexão permanente mas também é o apresentar de uma alternativa de resposta no sentido inverso. Ainda neste sentido, houve a preocupação de equivaler as afirmações, no que se refere à sua intensidade e grau de conteúdo.

A categoria neutral ou no presente caso, “não concordo nem discordo”, foi colocada em último lugar como mecanismo capaz de contrariar uma tão grande tendência em incidir-se a resposta na categoria neutra (Foddy, 1996).

O instrumento assume a mesma forma num e em outro grupo, visto que houve a preocupação em alcançar um instrumento de fácil compreensão capaz de ser inteligível aos “olhos” de ambos os grupos. Mas como se não bastasse esta

razão, outras mais altas se levantavam, a necessidade de que ambos os grupos tivessem oportunidade de responderem fielmente aos mesmos tópicos, sob pena da impossibilidade de se comparar os dados obtidos.

A escala de resposta mede assim o grau de concordância com os itens propostos. Cada dois itens – um de variação positiva e outro de variação negativa – são correspondentes a um tópico, emerso do estudo qualitativo e nem sempre aparecem agrupados sucessivamente, como forma de não se “viciar” a resposta solicitada.

Obviamente que os problemas e as questões a merecerem uma especial atenção na construção de um instrumento deste tipo não se esgotam aqui, mas pretendeu-se – num movimento deslocado da teoria para a prática – sustentar a concepção do instrumento em causa onde as principais aspectos assinalados pela literatura, foram tidos em consideração.

Não se pretende aqui tecer uma “ode” ao instrumento utilizado, como algo inatacável e aproximado da perfeição, pretende-se isso sim, exemplificar os cuidados a que a concepção do mesmo obedeceu.

### **Conclusão:**

No sentido de levar a investigação a “bom porto”, adoptou-se como instrumento de observação, para a fase agora a cumprir, uma escala de Likert.

Neste tipo de instrumento, os interlocutores são convidados a posicionarem-se sobre atitudes e opiniões, estas emersas do estudo qualitativo, junto de uma população com as mesmas características da agora convidada a responder.

Os inquiridos devem responder através de uma escala gradativa e devem posicionar-se entre a aprovação total e a desaprovação total, relativamente à frase exposta.

O instrumento aqui adoptado, como já se referiu, é uma escala de Likert, mas muitas outras possibilidades se colocavam ao investigador: A escala de de “Bogardus”, a escala de “Guttman”, escala de “Diferenciador Semântico”, escala de “Guetz-kow”, escala de Heyns”, escala de “Bales”, escala de “Auto-Anotação”, escala de “Auto-Posição” e ainda a escala de “Thurstone”.

A aplicação do tipo de escala eleito, obedeceu a todo um conjunto de preceitos, de condições que a literatura descreve como importantes e que a prática demonstrou serem adequadas.

***“ Quantitativa ou qualitativa, como diria K. Lewin, não há análise de conteúdo sem uma boa teoria. Não há modelos ideais em análise de conteúdo. As regras do processo inferencial que subjaz à análise de conteúdo devem ser ditadas pelos referentes teóricos e pelos objectivos do investigador”***

***Vala, 1990, in Silva, A. e Pinto, J. (orgs)***

## III.6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

### III.6.1. ANÁLISE QUALITATIVA – ANÁLISE DE CONTEÚDO – OS DADOS QUALITATIVOS COMO PONTO DE PARTIDA DO ESTUDO: *ENTRE O ABSTRATO E O CONCRETO*:

O uso da técnica de análise de conteúdo, serviu para a partir dos registos das entrevistas semi-estruturadas, deduzir-se os elementos cruciais do discurso dos sujeitos, tendo em consideração os objectivos do presente estudo. Permitirá alcançar categorias que serão as condutoras dos itens que se criou para o teste de medidas.

A análise de conteúdo, de uma forma preliminar e simplista, implica inteirarmos sobre o número de vezes com que ocorrem os elementos considerados fundamentais para a nossa categorização, a frequência. Implica ainda, analisar e avaliar os elementos, os objectos obtidos e “the last but not the least”, perceber o “sistema de pensamento da fonte.” (Vala, 1990, in Silva e Pinto orgs).

A análise de conteúdo refere-se a um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos e têm o seu âmago na dedução e na inferência, permitindo deduzir por meio de raciocínio

Pretende retirar da subjectividade a objectividade, procura o oculto, o latente, relativizando e relacionando o manifesto. Esta técnica/método<sup>59</sup> pretende ser uma ferramenta para tratar os dados simbólicos construídos pelo ser humano. Funciona como um verdadeiro instrumento de ruptura com o senso-comum e encontra na identificação da análise de categorias o seu ponto mais importante. Esta técnica está ao serviço da elementar necessidade de ruptura epistemológica a que uma investigação obriga, um mecanismo que refuta uma “*leitura simples do real*” (Lazarsfeld, in Bardin, 1977.p.28).

---

<sup>59</sup> O autor Vala (1990, in Silva e Pinto; orgs). defende “ostensivamente” que a análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação. Como o objectivo não é aqui proceder a esta distinção, frequentemente utiliza-se despretensiosamente ambas as classificações.

Nesta técnica, a comunicação, os registos são encarados como elementos reveladores e significantes da dimensão cognitiva do emissor (Quivy e Campenhoudt, 1992).

Ela possibilita revelar o escondido, o submerso, o dissimulado, é um *“Conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”* (Bardin, 1977; pp:31 ).

O actor principal é o locutor e ao receptor cabe revelar as mensagens, o discurso e a sua organização interna. O importante não é aquilo que é dito mas, aquilo que a sua mensagem diz, aquilo que está por trás do discurso.

Ir mais além, compreender com rigor e exactidão, “trazer à tona”, interpretar, descobrir, explorar e preparar para verificar, são os seus desígnios.

Quando se utiliza esta técnica, é imperativo que se exponha todos os procedimentos utilizados, sendo esta regra garante de rigor e objectividade (Vala, 1990, in Silva e Pinto; orgs).

Com a análise de conteúdo, proceder-se-á a inferências sobre unidades de registo sujeitas a um tratamento e resultantes de uma rede de condições de produção, orientadas pelas hipóteses e objecto do estudo em causa, *“trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização - atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção da análise”* (idem, pp.104).

Os dados de que dispõe o analista encontram-se já dissociados da fonte e das condições gerais em que foram produzidos. O analista coloca os dados num novo contexto que constrói com base nos objectivos e no objecto de pesquisa; para proceder a inferências a partir dos dados. O analista recorre a um sistema de conceitos analíticos cuja articulação permite formular as regras da inferência, trata-se da desmontagem de um discurso e da produção de um novo (Vala, 1990, in Silva e Pinto, orgs.).

Apesar das várias críticas a que esta técnica está sujeita e que em determinados momentos históricos quase a “feriu de morte”, há algo que não pode ser negado, o seu potencial poder analítico no que respeita à fonte, ao

contexto e situações em que se produziu, ao discurso e até à interacção estabelecida entre entrevistador e entrevistado.

A este respeito refere Vala (idem, pp.104), que *“...a análise de conteúdo tem exactamente como uma das suas vantagens o facto de poder exercer-se sobre o material que não foi produzido com o fim de servir a investigação empírica” e material não estruturado. Como exemplo disto mesmo temos discursos efectuados à alguns anos e que podem a qualquer momento serem sujeitos á análise de conteúdo, quando esses registos não tinham esse objectivo inicial.*”

O tipo de análise de conteúdo que se pretende ver aqui desenvolvida é porventura a mais “simples” - categorial - de incrementar pois, pretende-se decodificar, escrutinar, explorar para medir. (Bardin, 1977). Embora a quantificação tenha aqui um papel subsidiário, e a qualificação um papel prelacial.

A análise categorial pretende “observar o simbólico a partir de um sistema categorial” resultante de um composto teórico e de hipóteses oriundas do objecto de estudo que se pretende explorar. A escolha de categorias a partir da análise dos registos irá proporcionar o acesso a um novo conhecimento (Filho, 1996)

Este método parte do pressuposto que um elemento/característica é tanto mais significativo quanto maior o numero de vezes mencionado, quanto mais frequente uma categoria, maior a sua relação com uma certa realidade psicológica e/ou social (idem). O âmago deste método consiste numa avaliação quantitativa, embora por vezes prescindível.

Para esta técnica, o importante é calcular e relacionar, comparando o aparecimento de certos elementos “arrumados” em determinadas categorias, que na sua totalidade perfazem o sistema de categorias.

Na situação presente, tentar-se-á perceber que elementos estão presentes e até com que frequência ocorrem. De seguida tentar perceber a forma como o interlocutor avalia esses elementos. Por fim, o objectivo é perceber a associação ou dissociação entre os elementos da estrutura. (Vala, 1990, in Silva e Pinto, orgs)

Dentro da análise de conteúdo há três grandes categorias de métodos: são elas as análises temáticas, as análises formais e as análises estruturais.



As temáticas, que é onde recai todo este processo investigacional. Caracterizam-se por apostarem num “trazer ao de cima”, tornarem claro as representações sociais ou mesmo as opiniões, os valores, os juízos de valor através da análise de unidades de registo escolhidas (Quivy e Campenhoudt, 92). É a mais utilizada e célere e, consiste na investigação dos temas, aplicando-se a discursos directos que comportam significações.

Esta tarefa exige uma delimitação das unidades de registo, que pode ser realizado através da *frase*, da *personagem*, do *parágrafo*, do *tempo*, da *palavra*, da *interacção* quando se está perante unidades de registo formais. Se elas forem do foro semântico, revelam-se através do *tema* ou da *unidade de informação* (1990, in Silva e Pinto; ogros).

Por unidade de registo entenda-se, determinado conjunto de elementos, os quais são “guiados” pelo objecto de estudo, pelas hipóteses e ainda pela problemática teórica. (idem). É uma parcela de registo que serve para análise.

As unidades de contexto, “*são o segmento mais largo de conteúdo que o analista examina quando caracteriza uma unidade de registo*” (ibidem, p:114).

Por índice entenda-se, objectos/elementos retirados das unidades de registo segundo os objectivos e hipóteses da investigação.

A análise de conteúdo pressupõem 3 fases, são elas: A pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados e a inferência e a interpretação.

A primeira – pré análise – caracteriza-se por ser uma fase pouco estruturada. É um período de intuições, uma fase de organização do material. Serve sobretudo para tomar contacto com o material existente, para conhecê-lo, organizá-lo e seleccionar aquele sobre o qual se irá debruçar a análise.

Pretende sistematizar as ideias iniciais e, deve ser uma fase pautada pela precisão.

O objectivo é criar-se um plano com operações e tarefas sucessivas e precisas. Estabelecer contactos com os documentos recolhidos. Conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações. É uma leitura flutuante que pretende ligar os objectivos, objecto e hipóteses do estudo a essa mesma leitura.

Desta primeira parte faz parte a escolha dos documentos, o universo de documentos a analisar pode ser determinado “à priori”. Esta fase consiste em

saber que tipo de documentos se vai analisar. Por vezes esta questão nem chega a transformar-se em “questão”, quando por exemplo, o único material a analisar é uma entrevista. Neste caso, o “corpus” de documentos a serem submetidos a análise está “por natureza constituído”.

A escolha deste “corpus de análise” obedece a algumas regras: a da exaustividade, pois todos os elementos considerados pertinentes devem fazer parte do corpus e não se pode ser selectivo, a da representatividade, pois quando se trata de se escolher uma parte do universo total daquilo que se quer analisar, está-se perante uma amostra. Esta deverá ser representativa do universo para que se possa generalizar os resultados obtidos.

Todas as partes constituintes da totalidade do universo devem estar presentes. A homogeneidade é outra das características a ter em consideração, na medida em que os documentos submetidos a análise devem ser homogêneos. As condições de produção do material a ser analisado e a população ou material em causa, deverão ser alvo de homogeneidade (Filho, 1996). Neste estudo, está assegurada visto que as entrevistas, referem-se todas ao mesmo tema e têm uma estrutura previamente definida e idêntica. A técnica de recolha, foi a mesma usada em todas as entrevistas.

Em 3º lugar, a pertinência, os documentos retidos devem ser adequados aos objectivos e hipóteses previamente pensadas, *“... o grau de adequabilidade do material é dado pela possibilidade que ele ofereça de boa conjugação entre a “leitura” do mesmo por parte do analista e o conteúdo observável, revelando algo até então imprevisto ou facilitando a obtenção dos objectivos pretendidos”*. (idem, pp: 324).

Na escolha do “corpus de análise”, devem estar garantidas a formulação de hipóteses e dos objectivos. Sendo uma hipótese uma afirmação provisória pronta a ser verificada, uma suposição, uma intuição objectivada. Estas podem existir à priori, podem resultar das leituras realizadas mas, nem sempre resultam da pré análise. Neste caso não se parte de ideias pré-concebidas, e a análise será feita “às cegas”. Trata-se de um procedimento aberto. Por sua vez o objectivo corresponde à finalidade, é o fim último, e representa o quadro teórico na qual os resultados obtidos serão utilizados.

Por último, a escolha dos índices<sup>60</sup> e a elaboração de indicadores, sendo os textos contentores de índices que serão alvo de exploração através da análise, esta fase consistirá na escolha desses índices em função das hipóteses ou no presente caso em função dos objectivos da entrevista e, a sua organização sistemática em indicadores.

Sendo assim, existem agora condições para escolher os indicadores.

Nesta fase é importante que já esteja estabelecido os recortes de texto, as unidades de registo a serem analisadas e que estas sejam uniformes e estejam prontas a serem codificadas. Uma possibilidade é estas serem “frase- ideia” o que significa que uma mesma frase pode ter mais do que uma ideia. Um sinal de alerta será a presença de verbos na frase.

Esta tarefa da escolha dos indicadores acaba por ser algo intuitivo e personalizado, após uma leitura atenta do documento a analisar.

A segunda fase é a da exploração do material. É uma fase de análise, onde ter-se-á que explorar o material de acordo com as decisões tomadas. Esta é uma fase longa e “cansativa”, consistindo em operações de codificação, desconto ou enumeração. Implica a codificação e a categorização

Como definição de codificação entenda-se a forma de transformar os dados brutos em unidades explicativas, quando se fala em codificação está-se a falar em tratar o material (Bardin,77). Consiste em transformar a informação escolhida, os dados em bruto (idem), através do recorte, agregação e enumeração para atingir-se os índices.

Esta tarefa sintetiza-se no tipo de recorte, para se proceder à definição de categorias e à quantificação das mesmas. (Filho, 1996)

O recorte é o processo pelo qual se obtém as unidades de registo. É uma deslocação dos registos. A enumeração refere-se à escolha das regras de contagem.

O recorte pode ser escolhido na base da palavra, do tema, ideia, da frase, do objecto ou referente, da personagem a analisar, do acontecimento e do documento.

---

<sup>60</sup> Referência a um tema numa mensagem (Bardin,1977), repetido frequentemente. O indicador correspondente será a frequência deste tema em relação a outros. (idem).

É uma tarefa de alguma intuição mas, que exige acima de tudo coerência. É a parte, a unidade, o segmento a ser alvo de análise, de contagem frequencial. A divisão e recorte formal não dita a escolha das unidades de registo.

O tema é muitas vezes utilizado e este traduz-se num discurso acerca de um assunto através de palavras, frases, etc... que aparecem no registo desse discurso através de “ideias – âmagos”, o que permite alcançar a tão almejada inferência (Filho, 1996)

Neste caso, inferências sobre as representações sociais e atitudes dos entrevistados, sobre o consumo e estilo de vida associado, acerca de diferentes categorias de drogas.

Quanto à enumeração, os métodos de análise de conteúdo podem ser de pendor quantitativo e qualitativo e de base extensiva ou intensiva correspondentemente. Nos primeiros - *quantitativos/extensivos* – analisar-se-ia um número considerável de informações sumárias e procuraria-se a frequência, o número de vezes que apareceriam certos elementos do conteúdo.

Nos segundos – *qualitativo/intensivo* – analisa-se um número reduzido de “*informações complexas e detalhadas*” (Quivy. e Campenhoudt. 92, pp. 225) e a busca é orientada pela presença vs ausência de um ou mais elementos.

A análise de conteúdo pode ser usada por qualquer um dos grandes tipos de procedimentos lógicos de investigação, ou seja em estudos de cariz extensivo, intensivo e experimental. (Vala, in Silva e Pinto, 1990; orgs).

Segundo a classificação de Lazarsfeld (1973), os primeiros têm correspondência com os métodos quantitativos, os segundos com os qualitativos e os últimos são aqueles que mais aproximam ciências sociais e naturais, de onde se destaca os testes de sociometria.

Neste estudo optou-se por uma abordagem quantitativa, o mesmo é dizer, tendo em atenção sobretudo a frequência com que aparecem as unidades de registo seriadas, visto que esta será uma primeira parte de um estudo constituído por uma fase também quantitativa. O que é importante nesta fase, para a qual se utiliza a análise de conteúdo, é que a população a quem se dirige o estudo seja a própria a produzir opiniões e atitudes sobre as quais se vai mais tarde posicionar quantitativamente. Daqui se pode depreender que uma análise de conteúdo de âmbito mais qualitativo, não serviria o objectivo

primordial de ser o próprio grupo a criar unidades de registo. Optando por esta última teria-se desde logo que adiantar palavras que serviriam como unidades de registo mas, que emanariam exogenamente.

È a forma como vamos proceder à contagem. Esta insere-se nas unidades de registo, naquilo que se conta (Bardin, 1977).

A escolha das regras de contagem pode passar pela contabilização como presença/ausência, frequência, frequência ponderada, intensidade, direcção, ordem, co-ocorrência. Qualquer opção por uma das formas de enumeração, parte de uma hipótese de relação.

A frequência é a mais utilizada, e é a aqui utilizada. Pressupõe que quanto maior a aparição de uma ideia na unidade de registo, maior a sua importância, maior a relação com a população de onde parte o discurso. Note-se que para esta investigação este aspecto foi levado em consideração mas, mais importante do que isso foi a simples emergência das categorias.

Dentro da frequência pode-se ter vários tipos de frequência: a frequência simples e a frequência ponderada.

A simples dita que todas as unidades de registo comportam a mesma importância e que esta é tanto maior quanto maior a sua aparição. Todas as unidades de registo estão em “igualdade de oportunidades. Este foi o percurso seguido no presente estudo.

A ponderada dita que – tal como a própria designação indica – há unidades de registo mais importantes do que outras e como tal deve-se elaborar um esquema prévio para a sua classificação. Os resultados obtidos vão ser bastante diferentes. A decisão por uma ou outra frequência deve ser sempre por referência aos objectivos da investigação e na base de uma decisão “mais ou menos intuitiva” a qual deve ser assumida e explicitada.

Chegado o momento de categorizar, este pode assumir vários percursos. Pode-se utilizar um critério semântico e aqui escolhe-se um tema – que funcionará como a placa identificatória, como título – e aí agrupar todos os temas significantes comuns que se incluem nessa categoria maior. E pode-se utilizar um critério sintáctico, seriando adjectivos ou verbos chave e agrupar outros relacionados com esta categoria mãe. O critério lexical, neste caso poder-se-á começar por proceder a uma classificação das palavras “segundo o seu sentido” (Bardin, 1977, p:118) para posteriormente agrupá-las por sentido

próximo e por sinónimos. Um outro critério é o expressivo, *“por exemplo categorias que classificam as diversas perturbações da linguagem”* (idem). Um exemplo comum deste critério é reter-se expressões como “e”, “ou”, possíveis reveladores de uma ansiedade presente.

A palavra de ordem na categorização é classificar os elementos em categorias, através da agregação destes, onde o elemento de associação, o elo de ligação será o grau de ligação entre eles. Assim, pode-se operar a passagem dos dados brutos a dados organizados, resultando num *“sistema de categorias”* (Bardin, 1977, pp:119).

Na categorização existem duas etapas fundamentais, o inventariar e o classificar. Por inventariar entende-se a escolha e isolamento dos elementos. Por classificar, o encaixar os elementos dando ordem às mensagens. A categorização pode obedecer a dois processos diversos, o procedimento por “caixas” e o procedimento por “milha”.

Relativamente ao primeiro ponto, define-se o sistema de categorias e vai-se percorrendo os textos, os registos, e encaixando os elementos encontrados nas várias caixas de categorias. No segundo ponto, parte-se em sentido inverso. As categorias e o sistema de categorias vão ser o resultado final da observação, da classificação dos elementos encontrados para depois se definir o título, a nomenclatura de cada categoria, e este foi o procedimento adoptado. Vala (1990, in Silva e Pinto; orgs) refere a unidade de enumeração como sendo um elemento importante a ser explicitado quando se procede à análise de conteúdo. O mesmo autor define a unidade de enumeração como sendo a unidade que vai orientar, vai ser o ponto de referência da quantificação. Estas podem ser geométricas ou aritméticas: as primeiras muito utilizadas nas histórias de vida, permitem *“contar o número de vezes que aparece um determinado conteúdo...”* (Gighlione, e Matalon, pp. 92), e é sobre esta que vai incidir a atenção deste estudo. As segundas, *“permitem contar a frequência de uma categoria, a intensidade da atitude em relação a tal ou tal objecto, o tempo de antena ou número de imagens consagrado a tal conteúdo”* (idem).

As categorias que se pretendem criar, devem obedecer a um conjunto de características, tais como serem mutuamente exclusivas, cada um dos elementos não poderá pertencer a mais do que uma categoria, é aquilo que

Bardin apelida de “princípio da exclusão múltipla” (Bardin, 1977). Devem ser homogêneas, os elementos transformados em categorias devem ter uma relação entre si e o sistema final deve contemplar até os casos particulares (Filho, 1996). Pertinentes, na medida em que terá que haver uma adequação das categorias aos objectivos da investigação, ao que se pretende estudar ao mesmo tempo que corresponde às características da mensagem (Bardin, 1977), devem ainda ser objectivas e fiáveis. As diferentes unidades de registo devem ser todas elas codificadas da mesma forma e, as regras que determinam a entrada de um elemento numa categoria devem ser bem definidas. As categorias devem ser operacionalizáveis, *“regra segundo a qual a categorização deve prover aquelas informações para a classificação do material suficientes para que outro analista independente possa obter os mesmos resultados em pelo menos 70% do material analisado”* (Filho, 1996). Por fim, deverão ser exaustivas, devendo incluir em si todos os elementos do material a analisar e que aí deverão estar incluídos, todas as unidades de registo devem ter a oportunidade de ser inseridas numa das categorias, fazendo assim parte do sistema final de categorias. Devem ser ainda produtivas, visto que o objectivo das categorias e de todo o sistema de categorias é produzir *“índices de inferências, ...hipóteses novas e ... dados exactos”* (Bardin, 1977, pp.121).

A última fase da análise de conteúdo, é o tratamento de dados, inferências e interpretação. Os dados têm agora que ser tratados para transmitirem significados e para permitirem ler a realidade pondo em evidência as informações resultantes da análise.

A questão central é saber-se sobre “quem”, sobre o “quê” e “porque é” que vamos utilizar a análise de conteúdo. (Bardin, 1977).

Esta fase pretende alcançar inferências válidas, induções, permitindo a transformação dos dados em bruto em dados significativos, relevantes e válidos. Vai-se deduzir para que se possa passar à última fase que é a interpretação.

È através da inferência que se passa da descrição à interpretação (idem) isto é, atribuí-se sentido ao corpus de análise eleito.

Como refere Bardin (idem, p: 38), o objectivo máximo da análise de conteúdo *“é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou*

*eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)."*

Neste caso, neste estudo, importa é perceber os significados que os dois grupos distintos de jovens e adolescentes atribuem ao consumo de diferentes tipos de drogas e aos seus consumidores. Trata-se de inteirar do significante e do significado. Sendo assim *"a mensagem exprime e representa o emissor"* (ibidem, p.134). O estudo do discurso desses adolescentes e jovens, irá fornecer dados acerca de si mesmos.

O objectivo pretendido, não é tanto alcançar a quantificação mas a sua "classificação nominal" (ibidem)., embora a mesma esteja contemplada. Depois da identificação das categorias e subcategorias, pode-se chegar à conclusão que a "aparição" de algumas delas é de tal forma insignificante que acabam por "perder legitimidade" para serem levadas em conta para o teste de medidas-Escala de Likert. Aliás, Vala aponta que *"uma análise de conteúdo não implica necessariamente quantificação"* (Vala, 1990, in Silva, e Pinto; orgs p.117).

A quantificação na análise de conteúdo pode assumir o caminho de *análise de ocorrências*, preocupando-se com o *"interesse da fonte por diferentes objectos ou conteúdos"* (ibidem), e partindo do pressuposto que este interesse é tanto maior quanto maior o número de vezes que estiver presente no próprio discurso. O caminho da *análise avaliativa*, baseia-se no estudo das atitudes do emissor por referência a algo. Aqui poderá ser utilizada uma escala de atitudes. E o caminho da *análise estrutural*, "visa permitir inferências sobre a organização do sistema de pensamento da fonte implicado no discurso que se pretende estudar" (idem). Este terceiro caminho, implica uma interpretação à luz de uma teoria.

Depois de uma primeira parte deste capítulo que, consistiu essencialmente em apresentar teoricamente e sob forma abstracta - no domínio das ideias - as opções que um método como a análise de conteúdo oferece, eis que chegou a hora de se passar para o concreto.

Através de uma análise de conteúdo de tipo categorial e temática onde a frase-ideia serviu de critério para o recorte das unidades de registo, a partir das unidades de contexto, que "emergiram", as categorias e subcategorias, aquelas e estas foram definidas. O objectivo foi o registar da frequência simples, enumerando-as geometricamente.



Tendo-se adoptado uma entrevista aberta (semi-dirigida) mas estruturada, onde as questões e consequentemente as respostas estão claramente explicitadas, a tarefa é simplificada. Deste modo sabe-se exactamente o que se procura, que unidades de registo se pretendem, que “norte” orienta a criação de categorias para além da teoria. As categorias são, assim, o resultado do cruzamento entre os conteúdos adquiridos pelas entrevistas, a natureza dos dados, e todo um quadro teórico acerca das toxicodependências<sup>61</sup>.

Num esquema que segue em anexo<sup>62</sup>, facilitador da compreensão e da elaboração da análise de conteúdo desenvolvida, foi colocada “pergunta – a – pergunta”<sup>63</sup> bem como algumas unidades de registo, e foi-se fazendo corresponder a cada unidade de registo as categorias e subcategorias extraídas, para, por último, as contabilizar. O mesmo procedimento foi realizado para ambos os grupos seriados para o estudo.

Os agrupamentos de categorias visam - e não é demais reafirmá-lo - sobretudo, retirar da análise qualitativa, dimensões, questões para serem incluídas no inquérito por questionário, ou para orientar a concepção deste. Estas poderão advir das categorias ou das subcategorias. Pretende-se alcançar conjuntos de ideias e famílias de ideias que indiquem, emitam opiniões, posicionamentos, atitudes sobre os diferentes tipos de drogas e seus consumidores.

---

<sup>61</sup> Um exemplo paradigmático desta comunhão é a categoria e subseqüentes sub categorias “Classificação de drogas”, orientada pela teoria, neste caso específico seguindo a classificação de Escohatado (Escohatado, 1992) e a categoria “contextualização temporal do consumo” que surge o “mais naturalmente possível” da natureza dos dados.

<sup>62</sup> Ver anexo n.º II

<sup>63</sup> Ver anexo I este constitui o “guião” da entrevista que foi aplicada à amostra da componente qualitativa e agora alvo da análise de conteúdo.

Relativamente à primeira pergunta, e sendo válido para ambos os grupos (grupo I 22 – 25 anos / grupo II 12-15 anos):

**“Quando pensas em toxicodependência o que é que te vem à cabeça?”**

Encontrou-se essencialmente três dimensões de categorias.

A primeira que associa **toxicodependência à dependência**

Inclui unidades de registo que apelam para a falta ou diminuição da liberdade provocada pelo consumo de drogas.

A segunda que relaciona **toxicodependência com as próprias substâncias**

No grupo I, o nível de pormenorização e identificação de substâncias é bem mais aprofundado por relação ao II, o que se compreende pela faixa etária em questão.

Aspecto bastante relevante para o estudo é o facto de no grupo I ,haver uma inclusão clara das novas drogas no rol de substâncias capazes de levar à dependência e ainda de tal não suceder no II grupo. Isto poderá revelar uma atitude e uma opinião “penalizadora” neste grupo, por relação às “novas drogas” . Tal só poderá ser mais “afincadamente” analisado na dimensão quantitativa. A terceira e a mais indicada, elege as **consequências dos consumos**, como factor mais relevante na toxicodependência, e dentro destas as **sociais**, como as mais importantes.

Ainda na primeira “área”<sup>64</sup> e à pergunta:

Continua a haver um surpreendente e homogêneo grupo de categorias comuns aos diferentes grupos. Aqui destaca-se “isoladamente” a categoria **classificação das drogas** e as subcategorias que se resumem à enunciação da divisão das mesmas.

No I grupo, destacam-se as afirmações sobre as **depressoras** e as **alucinógenas**, não havendo uma diferença significativa entre as duas categorias encontradas neste grupo. Tal resultado parece indiciar que este primeiro grupo, não constrói uma imagem mais negativa acerca das drogas tradicionais, e entenda-se tradicionais por heroína, do que relativamente às novas drogas - ecstasy. O que de resto é coerente com o atrás enunciado.

O grupo II, desde logo considera sobretudo “droga”, as substâncias **alucinógenas** (ecstasy) e as **estimulantes** (cocaína). Não estabelecem uma diferença substancial entre aquilo que vulgarmente se apelida de drogas leves e drogas duras.

Ainda nesta questão, é pertinente dar conta da categoria **consequências negativas**. Em ambos os grupos é a segunda categoria mais registada. É sobretudo no grupo I que assume a sua maior expressão. Observando-se uma divisão perfeitamente equitativa entre **físicas** e **psicológicas** no grupo I, e entre **sociais** e **físicas** no grupo II.

Cruzando a primeira categoria assinalada (classificação das drogas) e a segunda (consequências negativas das drogas), parece haver coerência no I grupo. Sendo as depressoras e as alucinógenas as mais indicadas e sabendo-se que as primeiras (depressoras) são sobretudo responsáveis por originarem consequências físicas visíveis e as segundas (alucinógenas) por possibilitarem a ocultação das físicas. Sendo especialmente conhecidas pelas suas consequências psicológicas. É congruente esta inclusão de afirmações criadoras das subcategorias físicas e psicológicas. No grupo II tal relação não é possível de estabelecer.

<sup>64</sup> O termo refere-se à primeira parte da entrevista, tal como se pode verificar no anexo correspondente.

Na terceira questão:

**"Qual a sua opinião sobre a heroína?"**

A categoria **consequências negativas**, surge como a mais indicada e a única merecedora de destaque em ambos os grupos. A grande maioria das afirmações versam e relacionam o consumo de heroína com as mais diversas consequências negativas, além de associarem a heroína a consequências negativas de âmbito **físico**, no grupo I e ainda a uma **impossibilidade de recuperação**, no grupo II.

Embora de valor periférico, é de registar no grupo I uma categoria que apela às consequências positivas e uma outra que oscila entre a valoração positiva e negativa, isto relativamente à heroína.

Tendo em consideração a hipótese deste estudo, ressalve-se aqui a categoria, **contextualização temporal do consumo**, no grupo I.

No grupo II, pelos mesmos motivos, a categoria que associa a **heroína à morte**

A quarta e última questão:

### Qual a tua opinião sobre o ecstasy/pastilhas?

Caracteriza-se essencialmente por ser, dentro da primeira área, a questão que mais categorias faz emergir. E aqui começa-se a desenhar uma clara diferença de atitudes, opiniões, entre os dois grupos.

No grupo I, aparece-nos a categoria **consequências negativas**, como a mais manifesta. Isto poderá significar que embora esta população dos 22 aos 25 anos enfatize as consequências negativas que advêm do consumo de heroína, revelando como já se referiu uma postura tendencialmente negativa perante a aquela, esta é também penalizante em relação ao consumo das novas drogas. Neste grupo não há diferenças de posição substanciais a registar entre a heroína e o ecstasy.

Se juntarmos a esta categoria majoritária, à segunda categoria mais registada - **grau de dependência** - percebe-se que há aqui um “contínuo signficante negativo”, quando se olha para as subcategorias. Embora, não se possa ignorar a subcategoria *menor que a heroína*.

Indo de encontro às hipóteses e objectivos do estudo, retenha-se ainda a categoria **contextualização dos consumos**, e as consequentes subcategorias por relação aos *espaços* e por relação à *faixa etária*, esta última de grande relevo para o estudo.

O grupo II, apresenta como principal categoria os **tipos de consequências**, tal como no grupo I. Aqui é bastante significativa a subcategoria por *referência à heroína*, o que pode ser explicado em parte pela organização da entrevista mas não deixa de brotar afirmações que justificam a sua criação. A corroborar esta tendência sublinhe-se uma das categorias mais registadas **grau de dependência**, onde todas as subcategorias daí resultantes, minimizam a dependência provocada pelo ecstasy/pastilhas.

Num aspecto há uma homogeneidade que percorre ambos os grupos e que se consubstancia na categoria **tipo de consumos**. No grupo I é a quarta mais categorizada e no grupo II ocupa o segundo lugar “ex-equo”. Esta pode ser indiciadora de um conjunto de representações que, e por ambos os grupos, relaciona o consumo das novas drogas com contextos não-desviantes ou pelo menos a todo um estilo de vida não-desviante. Aqui está uma possível dimensão a contemplar na escala, podendo ajudando a perceber como cada grupo assume o consumo das diferentes drogas.

Finda a análise a esta primeira área, eis que surge o momento certo para dissecar um “apanhado” das principais dimensões que estão aqui em causa. Estas serão merecedoras de serem eleitas para ocuparem um lugar junto da dimensão quantitativa. Sempre por referência ao objecto de estudo e às hipóteses teóricas. Note-se que o objectivo não é proceder desde já a interpretações com base nos resultados obtidos, mas antes indicar dimensões a relevar no estudo quantitativo.

Assim, são 4 as dimensões cognitivas encontradas sobre as representações, atitudes, opiniões acerca das novas e velhas drogas:

***As consequências positivas e negativas, ao nível social e físico dos consumos. As substâncias depressoras (heroína), estimulantes (cocaína), alucinógenas (ecstasy) , e droga. A terceira dimensão é dependência – grau de dependência das substâncias. Por último a contextualização dos consumos, por relação aos espaços e à faixa etária. Esta foi sobretudo eleita, não única e exclusivamente pela sua representatividade alcançada na análise de conteúdo, mas também pela adequação aos objectivos do estudo.***

Passando agora para a segunda área, esta incidindo sobre a figura do consumidor, centremo-nos na primeira pergunta:

Aqui encontram-se essencialmente 4 dimensões de categorias.

A primeira **indigente/vagabundo**, a segunda **tipo de consequências**, e subjacentes a esta dimensão a *impossibilidade de recuperação*, o *comprometimento do futuro*, as *consequências físicas e sociais*. Em penúltimo e terceiro lugar, despontando do grupo II, **imagem degradada** e em último lugar **características de personalidade**, embora não sendo esta uma das dimensões mais contabilizadas é no entanto bastante importante por relação às hipóteses do estudo.

A categoria: indigente/vagabundo - reúne todas as unidades de registo que apelam para uma ideia de desgraça e degradação humana, bem como para a associação do heroinodependente ao ócio.

A categoria: tipo de consequências - agrega informações que relevam os resultados e os efeitos que advêm do consumo da heroína.

A categoria: imagem degradada - Esta centra-se sobretudo nas referências e na relação do consumidor de heroína com a imagem decadente, descuidada provocada pelos consumos de heroína e por todo o estilo de vida associado ao seu consumo.

A categoria: características de personalidade - refere-se sobretudo aquilo que vulgarmente se entende por “traços de personalidade”.

Relativamente a esta questão não se pode dissecar diferenças significativas de cognições, atitudes e opiniões entre os dois grupos em questão. Estas são bastante coincidentes. É transmitida uma imagem que genericamente se pauta pela diabolização da figura do “junkie” da heroína.

Analisando a questão,

Destaque-se a categoria **características de personalidade**, e dentro dessas o *exibicionista, autônomo/independente, normal*, estas ditadas pelo grupo I, constituindo um importante indicador avaliativo das representações sociais dos sujeitos acerca dos consumidores. Também aqui tudo se desenvolve em torno dos “traços de personalidade” do consumidor destas drogas.

Continuando-se a analisar esta questão, sublinhe-se de seguida a dimensão **maneira de estar na vida/estilo de vida**, esta presente nos dois grupos, e as subcategorias daqui resultantes, também elas muito importantes e significativas, *preocupação com a imagem, gosto pela vida, divergente do consumidor de heroína, funcional em meio familiar*. Estas mais uma vez, foram seriadas em função das hipóteses do estudo e não tanto pela sua representatividade. Esta categoria foi induzida pelo enquadramento conceptual e refere-se a toda a forma como os sujeitos consumidores desta(s) substâncias se posicionam no quotidiano. Refere-se aos seus gostos, tendências, comportamentos, etc.

Como terceira dimensão, presente em ambos os grupos, a **contextualização dos consumos** por relação à *faixa etária, por relação aos espaços, por relação à indumentária*. Todas as unidades de registo que indicavam a relação entre o consumo de ecstasy e determinados contextos específicos, foram arrumadas aqui.

Até aqui, não há a registar grandes disparidades de categorias entre os dois grupos, aqui enunciou-se as mais contabilizadas para as deslocar sobre a forma de dimensões para o estudo quantitativo.



### Como caracteriza um consumidor de heroína paradoxal?

A grande diferença nas categorias encontradas, e até de alguma forma paradoxal - em termos de orientação - com o que tem vindo a ser registado, está na categoria **consequências negativas**, ditada pelo grupo II. Até aqui vinha a assumir uma orientação predominantemente positiva em relação às novas drogas. Isto poderá estar relacionado com aquilo que já se abordou atrás, ou seja, com a necessidade e a pressão latente para se “verbalizar” aquilo que é considerado socialmente correcto”. A “prova dos nove” poderá ser tirada com a dimensão quantitativa. Esta categoria centra-se nas *consequências físicas, psicológicas e sociais*.

Por último e pelo “potencial empírico exploratório” que poderá conter esta subcategoria e até porque serve de contrabalanço à categoria anterior, e assim motivo de aprofundamento” destaca-se ainda a categoria **ausência de consequências** *sociais e psicológicas*.

Para a questão,

**quando estas em contacto com um consumidor de heroína o que é que sentes?”,**

Destacaram-se essencialmente duas categorias encontradas nos dois grupos, **tipo de atitudes**, *positivas/negativas*. Aquelas foram unicamente encontradas no grupo I – o que não deixa de ser significativo – e estas em ambos os grupos. As positivas centram-se na compreensão do consumidor, na pena e ainda no considerar o consumidor como um “igual entre iguais”. As negativas, fazendo um resumo dos dois grupos, focaliza-se no medo, na repulsa e no distanciamento.

A outra categoria diz respeito aos **sentimentos negativos e positivos**. Os dois encontrados em ambas as categorias. Os negativos contemplando a *insegurança e o medo* e os positivos, a *pena*.

Por fim, e relativamente à pergunta

**"Quando estás em contacto com um consumidor de ecstasy/pastilhas o que sentes ?"**

Aqui tem-se presente essencialmente duas dimensões. À imagem da questão anterior, **sentimentos positivos e sentimentos negativos**. *Segurança, confiança, menor medo por referência aos consumidores de heroína e por outro lado medo*, correspondentemente. A outra dimensão são as **atitudes positivas** em relação aos consumidores de heroína, maioritariamente referenciadas pelo grupo I, e ainda o **tipo de cognições** no grupo II, marcadas pela ambiguidade e pela indiferenciação relativamente aos consumidores de heroína.

A categoria: sentimentos positivos e sentimentos negativos - aqui incluiu-se as unidades de registo referentes a impressões, sensações suscitadas pelo contacto com um consumidor de ecstasy.

A categoria: atitudes positivas - agrega informações referentes a posturas, intenções, a procedimentos, à maneira de estar na situação de contacto com o consumidor de ecstasy.

A categoria: tipo de cognições – Define os pensamentos dos sujeitos entrevistados por relação ao consumidor de ecstasy.

*No que diz respeito a esta segunda área, que versa sobre a figura do consumidor, seriou-se fundamentalmente oito dimensões. São elas a imagem, relativamente à degradação associada a cada tipo de consumidor e à agremiação destes à figura de indigente e vagabundo e preocupação com a imagem. As consequências positivas e negativas, associadas a cada tipo de consumidor – “junkie” vs “pastilhado” – consubstanciando-se estas nas físicas, psicológicas e sociais, na impossibilidade de recuperação do consumo, comprometimento do futuro. Incluída nesta dimensão das consequências está também a ausência das mesmas. Em terceiro lugar as características de personalidade, incorporando a classificação de autónomo versus*

*independente e normalidade, bem como a característica de exibicionista como tendência negativa.*

*Como 4ª dimensão, forma de estar na vida/estilo de vida, sob a forma de preocupação com a imagem – já contemplada em cima -, gosto pela vida, funcional em meio familiar. A dimensão contextualização dos consumos, não será neste momento alvo de exploração, visto que já apareceu na primeira área, pelo que evitar-se-á esta tautologia infrutífera.*

*As atitudes face a cada tipo de consumidor, surgem em 5º lugar, positivas e negativas. As primeiras referindo-se à compreensão do consumidor, à piedade sentida pelos consumidores e ainda à atitude não geradora de exclusão. As segundas, enfatizam o medo, a repulsa, o distanciamento. Em penúltimo ou 6º lugar, os sentimentos, também estes positivos e negativos. Nos positivos, a segurança e confiança. Quanto aos negativos, não vão ser aqui enunciados por se considerar que nada “acrescentam” ao já apresentado. As cognições aparecem em último lugar e referem-se à tradução de ambiguidade relativamente a cada um dos tipos de consumidores.*

Depois de completada esta tarefa está-se em condições de avançar para a próxima – a construção da escala de “likert”.

### III.6.2. ANÁLISE QUANTITATIVA – *TRATAMENTO ESTATÍSTICO DOS DADOS* - OS DADOS QUANTITATIVOS PARA ANÁLISE DAS HIPÓTESES TEÓRICAS: ENTRE O ABSTRACTO E O CONCRETO

Depois de todo o processo de análise de conteúdo realizado e da construção consequente da escala de atitudes e opiniões, “recheada” por itens resultantes da análise de conteúdo, procedeu-se à tradução dos dados obtidos em termos informáticos.

Construí-se inicialmente 58 itens, sendo 6 deles relativos ao tema toxicodependência de uma forma geral, 26 ao consumo de ecstasy e à figura do consumidor desta substância e o mesmo número de 26 itens relativos ao consumo de heroína e à figura do seu consumidor. No entanto, os itens foram apresentados conjuntamente. Assim, procedeu-se a uma primeira análise incidindo sobre os itens 1; 2; 3; 4; 5; 6.

Uma segunda análise que se refere ao consumo de ecstasy e à figura do seu consumidor. Esta compreende os itens – 7; 9; 10; 13; 16; 18; 20; 22; 25; 27; 29; 30; 32; 34; 36; 39; 41; 42; 43; 45; 47; 50; 52; 54; 56; 58.

Por último, uma terceira análise que se centra nos consumos e consumidores de heroína. Esta respeitante aos itens – 8; 11; 12; 14; 15; 17; 19; 21; 23; 24; 26; 28; 31; 33; 35; 37; 38; 40; 44; 46; 48; 49; 51; 53; 55; 57.

O sexo e o grupo etário funcionam como variáveis independentes e os vários itens como variáveis dependentes.

Codificou-se e transcreveu-se cada uma das respostas, distribuídas pelos dados ordinais, para além dos dados sócio demográficos. As respostas foram codificadas entre 1; 2; 4; 5; 3. As perguntas/items sem resposta foram codificados com o número 9. Quanto às variáveis sócio-demográficas/sexo, foram assinaladas com 1 para o sexo masculino e 2 para o feminino.

O ano de nascimento não foi codificado visto que se está perante uma variável nominal<sup>65</sup>, que serviu unicamente de controlo da faixa etária definida pelos sujeitos. A idade foi codificada a partir de uma variável escalar, onde o que foi

---

<sup>65</sup> Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), uma variável é nominal se as suas modalidades não podem ser ordenadas.

considerado, seguindo os objectivos da investigação, foi a inclusão dos sujeitos em uma ou outra faixa etária.

Após toda a codificação realizada, obtêm-se uma matriz sob a forma de um ficheiro informático, optando-se de seguida pela utilização do programa SPSS - por ser este que merece o melhor reconhecimento na área das ciências sociais - a fim de ser submetido a todo um conjunto de operações estatísticas que possam ser reveladoras. Estas consistem na utilização de testes paramétricos - t student para as amostras independentes (sexo e grupo etário).

Após estas operações procedeu-se a testes de análise factorial para cada uma das escalas. Este exercício permitiu encontrar factores agregadores de itens, percebendo-se desta forma os “construtos psicológicos “ que estão presentes nos diferentes conjuntos de itens apresentados. A análise factorial permite explicar o mesmo - através de um conjunto de factores - que um número variado de itens, perdendo-se o mínimo de informação possível.

Por fim, pouco adiantaria obter-se os factores (construtos psicológicos) se não fosse possível perceber as diferenças entre os mesmos. Tal pressuposto obrigou a que se procedesse novamente a operações estatísticas através do teste t, para comparar diferenças significativas entre as variáveis independentes sexo e idade, dos factores entretanto emersos pela análise factorial. Estas operações realizaram-se agora a partir de índices, ou seja, nomenclaturas breves dos factores (Pestana, M. e Gageiro, J. 2003).

Esta comparação foi possível através da soma da média aritmética dos itens que compõem cada índice/factor a dividir pelo número total desses itens que consubstanciam o índice/factor.

A partir de agora os objectivos passam por procurar os significados dos dados descritos, analisar a relação das variáveis e as operações que permitiram lá chegar. No entanto, este capítulo não se cinge a apresentar o tratamento estatístico dos dados mas também a interpretar e a articular os resultados estatísticos com o enquadramento teórico, apresentando-se uma perspectiva crítica e integradora do estudo levado a cabo.

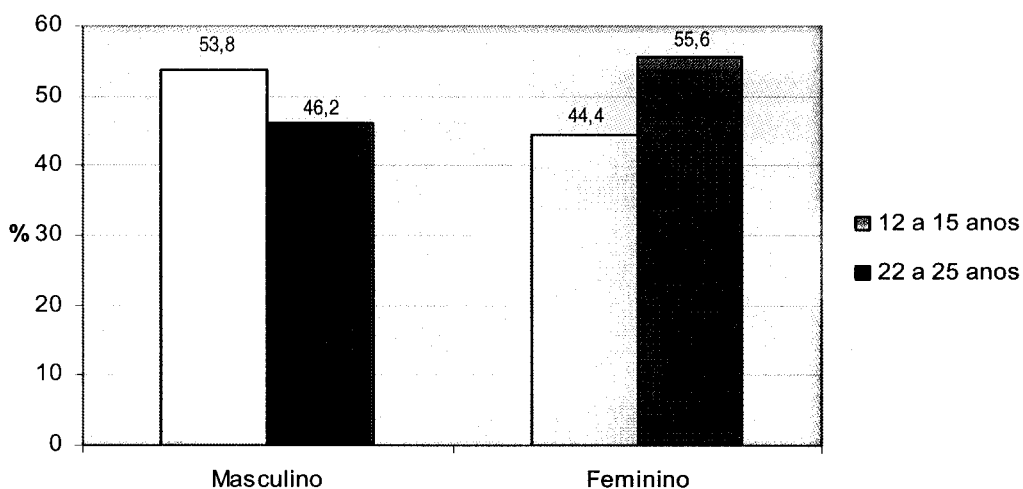
O que se vai agora analisar é ditado pelas hipóteses, mas esta análise pressupõem colocar os “resultados a expressarem-se”, dar-lhes sentido e significado à luz de um quadro teórico expresso ao longo deste relatório.

## I AMOSTRA

Como se pode verificar pelo exposto, uma ligeira maioria dos sujeitos da amostra é do sexo masculino - 58% .

Os jovens da amostra com idades compreendidas entre os “12 e 15 anos” são na maioria dos casos do sexo “masculino” (53.8%), mas já os que têm idades compreendidas entre os “22 e 25 anos” são na maioria dos casos do sexo “feminino” (55.6%), como se pode verificar pela Figura 1.

**Gráfico I – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA POR SEXO E IDADE (%).**



O gráfico I, mostra que as diferenças existentes nas distribuições dos jovens da amostra dos dois escalões etários pelo sexo, não foram significativas ( $p = 0.109 > 0.05$ ). Tais valores permitem através destas duas variáveis independentes – sexo e idade – testar as hipóteses adiantadas. Mais do que isso, permite inclusive testar uma outra hipótese, que não estava inicialmente prevista.

**Tabela I – CRUZAMENTO DO SEXO PELA IDADE E NÍVEL DE SIGNIFICÂNCIA DO TESTE DO QUI-QUADRADO (P).**

		Sexo		$\chi^2$	p
		Masculino	Feminino		
<b>Idade</b>	12 a 15 anos	53,8%	44,4%	<b>2,566</b>	<b>0,109</b>
	22 a 25 anos	46,2%	55,6%		

Conclui-se que não há disparidades entre o grupo I e II bem como, entre os diferentes sexos. Traduzindo estes números ainda de uma forma mais simplista, está-se perante uma amostra equitativa no que se refere à quantidade de sujeitos de uma e outra faixa etária, bem como se está perante uma amostra equânime no que se refere ao número de sujeitos pertencentes a um e outro género.

## II

### RESULTADOS

Para se perceber com rigor científico que dimensões de representações sociais a escala de Likert permite analisar, testando eventuais diferenças entre as mesmas na relação com as variáveis independentes, sexo e idade procedeu-se a testes de análise factorial para cada uma das escalas. Nesta análise tomou-se os resultados de cada escala isoladamente, tal como em todas as outras análises.

Os factores foram extraídos a partir do método das componentes principais (método estatístico multivariado) que permitiu “organizar a maneira como os sujeitos interpretam as coisas, indicando as que estão relacionadas entre si e as que não estão. Esta análise permite ver até que ponto diferentes variáveis têm subjacente o mesmo conceito (factor). ( Pestana, M. e Gageiro, J. 2003 ).

A análise aqui levada a cabo é de teor “exploratório” (idem).

Utilizou-se ainda o critério de “Kaiser” – teste KMO (Pereira, 2002; Pestana, M. e Gageiro, J. 2003) - valores próprios superiores a 1 – para se determinar o número de factores a reter.

Em terceiro lugar, utilizou-se uma rotação ortogonal “varimax”, rotação esta ortogonal (Pestana, M. e Gageiro, J. 2003), para a interpretação dos factores retidos (loadings), uma vez que a estrutura é mais simples (comportando menos variáveis complexas) com este tipo de rotação e minimizando o número de variáveis com elevados loadings num factor (idem)<sup>66</sup>. Como tal, suprimiram-se os itens cujo peso factorial (factor loading) apareceram na matriz de componentes rodada com valores inferiores a 0.45.

No anexo V encontram-se todos os “outputs” do programa SPSS relativos à análise factorial.

## **II.1**

### **ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA**

Para a primeira sub-escala o teste KMO (Kaiser-Meyer-Measure of sampling adequacy) não atinge o valor mínimo aceitável que é de 0.5 (Pereira, 2002), para se poder afirmar que existe correlação entre as variáveis. Este é de 0.449 – KMO (ver anexo V). Este valor é, no entanto, muito próximo de 0.5, pelo que em conjunto com a rejeição do nível de significância do “teste de esfericidade de bartlett” (Pestana, M. e Gageiro, J. 2003) em que  $p = 0.000$  (idem, pp: 397), permite-nos considerar existir correlação entre as variáveis desta escala e

---

<sup>66</sup> Como refere Pestana e Gageiro (2003), normalmente consideram-se significativos os “loadings” maiores ou iguais a 0,5%.



aplicar o modelo factorial. Uma forma de melhorar o índice de KMO seria através do aumento do número de índices.

Assim, foram extraídos 3 factores que explicam **64, 4%** da variância total.

**QUADRO I – ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA: RESULTADOS DA ANÁLISE FACTORIAL**

	<i>L o a d i n g s</i>	V . P r ó p r i o	% d e V a r i â n c i a
F a c t o r 1		1 , 4 7 7	2 4 , 6 %
I t e m 5	0 , 8 6 0		
I t e m 6	0 , 8 3 6		
F a c t o r 2		1 , 3 4 1	2 2 , 3 %
I t e m 2	0 , 6 5 4		
I t e m 3	0 , 5 9 9		
F a c t o r 3		1 , 0 4 9	1 7 , 5 %
I t e m 4	0 , 8 8 3		
I t e m 1	0 , 6 3 9		
% T o t a l d e V a r i â n c i a			6 4 , 4 %

**Quadro II – FACTORES DA “ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA”**

NÚMERO DO FACTOR	FACTOR
Factor 1	Informação acerca da toxicodependência
Factor 2	Consequências sociais da toxicodependência
Factor 3	Consequências físicas da toxicodependência

## II.2

### ESCALA SOBRE ECSTASY

Na segunda escala as análises estatísticas permitiram encontrar 6 factores, transformando desta forma um conjunto maior de variáveis quantitativas em um conjunto menor de variáveis que as originais, simplificando os dados, reduzindo o número de variáveis necessárias para descrever as variáveis iniciais agregadas. Assume-se que há uma relação de dependência entre os dados e por isso mesmo estes podem ser resumidos para uma melhor compreensão (Pestana, M. e Gageiro, J. 2003).

Aqui o teste KMO = **0.793**, o que significa que se está perante uma (muito) boa correlação, para além de que o nível de significância do teste de esfericidade de Bartlett ( $p = 0.000$ ), corrobora a possibilidade de extrair-se factores, pois permite considerar existir correlação (ver anexo V) entre as variáveis desta (sub) escala, aplicando-se o modelo factorial.

Foram extraídos 6 factores que explicam cerca de 52, 4% da variância total dos dados iniciais.

Foram retirados da análise por terem *loadings* baixos ( $< 0.45$ ) ou por estarem associados a mais do que um factor, as seguintes itens: 22; 45; 13; 9; 36; 42; 20 e 29.

### QUADRO III – ESCALA SOBRE O ECSTASY: RESULTADOS DA ANÁLISE FACTORIAL

	<i>Loadings</i>	V. Próprio	% de Variância
Factor 1		4,862	18,7 %
Item 52	0,707		
Item 47	0,660		
Item 58	0,659		
Item 50	0,653		
Item 54	0,610		
Item 27	0,500		
Factor 2		3,209	12,3 %
Item 30	0,662		
Item 10	0,655		
Item 18	0,519		
Factor 3		2,126	8,2 %
Item 32	0,548		
Item 16	0,539		
Item 34	0,498		
Factor 4		1,251	4,8 %
Item 43	0,742		
Item 41	0,657		
Factor 5		1,089	4,2 %
Item 7	0,699		
Item 25	0,672		
Factor 6		1,077	4,1 %
Item 39	0,772		
Item 56	0,525		
% Total de Variância			52,4 %

De notar que é sobretudo no factor 1, no 2 e no 3 que se concentra a grande percentagem de variância. Assim tem-se uma ordem decrescente de importância, em que os primeiros 3 factores explicam uma maior percentagem de variância dos dados.

**QUADRO IV – FACTORES DA “ESCALA SOBRE O ECSTASY”**

NÚMERO DO FACTOR	FACTOR
Factor 1	Medo e repúdio do consumidor de ecstasy
Factor 2	Estilo de vida/maneira de estar na vida positiva
Factor 3	Relação entre o consumo de ecstasy e as características da personalidade e necessidade de auto afirmação
Factor 4	Consumidores funcionais/integrados
Factor 5	Associação do consumo de ecstasy ao consumo/contextos problemáticos
Factor 6	Consumidores de ecstasy como pessoas infelizes

**II.3**

**ESCALA SOBRE HEROÍNA**

Por último, nesta sub-escala foram detectados 8 factores/construtos psicológicos que explicam a totalidade dos 26 itens.

A estatística KMO é igual a **0.772**, aqui está-se igualmente perante uma boa correlação e o nível de significância do teste de esfericidade de bartelett ( $p = 0.000$ ), permite concluir por uma correlação entre as variáveis desta escala e assim aplicar o modelo factorial.

Extraíram-se 8 factores que explicam cerca de **58.6%** da variância total dos dados iniciais.

**QUADRO V – ESCALA SOBRE HEROÍNA: RESULTADOS DA ANÁLISE FACTORIAL**

	<i>L o a d i n g s</i>	<i>V . P r ó p r i o</i>	<i>% d e V a r i â n c i a</i>
<b>F a c t o r 1</b>		<b>4 , 2 0 4</b>	<b>1 6 , 2 %</b>
Item 8	0 , 7 4 8		
Item 17	0 , 6 2 3		
Item 46	0 , 5 8 7		
Item 33	0 , 5 2 4		
Item 23	0 , 5 1 6		
<b>F a c t o r 2</b>		<b>3 , 3 6 6</b>	<b>1 2 , 9 %</b>
Item 51	0 , 7 2 5		
Item 57	0 , 6 7 2		
Item 31	0 , 5 4 7		
Item 19	0 , 5 0 9		
<b>F a c t o r 3</b>		<b>1 , 7 0 4</b>	<b>6 , 6 %</b>
Item 21	0 , 7 9 5		
Item 35	0 , 7 0 9		
<b>F a c t o r 4</b>		<b>1 , 4 2 3</b>	<b>5 , 5 %</b>
Item 55	0 , 7 9 0		
Item 48	0 , 5 9 9		
Item 49	0 , 5 2 4		
<b>F a c t o r 5</b>		<b>1 , 2 6 4</b>	<b>4 , 9 %</b>
Item 26	0 , 7 8 8		
Item 28	0 , 6 8 6		
<b>F a c t o r 6</b>		<b>1 , 1 8 4</b>	<b>4 , 6 %</b>
Item 14	0 , 7 2 5		
Item 15	0 , 7 1 5		
<b>F a c t o r 7</b>		<b>1 , 0 7 8</b>	<b>4 , 1 %</b>
Item 38	0 , 7 8 2		
Item 44	0 , 6 1 8		
Item 40	0 , 4 8 2		
<b>F a c t o r 8</b>		<b>1 , 0 1 1</b>	<b>3 , 9 %</b>
Item 53	0 , 8 9 4		
<b>% T o t a l d e V a r i â n c i a</b>			<b>5 8 , 6 %</b>

É nos factores 1 e 2 que se concentram as grandes percentagens de variância, logo os primeiros dois factores explicam cerca de 30% num total de 58.6% da variância de resultados, ou seja quase 50% das representações sociais sobre a heroína encontram nos factores 10 e 11 a grande diferença de variância dos resultados.

## QUADRO VI – FACTORES DA “ESCALA SOBRE HEROÍNA”

Número do factor	Factor
Factor 1	Consequências sociais e psicológicas do consumo de heroína
Factor 2	Sentimento/opinião estigmatizante do consumidor de heroína
Factor 3	Consumidor de heroína: Figura normativa e normal
Factor 4	Consumidor de heroína: Vítima com necessidade de ajuda
Factor 5	Associação da heroína a um escalão etário específico
Factor 6	Ausência de consequências físicas e psicológicas provocadas pelo consumo de heroína
Factor 7	Consumidor de heroína: figura disfuncional
Factor 8	Consumidor de heroína: Figura inoqua.

### II.1.1

#### TESTES T PARA A DIFERENÇA DE MÉDIAS DAS AMOSTRAS INDEPENDENTES SEXO E IDADE

Tal como já foi referido anteriormente, a análise factorial foi uma primeira fase de uma outra fase nuclear, que é agora apresentada.

Visto que o objectivo é verificar se existem diferenças estatisticamente significativas entre as duas variáveis independentes (sexo masculino e feminino e escalão etário 12-15 anos e 22-25 anos) foram criados índices para cada um dos factores (Pestana, M. e Gageiro, J., 2003). No fundo, os índices não são mais do que designações mais consistentes e compactadas dos factores (idem).

Foram assim constituídos tantos índices quantos os factores existentes, sendo eles constituídos pela média aritmética<sup>67</sup> das variáveis que compõem cada um dos factores. Os valores destes índices variam entre 1 e 5.

Mais uma vez foram utilizados testes t para médias para duas amostras independentes, de forma a verificar se existem diferenças significativas entre os dois grupos de comparação – sexo e idade - (foi assumido o pressuposto das distribuições serem consideradas aproximadamente normais dentro de cada grupo de comparação, uma vez que a dimensão das amostras em cada um desses grupos era em todos os casos superior a 30, “Quando as amostras são ambas de dimensão superior a 30, a distribuição t com v graus de liberdade aproxima-se da distribuição normal. (Pestana, M e Gageiro, J. 2003; pp. 160).

### **III.1.1.1**

## **REPRESENTAÇÕES SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA**

### **DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO**

Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas por sexo, tal como se pode verificar no quadro VII , para o índice/factor 3, com um nível de significância de **0.034**.

Está-se assim em condições de concluir que os indivíduos do sexo feminino demonstram opiniões significativamente mais discordantes que os sujeitos do sexo masculino, quando consideram que a toxicodependência está associada a consequências físicas.

Para os restantes índices/factores não foram encontradas diferenças significativas, tal como pode ser verificado pelo quadro seguinte.

---

<sup>67</sup> Esta é a soma ponderada dos valores observados pelas respectivas frequências absolutas, dividindo-se o total pelo número de observações.

## Quadro VII

### ESCALA GERAL SOBRE TOXICODEPENDÊNCIA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO

Índice	Sexo	N	Média	D.p	t	Sig.
Informação	Masculino	169	2,7	1,1	0,95	0,342
	Feminino	124	2,5	1,0		
Cons. sociais	Masculino	173	2,8	0,9	-0,47	0,635
	Feminino	122	2,9	0,8		
Cons. físicas	Masculino	172	3,6	1,0	-2,13	<b>0,034</b>
	Feminino	121	3,9	0,8		

O sexo feminino associa, menos do que o sexo masculino, a toxicodependência a consequências físicas. Dito de outra forma, o sexo masculino relaciona mais a toxicodependência com consequências físicas do que o sexo feminino.

### III.1.1.2

#### DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Encontraram-se diferenças estatisticamente significativas por idade, tal como indicado no quadro IX, para o índice 1, com um nível de significância de **0.033**. Assim, os sujeitos do escalão etário mais adiantado 22-25 anos, apresentam opiniões significativamente mais concordantes do que os do escalão etário dos 12-15 anos, neste índice 1.

Nos restantes índices não se encontraram diferenças significativas.



## Quadro VIII

### ESCALA GERAL SOBRE A TOXICODEPENDÊNCIA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Índice	Idade	N	Média	D.p	t	Sig.
Informação	12 a 15 anos	141	2,8	1,0	2,15	0,033
	22 a 25 anos	147	2,5	1,1		
Cons. sociais	12 a 15 anos	146	2,8	0,9	-0,72	0,471
	22 a 25 anos	144	2,9	0,8		
Cons. físicas	12 a 15 anos	142	3,7	1,1	-0,14	0,888
	22 a 25 anos	147	3,7	0,8		

O sujeitos de idade mais avançada (22-25 anos) consideram estar mais bem informados acerca do fenómeno da toxicodependência, que os sujeitos do escalão etário mais jovem (12-15 anos).

### III.1.1.3

### ESCALA SOBRE O ECSTASY

### DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO

Relativamente a esta variável independente – género – os sujeitos de sexo feminino apresentam opiniões significativamente mais discordantes, que o sexo masculino, para o índice 4 e 5. Para o 4 o índice de significância foi de **0.003**, para o 5 o índice de confiança foi de **0.000**.

Os restantes índices não se revelaram com diferenças significativas.

## Quadro IX

### ESCALA SOBRE O ECSTASY: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO

Índice	Sexo	N	Média	D.p	t	Sig.
Repúdio	Masculino	170	3,5	0,9	-3,00	0,003
	Feminino	117	3,7	0,7		
Modo de vida	Masculino	171	3,1	0,9	-3,76	0,000
	Feminino	119	3,5	0,8		
Personalidade	Masculino	172	2,8	0,7	0,06	0,955
	Feminino	120	2,8	0,6		
Funcionalidade	Masculino	175	3,2	1,0	-1,60	0,111
	Feminino	120	3,4	0,9		
Problema	Masculino	171	3,4	1,0	0,89	0,376
	Feminino	125	3,3	0,9		
Infeicidade	Masculino	170	3,3	1,0	1,01	0,312
	Feminino	122	3,2	0,9		

Os consumidores de ecstasy provocam menos sentimentos, opiniões e atitudes de medo e repudio nos sujeitos do sexo feminino que nos do sexo masculino. Há portanto uma representação, neste domínio, mais negativa por parte dos sujeitos do sexo masculino.

Relativamente ao factor/índice estilo de vida e maneira de estar na vida positivo dos consumidores de ecstasy, o sexo feminino apresenta uma opinião mais discordante, penalizando o estilo de vida associado ao consumo de ecstasy. Há aqui também um domínio de representações, mais negativo relativamente ao consumo de ecstasy, por parte do sexo feminino.

### III.1.1.4

#### DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Relativamente a esta variável independente, e para esta questão específica, encontram-se diferenças estatisticamente significativas para o índice/factor 4, com um nível de significância de  $p = 0.000$ , para o índice 7 com um  $p = 0.033$ ,

para o índice 8 com um nível de significância de  $p = 0.000$ , e por último para o índice 9 a significância de  $p = 0.000$ .

Todos estes valores estatísticos demonstram que o escalão etário dos 22-25 anos apresenta opiniões significativamente mais concordantes que os do escalão etário dos 12-15 anos.

Os restantes índices/factores não revelam diferenças significativas.

## Quadro X

### ESCALA SOBRE O ECSTASY: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Índice	Idade	N	Média	D.p	t	Sig.
Repudio	12 a 15 anos	142	3,3	0,9	-5,42	0,000
	22 a 25 anos	140	3,8	0,6		
Modo de vida	12 a 15 anos	143	3,2	0,9	-1,58	0,114
	22 a 25 anos	142	3,4	0,9		
Personalidade	12 a 15 anos	144	2,8	0,8	-1,62	0,106
	22 a 25 anos	143	2,9	0,6		
Funcionalidade	12 a 15 anos	145	3,2	1,0	-2,14	0,033
	22 a 25 anos	145	3,4	0,9		
Problema	12 a 15 anos	145	3,0	1,0	-7,02	0,000
	22 a 25 anos	146	3,7	0,8		
Infelicidade	12 a 15 anos	143	3,0	1,0	-4,25	0,000
	22 a 25 anos	145	3,5	0,9		

Assim, a faixa etária dos 12-15 anos, apresenta uma orientação predominantemente menos negativa do que os sujeitos mais velhos, no que refere aos factores repúdio e modo de vida.

Os mais velhos, concordam ainda mais do que os mais novos, com a ideia de que os consumidores de ecstasy são funcionais e estão integrados socialmente. Aqui, as representações dos mais novos são tendencialmente mais negativas para com os consumidores de ecstasy.

Comparativamente, os sujeitos mais velhos associam mais que os mais novos o ecstasy a consumos e contextos problemáticos. Tal significa uma

representação social mais negativa por parte dos sujeitos mais velhos em relação ao ecstasy, neste âmbito

Os mais velhos associam mais do que os mais novos, os consumidores de ecstasy a pessoas infelizes. Mais uma vez, encontra-se um campo de representações sociais, sobre a figura do consumidor de ecstasy, que é sobretudo perspectivado como negativo pelo escalão etário mais velho.

### **III.1.1.5**

#### **QUESTÕES SOBRE O CONSUMO DE HEROÍNA E SEUS CONSUMIDORES**

##### **DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO**

Nesta variável independente, as diferenças estatisticamente significativas aparecem para o índice 12 com um  $p = 0.000$ , e para o índice “ausência” com um nível de significância de **0.027**.

Os sujeitos do sexo feminino abarcam opiniões/attitudes significativamente mais discordantes que os do sexo masculino nos índices agora citados.

## Quadro XI

### ESCALA SOBRE A HEROÍNA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DO SEXO

Índice	Sexo	N	Média	D.p	t	Sig.
Consequências	Masculino	171	3,7	0,8	-1,81	0,071
	Feminino	118	3,8	0,7		
Estigma	Masculino	174	3,3	0,9	-1,75	0,081
	Feminino	122	3,4	0,7		
Normativo	Masculino	169	3,0	1,1	-3,69	<b>0,000</b>
	Feminino	122	3,4	0,9		
Vítima	Masculino	171	2,7	0,9	0,19	0,847
	Feminino	120	2,7	0,9		
Faixa etária	Masculino	171	3,4	1,0	-1,27	0,204
	Feminino	120	3,5	0,9		
Ausência	Masculino	172	3,2	1,0	-2,22	<b>0,027</b>
	Feminino	120	3,5	0,9		
Disfuncional	Masculino	174	2,9	0,9	-0,76	0,448
	Feminino	121	3,0	0,7		
Inoquo	Masculino	175	3,2	1,3	-1,33	0,185
	Feminino	121	3,4	1,3		

Os sujeitos do sexo feminino discordam mais do que os do sexo masculino sobre o considerarem a figura do consumidor de heroína como alguém normativo e normal. Portanto demonstram uma opinião, uma representação tendencialmente mais negativa que os homens.

Quanto ao factor /índice 6 “ausência”, também aqui o sexo feminino discorda mais do que o masculino, sobre inexistência de consequências físicas e psicológicas resultantes do consumo de heroína. Mais uma vez o sexo feminino demonstra uma representação mais negativa, sobre a substância heroína, que os sujeitos do sexo masculino.

#### III.1.1.6

#### DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Relativamente à idade, as diferenças encontram-se no índice “consequências”, com um nível de significância de  $p = 0.000$ , e no “estigma” com o mesmo nível de significância  $p = 0.000$ , no índice “vítima” com  $p = 0.044$  e no “disfuncional” com  $p = 0.013$ .

Logo, os sujeitos do escalão etário mais adiantado “22-25” anos, revelam opiniões e atitudes mais discordantes que os sujeitos mais novos “12-15” anos para todos os índices.

Nos restantes índices não se encontraram diferenças significativas.

Quadro XII

ESCALA SOBRE A HEROÍNA: DIFERENÇAS EM FUNÇÃO DA IDADE

Índice	Idade	N	Média	D.p	t	Sig.
Consequências	12 a 15 anos	141	3,5	0,8	-5,15	0,000
	22 a 25 anos	144	4,0	0,5		
Estigma	12 a 15 anos	145	3,0	0,8	-8,00	0,000
	22 a 25 anos	146	3,7	0,7		
Normativo	12 a 15 anos	143	3,2	1,1	0,43	0,671
	22 a 25 anos	143	3,2	1,0		
Vitima	12 a 15 anos	144	2,6	1,0	-2,02	0,044
	22 a 25 anos	142	2,8	0,8		
Faixa etária	12 a 15 anos	144	3,3	1,0	-1,11	0,268
	22 a 25 anos	142	3,5	0,9		
Ausência	12 a 15 anos	145	3,4	1,0	1,03	0,306
	22 a 25 anos	142	3,3	0,9		
Disfuncional	12 a 15 anos	145	2,8	0,8	-2,49	0,013
	22 a 25 anos	145	3,1	0,8		
Inoquo	12 a 15 anos	146	3,2	1,4	-0,50	0,618
	22 a 25 anos	145	3,3	1,3		

O escalão etário dos “22-25” anos discordam mais do que os mais novos sobre a possibilidade do consumo de heroína ser responsável por consequências psicológicas e sociais. Portanto, os mais novos assumem uma representação mais negativa que os mais velhos, neste domínio.

O escalão etário de mais idade revela uma opinião menos estigmatizante do consumidor de heroína. Logo, também aqui os mais novos demonstram uma representação social mais penalizante e negativa em comparação com os mais velhos.

Em terceiro lugar, os mais novos posicionam-se mais no sentido dos consumidores de heroína serem vítimas a necessitarem de ajuda do que os mais velhos.

Em último lugar, os mais velhos associam menos do que os mais novos, o consumidor de heroína a uma figura disfuncional. Mais uma vez, os mais novos demonstram uma representação social mais negativa do que os mais velhos acerca da figura do consumidor de heroína.

## **IV CONCLUSÕES**



#### **IV.1. DA FORMULAÇÃO DO PROBLEMA À ANÁLISE DOS RESULTADOS:**

...e concluí-se.

Esta devendo ser a outra “face da moeda” da introdução, portanto, complementando-a mas, demonstrando os resultados conseguidos. Confrontando o problema, as hipóteses, os objectivos da tese com os resultados alcançados aqui será esplanado e sintetizado o contributo deste estudo. Trata-se de reter os principais pontos da tese para a partir daqui, explorar possíveis orientações resultantes dos resultados verificados, sem se esquecer de comparar os resultados alcançados com os resultados esperados pela hipótese. Dos dados aferidos, retenham-se aqueles que se consideram mais significativos. E este nível de “significância” é-nos dados pela hipótese teórica, que é “motor de busca” deste estudo.

O que aqui interessa é perceber se há diferenças significativas, entre os diferentes escalões etários e género, que possam integrar um corpo de explicação multicausal, na justificação da alteração dos padrões de consumo. O principal objectivo consiste em efectuar uma descrição e caracterização dos sistemas de representações sociais de uma sub-população específica.

Os dados demonstram que de facto essas diferenças existem. A hipótese confirma-se, mas em alguns domínios seria necessário uma melhoria do instrumento de observação.

Tendo em consideração a dimensão da amostra, estes resultados não podem deixar de serem vistos com um grau de fiabilidade consistente.

#### **SEXO**

Começando pela primeira variável independente, - “sexo” - são sobretudo os homens a associarem a toxicodependência às consequências físicas. Uma hipótese para que tal suceda é a possibilidade destes estarem mais cientes da realidade dos consumos e como tal relevarem aquele que é um dos aspectos mais visíveis, associando ainda o fenómeno da toxicodependência ao consumo

das “vulgo” “drogas duras”. Moscovici (in Guareschi e Jovchelovitch, 1999) considera que a formação de representações sociais, ou do seu campo, resultam também da informação que cada sujeito abarca.

Por outro lado, em outros estudos como o de Fernandes (1998), a palavra “toxicodependência” surge associada à palavra “droga” e esta à “heroína”.

O sexo feminino revela representações ao nível do “medo”, da “insegurança” e das atitudes de “repulsa” e “afastamento” para com os consumidores de ecstasy menos negativas e penalizantes do que o sexo masculino. Dir-se-ia que este demonstra uma atitude mais ostracizante para com a figura do consumidor de ecstasy.

Este domínio reveste-se de uma importância particular, pelo tema que contempla, sendo extremamente revelador de um sentido das representações ao nível do sexo.

Outra dimensão das representações, com diferenças significativas entre géneros, centra-se no estilo de vida dos consumidores de ecstasy, em que o sexo feminino se evidencia claramente pela reprovação, aparecendo “aos seus olhos” como algo menos atractivo e que elas reprovam mais do que eles.

Desde já parece ficar claro que quando se trata da figura do consumidor, e da atitude para com ele, o sexo feminino é mais benevolente e menos ostracista que o sexo masculino.

Quando se trata de questões relativas à substância e ao seu uso, o sexo feminino apresenta representações mais negativas.

Ainda nesta variável, sexo, mas agora relativamente ao consumo e consumidores de heroína. O sexo feminino apresenta representações sociais de orientação tendencialmente mais negativas relativamente ao fenómeno do consumo de heroína, consubstanciadas no considerarem a figura do consumidor desta substância, como alguém que se distancia dos padrões de normalidade e normatividade com representações sociais predominantemente mais negativas do que o sexo masculino quando se trata de associar este tipo de consumos a consequências físicas e psicológicas.

Estes resultados assemelham-se aos anteriores, visto que também aqui o sexo feminino penaliza mais do que os homens o consumo da substância.

Relativamente à figura do consumidor de heroína o sexo feminino assume representações mais negativas, mas aqui ao contrário da variável anterior – ecstasy – não se trata de atitudes para com o consumidor de heroína mas de opiniões sobre essa figura.

**Em jeito de conclusão:** O sexo feminino revela representações sociais tendencialmente mais negativas que o sexo masculino, relativamente ao fenómeno do consumo do ecstasy e dos novos padrões de consumo.

Relativamente à figura do consumidor, o cenário inverte-se, com o sexo masculino a manifestar representações tendencialmente mais negativas.

Tais resultados embora apareçam como aparentemente contraditórios, não o são necessariamente, visto que o sexo feminino é culturalmente e vincadamente marcado, no seu processo de socialização, por valores como a benevolência, a ajuda e o pietismo.

Quanto ao consumo de heroína o sexo feminino é também ele mais penalizante, apresentando representações mais negativas face à substância.

Sendo assim, uma hipótese que pode ressaltar destes resultados é uma maior predisposição atitudinal por parte dos homens para o consumo das “novas drogas” (entendido aqui como novo padrão de consumos) e igualmente das “velhas” drogas . O que de resto só é corroborado pela literatura que se dedica à análise dos “factores de risco e protectores” e que refere que o sexo masculino tende a experimentar drogas, mais por questões relacionadas com o seu processo de socialização e valores culturais que valorizam o desafio, a afirmação da masculinidade e do risco. O sexo feminino tende a experimentar drogas devido a problemas de adaptabilidade (Abrão, 99).

Para além dos estudos (Negreiros, 2003; Negreiros, 2001), demonstrarem que são de facto os homens que mais consomem substâncias psicoativas. Aliás, os sujeitos do sexo masculino demonstram de uma maneira geral comportamentos desviantes, mais frequentemente do que as raparigas (Graham, 1979 in Kazdin e Buela Casal, 2001; Negreiros, 2001).

Apesar desta tendência mais negativa, demonstrada pelas mulheres, em relação ao consumo de ambas as substâncias/padrões de consumo aqui em

questão. Pressupõem-se que este movimento, tem na sua base diferenças de escalões etários ou de período desenvolvimental, o que provavelmente abrangerá ambos os sexos.

### ESCALÃO ETÁRIO

O escalão etário de idade mais avançada (22-25 anos), e no que se refere a representações sociais que associam os consumidores de ecstasy ao medo e repúdio, apresenta uma tendência mais negativa, o qual pela temática que “abraça”, assume uma grande importância.

Provavelmente o que está aqui presente é um considerar, por ambos os grupos, do consumidor de ecstasy como um desviante. Os mais novos, porque discordam mais, parecem inseri-los na categoria dos “desviantes associados” (Merton, in Carvalho 2003), tolerando este comportamento, não o considerando tanto figuras ameaçadoras e perigosas. Os mais velhos parecem situar estes consumidores ao nível das condutas “desviantes anti-sociais” (idem), como tal, incluem os consumidores de ecstasy na classe das figuras ameaçadoras da ordem pública, desenvolvendo uma forte ostracização para com esta figura.

O escalão etário dos 22-25 anos considera, mais do que o escalão etário mais jovem (12-15 anos) que, os consumidores de ecstasy são indivíduos integrados e funcionais. Aparentemente é uma representação social de tendência positiva e apreciativa. Cruzando esta dimensão com a da sub-escala das “questões gerais da toxicodependência” sobre a informação acerca da toxicodependência que, indica que o grupo dos 22-25 assume-se como estando mais bem informado do que o grupo dos 12-15 anos sobre o fenómeno, o resultado aqui apresentado poderá resultar de uma ideia mais aproximada da realidade. Segundo Roldan ( Gamellha y Roldan in Falcon e Avillés, 2002)), os consumidores compulsivos - responsáveis por complicações psicológicas e sociais - dos novos padrões de consumo, representam unicamente 3% do total de consumidores.

Tal como refere Henriques (2002), através da expressão “sectores de estilos de vida” os consumidores afectos a estes novos padrões de consumo

caracterizam-se por levarem uma “vida dupla”, e o que provavelmente o grupo etário dos 22-25 anos demonstra é uma consciência/informação maior desse facto.

O grupo etário mais velho demonstra, significativamente mais que o mais novo, representações sociais que associam o consumo de ecstasy a contextos e consumos problemáticos. Há portanto neste domínio representações sociais de cariz mais negativo por parte dos mais velhos em relação ao consumo de ecstasy.

Por último, outra dimensão onde se registam diferenças significativas, é ao nível da imagem que um e outro grupo demonstram em relação aos consumidores. O grupo etário dos 22-25 anos, perante a dimensão que descreve os consumidores de ecstasy como “pessoas infelizes”, concorda mais/discorda menos. Mais uma vez, está-se perante um domínio onde o grupo etário dos 22-25 anos revela representações sociais sobre o consumidor de ecstasy, de tendência mais negativa, por relação aos mais jovens.

O grupo etário de mais idade (22-25), assume representações sociais de sentido menos negativista, visto que não associam o consumo, tanto como os mais novos, de heroína a consequências sociais e psicológicas.

Também num estudo de Echeba (in Fernandes, 1998), a droga aparece como responsável por mudanças físicas, psicológicas e sensoriais.

Num sentido inverso ao do registado em relação aos consumidores de ecstasy, aqui o grupo etário mais velho assume o consumo de heroína como um comportamento desviante “associado” (Merton, in Carvalho 2003) e os mais novos como um comportamento desviante “anti-social” (idem).

Este grupo (22-25 anos), numa lógica de continuidade, revela uma postura e uma opinião menos estigmatizante do consumidor de heroína que o grupo mais novo (12-15 anos).

Num estudo levado a cabo por Fernandes (1998) o autor conclui que a palavra droga é identificada com a substância heroína.

Segundo Moscovici, os sujeitos desenvolvem interpretações sobre si mesmos, sobre os outros e sobre os contextos que os envolvem. E os contextos que envolvem os sujeitos mais velhos estão muitas das vezes relacionados com o consumo de heroína. Quer em termos espaciais, quer em termos geracionais. São mecanismos de atribuição de significados às experiências pessoais e sociais, tal como refere Herlizch, dizem respeito a uma pertença social (Jodelet, Guareschi e Jovchelovitch, 1999). Esta população mais velha encontra nos consumidores de heroína os seus amigos, colegas, encontra paralelismos com a sua condição espacial e social e como tal atribuir significados a esses sujeitos é partilhar os mesmo, é projectarem-se nessa condição, é desenvolverem interpretações sobre si mesmos, é protegerem-se a si e a eles.

O grupo dos 22-25 anos discorda significativamente do grupo mais novo, no que se refere ao considerarem os consumidores de heroína como vítimas a necessitarem de ajuda. Este resultado não surpreende se pensar-se que há aqui um continuo que vai no sentido dos mais velhos assumirem o consumo e o consumidor de heroína como alguém próximo da normalidade e da normatividade. A tendência desta dimensão vem ainda no continuo das anteriores, visto que os mais novos estigmatizam mais o consumidor, associam mais o consumo de heroína a consequências sociais e psicológicas logo, percebem, mais do que os mais velhos, o consumidor como alguém que precisa de apoio e que é uma vítima.

Os mais novos indiciam aqui que consideram, mais do que os mais velhos, o consumo de heroína como um fatalismo, um acto involuntário, uma escolha sem liberdade e como tal a necessitar de piedade e compreensão, uma doença. Para estes, o consumo de heroína é considerado um desvio do foro psicopatológico, um mal a ser tratado.

Esta última dimensão de análise, corrobora o atrás referido, na medida em que o grupo etário dos 22-25 anos concorda menos do que o grupo etário dos 12-15 anos, com a associação do consumidor de heroína a uma figura disfuncional.

### **Em jeito de conclusão:**

O escalão etário dos 22-25 anos, demonstra um conjunto de representações sociais, sobre determinados domínios, mais negativo relativamente ao consumo e consumidor de ecstasy.

Tal significa que há um posicionamento no âmbito das opiniões e atitudes por parte do escalão etário mais novo (12-15 anos) que os predispõem mais para um padrão de consumos associado às novas drogas que às “velhas drogas”.

O escalão etário mais velho comporta um conjunto de representações sociais – em determinados domínios – que é menos penalizador e negativista, relativamente ao consumo e relativamente ao consumidor de heroína.

De facto, parece ficar demonstrado que um escalão etário mais velho, a entrar na idade adulta, comporta representações sociais que os tornam mais vulneráveis ao consumo de heroína que os escalões etários mais jovens, ou pelo menos apresentam atitudes que os predispõem a aceitar mais facilmente o consumo desta substância que os mais novos.

Pensando-se nas representações sociais como um elemento de definição de uma identidade por oposição a outros grupos, tal como defende Poeschl (Guareschi e Jovchelovitch, 1999) e sabendo-se que os jovens entrevistados fazem também eles parte de uma identidade social e colectiva e assumem um estilo de vida que em muitos aspectos é semelhante aos consumidores dos velhos padrões de consumo, é legítimo pensar-se que o que aqui está presente é todo um conjunto de representações sociais que afirmam e protegem uma identidade própria. Pode inclusive haver espaço para uma identificação com os consumidores de heroína sem haver a construção de uma identidade partilhada.

No sentido de sustentar esta posição, recorra-se a Vala (1993) que defende a ideia de que cada grupo constrói diferentes representações acerca da sua própria condição societal e dos seus interesses.

A experiência, o meio envolvente e as interacções entre este e grupo reconstroem o seu real. Reconstroem o real do grupo etário a entrar na idade adulta e reconstroi o real do grupo a entrar na adolescência.

Há uma tendência para se naturalizar a realidade vivenciada, que é a da sua geração, quase como uma legitimação dos actos dos seus.

Assim, está-se em condições de afirmar que a hipótese teórica que assiste este estudo, confirma-se substancialmente. Mais, pensa-se estar legitimado que as representações sociais aqui estudadas, assumem verdadeiro carácter de factor de risco ou protector perante à adopção de um ou outro padrão de consumos. Os diferentes domínios de representações sociais aqui encontrados com diferenças significativas entre as variáveis dependentes sexo e idade, dão sentido à alteração dos padrões de consumo que actualmente se registam.

Tudo parece indicar que os mais novos significam o ecstasy e os novos padrões de consumo como “drogas leves” e a heroína e os padrões de consumo tradicionais como “drogas pesadas”

Relativamente aos mais velhos, os resultados alcançados parecem indicar que não existem drogas leves e pesadas, mas drogas.

Outra das conclusões que emerge pela “mão” do enquadramento teórico, refere-se à mudança das representações sociais de acordo com o espaço temporal que cada geração vivência. Logo, o núcleo central das representações sociais pode-se manter inalterável ou substancialmente imodificável, mas os elementos periféricos alteraram-se no sentido de uma melhor aceitação do consumo e dos consumidores das novas drogas.

Cada uma das dimensões emersas poderiam e deveriam ainda ser melhor exploradas através de um estudo mais aprofundado e de um instrumento de observação melhorado. Embora com uma amostra muito substancial, no que refere à sua extensão, e muito consistente, no que se refere às características e homogeneidade dos sujeitos que abarca, este estudo não aspira a mais do que ser analisado sobre o epíteto de um estudo exploratório.



Como já foi referido, este estudo não augura um carácter utilitarista e operacional, mas se ao nível do tratamento ou reinserção não se vislumbra que estes resultados possam servir para delinear programas de acção, ao nível da prevenção primária das toxicodependências e da intervenção no âmbito dos “saberes-fazer”, tal não se passa exactamente da mesma forma. Quanto mais não fosse, porque se sabe que o posicionamento perante determinados objectos é um factor determinante, relativamente ao risco ou protecção do mesmo (Kazdin e Buela-Casal, 2001), porque as representações sociais ditam comportamentos e acções. Todo este estudo parte do pressuposto que as representações sociais influenciam o comportamento. Assim, a estrutura das representações sociais que o sujeito comporta sobre os diferentes padrões de consumo/diferentes drogas, exerce uma influência no envolvimento do sujeito em relação a essas substâncias, quer no que respeita a opiniões a atitudes como até a comportamentos.

Este estudo só vai sustentar ainda mais que, por um lado se é verdade que os modelos e estratégias informativas (Negreiros, 91) possuem um efeito muito limitado, por outro lado continuam a ser estratégias que não devem ser desvalorizadas num plano, programa ou projecto de prevenção primária das toxicodependências. Sobretudo quando essa informação é desmistificadora, realista e anuladora de falsas crenças.

Os próprios modelos sócio-afectivos (idem), não podem ser esquecidos e devem ser orientados no sentido da clarificação e discussão dos valores, opiniões e atitudes dos jovens perante os novos padrões de consumo.

Por fim, o resultados agora verificados chamam atenção para aquilo que há muito se sabe e que se pode sustentar “à luz” do modelo “ecológico – desenvolvimental” de Bronfenbrenner (1996). Este assenta no pressuposto de que o sujeito deverá ser pensado ao nível de dois parâmetros fundamentais: a fase de desenvolvimento em que se encontra os contextos onde está inserido. A ecologia do desenvolvimento humano pressupõem que à fase em que o indivíduo se encontra, se deve adicionar o estudo e a intervenção nas várias estruturas de que ele faz parte: microssistema (ex. escola, grupo de pares, etc...), o mesossistema (ex. interacções de uma criança com os vários microssistemas), o exossistema (ex. contextos que não implicam a participação activa do sujeito – circulo de amigos dos pais) e macrossistema (ex. nível mais

abrangente que o exossistema – valores culturais de uma sociedade ou meio). Logo a intervenção preventiva não pode deixar de ser pensada, prospectivada e executada descurando os vários e todos os sistemas que Bronfenbrenner aponta e que participam na edificação das representações sociais que nos rodeiam.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Abrão, I. (1999). Factores de risco e factores protectores para as toxicodependências. uma breve revisão. *Toxicodependências*,. ano 5. nº 2, pp: 3-11.
  
- Abrantes, P. (2003).«Identities juvenis e dinâmicas de escolaridade». *Sociologia – Problemas e práticas*. nº 41, pp: 93-115.
  
- Agra, C.(1993). Dizer a Droga, Ouvir as Drogas: Estudos Teóricos e Empíricos para uma Ciência do Comportamento Adictivo. Porto. Radicário.
  
- Agra, C. (1995). «Da rapsódia à sinfonia: Epistemologia. Os modelos elementares do pensamento das drogas». *Toxicodependências*. nº 1, pp: 47-59.
  
- Agra, C. (1997). Droga-Crime: A experiência Portuguesa – programa de estudos e resultados. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga. Biblioteca Nacional.
  
- Agra, C; Queirós, C; Manita, C; Fernandes, L. (1997). Biopsicossociologia do Comportamento Desviante. Separata do Ministério Público, n.º 69 Lisboa. Universidade do Porto-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
  
- Albarello, L.; Digneffe, F.; Hiernaux, J.; Mario, C.; Ruquoy, D.; Saint-Georges, P. (1997). Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva.
  
- Almeida, J. e Pinto, J. (1982). A Investigação nas Ciências Sociais, Lisboa. Editorial Presença.

- ❑ American Psychtric Association. (1996). Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais (4ª edição). DSM – IV. Lisboa. Climepsi. Editores.
  
- ❑ Baptista, D. (1999). «O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa»; In Martinnelli, M (org). *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo. Veras Editora.
  
- ❑ Bardin, L. (1977). A análise de conteúdo. Lisboa. Edições 70.
  
- ❑ Becker, H. (1985). “Outsideers – Etudes de Sociologie de la Deviance”. Paris. Éditions A.-M. Métailié.
  
- ❑ Brewer, J. (1999). «Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum». *Contemporary Sociology*. Washington.
  
- ❑ Boudon, R.; Besnard, P.; Cherkaoui, M ; Pierre, B. (1999). *Diccionario Temático Larousse – Sociología*. Circulo de leitores.
  
- ❑ Bounnik, P. (1998). «Le système de vie des usagers de drogues dures: Approches d`ethno-sociologie comprehensive». *Toxicodependências*. nº 3, ano 4. pp: 49-56.
  
- ❑ Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre. Artes Médicas.
  
- ❑ Cabral, J. (1998). «1º Seminário de Investigação em Ciências Sociais e Humanas sobre o Consumo de drogas: A droga vista de fora. Algumas Considerações gerais». *Toxicodependências*. nº 2, ano 4. pp: 3-4.

- ❑ Carvalho, M. (2000). «Violência Urbana e Juventude: O problema da delinquência juvenil». *Infância e Juventude*.« Sociedade e Desvio». nº 3. pp: 27-47.
  
- ❑ Campenhoudt, L. (2001). Introdução à análise dos fenómenos sociais. Lisboa. gradiva.
  
- ❑ Carvalho, M. (2003). Entre as malhas do desvio. Oeiras. Celta Editora.
  
- ❑ Castro, P. (2000). Natureza, Ciência e Retórica na Construção Social da Ideia de Ambiente: representações sociais e discursos. Dissertação de Mestrado do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Lisboa.
  
- ❑ Cazaneuve, J. e Victorrooff. (1982). Dicionário de Sociologia. Lisboa. Editorial Verbo.
  
- ❑ Chaves, M. (1998).«Consumos de “Novas Drogas”: pontos de partida para a investigação sociológica (1)». *Toxicodependências*. nº 2. ano 4. pp: 15-23.
  
- ❑ Chaves, M.(1999). Casal Ventoso: Da Gandaia ao narcotráfico. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.
  
- ❑ Chaves, M. (2000).«Dar à fuga: comunidade e sujeito num contexto de narcotráfico». *Análise Social*. vol. XXXIV. pp:893-932.
  
- ❑ Costa, F. (1999). Sociedade de Bairro. Oeiras. Celta Editora.
  
- ❑ Díaz, A. (1998). Hoja, pasta, polvo e roca: El consumo de los derivados de la coca. Barcelona. Servei Publicaciones de la Universitat Autònoma de Barcelona.

- Deshaies, B. (1997). Metodologia da Investigação em Ciências Humanas. Lisboa. Éditions Beauchemin Itée.
  
- Doise, W., Palmanori, A. (1986). L'Étude des Représentations Sociales. Paris. Delachaux e Niestlé.
  
- Doise, W; Clemence, A; Lorenzi-Cioldi, F. (1992). Représentations Sociales et analyses de données. Paris. Presses Universitaires de Grenoble.
  
- Escohatado, A. (1992). Para una fenomenologia de las drogas. Madrid. Mandadori.
  
- Étienne, J; Bloesse, F; Noreck, J; Roux, J. ( 1977). Dicionário de Sociologia: As noções, os mecanismos e os autores. Lisboa. Plátano.
  
- Falcón, M. e Avillés, R. (2002).«Nuevas formas de uso de drogas y exclusion social: La aparición de nuevos yonquis. In Rubio, Maria José e Monteras, Silvina (coords). – *La exclusion social: Teoria e Prática de la intervención*. Madrid. Editorial CCS. pp: 181-196.
  
- Fernandes, A. (1999). Para uma Sociologia da Cultura. Porto. Campo das letras.
  
- Fernandes, I. (1998)- Atitudes perante a pessoa toxicodependente de membros ou aderentes de partidos políticos. Dissertação de Mestrado em Psicologia Legal. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
  
- Fernandes, L. (1997). Droga - Crime: Etnografia urbana das drogas e do crime. Ministério da Justiça. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.

- Fernandes, L. (1998). O sitio das drogas. Lisboa. Editorial notícias.
  
- Fernandes, L. (1998).«Periferias sociais e fenómeno droga». *Toxicodependências*. nº 2. pp: 5-13.
  
- Fernandes, L. e Manita. C. (1988). Imagens da desviância – droga, insegurança urbana e criminalidade na imprensa. Lisboa. C.M.L. e Cenjor.
  
- Fernandes, L. e Ribeiro, C. (2002).«Redução de riscos, estilos de vida junkie e controlo social». *Sociologia – Problemas e práticas*, nº 39. pp: 57-68.
  
- Ferreira, P. (2000).«Controlo e identidade: A não conformidade durante a adolescência». *Sociologia-Problemas e Práticas*. nº 33. pp: 55-85.
  
- Filho, E. (1996). «Estratégias e Medidas em Análise de Conteúdo». In Pasquali, L. (Ed). *Teoria e Métodos de Medida em Ciências de Comportamento*. Brasília. INEP.
  
- Foddy, W. (1996). Como perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários. Oeiras. Celta Editora.
  
- Fonseca, E. (1998). *Representação social de Insegurança Crime*. Porto: Universidade do Porto- faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Dissertação de candidatura ao grau de Mestre.
  
- Frasquilho, A. (1997). Representações acerca das funções da droga e propostas preventivas da toxicodependência – uma



comparação entre toxicodependentes e seus irmãos abstinentes.  
*Toxicodependências*, nº 3. pp: 23-34.

- Garrido, V. (1984). *Delincuencia y sociedad*. Madrid. Editorial Mezquita.
- Ghiglione, R. e Matalon, B. (1997). *O Inquérito: Teoria e prática*. Oeiras. Celta Editora.
- Guareschi, P. A. e Jovchelovitch, S. (Orgs) (1999). *Textos em Representações Sociais*; 5ª edição. Petrópolis. Vozes.
- Henriques, S. (2002). «Risco cultivado no consumo de novas drogas». *Revista Sociologia - problemas e práticas*. nº 40. pp: 63-85.
- Ingold, F. e Ingold, S. (1990). *La Complémentarité des Approches Quantitative et Qualitative*. Paris. s.e.
- Javeau, C. (1976). *Comprendre la sociologie*. Marabout. Viviers.
- Jussim, L. , Coleman, L. , e Leach, L. (1987). «The Nature of Stereotypes: A Comparison and integration of Three Theories». *Journal of Personality and Social Psychology*. nº 3. pp:536-546.
- Jodelet, D. (1991). *Les représentations sociales*. Paris. Press Universitaire.
- Last, J. (1995). *Um Dicionário de Epidemiologia*. Lisboa. Departamento de Estudos e Planeamento da Saúde.
- Lazarsfeld, P. (1973). *A sociologia*. Lisboa. Bertrand..

- Lima, M. (1995). Inquérito Sociológico: Problemas de Metodologia. Lisboa. Editorial Presença.
- Liptovsky, G. (1993). A Era do Vazio. Lisboa. Relógio de Água.
- Lourenço, N. e Lisboa, M. (1991). «Representações da violência». *Cadernos CEJ*. nº 2. Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais.
- Lucas, M. (1979). Introdução à Sociologia. Lisboa. Editorial Notícias.
- Lúcio, A.; Sá, T.; Caetano, M.; Lucas, A.; Silva, F. (2001). Marginalidade, Risco e Delinquência. Caldas da Rainha. Livraria Nova Galáxia.
- Machado, C. (2000). Discursos do medo, Imagens do “outro”: Estudos Sobre a insegurança urbana na cidade do Porto – Dissertação de candidatura ao grau de Doutor em Psicologia pela Universidade do Minho, na especialidade de Psicologia da Justiça. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Masse, R. (2000). Qualitative and Quantitative Analyses of Psychological distress: Methodological Complementarity and Ontological Incommensurability. California. Sage Publications.
- Matos, M. e Correia, J. (Orgs). (2003). Violência e Violências da e na Escola. Santa Maria da Feira. Edições Afrontamento.
- Mayer, R. ; Ouellet, F. ;Marie-Christine,S ; Turcotte, D. (2000). Méthodes de recherche en intervention sociale. Montrreal-Paris. Gaëtan morin éditeur.

- ❑ Melo, Conceição et al. (1997). «A droga nos média – estudos exploratório». *Toxicodependências*. ano 3. nº 3. pp: 79-86.
  
- ❑ Moreira, C. (1994). Planeamento e estratégias de investigação social. Lisboa. Universidade Técnica de Lisboa.
  
- ❑ Muga, H. (1998). Representações sociais da mudança social. Dissertação da tese de Mestrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia do Comportamento Desviante.
  
- ❑ Negreiros, J. (1990). «Comportamentos desviantes». In Paiva, B. (org), *Psicologia do desenvolvimento e da educação de jovens*. Lisboa. Universidade Aberta.
  
- ❑ Negreiros, J. (1991). Prevenção do Abuso do Álcool e Drogas nos Jovens. Porto. Radicário.
  
- ❑ Negreiros, J. (2000). «Representações Sociais acerca das drogas em crianças do 1º ciclo do ensino básico: Implicações para a Prevenção». *Toxicodependências*. vol. 6. nº 1. pp: 59-65.
  
- ❑ Negreiros, J. (2001). Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenções e prevenção. Lisboa. Notícias editorial.
  
- ❑ Negreiros, J. (2001). Padrões e consequências do consumo de drogas em Matosinhos: Resultados na população estudantil e em consumidores problemáticos. Matosinhos. C.M.M.
  
- ❑ Negreiros, J. (2003). As drogas e as cidades: Prevalências e perfis de consumidores problemáticos. Porto. Radicário.
  
- ❑ Neto, D. (1996). Tratamento Combinado e por Etapas de Heroínodependentes: Características de uma amostra. Lisboa. Universitária Editora.

- ❑ Newman, I. e Benz, C. (1998). Qualitative-Quantitative Research Methodology : Exploring the Interactive Continuum. Carbudale. Southern Illinois Universiti Press.
  
- ❑ NIDA - Research Issues 24 – Perspectives on the history of psychoactive substance use – U.S. Department of Education and Welfare.
  
- ❑ Oliveira, J. (1997). Drogados e consumos de drogas: Análise das representações sociais. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
  
- ❑ Pais, M. (1999). Traços e riscos de vida. Porto. Âmbar.
  
- ❑ Pereira, A. (2002). SPSS: Guia prático de utilização – Análise de dados para ciências sociais e psicologia. Lisboa. Sílabo.
  
- ❑ Pestana, M. e Gageiro, J. (2000). Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS. Lisboa. Sílabo.
  
- ❑ Pimenta, C. (1989).«A pobreza nos bairros degradados de Lisboa: alguns elementos de caracterização». *Sociedade e Território*. nº 10/11, ano 4, pp: 13-24.
  
- ❑ Poiares, C. (1995).«A legislação penal da droga: Contribuição para uma análise do discurso do legislador». *Toxicodependências*. nº 3. pp: 17-29.
  
- ❑ Portugal. Presidência do Conselho de Ministros: Instituto Português da Droga e da Toxicodependência – Relatório 2000: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências. Lisboa. 2000.

- Portugal. CEOS – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Primeiro Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Portuguesa. Lisboa. 2001.
- Portugal. Assessoria ao Conselho de Administração: Instituto Português da Droga e da Toxicodependência – Relatório Anual 2001: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências – Informação Estatística. Vol. I. Lisboa. 2002.
- Portugal. Assessoria ao Conselho de Administração: Instituto Português da Droga e da Toxicodependência – Relatório Anual 2001: A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências – Actividades desenvolvidas. Vol. II. Lisboa. 2002.
- Portugal. Instituto Português da Droga e da Toxicodependência – Inquérito Nacional do IPDT em Meio Escolar-2001- 3º ciclo: Programa de Estudos em Meio Escolar. Lisboa.
- Portugal. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga (GPCCD) – Estudos em Meio Escolar: Projecto Droga – Meio Escolar” - 1995.
- Portugal. Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação e Ciência. Portaria nº 406/80 de 15 de julho .
- Portugal. Instituto Português da Droga e da Toxicodependência – Relatório 2002, Vol. I : A situação do país em matéria de drogas e toxicodependências. Lisboa. 2002.

- ❑ Queiroz, M; Gros, M. (2002). Ser jovem num bairro de habitação social. Porto. Campo das letras.
  
- ❑ Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1992). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa. Gradiva.
  
- ❑ Régnier-Aeberhard, F. (org.) (s.d). Aide-Mémoire de counseling de rue sur les jeunes en errance: Pratiques européens de counseling auprès des «jeunes en errance». Paris. (s.e).
  
- ❑ Ribeiro, A. e Ramalho, I. (2001). Entre ser e estar – Raízes, percursos e discursos da identidade. Porto. Edições Afrontamento.
  
- ❑ Ribeiro, J. (1995).«Dependência ou dependências: Incidências históricas na formalização de conceitos» *Toxicodependências*. nº 3. pp: 5-16.
  
- ❑ Ribeiro, M. e Silva, M. (1997). Relatório de estágio da licenciatura de Serviço Social – 5º ano. (n.p).
  
- ❑ Richard, D. (1995). As drogas. Lisboa. Biblioteca básica de ciência e cultura.
  
- ❑ Rodrigues, C. (2002). O Porto desigual e a transição entre personagens e lugares – o Centro Histórico, a “Ilha” e o Bairro Social. Lisboa. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
  
- ❑ Rodrigues, W. (1992).«Urbanidade e novos estilos de vida». *Sociologia - Problemas e práticas*. nº 12. pp: 91-107.
  
- ❑ Saint-Pierre, C. (1995). «C’est mon quartier». *Informations Sociales*. nº 45. pp : 60-66.

- ❑ Salgueiro, T.B. (1992). A Cidade em Portugal - Uma geografia urbana. Porto. Afrontamento.
  
- ❑ Santos, S. (s.d). Representações Sociais da Violência sobre as crianças. Dissertação de Mestrado. Porto. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
  
- ❑ Silva, A. e Pinto, J. (orgs). (1990). Metodologia das ciências sociais. Porto .Afrontamento.
  
- ❑ Soczka, L. (1998). Representações Sociais, relações intergrupos e identidades profissionais dos psicólogos. Dissertação de Mestrado. Lisboa. Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
  
- ❑ Sousa. E. (1991). «Dos Conteúdos Representacionais às Representações Sociais». *Análise Psicológica*. nº 1 (IX), 25-32.
  
- ❑ Souza, F. (1996)«Estratégias e medidas em análise de conteúdo». In Pasquali, L. (Ed.), *Teorias e métodos de medida em ciências do comportamento*. Brasília. INEP.
  
- ❑ Kazdin, A. e Buena-Casal, G. (2001). Conduta anti-social. Amadora. McGraw-Hill.
  
- ❑ Tashkkori, A. Teddlie, C. (1998). Mixed Methodology : Combining Qualitative and Quantitative Approaches. London. Sage Publications.
  
- ❑ Teixeira, M. (1994).«A habitação popular no Porto no séc. XIX – Características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro». *Análise Social*. nº 127, vol. XXIX, pp: 555-579.

- Tyrode, Y. e Bourcet, S. (2002). Os adolescentes violentos. Lisboa. Climepsi Editores.
  
- União Europeia, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência – Relatório Anual 2003: A evolução do fenómeno da droga na União Europeia e na Noruega.
  
- Vala, J. (1990). «A Análise de Conteúdo». In Augusto. S. e José. P (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto. Edições Afrontamento.
  
- Vala, J. e Monteiro, M. (1993). Representações Sociais – para uma epistemologia social do pensamento social, cap. XIII. Fundação Calouste Gulbenkian.
  
- Valentim, A. (1998). Droga, dependência e sociedade – Uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas. *Revista Critica de Ciências Sociais*. nº 51. pp: 137-170.
  
- Valentim, A. (1996).«Percepção Social do consumo de drogas ilícitas: inquérito às paróquias». *Sociologia Problemas e Práticas*. nº 21, pp: 165-196.
  
- Valentim, A. (1998). «Droga, dependência e sociedade- uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas». *Revista Critica de Ciências Sociais*. n.º 51, pp: 137-170.
  
- Vaz, J. (1995).«Toxicodependência e Antropologia Medica» *Toxicodependências*. n.º 2. pp: 5-18.
  
- Velho, G. (2002 ).«Becker, Goffman e a Antropologia no Brasil». *Sociologia: Problemas e Práticas*. nº 38, pp: 9-17.



- Viana, M. (2002).«Ecstasy: História, Mitos e Factos.»  
*Toxicodependências*. n.º 1. pp: 65-78.
- Xiberras, M. (1989). A Sociedade Intoxicada. Lisboa. Instituto Piaget.
- Zamma, M. e Olson, J. (1993).«Attitudes and attitude change».  
*Annual Review of Psychology*.nº 44. pp: 117.54.

# ANEXOS

# **ANEXO I**

## **GUIÃO DA ENTREVISTA**

## **Guião da Entrevista**

### **I- Fenómeno:**

- Quando pensas em "toxicodependência" o que te vem à cabeça?
- Quando pensas em droga o que te vem à cabeça?
- Qual a tua opinião sobre a heroína/castanha?
- Qual a tua opinião sobre as pastilhas/ecstasy?

### **II- Indivíduo consumidor:**

- Como caracterizas um junkie / heroinómano?
- Como caracterizas um consumidor de pastilhas/ecstasy?
- Quando estás em contacto com um consumidor de heroína/castanha, o que sentes?
- Quando estás em contacto com um consumidor de pastilhas/ecstasy, o que sentes?

## **ANEXO II**

# **ESQUEMA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO**

**Questão: "Quando pensas em toxicodependência o que é que te vem à cabeça?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Dependência de substâncias (5)</b>		"Começam por ganzas e isso leva à dependência"
		"Dependente de algo...seja de heroína ou de haxixe"
		"Dependente de drogas"
		"Alguém que está agarrado a drogas ou a substâncias químicas"
		"Pessoa que está agarrada às drogas"
<b>Substâncias (6)</b>	Droga (2)	"Droga"
	Distinção entre drogas Leves / Duras (3)	"...distingo drogas leves e duras"
		"Drogas leves ao nível do haxixe e marijuana..."
		"...drogas pesadas como a heroína, cocaína"
	Novas drogas (1)	"...estas drogas químicas que é as pastilhas, trips e essas merdas"
<b>Motivos para o consumo (2)</b>	Pressão do grupo de pares (1)	"...foram indivíduos que foram iludidos por alguém..."
	Factores de risco Individuais (1)	"Só entra nessas drogas quem é burro...tapadinho...tem problemas"
<b>Consequências do consumo de drogas (7)</b>	Físicas (1)	"Essa droga que se apodera das pessoas...ainda as arruina...parecem farrapos humanos"
	Sociais (4)	"Vêm os amigos a morrer"
		"Mau vício e más ondas"
		"Tenho pena dessas pessoas"
		"vejo pessoal todo maluco, todo ressacado...que rouba...a arrumar carros...destróem, roubam"
	Famíliares (2)	"Desgosto para as famílias"

**Questão: "Quando pensas em toxicodependência o que é que te vem à cabeça?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Dependência de substâncias (6)</b>		"... Um drogado que não sai do vício, está sempre preso"
		"...pessoas que se drogam"
<b>Substâncias (3)</b>	Droga (2)	"Droga"
	Estranhas (1)	"...fumam coisas estranhas"
<b>Atitude face ao fenómeno (2)</b>	Repulsão (2)	"...vem-me nojo"
		"...nunca vou fazer"
<b>Consequências do consumo de drogas (7)</b>	Físicas (2)	"...é se um indivíduo já tem o vício da sida no seu corpo..."
		"...pode morrer..."
	Sociais (5)	"Quem é toxicodependente acho que tem uma vida má"
		"...não têm casa para dormir, que roubam, que pedem"
		"... roubam para comprar droga"
		"...nunca mais temos hipótese de recuperar"
		"Coisa muito má, complica-nos a vida"

**Questão: "O que é droga para ti?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Classificação de drogas (30)</b>	Depressoras (9)	"...heroína é mais grave do que droga"
		"...heroína não experimentei"
		"...heroína..."
		"...a heroína pode levar...um gajo ao charco, mas um gajo recupera"
		"...pó, heroína..."
	Depressoras e estimulantes (5)	"Droga mesmo é pó e branca"
		"...heroína e cocaína..."
	Alucinogenas (8)	"...rodas e as pastilhas ...são pesadas"
		"...a nível de trips...trips...ácidos"
		"...químicos"
		"...ecstasy..."
	Estimulantes (3)	"...cocaína..."
	Haxixe (3)	"...a nível de drogas mais pequenas...já consumi..."
		"...haxixe é uma droga mais leve"
	Drogas lícitas (2)	"...o tabaco é uma droga, o café..."
		"...uma pessoa começando a tomar...é como medicamentos"
<b>Tipo de Dependência (2)</b>	Psicológica (1)	"...porque aquilo vicia mentalmente"
	Física (1)	"...vicia, a branca não vicia mas o pó vicia"
<b>Grau de Dependência (3)</b>	Haxixe - baixo grau de dependência (1)	"...um charrito acho que...não faz tão mal"
	Capacidade de controlar os consumos de cocaína (1)	"...se for cocaína...acho que se se souber controlar...não se vê"
	Incapacidade de controlar os consumos (1)	"...mas um gajo não pode tocar"
<b>Consumos endovenosos (1)</b>		"picada para a veia"
<b>Consequências negativas (13)</b>	Físicas (7)	"...uma destruição da pessoa"
		"se continuassem no haxixe...não levava tanto à perdição, do que a heroína e a cocaína"
		"...estava a dar cabo dos neurónios...destrói tudo"
		"O pó é pior...depois o corpo fica dependente"
		"...deixa-nos mesmo acabado"
		"...prejudica a saúde"
		"...é um vício...que faz muito mal"
	Psicológicas (6)	"...estava a dar cabo dos neurónios...destrói tudo"
		"Substâncias que alteram o...comportamento, a nossa maneira de ser"
		"...deixa-nos mesmo acabado"
		"Se for em excesso começa a viciar e dá alucinações mesmo"
		"O ecstasy um gajo fica vegetal...já vi muita gente a trofiar"
		"O ecstasy acho que vai destruindo as células"
<b>Consequências positivas (1)</b>	Prazer (1)	"...uma coisa muito boa"

**Questão: "O que é droga para ti?"**

**12- 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Classificação de drogas (14)</b>	Alucinogenas (4)	"Ecstasy"
	Estimulantes (3)	"Cocaína"
	Drogas (3)	"...é tudo a mesma coisa..."
	Drogas lícitas (1)	"...tabaco"
	Depressoras (2)	"... heroína..."
	Haxixe (1)	"...Haxixe..."
<b>Droga / Doença (2)</b>		"...só dá doença...pode dar Sida."
		"Podemos morrer ...ficamos muito mal."
<b>Grau de prejudicialidade(1)</b>	No ecstasy é menor (1)	"...o ecstasy faz menos mal..."
<b>Consequências negativas (3)</b>	Sociais (1)	"Desgraça..."
	Físicas (2)	"...um gajo fica todo seco...faz mal."
		"Faz tudo mal ao organismo, ao corpo em si..."
<b>Atitude diabolizada perante a droga (1)</b>		"...tudo o que significa mal..."

**Questão: "Qual a tua opinião sobre a Heroína?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Consequências simultaneamente positivas e negativas (1)</b>		"Quem inventou isso,...ou é um grande Deus ou é um grande cabrão."
<b>Consequências negativas (3) (11)</b>	Físicas (3)	"Acabar com ela...Faz muito mal." "É mesmo uma merda." "A nível físico uma pessoa fica toda estragada...parecem farrapos" "Prejudica gravemente a saúde e leva-nos à morte." "...deixa-nos de rastos..."
	Sociais (2)	"Para a sociedade é mau, só se vê toxicodependentes a arrumar carros e a roubar e a assustar...é tudo uma sequência." "É estúpido, parece que estão a morrer...fica chunga..."
		"...arrasa um homem tanto fisicamente como psicologicamente."
	Físicas e simultaneamente psicológicas (2)	"Droga destrutiva, que pode alterar...a pessoa, ideias e tudo..."
	Em função do estatuto social (1)	"se for uma pessoa rica...vai-se mantendo, se for pobre...tá sempre a roubar e assim a ressacar...uma pessoa nota logo..."
<b>Consequências positivas (1)</b>	Prazer (1)	"É muito bom..."
<b>Grau de Dependência (2)</b>	Elevada (2)	"...só querem é mais..." "Para esquecer a heroína não é assim com duas tretas."
<b>Tipo de Dependência (2)</b>	Psicológica (2)	"A heroína muda-lhes o espírito, ficam alterados..."
<b>Contextualização temporal do consumo (1)</b>		"...foi no meu tempo, foi das primeiras drogas...na altura era a única..."
<b>Revela desconhecer (1)</b>		"Opinião, não tenho assim muito da heroína."



**Questão: "Qual a tua opinião sobre a Heroína?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
Tipo de Dependência (2)	Física (2)	"Ficam com o vício, nunca mais saem."
Paradigma droga / doença (1)		"Tenho pena dos consumidores..."
Consequências negativas (5) (9)	Impossibilidade de recuperar (2)	"...um tratamento até pode ser tarde..."
		"...há pessoas que querem sair só que não conseguem."
	Físicas (1)	"...coisa perigosa, que as pessoas podem morrer estando viciadas..."
	Psicológicas (1)	"...as pessoas parece que ficam malucas."
		"A droga faz mal..."
		"...uma droga muito má"
		"Faz tudo mal, umas mais que as outras..."
		"Deve ser uma das mais prejudiciais..."
		"Ninguém se devia meter nisso..."
Droga / Morte (2)		"...pode-se morrer."
Revela desconhecer (1)		"...heroína, não estou a ver agora...Não sei."

**Questão: "Qual a tua opinião sobre ecstasy / pastilhas?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
Tipo de Dependência (2)	Psicológicas (1)	"Acho que é mais psicológico..."
	Eossocial (1)	"...só dançam se mandarem umas rodas, senão não dançam."
Grau de Dependência (5)	Psicológica e elevada (1)	"Vicia mais, pelo menos mentalmente..."
	Menor que a Heroína (3)	"Não vicia, aquele vício mesmo da heroína..."
	Maior que a Heroína (1)	"Ainda é pior que a droga, que a heroína..."
Consequências negativas (2) (8)	Psicológicas (2)	"...começam a ficar com a cabeça toda comida..."
		"Põe as pessoas malucas...põe um gajo a tremer da cabeça."
	Sociais (2)	"Leva a pessoa à desgraça..."
		"Não vejo uma pessoa de pastilhas a arrumar carros"
		"Nunca mandei, não quero mandar..."
	Promove policonsumos (2)	"É uma substância que também faz mal."
		"...depois vem a branca, álcool...misturam tudo."
Consequências positivas (1)		"O consumo de ecstasy, vem acompanhado de haxixe e de álcool..."
Ausência de consequências (2)		"É uma das melhores drogas que já mandaram para o mercado."
Ausência de consequências (2)		"Não vejo uma pessoa de pastilhas a arrumar carros"
		"O corpo não fica dependente..."
Escalada dos consumos (1)		"Leva a pessoa a mudar para a heroína ou para outras mais pesadas..."
Tipo de Consumos (4)	Recreativos (3)	"Quando pensam numa rave é só rodas que pensam..."
	Ocasionais (1)	"Vejo-os todos malucos...de olhos fechados a curtir."
Funções do Consumo (1)		"É capaz de tomar hoje, daqui a um mês ou dois é que volta a tomar..."
Contextualização dos consumos (6)	Aumenta a capacidade física (1)	"...tem a ver com a cocaína e dá aumento da capacidade física."
	Por relação aos espaços (4)	"...se for a festas...as pessoas não tomam ecstasy para irem trabalhar."
		"...as pessoas vão para uma rave..."
	Por relação à faixa etária (2)	"...nesta idade de 18, 19 anos tem-se tendência a experimentar é a nível daquela música tecno, transe..."
		"...vejo uma pessoa mais jovem"
Substância frequentemente adulterada (2)		"Há por aí muita treta feita a martelo..."
Revela desconhecer (2)		"Eu não tenho opinião, não estou dentro do assunto."
		"Há pouca informação..."

**Questão: "Qual a tua opinião sobre ecstasy / pastilhas?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Tipo de Consequências positivas (3)</b>	Por referência à Heroína (3)	"A heroína é pior que a roda, acho eu..."
		"Acho que a heroína deve viciar e as pastilhas não..."
		"As pastilhas parecem ser melhor que a heroína..."
<b>Tipo de Consequências negativas (2) (6)</b>	Trafica-se ecstasy para se consumir drogas duras (1)	"Também acho que faz mal..."
		"Não deviam ser vendidas, ninguém havia de consumir..."
		"Quem vende isso pode ganhar muito dinheiro, com esse dinheiro vai comprar também outra droga..."
		"Ficam todos atordoados, acho que faz muito mal..."
		"...dá cabo da cabeça..."
<b>Grau de Dependência (3)</b>	Físicas (1)	"Tomou 5 pastilhas, veio cá para fora nem se sentia em pé, ficou seco"
	Menor que a Heroína (1)	"...a heroína não dá para sair disso..."
	Dependência diminuta (1)	"O ecstasy não é assim tanto como a droga."
	Droga leve (1)	"...é uma droga mais leve ...quem me dera que tomassem todos isso..."
<b>Tipo de Consumos (3)</b>	Recreativo (3)	"...tomam isso quando vão para uma discoteca, tomam isso e quando saem ficam com aquilo na cabeça..."
		"...e as pastilhas é só assim, às vezes em festas...em discotecas..."
		"...a maior parte das pessoas só toma quando vai às discotecas..."
<b>Contextualização dos consumos (1)</b>	Por relação aos espaços (1)	"Isso é para festas...Para eles aguentarem..."
<b>Revela desconhecer (2)</b>		"Deve ser tudo igual. Nunca provei, não sei..."
		"Não sei, não faço a mínima..."

**Questão: "Como caracterizas um Junkie / consumidor de heroína?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Indigente / Vagabundo (9)</b>		"Um arrumador de carros..."
		"Um coitado, é um triste...andam a dormir nas valetas, andam porcos"
		"Um desgraçado na vida, caiu num sistema estúpido."
		"São umas pessoas falhadas que uma pessoa devia dar apoio."
		"Sem família, a dormir nas ruas."
		"Dão-se ao luxo de ganhar tanto dinheiro...Eles não querem trabalhar..."
		"Andam a roubar...a não comer."
		"Tenho pena dessas pessoas."
<b>Delinquente (2)</b>		"Vão presos e o carago..."
		"Vejo eles a roubar, vão de saco."
<b>Referência às características da personalidade (3)</b>	Má rês (1)	"Sem carácter"
	Modesta (1)	"Uma pessoa humilde..."
	Baixa auto-estima (1)	"Uma pessoa que tenha os seus ideais em baixo, os seus objectivos em baixo."
<b>Tipo de Dependência (4)</b>	Ecossocial (3)	"Só vivem para aquilo...o objectivo é fazer dinheiro, para ir buscar mais."
		"Não tem perspectivas de futuro nenhuma."
		"Está sempre à procura, não consegue ser activo, não consegue ir trabalhar nem nada. Só está mesmo a pensar naquilo."
<b>Tipo de Consequências(6)</b>	Psicológica (1)	"Só se preocupa em adquirir um estado de espírito que lhe dê passividade, tranquilidade."
	Ressaca (2)	"Ressecado"
	Futuro comprometido (2)	"Nunca mais vem a ser a pessoa que era..."
		"...nem que o ajudem não vai conseguir recuperar."
	Em função da condição económica (1)	"há certas pessoas que tentam o tratamento...essas pessoas que não não conseguem...vão ficar como arrumadores de carros."
<b>Trajectória de vida adversa (1)</b>	Afastamento social (1)	"Se tiverem dinheiro...não se passa nada...não há estrondos...se não tiverem dinheiro para manter...começam a roubar, tornam-se vândalos."
		"Afasta-se, não participa, não se diverte."

**Questão: "Como caracterizas um Junkie / consumidor de heroína?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Indigente / Vagabundo (6)</b>		"Alguns pedem umas esmolinhas...isso é para comprar..."
		"Pedem dinheiro às pessoas, acho que é para comprar drogas."
		"Pessoa que não tem dinheiro...quer comer e às vezes, prefere deixar de comer só para tomar."
		"...andam a arrumar carros, para ver se arranjam dinheiro..."
		"Não têm casa..."
		"...perguiçoso, não gostam de fazer nada..."
<b>Anti-Social (1)</b>		"...não têm respeito por ninguém..."
<b>Desviantes (1)</b>		"...não tem uma vida normal..."
<b>Tipo de Consequências Negativas (5)</b>	Impossibilidade de recuperar (2)	"Nunca mais largam..."
		"Eles não saem disso e não..."
	Delinquência (1)	"Roubam para ir vender...para ir comprar..."
	Degradação física (1)	"Parece que dormem mal, acordam no dia a seguir, parece que ainda estão a dormir..."
	Familiares (1)	"Não ligam à família."
<b>Indivíduo com imagem degradada (8)</b>		"Não têm higiene."
		"Roupa rota, suja..."
		"Sujo, roupas rasgadas, via-se pelo aspecto dele..."
		"Não têm roupa, não têm nada..."
		"Todo sujo, porco, cheio de barba e cheio de cabelo."
		"Andam todos com as roupas rotas, todos a cheirar mal, todos sujos..."
		"Porcos..."
		"São pessoas desarrumadas..."
<b>Drogados (3)</b>		"Um drogado."
		"Mesmo cara de drogados..."
<b>Tipo de Dependência (2)</b>	Psicológica (2)	"Só pensam naquilo..."

**Questão: "Como caracterizas um consumidor de ecstasy / pastilhas?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Referência às características de personalidade (6)</b>	Exibicionistas (2)	"Esses gajos armam-se..."
		"Pessoas que se querem afirmar..."
	Normais (1)	"Uma pessoa como a outra."
	Indivíduo autónomo (1)	"Não vejo a arrumar carros."
		"Capaz de ter uma vida de trabalho."
	Introspectivos (1)	"Mais calmos, meios despassarados...mais passiva, não quer interagir."
	Indivíduo hiperactivo sob efeito do consumo de ecstasy (1)	"Quando estão com as pastilhas são muito activas, muito stressadas."
<b>Maneira de estar na vida / estilo de vida (6)</b>	Centrada na substância (1)	"a conversa deles é só droga, é só charrito...conversas deles é só isso"
	Preocupação com a imagem (2)	"Olha mais para a aparência, olha para o look, mais um piercing aqui, mais um piercing acolá, cabelo todo no ar."
		"...mais vaidosos, manter a imagem, sempre em cima."
	Divergente - consumidor heroína (2)	"...são pessoas totalmente diferentes..."
		"Já não se associa tanto a cena das pastilhas à heroína..."
	Funcional no meio familiar (1)	"Em família conseguem se calhar estarem com os pais a jantarem."
<b>Contextualização dos consumos (6)</b>	Por relação à faixa etária (2)	"Quem consome pastilhas é com dezoito, vinte e tais..."
		"Uma pessoa mais jovem..."
	Por relação aos espaços recreativos (3)	"Quando há raves tem de estar lá sempre para curtir a sua noite..."
		"Gosta de ir a festas, de se divertir..."
		"Quem consome pastilhas é só de vez em quando, quando vai a festas"
	Por relação à indumentária (1)	"Calças largas, forro, trança...estilo mais à base de música electrónica"
<b>Grau de Dependência (2)</b>	Controle sobre os consumos (2)	"Um consumidor de pastilhas...pode consumir só em festas."
		"não é agarrado, consome quando lhe apetece...quando está em festas"
<b>Ausência de consequências sociais (1)</b>		"Um consumidor de pastilhas ainda se consegue governar, sustentar..."

**Questão: "Como caracterizas um consumidor de ecstasy / pastilhas?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Ausência de consequências (3)</b>	sociais (2)	"Durante o dia trabalham, fazem tudo à noite."
	psicológicas(1)	"São normais...quando tão com as pastilhas...estão diferentes."
<b>Efeitos negativos (1)</b>		"Não fica assim tão maluco como os outros."
<b>Consequências negativas (5)</b>	Físicas (3)	"Não pensa no que está a fazer...sempre com a cabeça a rodar."
		"Com as rodas...tão todos secos mesmo, quase não conseguem falar."
		"Todo picado na cara."
		"É o dos olhos vermelhos."
<b>Contextualização dos consumos (3)</b>	Traficante / Consumidor (1)	"Um vendedor que ganha muito dinheiro..."
	Psicológicas (1)	"Fica todo maluco, cai às vezes no chão."
	Por relação ao espaço (2)	"Só música toda maluca..."
	Por relação à idumentária (1)	"É mais na discoteca...nas festas."
<b>Relação estreita entre o consumidor de ecstasy e o de outras drogas (1)</b>		"Calças por baixo do rabo."
<b>Baixo grau de dependência (1)</b>		"Vai dar tudo ao mesmo."
<b>Maneira de estar na vida / estilo de vida (3)</b>	Preocupação com a imagem (2)	"Não é assim tão viciado..."
	Gosto pela vida (1)	"Vestem-se um bocado melhor..."
<b>Revela desconhecer (1)</b>		"Tem mais higiene."
		"Pessoa que goste de curtir a vida."
		"Não sei."

**Questão: "Quando estás em contacto com um consumidor de heroína o que é que sentes?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
<b>Tipo de atitudes positivas (4)</b>	Compreensão (1)	"Tento meter-me na cabeça deles para pensar da mesma maneira."
	Não estabelece diferenças entre consumidores e não consumidores (3)	"Falo na boa como estou agora a falar contigo ou com um amigo..."
		"É indiferente."
		"É como se estivesse, á beira de qualquer pessoa que não fumasse, ou que tomasse pastilhas."
<b>Tipo de atitudes negativas (3)</b>	Repulsa (2)	"É como se estivesse, á beira de qualquer pessoa que não fumasse, ou que tomasse pastilhas."
	Baseada no distanciamento (1)	"Tento sempre afastar-me dela."
		"Com essas pessoas eu não me misturo muito."
<b>Atitude neutra (3)</b>		"Não sinto nada...evito pura e simplesmente...evito por razões minhas, porque não estou para entrar em filmes outra vez."
		"É me indiferente...passa-me ao lado."
		"Não sinto nada...já vivi nessa vida uns tempos."
<b>Tipo de Sentimentos Positivos (3)</b>	Pena (3)	"Uma pessoa normal."
		"É chato vê la a sofrer na ressaca."
		"Sinto tristeza."
<b>Tipo de Sentimentos Negativos (2)</b>	Receio da influência do outro (1)	"Tenho um bocado de pena...porque também já fui."
	Insegurança (1)	"pode ser o meu melhor amigo, mas sei que essa vai-me levar à desgraça também."
<b>Medo da rotulagem (1)</b>		"É horrível, se me vir com uma coisa de valor, vai me roubar essa coisa"
		"Se...me vêem com uma pessoa que consome heroína, eles pensam que já ando a consumir, é por isso que eu não gosto."

**Questão: "Quando estás em contacto com um consumidor de heroína o que é que sentes?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
Tipo de atitudes negativas (5)	Afastamento por medo (1)	"Saio logo de lá, ainda me pode dar alguma coisa."
	Repulsa (4)	"Tento-me afastar o máximo dele."
		"Nojo"
Tipo de seimentos positivos (4)	Pena (4)	"Desgosto"
		"Tristeza"
		"...nojo não, sinto pena"
		"Pena deles"
Tipo de sentimentos negativos (1) (8)	Desilusão (1)	"Desiludido"
	Medo (2)	"Peço a Deus para não ser como ele."
		"Tenho medo que eles me façam alguma coisa."
	Ameaça (2)	"Tenho medo de estar, porque às vezes ele pode virar-se para mim."
		"Sinto que não devo estar ao pé deles."
	Insegurança (1)	"Sinto-me inseguro"
Revela desconhecer (1)	Receio da influência do outro (1)	"...que me devo afastar porque é uma influência para mim."
		"...ninguém gostaria de estar na pele deles."

**Questão: "Quando estás em contacto com um consumidor de ecstasy / pastilhas o que sentes?"**

**22 - 25 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
Sentimento negativo (1)		"Desses gajos não sinto pena. Eles vão porque querem."
Indiferenciado por relação a outro tipo consumidores (1)		"A mesma coisa...é tudo junto para mim."
Tipo de sentimentos positivos (5)	Segurança (2)	"Já não penso assim mal...controlam-se."
		"Já penso diferente...já não é capaz de andar na rua a roubar..."
	Confiança (1)	"Já não me vai influenciar...não me leva desgraça."
	Demonstra menor medo por relação aos consumidores de heroína (2)	"Tenho mais medo dos consumidores de heroína do que dos de pastilhas..."
Tipo de sentimentos neutros (1)		"Dá mais confiança...com um consumidor de ecstasy está-se mais à vontade."
	Reservas (1)	"Tá-se bem logo que eles não me façam mal."
Tipo de atitude positiva(2)	Proximidade por referência à música (1)	"Há mais motivos de conversa, sobre música."
	Por referência aos consumidores de heroína (1)	"Já é diferente...já tenho conversas...se calhar são pessoas totalmente diferentes..."
Tipo de atitude neutra (1)		"É igual...não há diferença nenhuma...tá-se normal à beira deles."
Tipo de atitude negativa(1)	de distanciamento (1)	"Não dá para ter uma conversa, o contexto não é favorável a isso..."

**Questão: "Quando estás em contacto com um consumidor de ecstasy / pastilhas o que sentes?"**

**12 - 15 Anos**

<b>Categorias</b>	<b>Sub-categorias</b>	<b>Unidades de Registo</b>
Sentimento negativo (2)	Medo (2)	"Não gosto...podem-me votar qualquer coisa no bolso."
		"É como se tivesse assim a tomar uma pastilha para me dar..."
Sentimento neutro (1)		"...não sentia muita diferença...quando passa tá tudo em ordem..."
Sentimento positivo (2)	Menor medo por relação aos consumidores de heroína (1)	"...era capaz de não ter tanto medo..."
	Melhor imagem por relação aos consumidores de heroína (1)	"...o consumidor de pastilhas...tem mais higiene que o outro."
Atitude positiva (1)	Por relação aos consumidores de heroína (1)	"Preferia estar ao pé de um que consome pastilhas..."
Tipo de cognições (3)	Indiferenciado por relação aos consumidores de heroína (2)	"Penso o mesmo que aos de heroína."
		"É a mesma coisa..."
Revela desconhecer (2)	Ambiguidade (1)	"Às vezes é diferente, outras vezes não..."

**ANEXO III**  
**TESTE DE MEDIDAS DE**  
**ATITUDES E OPINIÕES**  
**PRÉ-TESTE**

Nº 

--	--	--	--

## Inquérito por questionário

O PRESENTE QUESTIONÁRIO É ANÓNIMO E A SUA UTILIZAÇÃO É ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE PARA O ESTUDO QUE O MESMO SERVE.

APENAS SOLICITO QUE EXPLÍCITES ALGUNS ELEMENTOS TAIS COMO IDADE, SEXO, LOCAL DE RESIDÊNCIA, PORQUE OS MESMOS ASSUMEM GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O ESTUDO, NO ENTANTO NÃO PERMITEM A TUA IDENTIFICAÇÃO. FOSTE SELECIONADO COMO PODERIA SER OUTRO QUALQUER. ÉS UM DOS 340 JOVENS QUE ACEITARAM COLABORAR NESTE ESTUDO

PRETENDO SABER QUAL A TUA OPINIÃO SOBRE AS DROGAS, A TOXICODEPENDÊNCIA E OS PRÓPRIOS TOXICODEPENDENTES. AS TUAS RESPOSTAS SÃO MUITO IMPORTANTES PARA ALÉM DE CONFIDENCIAIS.

AO RESPONDERES GOSTARIA QUE PENSASSES QUE NÃO HÁ RESPOSTAS CORRECTAS OU INCORRECTAS MAS AQUILO QUE REALMENTE INTERESSA É O QUE PENSAS.

CASO NÃO QUEIRAS PREENCHER, É RESPEITADA A TUA VONTADE. PREFERIMOS QUE NÃO RESPONDAS DO QUE RESPONDAS AO ACASO.

MUITO OBRIGADO PELA TUA COLABORAÇÃO...

**A. DADOS SÓCIO DEMOGRÁFICOS:**

**A.1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 Nasci no ano \_\_\_\_\_tenho agora:

12 anos ☐

22 anos ☐

13 anos ☐

23 anos ☐

14 anos ☐

24 anos ☐

15 anos ☐

25 anos ☐

1.2 Sexo: Masculino ☐

Feminino ☐

**A.2. ÁREA DE RESIDÊNCIA:**

2.1 Vives na freguesia de \_\_\_\_\_.

2.2 Vives na rua com o nome \_\_\_\_\_.



## 2.3 Vives num (a):

2.3.1 Barraca ☐

2.3.2 Quarto alugado (em casa) ☐

2.3.3 Quarto alugado (em pensão) ☐

2.3.4 Bairro camarário ☐

2.3.5 Ilha ☐

2.3.6 Apartamento ☐

2.3.7 Moradia ☐

2.3.8 Alojamento Colectivo ☐

2.3.9 Tenda ☐

2.3.10 Rulote ☐

2.3.11 Construção clandestina ☐

2.3.12 Outras? ☐

Quais? \_\_\_\_\_

**A.3. ESCOLARIDADE:**

3.1 Ano de escolaridade que frequentas ou que completaste: \_\_\_\_ano.

3.2 Já alguma vez reprovaste?

Sim ☐

Não ☐

3.2.1 Se sim, quantas vezes: 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐

**Cada pergunta é uma pergunta e pedimos-te que respondas a cada questão sem pensares nas anteriores**

As frases seguintes pedem a tua opinião sobre o fenómeno da toxicoddependência e sobre os consumidores de diferentes drogas. Diz-nos em que medida concordas com as seguintes afirmações:

N.º	Afirmações	Concordo muito	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo muito
1	" A toxicoddependência leva à morte mais cedo"					
2	"A toxicoddependência e o crime são coisas completamente diferentes"					
3	" A toxicoddependência é tão grave como outro problema qualquer, nem mais nem menos"					
4	"A toxicoddependência é uma doença irrecuperável"					
5	" A toxicoddependência é um assunto sobre o qual pouco sei"					
6	" Considero-me bem informado no que se refere à toxicoddependência"					
7	" A heroína/castanha, é uma droga como as outras, nem pior nem melhor"					
8	"O ecstasy/rodas pouco ou quase nada prejudica"					
9	"Quem consome ecstasy/rodas irá sempre consumir, mesmo que de vez em quando" ???					
10	"O vício da heroína/castanha, pode-se tratar"					
12	"O consumidor de ecstasy/rodas, são indivíduos jovens e cheios de saúde"					
13	"O ecstasy/rodas, permite consumir sem ficar agarrado"					
14	"O consumidor de heroína/castanha, têm um aspecto doente" ?					
15	" Os consumidores de heroína/castanha são pessoas drogadas para toda a vida" ???					
16	" O ecstasy/rodas, põem a pessoa esquelética"					
17	" Pode-se andar toda a vida a consumir heroína/castanha sem morrer disso"					
18	" A heroína/castanha, permite que se consuma sem ficar louco"					

19	"O ecstasy, rodas, modifica a personalidade da pessoa"					
20	" A heroína/castanha, modifica a maneira de ser de um indivíduo"					
17	" O consumidor de ecstasy/rodas, pensa nas coisas com calma e mede as consequências"					
17	"O consumidor de heroína/castanha, é o maior problema do país neste momento"					
18	" O consumidor de ecstasy/rodas, não precisam dos outros para se sustentarem" ??					
19	"O consumidor de heroína/castanha, pode ser tão trabalhador como outra pessoa qualquer"					
20	"O consumidor de ecstasy/rodas, rouba para comprar ecstasy, pastilhas"					
21	"A heroína/castanha, só se consome nos bairros sociais"					
22	"A heroína/castanha, é sobretudo consumida em festivais de música, no verão"					
23	" O ecstasy/rodas, é sobretudo consumida em bairros sociais de má fama"					
24	" Os mais jovens não querem nada com a heroína/castanha."					
25	"O ecstasy/rodas, é consumido por jovens e por pessoas mais velhas"					
26	"Há muitos jovens que começam a fumar heroína/castanha"					
27	" Hoje em dia os jovens já só consomem ecstasy/rodas"					
28	"As festas onde se consome ecstasy/rodas são espectaculares"					

29	"As pessoas começam a consumir heroína/castanha para se afirmarem"					
30	" Consomem pastilhas/rodas, porque querem ser diferentes"					
31	" Os consumidores de heroína/castanha, são pessoas muito humildes"					
32	" Os consumidores de ecstasy/pastilhas, querem é estar na sua e passarem despercebidos"					
33	"O consumidor de heroína/castanha é uma pessoa normal"					
34	" O consumidor de ecstasy/rodas, é uma pessoa como as outras"					
35	" O consumidor de heroína/castanha, são pessoas fora do comum"					

36	"Os consumidores de heroína/castanha, querem ter as emoções da vida todas de uma vez só"					
37	" Quem consome ecstasy/rodas, tem uma vida sem prazer"					
38	"Os consumidores de heroína/castanha, não curtem a vida" ???					
39	"Os consumidores de ecstasy/rodas, aproveitam todos os momentos da vida"					
40	" Quem consome heroína/castanha goza a vida como qualquer outro"					
41	" Os consumidores de ecstasy/rodas, sentem-se bem em família"					
42	" O consumidor de heroína/castanha, é motivo de separação dos seus pais"					
43	" Quem consome ecstasy/rodas, afasta-se dos pais"					
44	" Quem consome heroína/castanha, não causa problemas há família" ???					
45	" Ao consumidor de ecstasy/rodas, tentava compreendê-lo e ajudá-lo"					
46	" Caso fosse um consumidor de heroína/castanha, e se pudesse obrigava-o a tratar-se"					
47	" Estando ao pé de um consumidor de heroína/castanha, ajudava-o a arranjar amigos"					
48	" Se conhecesse um consumidor de ecstasy/rodas, tentava que ele não fizesse parte do meu grupo" ???					
49	" Se estivesse junto de um consumidor de heroína/castanha, fugia porque ele podia-me dar alguma coisa"					
50	" O consumidor de ecstasy/rodas, assusta-me"					
51	" Tenho tanto medo de estar ao pé de um consumidor de heroína/castanha, como de qualquer outra pessoa"					
52	" Junto dos consumidores de ecstasy/rodas, não há razões para ter medo"					
53	"Acho que devemos ter pena dos consumidores de heroína/castanha"					
54	"Dos consumidores de ecstasy/rodas, tenho pena , desgosto e tristeza"					
55	"Dos consumidores de heroína/castanha, sinto nojo e nunca pena"					
56	" Quem consome ecstasy/rodas, não tem perdão e devia ser posto fora de casa"					

Muito obrigado pela tua colaboração

**ANEXO IV**  
**TESTE DE MEDIDAS DE**  
**ATITUDES E OPINIÕES**  
**VERSÃO FINAL**

## Inquérito por questionário

O presente questionário é anónimo e a sua utilização é única e exclusivamente para o estudo em questão.

Apenas solicito que indiques o teu ano de nascimento, a tua idade e sexo. Estes elementos não permitem a tua identificação.

Foste seleccionado como poderia ser outro qualquer. És um dos 340 jovens que aceitaram colaborar neste estudo.

Pretendo saber qual a tua opinião sobre drogas, a toxicodependência e os próprios toxicodependentes. As tuas respostas são muito importantes além de confidenciais.

Ao responderes gostaria que pensasses que não há respostas correctas ou incorrectas, aquilo que realmente interessa é o que pensas.

Caso não queiras responder, a tua vontade é respeitada. Preferimos que não respondas do que respondas ao acaso.

Muito obrigado pela tua colaboração...



## A - Dados Sócio Demográficos

### A - 1 Identificação

1.1 Nasci no ano \_\_\_\_\_ tenho agora:

12 anos	<input type="checkbox"/>	22 anos	<input type="checkbox"/>
13 anos	<input type="checkbox"/>	23 anos	<input type="checkbox"/>
14 anos	<input type="checkbox"/>	24 anos	<input type="checkbox"/>
15 anos	<input type="checkbox"/>	25 anos	<input type="checkbox"/>

1.2 Sexo :

Masculino	<input type="checkbox"/>
Feminino	<input type="checkbox"/>

*As frases seguintes pedem a tua opinião sobre o fenómeno da toxicodependência e sobre os consumidores de diferentes drogas. Diz-nos em que medida concordas ou discordas com as seguintes afirmações. Assinala com uma cruz a resposta que achares correcta.*

N.º	Afirmações					
		Concordo muito	Concordo	Discordo	Discordo muito	Não concordo nem discordo
1	"A toxicodependência leva à morte mais cedo"					
2	"A toxicodependência e o crime são coisas completamente diferentes"					
3	"A toxicodependência é o problema mais grave do mundo"					
4	"A toxicodependência é um problema que nem sempre leva à doença"					
5	"A toxicodependência é um assunto sobre o qual pouco sei"					
6	"Considero-me bem informado no que se refere à toxicodependência"					
7	"Quem consome ecstasy/rodas irá sempre consumir, nem que seja de vez em quando"					
8	"O vício da heroína/castanha pode-se tratar"					
9	"Os consumidores de ecstasy/rodas são pessoas saudáveis"					
10	"O ecstasy/rodas permite consumir sem se ficar agarrado"					
11	"O consumidor de heroína/castanha tem um aspecto doente"					
12	"Os consumidores de heroína/castanha são pessoas drogadas para toda a vida"					
13	"O ecstasy/rodas põe a pessoa esquelética"					
14	"Pode-se andar toda a vida a consumir heroína/castanha sem se morrer disso"					
15	"A heroína/castanha permite que se consuma sem se ficar louco"					
16	"O ecstasy/rodas modifica a personalidade da pessoa"					
17	"A heroína/castanha modifica a maneira de ser de um indivíduo"					
18	"O consumidor de ecstasy/rodas mede as consequências daquilo que faz"					
19	"O consumidor de heroína/castanha é, o maior problema do país neste momento"					
20	"O consumidor de ecstasy/rodas não precisa dos outros para se sustentar"					
21	"O consumidor de heroína/castanha pode ser tão trabalhador como outra pessoa qualquer"					
22	"O consumidor de ecstasy/rodas rouba para comprar ecstasy/rodas"					
23	"A heroína/castanha só se consome nos bairros sociais"					
24	"A heroína/castanha é sobretudo consumida em festivais de música, no verão"					
25	"O ecstasy/rodas é sobretudo consumido em bairros sociais de má fama"					
26	"Os mais jovens não querem nada com a heroína/castanha"					

N.º	Afirmações					
		Concordo muito	Concordo	Discordo	Discordo muito	Não concordo nem discordo
27	" O <b>ecstasy/rodas</b> é consumido por jovens e também por pessoas mais velhas"					
28	" Há muitos jovens que começam a fumar <b>heroína/castanha</b> "					
29	" Hoje em dia os jovens já só consomem <b>ecstasy/rodas</b> "					
30	" As festas onde se consome <b>ecstasy/rodas</b> são espectaculares"					
31	" As pessoas começam a consumir <b>heroína/castanha</b> para se afirmarem"					
32	" Os consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> consomem porque querem ser diferentes"					
33	" Os consumidores de <b>heroína/castanha</b> são pessoas muito humildes"					
34	" Os consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> querem é estar na sua e passarem despercebidos"					
35	" O consumidor de <b>heroína/castanha</b> é uma pessoa normal"					
36	" O consumidor de <b>ecstasy/rodas</b> é uma pessoa como as outras"					
37	" Os consumidores de <b>heroína/castanha</b> são pessoas fora do comum"					
38	" Os consumidores de <b>heroína/castanha</b> querem ter as emoções da vida todas de uma vez só"					
39	" Quem consome <b>ecstasy/rodas</b> tem uma vida sem prazer"					
40	" Os consumidores de <b>heroína/castanha</b> não curtem a vida"					
41	" Os consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> aproveitam todos os momentos da vida"					
42	" Quem consome <b>ecstasy/rodas</b> são pessoas "todas fora" ."					
43	" Os consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> sentem-se bem em família"					
44	" O consumidor de <b>heroína/castanha</b> provoca a separação dos seus pais"					
45	" Quem consome <b>ecstasy/rodas</b> afasta-se dos pais"					
46	" Quem consome <b>heroína/castanha</b> não causa problemas à família"					
47	" Tentaria compreender qualquer consumidor de <b>ecstasy/rodas</b> "					
48	" Perante um consumidor de <b>heroína/castanha</b> , obrigava-o a tratar-se"					
49	" Se eu conhecesse um consumidor de <b>heroína/castanha</b> , ajudava-o a arranjar amigos"					
50	" Se conhecesse um consumidor de <b>ecstasy/rodas</b> impedia-o de ele fazer parte do meu grupo de amigos"					
51	" Se estivesse junto de um consumidor de <b>heroína/castanha</b> saia do pé dele logo que pudesse"					
52	" O consumidor de <b>ecstasy/rodas</b> assusta-me"					
53	" Tenho tanto medo de estar ao pé de um consumidor de <b>heroína/castanha</b> como de qualquer outra pessoa"					
54	" Junto dos consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> não há razões para ter medo"					
55	" Acho que devemos ter pena dos consumidores de <b>heroína/castanha</b> "					
56	" Tenho pena dos consumidores de <b>ecstasy/rodas</b> "					
57	" Sinto nojo dos consumidores de <b>heroína/castanha</b> "					
58	" Quem consome <b>ecstasy/rodas</b> devia ser posto fora de casa"					

Muito obrigado pela tua colaboração

## **ANEXO V**

# **ANÁLISE FACTORIAL**

QUESTÕES GERAIS ACERCA DA TOXICODEPENDÊNCIA

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,449
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	120,170
	df	15
	Sig.	,000

Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,477	24,615	24,615	1,477	24,615	24,615
2	1,341	22,343	46,959	1,341	22,343	46,959
3	1,049	17,478	64,437	1,049	17,478	64,437
4	,989	16,482	80,918			
5	,677	11,291	92,210			
6	,467	7,790	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix<sup>a</sup>

	Component		
	1	2	3
afirma5	,860		
afirma6	,836		
afirma2		,654	
afirma3		,599	
afirma4			,883
afirma1		-,531	,639

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 4 iterations.

ECSTASY E SEUS CONSUMIDORES

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,793
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	1662,209
	df	325
	Sig.	,000

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,862	18,699	18,699	2,978	11,452	11,452
2	3,209	12,342	31,041	2,676	10,292	21,743
3	2,126	8,176	39,217	2,253	8,666	30,410
4	1,251	4,811	44,029	1,995	7,675	38,085
5	1,089	4,188	48,216	1,973	7,589	45,673
6	1,077	4,142	52,359	1,738	6,685	52,359

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix<sup>a</sup>

	Component					
	1	2	3	4	5	6
afirma52	,707					
afirma47	,660		-,338			
afirma58	,659					
afirma50	,653					
afirma54	,610	-,480				
afirma27	,500		-,459			
afirma30		,662				
afirma10		,655			-,304	
afirma18		,519	-,313			
afirma32			,548			
afirma16			,539			
afirma34		,421	,498			
afirma22			,471		,335	
afirma45			,455			
afirma13			,441	-,402		
afirma43				,742		
afirma41		,374		,657		
afirma9			-,338	,443	-,321	
afirma7					,699	
afirma25					,672	
afirma36		,346			-,448	
afirma42					,301	
afirma39						,772
afirma56						,525
afirma20		,520				-,522
afirma29		,358				,394

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 13 iterations.

HEROÍNA E SEUS CONSUMIDORES

KMO and Bartlett's Test

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.		,772
Bartlett's Test of Sphericity	Approx. Chi-Square	1508,632
	df	325
	Sig.	,000

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings			Rotation Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,204	16,170	16,170	2,664	10,245	10,245
2	3,366	12,947	29,117	2,460	9,463	19,708
3	1,704	6,552	35,669	2,131	8,194	27,902
4	1,423	5,473	41,142	1,852	7,122	35,024
5	1,264	4,862	46,004	1,713	6,589	41,613
6	1,184	4,554	50,558	1,611	6,198	47,811
7	1,078	4,147	54,704	1,608	6,186	53,996
8	1,011	3,888	58,592	1,195	4,595	58,592

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix

	Component							
	1	2	3	4	5	6	7	8
afirma8	,748							
afirma17	,623							
afirma46	,587							
afirma33	,524		,406					
afirma23	,516	,474						
afirma12	,392							
afirma11	-,355			,329			,325	
afirma51		,725						
afirma57		,672						
afirma31		,547						
afirma19		,509		,423				
afirma24	,370	,440			-,347			
afirma21			,795					
afirma35	,304		,709					
afirma37		,307	-,439					
afirma55				,790				
afirma48				,599				-,454
afirma49		-,313		,524	-,390			
afirma26					,788			
afirma28					,686			
afirma14						,725		
afirma15						,715		
afirma38							,782	
afirma44							,618	
afirma40			-,315			,320	,482	
afirma53								,894

Extraction Method: Principal Component Analysis.  
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.  
a. Rotation converged in 16 iterations.



## **ANEXO VI**

# **TESTE T PARA DIFERENÇAS DE MÉDIAS**

**TESTES T PARA O "SEXO"**

**QUESTÕES GERAIS ACERCA DA TOXICODEPENDÊNCIA**

**Group Statistics**

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR_1	Masculino	169	2,66	1,071	,082
	Feminino	124	2,54	1,026	,092
FACTOR_2	Masculino	173	2,83	,917	,070
	Feminino	122	2,88	,795	,072
FACTOR_3	Masculino	172	3,64	1,025	,078
	Feminino	121	3,87	,813	,074

**Independent Samples Test**

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR_1	Equal variances assumed	,321	,571	,951	291	,342	,12
	Equal variances not assumed			,958	271,335	,339	,12
FACTOR_2	Equal variances assumed	1,640	,201	-,475	293	,635	-,05
	Equal variances not assumed			-,487	280,688	,627	-,05
FACTOR_3	Equal variances assumed	9,099	,003	-2,050	291	,041	-,23
	Equal variances not assumed			-2,133	286,821	,034	-,23

## ECSTASY E SEUS CONSUMIDORES

**Group Statistics**

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR_4	Masculino	170	3,47	,870	,067
	Feminino	117	3,74	,652	,060
FACTOR_5	Masculino	171	3,13	,947	,072
	Feminino	119	3,51	,792	,073
FACTOR_6	Masculino	172	2,82	,743	,057
	Feminino	120	2,81	,645	,059
FACTOR_7	Masculino	175	3,24	1,006	,076
	Feminino	120	3,42	,891	,081
FACTOR_8	Masculino	171	3,41	1,040	,080
	Feminino	125	3,30	,896	,080
FACTOR_9	Masculino	170	3,31	,970	,074
	Feminino	122	3,19	,903	,082

**Independent Samples Test**

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR_4	Equal variances assumed	14,158	,000	-2,852	285	,005	-,27
	Equal variances not assumed			-3,004	282,864	,003	-,27
FACTOR_5	Equal variances assumed	4,798	,029	-3,646	288	,000	-,39
	Equal variances not assumed			-3,764	278,405	,000	-,39
FACTOR_6	Equal variances assumed	2,744	,099	,057	290	,955	,00
	Equal variances not assumed			,058	276,522	,953	,00
FACTOR_7	Equal variances assumed	4,107	,044	-1,563	293	,119	-,18
	Equal variances not assumed			-1,599	274,435	,111	-,18
FACTOR_8	Equal variances assumed	2,572	,110	,887	294	,376	,10
	Equal variances not assumed			,907	286,183	,365	,10
FACTOR_9	Equal variances assumed	1,412	,236	1,012	290	,312	,11
	Equal variances not assumed			1,024	271,209	,307	,11

## HEROÍNA E SEUS CONSUMIDORES

Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR10	Masculino	171	3,69	,765	,059
	Feminino	118	3,84	,670	,062
FACTOR11	Masculino	174	3,27	,877	,066
	Feminino	122	3,44	,738	,067
FACTOR12	Masculino	169	3,01	1,106	,085
	Feminino	122	3,44	,882	,080
FACTOR13	Masculino	171	2,73	,907	,069
	Feminino	120	2,71	,887	,081
FACTOR14	Masculino	171	3,35	,984	,075
	Feminino	120	3,50	,918	,084
FACTOR15	Masculino	172	3,21	,952	,073
	Feminino	120	3,46	,927	,085
FACTOR16	Masculino	174	2,92	,900	,068
	Feminino	121	2,99	,706	,064
FACTOR17	Masculino	175	3,21	1,340	,101
	Feminino	121	3,41	1,289	,117

### Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR10	Equal variances assumed	7,289	,007	-1,769	287	,078	-,15
	Equal variances not assumed			-1,813	271,229	,071	-,15
FACTOR11	Equal variances assumed	6,523	,011	-1,698	294	,090	-,16
	Equal variances not assumed			-1,751	284,331	,081	-,16
FACTOR12	Equal variances assumed	6,113	,014	-3,562	289	,000	-,43
	Equal variances not assumed			-3,692	286,105	,000	-,43
FACTOR13	Equal variances assumed	,151	,698	,194	289	,847	,02
	Equal variances not assumed			,194	259,708	,846	,02
FACTOR14	Equal variances assumed	1,746	,187	-1,272	289	,204	-,14
	Equal variances not assumed			-1,287	266,789	,199	-,14
FACTOR15	Equal variances assumed	,001	,979	-2,223	290	,027	-,25
	Equal variances not assumed			-2,233	260,398	,026	-,25
FACTOR16	Equal variances assumed	8,190	,005	-,727	293	,468	-,07
	Equal variances not assumed			-,759	288,727	,448	-,07
FACTOR17	Equal variances assumed	,532	,466	-1,330	294	,185	-,21
	Equal variances not assumed			-1,340	264,547	,182	-,21

TESTES T PARA A IDADE

QUESTÕES GERAIS ACERCA DA TOXICODEPENDÊNCIA

Group Statistics

	Idade	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR_1	12 a 15 anos	141	2,75	1,045	,088
	22 a 25 anos	147	2,49	1,053	,087
FACTOR_2	12 a 15 anos	146	2,81	,891	,074
	22 a 25 anos	144	2,88	,849	,071
FACTOR_3	12 a 15 anos	142	3,73	1,097	,092
	22 a 25 anos	147	3,75	,795	,066

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR_1	Equal variances assumed	,001	,977	2,146	286	,033	,27
	Equal variances not assumed			2,146	285,676	,033	,27
FACTOR_2	Equal variances assumed	,614	,434	-,721	288	,471	-,07
	Equal variances not assumed			-,722	287,650	,471	-,07
FACTOR_3	Equal variances assumed	17,251	,000	-,141	287	,888	-,02
	Equal variances not assumed			-,141	256,450	,888	-,02

ECSTASY E SEUS CONSUMIDORES

Group Statistics

Idade		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR_4	12 a 15 anos	142	3,33	,865	,073
	22 a 25 anos	140	3,82	,638	,054
FACTOR_5	12 a 15 anos	143	3,21	,930	,078
	22 a 25 anos	142	3,38	,862	,072
FACTOR_6	12 a 15 anos	144	2,76	,777	,065
	22 a 25 anos	143	2,90	,608	,051
FACTOR_7	12 a 15 anos	145	3,19	1,022	,085
	22 a 25 anos	145	3,43	,860	,071
FACTOR_8	12 a 15 anos	145	2,99	1,032	,086
	22 a 25 anos	146	3,73	,750	,062
FACTOR_9	12 a 15 anos	143	3,03	,960	,080
	22 a 25 anos	145	3,49	,883	,073

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR_4	Equal variances assumed	13,854	,000	-5,413	280	,000	-,49
	Equal variances not assumed			-5,424	259,494	,000	-,49
FACTOR_5	Equal variances assumed	,880	,349	-1,584	283	,114	-,17
	Equal variances not assumed			-1,584	281,657	,114	-,17
FACTOR_6	Equal variances assumed	5,886	,016	-1,620	285	,106	-,13
	Equal variances not assumed			-1,621	270,269	,106	-,13
FACTOR_7	Equal variances assumed	6,719	,010	-2,145	288	,033	-,24
	Equal variances not assumed			-2,145	279,784	,033	-,24
FACTOR_8	Equal variances assumed	13,276	,000	-7,030	289	,000	-,74
	Equal variances not assumed			-7,022	262,815	,000	-,74
FACTOR_9	Equal variances assumed	,708	,401	-4,249	286	,000	-,46
	Equal variances not assumed			-4,246	283,304	,000	-,46

## HEROÍNA E SEUS CONSUMIDORES

Group Statistics

	Idade	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
FACTOR10	12 a 15 anos	141	3,53	,848	,071
	22 a 25 anos	144	3,96	,505	,042
FACTOR11	12 a 15 anos	145	2,99	,818	,068
	22 a 25 anos	146	3,69	,679	,056
FACTOR12	12 a 15 anos	143	3,22	1,113	,093
	22 a 25 anos	143	3,16	,967	,081
FACTOR13	12 a 15 anos	144	2,63	,985	,082
	22 a 25 anos	142	2,84	,789	,066
FACTOR14	12 a 15 anos	144	3,34	1,018	,085
	22 a 25 anos	142	3,46	,874	,073
FACTOR15	12 a 15 anos	145	3,38	,985	,082
	22 a 25 anos	142	3,26	,918	,077
FACTOR16	12 a 15 anos	145	2,84	,821	,068
	22 a 25 anos	145	3,08	,815	,068
FACTOR17	12 a 15 anos	146	3,23	1,390	,115
	22 a 25 anos	145	3,31	1,256	,104



### Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means			
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference
FACTOR10	Equal variances assumed	40,279	,000	-5,152	283	,000	-,43
	Equal variances not assumed			-5,126	227,340	,000	-,43
FACTOR11	Equal variances assumed	4,687	,031	-8,008	289	,000	-,71
	Equal variances not assumed			-8,003	278,864	,000	-,71
FACTOR12	Equal variances assumed	3,590	,059	,425	284	,671	,05
	Equal variances not assumed			,425	278,620	,671	,05
FACTOR13	Equal variances assumed	10,835	,001	-2,017	284	,045	-,21
	Equal variances not assumed			-2,020	272,513	,044	-,21
FACTOR14	Equal variances assumed	5,548	,019	-1,109	284	,269	-,12
	Equal variances not assumed			-1,110	278,740	,268	-,12
FACTOR15	Equal variances assumed	,834	,362	1,025	285	,306	,12
	Equal variances not assumed			1,026	284,305	,306	,12
FACTOR16	Equal variances assumed	,002	,969	-2,488	288	,013	-,24
	Equal variances not assumed			-2,488	287,984	,013	-,24
FACTOR17	Equal variances assumed	3,068	,081	-,499	289	,618	-,08
	Equal variances not assumed			-,499	286,452	,618	-,08